

Humanidades



VOLUME 7 • NÚMERO 2 • 1991 • ISSN 0102-9479

Humanidades

FRONTEIRA:
gestar de consciências

A UnB PRODUZ

OBRAS PUBLICADAS

Afinidades Brasileiras - M. A. Reichert (Disco) - Odeith Ernest Dias • **Aves Comuns do Planalto Central** - Paulo Antas e Roberto Cavalcanti • **Brasil-Argentina-Uruguai: A Integração em Debate** - Renato Baumann (Org.) • **Brasília: Uma Metrópole em Crise** - Aldo Paviani • **Cidadão, Estado e Política no Brasil Contemporâneo** - João Gabriel L. C. Teixeira (Org.) • **Da Distensão à Abertura** - O Estado e as Relações Internacionais - Os Índios • **Nação Soberana** - José Walter Bautista Vidal • **O Direito Achado na Rua (Curso)** - José Geraldo de Souza (Org.) • **De Estado Servil a** • **Outras Denças por Tripanossomos** - Antonio Teixeira • **O Eixo Brasil-Argentina** - História dos Partidos Brasileiros (2ª Edição) - Vamereh Chacon • **Doença de Chagas e** • **Antonio Augusto Cançado Trindade** - Catherine Aubertin (Org.) • **História dos Partidos Brasileiros** - Mecânica Estatística e Funções de Green - Fernando Bastos • **do Brasil (5ª Edição)** - Cesar Melatti • **Introdução à Geometria Diferencial** - Keli Tenenblat • **Volumes I e II** - Eudoro de Souza • **O País de São Sarubé** - Hugo N. Nazareno • **Os Metalúrgicos de Salvador** - João Gabriel L. C. Teixeira • **Panorama das Ideias Estéticas no Ocidente (2ª Edição)** - Maria Terezinha G. de Castro • **Perspectivas** • **Para Entender a Economia Capitalista** - Vânia Lomônaco Bastos • **Os Partidos Políticos** - Volumes I e II (Curso) - David Fleischer (Org.) • **Seu Espaço e Poder** - Roberto B. Piscitelli (Org.) • **Transição Democrática e Política Social no Brasil** - Hildo Honório do Couto (Org.) • **O Sistema Tributário e a Nova Constituição (2ª Edição)** - João Gabriel L. C. Teixeira (Org.) • **Urbanização e Metropolização: A Gestão dos Conflitos em Brasília** - Aldo Paviani (Org.)

TEXTOS UNIVERSITÁRIOS: para o ensino

Alemão para Brasileiros - Herbert Andres Welker • **Algumas Informações Úteis para a Implantação de Áreas Irrigadas com Autopropelidos tipo** • **Traveler** - Cícero Lopes da Silva • **Cadernos de Patologia** - Volumes I a IV - Mário A. Pinto de Moraes • **Capital e Juros no Setor Florestal** - Humberto Ângelo • **Chave de Mineralogia: Guia para Determinação de Minerais** - Mindérios em Seções Polidas - Karl Eike Gierth • **Cidade Apropriada** • **ao Clima: A Forma Urbana como Instrumento de Controle do Clima Urbano** - Paulo Marcos Paiva de Oliveira • **Classificação das Contas nos** • **Orçamentos Públicos (2ª Edição)** - Gilberto Tristão • **Discussão Crítica Sobre a Administração da Educação** - Dirce Mendes da Fonseca • **Elementos** • **de Engenharia Econômica (2ª Edição)** - Enrique Taluri Malvar • **Os Estados Unidos e o Princípio da Não-Intervenção** - José Carlos • **Enfermeiros** - Maria Dirce Colares • **Espanha Viva** - Maria José Braga Ribeiro • **Gênese do Sistema Inter-Americano** - Carlos Peregrino • **Introdução** • **Estudos da Vegetação de Uma Área Típica do Brasil Central** - Sara Rejane de Freitas Oliveira • **Estudos de Geometria Descritiva** - Jayme Golubov • **à Lingüística: A Língua no Contexto Geral da Comunicação** - Maria Elaine Kohlsdorf • **Hildo Honório do Couto** • **Objetivos do Ensino** - Volumes I e II - Maria José Braga Ribeiro • **Manual** • **de Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano** - Ricardo L. Farret e Raimundo Santana • **Textos de Pesquisa do Núcleo de Estudos Urbanos e** • **A Rede Urbana da Região Geo-Econômica de Brasília** - Tânia Regina Fraga da Silva • **Um Estudo de Estruturas Aplicado às Esculturas em Cerâmica** - Tânia Regina Fraga da Silva

PERIÓDICOS APOIADOS

Anuário Antropológico - Departamento de Antropologia • **Cadernos do CEAC** - Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituição • **Cadernos do CEAM** - Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares • **Histórias em Construção** - Departamento de História • **Psicologia: Teoria e Pesquisa** - Instituto de Psicologia • **Religião e Sociedade** - Departamento de Sociologia • **Revista Brasileira de Ciência Política** - Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais • **Sociedade e Estado** - Departamento de Sociologia

A EDITORA PUBLICA

Entre os expressivos títulos de seu catálogo, a Editora Universidade de Brasília apresenta mais de 100 obras de autoria dos docentes da UnB. Produtos do vigor intelectual da universidade e do rigor do Conselho Editorial. São pesquisas e textos didáticos das mais diferentes áreas do conhecimento. Conheça o que a UnB produz. E publica.

FAÇA SEU PEDIDO OU PROCURE NAS MELHORES LIVRARIAS.



EDITORA
UnB



EDITORA
UnB



EDITORA
UnB



EDITORA
UnB

CX. Postal 15-3001 - CEP 70910 - Tel. (061)274-3182

Sumário

FRONTEIRAS	PROTO-ESTRELAS – A GENÉTICA ESTELAR	105
	Luis Eduardo da Silva Machado	
	EROS E TANATOS	116
	Naham Armony	
	AS FRONTEIRAS DA PSIQUE CONSCIENTE/INCONSCIENTE	122
	Vicente de Paulo Saldanha	
	EXISTEM FRONTEIRAS CULTURAIS SEPARANDO OS ESTÁGIOS DA EVOLUÇÃO HUMANA?	126
	Solange Caldarelli	
SOCIOLOGIA	SER E CIÊNCIA	134
	Rolando Lazarte	
DESEJO	O DISCURSO DA PAIXÃO	144
	Ana Maria Macedo Valença	
FÍSICA	REALIDADE SER OU NÃO SER... NADA	152
	José Roberto Iglesias	
ESPAÇO ABERTO	Las Casas	157
PODER	ARQUITETURA: ÍDOLOS DAS IDÉIAS E SÍMBOLO DO PODER?	158
	Eduardo Diatahy de Menezes	
HISTÓRIA	QUEM FEZ A REVOLUÇÃO FRANCESA?	168
	Estevão de Rezende Martins	
LITERATURA	GRACILIANO RAMOS E OS MILITARES	178
	Carlos Alberto dos Santos Abel	
EDUCAÇÃO	OS DESCAMINHOS DO ENSINO – ALGUMAS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS	184
	Leda B. Barreiro	
	A POLÍTICA LINGÜÍSTICO-EDUCACIONAL NO BRASIL PÓS-CONSTITUINTE	188
	Maria Jandyra Cunha	
	“NÓS CHEGUEMU” À ESCOLA E AGORA?	194
	Stella Maris Bortoni	
IN MEMORIAM	Beth Lobo	197
	CEAD	198
	PAINEL	200

FRÁGEIS FRONTEIRAS

Houve um tempo em que a uniformidade comandava a existência. Era uma época anterior à memória da Humanidade. Na ânsia pelo eterno, as formas universais foram lentamente se modificando. Pouco a pouco, diante de transformações ciclópicas, o mundo foi conquistando sua forma, leis físicas codificaram-se, e o existir... organizou-se.

Etapa por etapa, o mundo preparou-se para receber cada um dos objetos que o povoam. Objetos estes que não surgiram prontos, acabados; foram frutos da evolução, de modificações intrínsecas e extrínsecas que os viabilizaram.

Parte integrante desta *programação* universal, a *Genética Estelar* foi fator decisivo na formação do Mundo como o conhecemos. Como consequência dessa genética, viabilizaram-se os planetas e, um pouco mais tarde, o Homem, na Terra. A vida emerge do mar e toma conta do planeta. Do chão, levanta a cabeça, torna-se pensante, constrói instrumentos, aprende a falar. Grita aos céus. Busca o infinito, mas teme as profundezas da Terra... e da mente. Torna-se fruto do equilíbrio entre poder viver e poder morrer. Oscila de *Eros* para *Tanatos*.

O desenrolar do tempo acaba por gestar a consciência, acompanhada de seu gemelar, o inconsciente. As *Fronteras da Psique* instauram-se, bifurca-se o caminho dos homens. O encontro, agora, é com Afrodite ou com Perséfone.

Narrar a saga humana no universo é uma tarefa que coteja a da água que atacava Prometeu. Como seres históricos, que somos, torna-se um problema hercúleo compreender os processos que nos formam. Teríamos que ser retirados do universo para alcançar nosso intento, mas aí... seria tarde demais...

O Editor



Capa RESA

A revista HUMANIDADES é uma publicação da Editora Universidade de Brasília

Editor Executivo: Alrton Lugarinho de Lima Camara
Conselho Editorial: Ana Maria Fernandes, Antonio Agenor Briquet de Lemos, Hugo Mund Junlor

Verões: Mark Ridd e Sara Almarza

Edição de Texto e Revisão: Serviço de Editoração da Editora Universidade de Brasília

Direção de Arte, Planejamento Visual e Arte Final: Carla Wolff e Julliano Serra Barreto

Secretaria Gráfica: Antonio Batista Filho e Elmano Rodrigues Pinheiro

Apoio Administrativo: Elias Romcy Pereira

Cadastro de Assinaturas: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmar Castelo Branco

Preço: Cr\$ 700,00 (exemplar avulso)

Cr\$ 2 500,00 (assinatura - quatro números)

Endereço: Revista HUMANIDADES - Editora Universidade de Brasília, Campus Universitário - Asa Norte - Prédio Multiuso, sala B, 1-54

Caixa Postal 15-3 001

70910 Brasília, DF

Telefones: (061) 274-5352 (direto) e 348-2022, ramal 2576

Telex: (061) 1083 UNBS BR

Composição: Edilson Oliveira Silva - Editora Universidade de Brasília

Fotolitos: Escopo Editora, Brasília

Impressão: Escopo Editora, Brasília

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores

Editora Universidade de Brasília: Antonio Agenor Briquet de Lemos (Diretor)

Universidade de Brasília: Antonio Ibañez Ruiz (Reitor)

PROTO-ESTRELAS



figura 4 – Nebulosa Trífida – M 20 (Constelação do Sagitário)

a genética estelar

Luis Eduardo da Silva Machado

Os homens são levados a tirar conclusões, muitas vezes, baseando-se unicamente no bom senso. O grande problema da ciência é que este critério tem se mostrado extremamente falho. O céu das estrelas fixas é um bom exemplo.

O firmamento é imutável para cada um dos homens, mas o fluxo do tempo revelou à humanidade que as estrelas se movem. Conclusão esta que é válida para todo o universo: ele se move!

O universo se move espaço-temporalmente; portanto, a evolução é o fenômeno, talvez, mais presente no existir do Mundo. As estrelas que brilham em nossas mentes surgem de objetos pré-existentes e, em um dado instante, encontram-se em um limbo – a proto-estrela – que vai passar por transmutações internas determinadas pela genética estelar.

A té o século XVIII, quando, em 1718, o astrônomo inglês Edmond Halley (1656-1742) apresentou à Royal Society de Londres a sua *Philosophical Transactions*, sobre a *Detecção dos Movimentos Próprios*, as estrelas eram supostas fixas no firmamento. A própria palavra firmamento deriva do latim *firmamentu*, apoio, sustentáculo e apresenta inquestionavelmente o significado intrínseco de *firmeza* e corresponde ao céu, à abóbada celeste (hemisfério celeste visível), à qual se supõe estarem *fixados* os astros.

Para os antigos e, em especial, para os gregos, os astros eram de natureza não terrena, isto é, não constituídos pelos quatro elementos: Terra-Água-Fogo-Ar, mas sim pela quinta-essência, sendo perfeitos, incorruptíveis e, acima de tudo, não mutáveis. Deslocavam-se ao redor da Terra, fixa no espaço e no tempo, em um dia, (vinte e quatro horas) no sentido de leste para oeste. Agrupavam-se em constelações, cujas configurações eram, igualmente, constantes e indeformáveis. A descoberta pelo astrônomo grego Hiparco de Nicéia, no século II a. C., de um deslocamento das estrelas em longitude celeste, mas não em latitude celeste, de cerca de 20¹ em 150 anos, ou seja de 48" por ano, não foi atribuída a qualquer movimento intrínseco das estrelas, mas sim à gradual e inexorável retrogradação do primeiro ponto do signo zodiacal de Áries (o Carneiro) – o ponto vernal – sobre a eclíptica. Este movimento ocasiona apenas variação da coordenada *longitude celeste*, deixando as estrelas fixas em suas posições firmes e imutáveis.

As estrelas, mesmo após a descoberta da retrogradação do Ponto Vernal (ou da famosa precessão dos equinócios), continuaram a ser consideradas como *fixas* na *esfera das fixas*. Hiparco, descobridor da retrogradação do ponto vernal, foi

levado a comparar suas medições estelares com as registradas, um século e meio antes, por Timócaris e Aristilo, devido à aparição, no ano de 134 a. C., de uma nova estrela, fato inusitado e desconcertante, dada a imutabilidade dos céus! A *Nova* passou sem registro popular e caiu imediatamente no *esquecimento*. A comparação, entretanto, resultou na importante descoberta da precessão dos equinócios.

A firmeza e imutabilidade dos céus permaneceram na filosofia e na astronomia até que o astrônomo amador alemão David Fabricius (1564-1617) deparou com o aparecimento de uma estrela de terceira magnitude na constelação da Baleia (Ceti). Em 1603, o astrônomo alemão J. Bayer (1572-1625) registrou-a em seu catálogo estelar – a Uranometria – como a *omicron Ceti*. O grande observador polonês Jean Hevelius (1611-1687), entusiasmado pelas flutuações do brilho desta estrela, cognominou-a de *mirra Ceti* (a *maravilha da Baleia*).

Em 1638, Phocyclides Holwarda reconheceu a periodicidade da variação de seu brilho, inaugurando o rol das estrelas variáveis. Outra estrela peculiar, com variação de brilho, é a *beta Persei*, ou *Algol* – a *estrela do diabo*. A palavra *Algol* é uma corruptela do árabe *Al Guhl* que significa espírito mutável, porém a variação do brilho não era atribuída à estrela, mas a maquinações do diabo, devido à força da tradição da imutabilidade dos céus, convicção grega que a civilização árabe conduziria, mais tarde, para a Europa.

A descoberta por Halley dos movimentos próprios estelares em 1718, combinada com a inquestionável variação dos brilhos já reconhecida em inúmeras estrelas, afastam definitivamente a idéia, por milênios acalentada, das estrelas como fixas na abóbada celeste. Chegava-se, assim, ao século XIX com o reconhecimento dos deslocamentos espaciais das estrelas –

seus movimentos próprios. Em virtude das imensas distâncias que nos separam das estrelas, estes deslocamentos são muito pequenos; o maior deles, o da *estrela de Barnard* (Munich 15040), ou estrela voadora, na constelação do Ofiúco, é somente de 10,29" por ano. Em dois séculos essa estrela percorrerá 34,3' (de arco), o que equivale a pouco mais que o valor do diâmetro aparente da Lua cheia. A estrela de Barnard, a *Velox*, é a segunda (terceira, se for considerado o Sol) mais próxima da Terra, distando seis anos-luz.²

Ao lado das estrelas variáveis, só reconhecidas como tais em pleno século XVII, situam-se, ainda mais enigmáticas e perturbadoras, as *estrelas temporárias*, atualmente conhecidas como Novas ou Super-Novas, conforme as características de suas explosões. As crônicas antigas são paupérrimas em suas observações.

A primeira de que se tem conhecimento e, provavelmente, uma Nova, eclodiu no terceiro século a. C. e seu único efeito foi levar Hiparco a levantar um catálogo estelar! Em 1054 uma fulgurante estrela brilhou nos céus e durante 23 meses foi visível em pleno dia. Esta aparição surpreendente, no entanto, só mereceu registro nas publicações chinesas! Não se encontra vestígio ou referência de sua existência durante a Idade Média, na Europa, tal a força da tradição da imutabilidade dos céus. Atualmente, os restos dessa gigantesca explosão espacial, que equivale ao efeito de uns seis setilhões de bombas de Hidrogênio em explosão simultânea, ocorrida (levando-se em conta o tempo gasto pela luz para percorrer a distância que a separa da Terra) no ano de 5 246 a. C., constituem a conhecida nebulosa do Caranguejo, na constelação do Touro, o primeiro objeto celeste classificado, no Catálogo do astrônomo amador francês Charles Messier (1730-1817), como o objeto difuso M-1. Destas explosões

estelares, além dos envoltórios gasosos em expansão, já fotografados, as modernas teorias astronômicas conduziram aos *Pulsares* ou estrelas compactadas, de enorme densidade e pequeno volume – as estrelas de neutrons – e aos ainda mais enigmáticos *Buracos Negros*, detectados indiretamente por efeitos que impõem à matéria que se encontra em suas vizinhanças.

Historicamente há ainda a mencionar a estrela Nova de novembro de 1572, na constelação da Cassiopeia, descrita pelo astrônomo dinamarquês Tycho-Brahe (1546-1601) como mais brilhante que o planeta Vênus (foi visível à luz do dia e fulgurou nos céus por dezesseis meses) e a Nova de 1604, observada pelo astrônomo alemão J. Kepler (1575-1630) que atingiu o brilho do planeta Júpiter, só desaparecendo dos céus dois anos após sua aparição. Outras foram sendo detectadas e, em 1987, é descoberta na Grande Nuvem de Magalhães a SN 1987A, a Super-Nova Shelton, em homenagem ao astrônomo americano Ian Shelton que, acidentalmente, em 24 de fevereiro de 1987, a identificou no Observatório de Las Campanas, nos Andes chilenos.

Resta-nos, agora, repetir Camille Flammarion (1842-1925):

A aparição de uma Nova brilhante é um fenômeno que transcende à imaginação. Uma constelação perde repentinamente seu aspecto habitual e se torna irreconhecível pela presença desta estrela suplementar...

Desta forma, das estrelas *fixas* da antiguidade chega-se hoje às estrelas *móveis*, com brilhos variáveis e que até *explodem!* ... Nada mais fantástico e inadmissível para mentes condicionadas a um horizonte geocêntrico, estreito e limitado!...

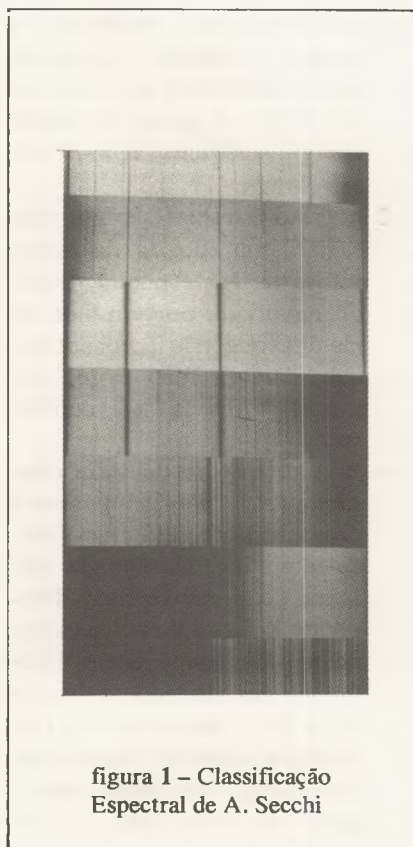


figura 1 – Classificação Espectral de A. Secchi

A ESPECTROGRAFIA E A EVOLUÇÃO ESTELAR

A adaptação do espectroscópio³ aos telescópios e lunetas astronômicas, na segunda década do século XIX, revolucionou a ciência, permitindo o estudo físico e químico dos corpos celestes e inaugurando, ao lado da astronomia de posição e da mecânica celeste, uma nova ciência, a astrofísica.

A comparação dos espectros solares com os estelares levou a um dos pioneiros desta técnica, o padre jesuíta, de nacionalidade italiana, Angelo Secchi (1816-1892), diretor do Observatório Astronômico do Colégio Romano, a propor a primeira classificação espectral geral das estrelas em sua publicação *On Stellar Spectrometry*, apresentada em 1868 na reunião da Sociedade Britânica para o Progresso da Ciência, de acordo com as sugestões anteriores do astrônomo ame-

ricano Lewis Morris Rutherford (1816-1892).

A classificação original de A. Secchi conduzia a quatro grupos, caracterizados por particularidades espectrais próprias. A Figura 1 ilustra os grupos, comparando-os com a classificação mais moderna de Harvard.

Como era de esperar, o avanço da tecnologia, com telescópios cada vez maiores e mais sofisticados espectroscópios, ocasionou mudanças fundamentais e, acima de tudo, propiciou o estudo da possibilidade de uma modificação intrínseca no decurso da existência das estrelas, conduzindo ao conceito de uma *evolução estelar*, análoga à evolução das espécies, como sugerido, principalmente, após os trabalhos do naturalista inglês Charles Robert Darwin (1809-1882), do biólogo alemão Ernest Haeckel (1834-1919) e de vários outros especialistas na ciência da vida.

Com a aceitação praticamente universal da classificação espectral de Harvard, com suas sete classes principais, denominadas O, B, A, F, G, K, e M, e as colaterais R, N e S, bem como W (estrelas tipo Wolf-Rayet), verificou-se predominância nas classes de B a M.

Em 1908, o astrônomo dinamarquês Ejnar Hertzsprung (1873-1967) idealizou um diagrama relacionando classes de luminosidade (brilho) e tipo espectral. Paralelamente, o astrônomo americano Hery Norris Russel (1877-1957) produziu trabalho semelhante. O diagrama, hoje clássico, é conhecido pelo nome de *diagrama H-R*, (Hertzsprung-Russell). A maioria das estrelas se distribui ao longo de uma sequência bem característica, denominada *sequência principal*, com origem na parte superior-esquerda do gráfico, região das estrelas O, estrelas extremamente *quentes* (50 000 °C), de grande luminosidade, terminando no canto inferior-direito, região das estrelas M, *frias* (3 000 °C), de fra-

ca luminosidade. O diagrama indica, igualmente, a presença de dois grupos de estrelas vermelhas: *gigantes*, altamente luminosas, e *anãs*, de pequeno brilho. O diagrama comporta outras classes de estrelas, como anãs brancas, supergigantes, subgigantes, subanãs, e variáveis do tipo cefeida e RR Lyrae.

O estudo do diagrama HR, por sua importância estatística, levaria, quase que de imediato, ao conceito de uma sequência evolutiva estelar, desde que o mecanismo intrínseco da geração da energia das estrelas (e do Sol) viesse a ser compreendido. A partir de 1939, os trabalhos dos astrônomos Hans Albrecht Bethe (1906-) e Karl Friedrich Von Weizacker (1912-) sugeriram que, no interior das estrelas, onde reinam pressões altíssimas e temperaturas também elevadíssimas (da ordem de dezenas de milhões de graus celsius), produz-se a fusão nuclear (quatro átomos de hidrogênio se fundem em um átomo de hélio, com liberação de energia, por efeito Einstein, segundo a famosa equação $E=mc^2$). O processo da fusão nuclear é factível, pois o hidrogênio é o elemento mais abundante do Universo, com cerca de 98%. Cabe ao hélio, o segundo mais freqüente, e aos demais elementos da tabela periódica dos químicos, apenas uma abundância de 2%.

A EVOLUÇÃO ESTELAR

De um modo geral, admite-se que:

- as estrelas surgem da falta de homogeneidade no conjunto nuvem de gás (hidrogênio, em sua maioria) e poeira cósmica;
- a progressiva contração de matéria — uma vez iniciada conduz a uma gradual elevação de temperatura e de pressão;

c. em determinado momento, a massa contraída apresenta uma temperatura de cerca de 10 000K e passa a emitir energia radiante: é a *proto-estrela*;

d. a proto-estrela é, assim, uma região concentrada da massa difusa de gás e poeira, ficando envolvida por um halo de matéria que não a constitui e que, por absorção da luz que irradia, dificulta sua identificação;

e. a contração da matéria continuando, a temperatura cresce e pode atingir o valor de algumas dezenas de milhões de graus celsius, detonando a fusão termo-nuclear, ao mesmo tempo que a irradiação gerada tende a dispersar o halo que a envolve, tornando-a acessível à observação. Está, deste modo, emergindo da névoa difusa o corpo celeste que conhecemos por estrela;

f. a duração de sua vida, e sua evolução, dependerão de um único fator: o valor da massa contraída;

g. massas menores ou iguais à do Sol darão origem a estrelas estáveis e longevas; muito menores que a do Sol, a corpos celestes pequenos e que nada irradiarão: são as anãs negras;

h. massas superiores à do Sol gerarão estrelas de pequena estabilidade e de curta vida, com forte tendência para explosões do tipo *Nova* e *Supernova*,

i. conforme o valor das massas, estas estrelas, ao explodirem, constituirão os *Pulsares* (as estrelas de neutrons) e, para as de massas muito grandes, os *Buracos Negros*.

Desta forma, as estrelas, como os seres vivos, nascem, evoluem e morrem. Da névoa difusa de gás e poeira, passam pela fase de proto-estrelas e daí a estrelas, para terminarem, gradativa ou catastróficamente, suas vidas siderais.

Longe, portanto, se acham as estrelas da eterna imobilidade e imutabilidade que caracterizavam as *fixas* em seu universo firme e finito — o firmamento das especulações filosóficas da era geocêntrica.

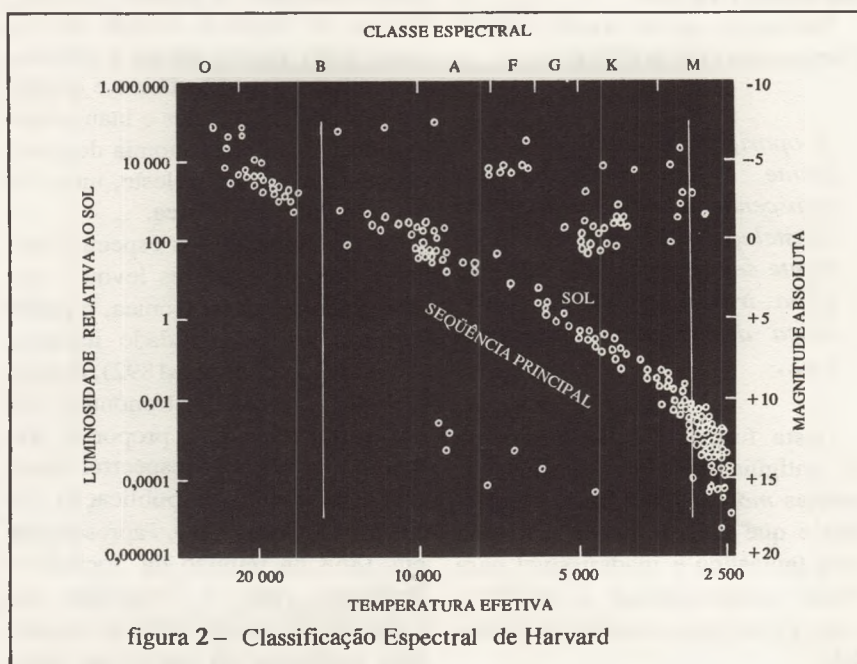


figura 2 — Classificação Espectral de Harvard

Humanidades

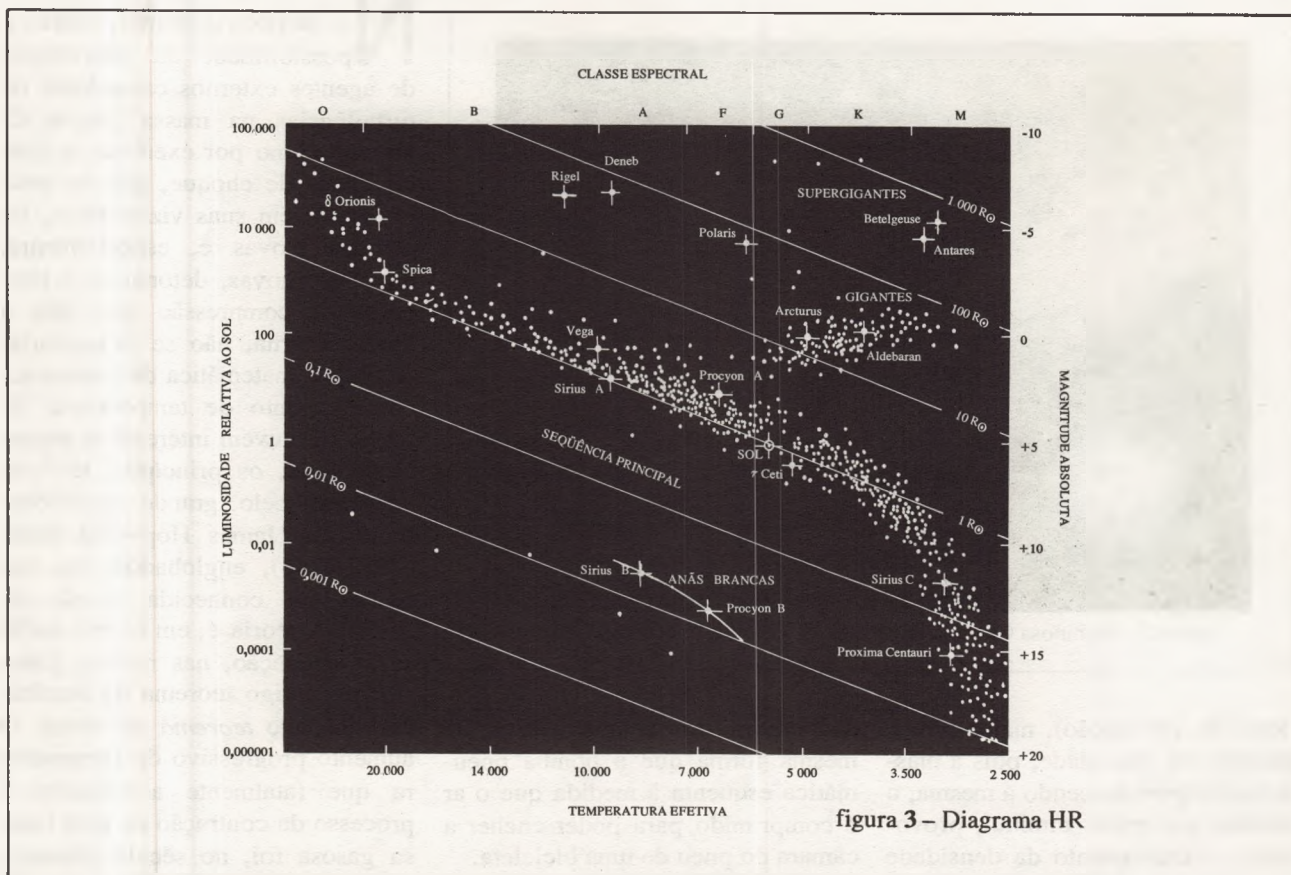


figura 3 – Diagrama HR

NEBULOSAS DIFUSAS

A observação astronômica é pródiga em revelar que, no âmbito interestelar, existem, espalhadas em praticamente todas as direções, gigantescas, porém extremamente tênues, nuvens de matéria gasosa e poeira cósmica, conhecidas por *nebulosas difusas* e apreciadas por suas maravilhosas imagens.

As matérias interestelares apresentam, no entanto, densidades (massa/volume) muito baixas, da ordem de 1 a 5 átomos ou moléculas por centímetro cúbico, um verdadeiro vácuo, se pensarmos nas condições terrestres e mesmo laboratoriais. Cerca de 3/4 do material das nuvens são constituídos por átomos de hidrogênio (H) ou por moléculas de hidrogênio (H_2). O restante é ocupado por átomos de hélio (He) e partículas sólidas de pequenas dimensões (diâmetro da ordem $0,1 \mu$ ou do décimo milésimo de milímetro). A temperatura

reinante é da ordem de 100K ($-173^\circ C$). Todavia, nas nuvens fotografadas – as *nebulosas difusas* – as condições são menos extremas, porém ainda muito baixas. Por exemplo, suas densidades médias crescem para 10 000 átomos (ou moléculas) por centímetro cúbico – ainda um grande vácuo, se comparada com a densidade média do ar que se inala na superfície da Terra, cujo valor é de 2×10^{15} (dois mil trilhões) de vezes superior à das nebulosas difusas.

NEBULOSAS E PROTO-ESTRELAS

A análise atenta das fotografias das nebulosas difusas revela regiões de alto brilho, regiões escuras e curiosos glóbulos negros. São justamente estes glóbulos que representam a interseção sideral entre a massa disforme de gás e poeira e o embrião estelar, hoje denominado *proto-estrela*. Proto é o prefixo derivado do grego *prôtos*, primeiro,

anterior. Justaposto ao vocábulo *estrela* – *Proto-estrela* – significa estrela ainda por formar, isto é, uma configuração espacial esférica de gás e poeira em contração gravitacional a caminho de se transfigurar naquilo que se conhece objetivamente por estrela. A *proto-estrela* não é ainda uma estrela, mas também não é mais uma massa de gás e poeira, isto é, não é mais uma nebulosa.

A CONTRAÇÃO GRAVITACIONAL E A PROTO-ESTRELA

O que conduz à contração gravitacional, origem, na concepção moderna, das estrelas e do próprio Sol?

Duas forças universais imperam e se digladiam na fase da pré-existência das estrelas: a da *gravitação* e a da *pressão hidrostática*.

As forças em jogo são, no entanto, antagônicas. Quanto maior for a tendência para a contração

Humanidades



figura 5 – Nebulosa Cabeça do Cavalo M 43 (Constelação do Órion)

(força da gravitação), maior será o aumento da densidade, pois a massa inicial permanecendo a mesma, o volume disponível diminui, provocando o crescimento da densidade (d), que é a razão entre a massa (M) e o volume (V):

$$d = \frac{M}{V}$$

Por exemplo, a zero graus Celsius, (0 °C) a densidade da água é 1 000 gramas, por centímetro cúbico e, nesta mesma temperatura, a densidade do gelo (ou água solidificada) é 0,917 gramas por centímetro cúbico, pois o volume de 1 grama de gelo é 1,09 cm³ e da água, 1 cm³. O maior volume do gelo explica a flutuação do cubo colocado em um copo d'água, como a do *iceberg* nas águas oceânicas. A diminuição do volume, em igualdade de massa, verificada na fusão, conduz ao aumento da densidade da água.

À medida que a densidade aumenta, as moléculas se deslocam com velocidades crescentes, aumentando a probabilidade de choques mútuos, fazendo com que a

temperatura do conjunto cresça, da mesma forma que a bomba pneumática esquenta à medida que o ar é comprimido para poder encher a câmara do pneu de uma bicicleta.

No sentido inverso, quando é acionado um extintor de incêndio a gás carbônico, a temperatura do cilindro baixa, à medida que o gás escapa (aumentando seu volume). Nos dois exemplos corriqueiros da atividade humana, há *variação da temperatura e da pressão interna*. No universo e, em especial, nas nuvens difusas interestelares, a diminuição do volume pela contração gravitacional gera aumento de temperatura e, conseqüentemente, da pressão interna. Em certos casos, o crescimento da pressão interna pode contrabalançar a própria força de contração, inclusive paralisando a diminuição do volume. Esta paralisação depende exclusivamente das condições iniciais em que se encontrava a nuvem de gás e poeira.

Caso a nuvem não seja densa o suficiente e fria adequadamente, não experimentará, no curso dos eons (1 eon = 1 bilhão de anos) o que seja gerar uma estrela, e passar pelas fases da gravidez sideral!...

Não se pode descartar, porém, a possibilidade da intervenção de agentes externos causadores de turbulências na massa gasosa da nuvem, como por exemplo, a ação de ondas de choque, geradas pela explosão, em suas vizinhanças, de estrelas Novas e, especialmente, das Supernovas, detonando o processo da compressão que, sem a ajuda externa, não se processaria. A análise matemática da contração, com aumento de temperatura, da massa da nuvem interestelar segue, ainda hoje, os princípios teóricos acenados pelo grande astrônomo inglês Sir James Hopwood Jeans (1877-1946), englobados, em sua honra, na conhecida *teoria de Jeans*. A teoria é, em última análise, a aplicação, nas nuvens gasosas, do antigo teorema da mecânica, chamado *teorema do virial*. O aumento progressivo da temperatura que fatalmente acompanha o processo da contração de uma massa gasosa foi, no século passado, invocado pelo grande físico alemão Hermann Von Helmholtz (1821 1894) como a fonte primária do calor do Sol, hipótese trabalhada posteriormente por J. Homer Lane (1869), August Ritter (1878) e Lord Kelvin (1887), entre outros. Foi porém abandonada em favor das modernas concepções da fusão nuclear, uma vez que os cálculos previam, na época, a possibilidade de o Sol estar brilhando e gerando energia por cerca de 22 milhões de anos e continuar, na mesma taxa, por mais 17 milhões de anos.

Os números, grandes para o fim do século passado, se revelaram, no entanto, extremamente exíguos, pois, hoje em dia, acredita-se que a Terra exista há 4,5 bilhões de anos e o Sol, por mais de 5 bilhões, continuando, no fluxo atual de dissipação energética, por, seguramente, mais outros 5 bilhões de anos.

A contração de Helmholtz, embora não se aplique para o Sol, é válida, todavia, na fase pré-estelar,

quando, por força da contração, a temperatura da nuvem atingirá a 10 000K (pouco mais de 10 000 °C), e isso em apenas alguns milhares de anos! Os cálculos relativos à contração de Helmholtz foram transpostos às nuvens estelares pelo astrofísico norte-americano L. Henyey (1955) e continuados em 1961 pelo astrofísico teórico japonês C. Hayashi. No final de alguns milênios de contração, são geradas alta pressão e alta temperatura no centro da nuvem. Por efeito da convecção térmica (transporte de energia, com transferência da massa aquecida, menos densa, para o exterior, mais frio) produzir-se-ão na superfície externa da nuvem contraídas temperaturas entre 2 000 °C e 5 000 °C.

Nesta faixa de temperatura, a estrela irradiará, na região espectral, de 4 000 a 7 000 angströms (1 angströms equivale a 10^{-10} metros) ficando, portanto, acessível à observação telescópica. Esta fase de alta luminosidade é conhecida como a fase de Hayashi. É porém transitória e de curta duração.

Por exemplo, para estrelas com massas equivalentes à do Sol, em

um breve período de 1 000 anos, passariam de enormes massas difusas de gás (com mais de 15 anos-luz de diâmetro) a esferas vinte vezes maiores que a do Sol (diâmetro de 1 392 000km) e com luminosidades cem vezes maiores que a manifestada atualmente por nossa estrela (magnitude aparente⁴ de -26,5). Neste ponto do processo é que aparecem as proto-estrelas, em princípio observáveis e identificáveis através da massa gasosa residual que as envolve. Este envoltório, por absorção, tende a diminuir os brilhos das proto-estrelas, dificultando suas identificações.

As nuvens geradoras das proto-estrelas experimentam, portanto, uma violenta contração: de esferas difusas de 15 ou mais anos-luz de diâmetro, passam a ocupar um espaço de apenas 27 840 000km. É uma diminuição, em poucos milênios, de 5 milhões de vezes, com uma elevação de temperatura de 10 000 graus celsius. É como se o Himalaia, com o imponente pico do Everest a 8 882m de altitude, se reduzisse a um insignificante grão de areia com 1,8mm de altura, e isto no curto prazo de pouco mais de

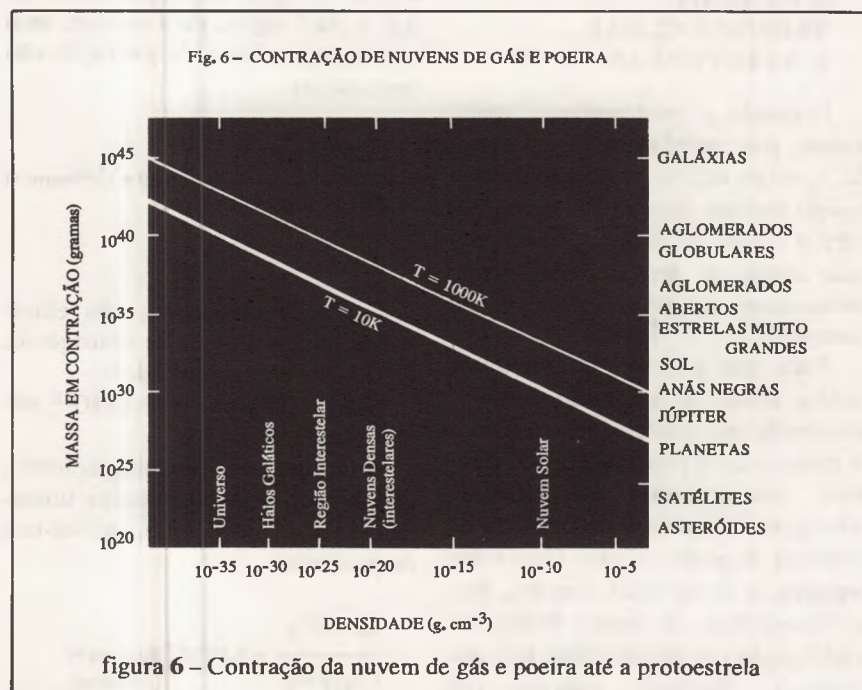
metade da idade da Grande muralha da China (construída em 214 a. C.) ou do deslocamento do ponto vernal, (primeiro ponto de Áries), de 15°, isto é, de meio signo zodiacal!

O diagrama da figura 6, adaptado do apresentado por William K. Hartmann em seu livro *Astronomy: The Cosmic Journey* – resume os resultados dos complexos cálculos elaborados para o embasamento físico-matemático da história da vida pré-estelar.

No gráfico, as densidades variam do valor estimado 10^{35} g/cm³ (meio inter-galático) a próximo de 10^{-3} (densidade do ar a 0 °C e 760mm de Hg nas vizinhanças da superfície terrestre).

Num só circuito, partindo-se de uma nuvem difusa com a densidade de 10^{-20} g/cm³ (nebulosas difusas do meio interestelar), na temperatura de -173 °C (100K), valores razoáveis segundo as observações modernas, a massa total envolvida na contração seria de 10^{34} kg, isto é, correspondente a mais de quatro mil vezes a do Sol (2×10^{30} kg, ou a cem vezes a das estrelas de grande massa. Tais valores podem ser encontrados nos aglomerados estelares abertos como, por exemplo, no das Plêiades (M-45), na constelação zodiacal do Touro. Este aglomerado é constituído por centenas de estrelas de grande massa, envolvidas por nuvens gasosas brilhantes, e cuja idade está compreendida entre 60 a 100 milhões de anos. O aglomerado dista da Terra cerca de 415 anos-luz e ocupa um espaço de 2044 anos-luz cúbicos.

Os aglomerados abertos são igualmente denominados *galáticos*, pois se distribuem nos braços espirais da galáxia. As estrelas que os integram são azuis e de grande massa. A formação das estrelas deve ter-se processado pela ruptura da nuvem primitiva em vários bolsões simultâneos da matéria contraída.



A irradiação extremamente forte das estrelas azuis (tipo espectrais, O e B), de grande luminosidade, dificulta, se não impede, a aparição de novas estrelas e, desta forma, os aglomerados galácticos tendem rapidamente a se dispersar no espaço. São extremamente jovens e nos oferecem, pela própria juventude, uma das provas do nascimento recente de estrelas, uma vez que a Via-Láctea existe, com toda a certeza, há uns 10 a 12 bilhões de anos.

ESTRELAS SOLITÁRIAS: COMO NASCEM?

A teoria demonstra que durante o processo de contração que determinará a formação do aglomerado estelar, a matéria não se apresenta uniformemente distribuída: condensações de gás e poeira podem ser originadas e deformadas por efeito da própria dinâmica da rotação da Galáxia, da expansão de nuvens mais quentes e por influência de ondas de choque provenientes da explosão de estrelas de grande massa e até por possíveis efeitos de fortes campos magnéticos nas regiões intragalácticas. Neste processo, bolsões de matéria são expulsos do conjunto recém-contratado e se transformam em proto-estrelas isoladas em nossa Galáxia.

E O SISTEMA SOLAR?

Analogamente. A matéria condensada residual de menor massa gera os planetas, satélites, cometas, asteróides, meteoróides, enfim, os integrantes do sistema solar. Proto-planetas e proto-satélites são gerados e, por acúmulo de material (processo da acreção), vão aumentando de massa e volume, até se estabilizarem nas dimensões atuais.

E O RESTANTE DAS ESTRELAS DO UNIVERSO?

Analogamente, mas em dimensões muitos maiores. Caso a con-

tração tenha início em uma nuvem uniformemente distribuída, com a densidade incrivelmente rarefeita de 10^{-30} g/cm³ (matéria intergaláctica), porém, com massa extremamente grande 10^{42} kg, e na temperatura de 1 000k (1 273 °C), gerasse-ia uma matéria concentrada da ordem de 10^{11} massas solares, isto é, com o valor da massa de uma galáxia. Uma *protogaláxia*, teria, então surgido.

Caso a temperatura fosse mais baixa, cerca de 10K (-263 °C), a contração forneceria massas da ordem de 100 000 a 1 000 000 vezes a do Sol, isto é, a que se encontra nos aglomerados globulares que constituem os halos das galáxias. Surgiram, desta forma, os *proto-aglomerados globulares*. As galáxias e os aglomerados globulares, segundo as observações, contêm respectivamente centenas de milhões e centenas de milhares de estrelas. Por efeito da contração teriam igualmente nascido, ao lado das proto-estrelas individuais, os proto-aglomerados galácticos, os globulares, as protogaláxias e ainda os protoplanetas e proto-satélites.

A REAÇÃO TERMONUCLEAR E AS ESTRELAS

Formada a proto-estrela, resta, ainda, sua transformação em estrela, que, na definição clássica, é um *corpo celeste gasoso de forma esférica e com luz própria, mantendo sua atividade devido à fusão termonuclear que se processa em seu interior*.

Para que a fusão termonuclear tenha início é necessário que a contração da matéria que constitui a proto-estrela produza em seu interior temperaturas extremamente elevadas, no mínimo de dezenas de milhões de graus celsius. Com estes valores, a fusão mais simples, tipo próton-próton, de quatro átomos de hidrogênio em um de hélio, tem seu começo, liberando energia, por

efeito Einstein (veja esquema da figura 7)

Onde 1 e 2 são os números atômicos do hidrogênio e do hélio, respectivamente e 1,0073 e 4,0038 o valor das massas atômicas dos dois elementos, em unidades de massa atômica (uma).

Desta forma, os quatro átomos do hidrogênio somados perfazem 4,0292 uma, existindo, portanto, a diferença, ΔM , de 0,0254 uma, pois:

$$4 \times 1,0073 - 4,0038 = 0,0254 \text{ uma} = \Delta M$$

Em gramas, o valor de ΔM será $0,0422 \times 10^{-24}$ g.

Pela famosa equação de Einstein, $E = mc^2$, a energia (E) liberada na fusão termonuclear é medida pelo produto da massa, no caso ΔM , pelo valor da velocidade de propagação da luz no vácuo (c), igual, aproximadamente, a $300\,000 \text{ km s}^{-1}$

Cada conversão hidrogênio em hélio destrói $0,0422 \times 10^{-24}$ g e libera $4,28 \times 10^{-5}$ ergs.

Como exemplo da eficácia desta conversão *massa-energia*, admitindo-se, para o Sol, a massa de $2,0 \times 10^{33}$ g e a luminosidade de $3,8 \times 10^{33}$ erg/s, para manter, sem alteração, o fluxo de radiação são necessárias:

$$\frac{3,8 \times 10^{33} \text{ erg/s}}{4,28 \times 10^{-5} \text{ erg/conv.}} = 0,89 \times 10^{38} \text{ conv./s}$$

Em cada conversão, são eliminados quatro átomos de hidrogênio, com o que são aniquilados:

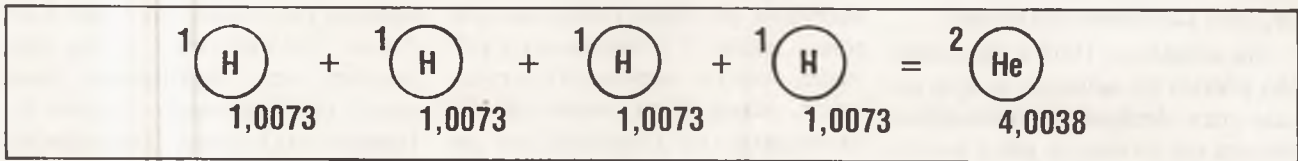
$$(0,89 \times 10^{38}) \times 4 = 3,6 \times 10^{38} \text{ núcleos de H/segundo.}$$

Admitindo-se, por simplicidade, que o Sol seja constituído unicamente por hidrogênio, ter-se-iam disponíveis:

$$\frac{2,0 \times 10^{33} \text{ g}}{1,7 \times 10^{-24} \text{ g}} = 1,2 \times 10^{57} \text{ átomos H (núcleos)}$$

Humanidad

figura 7 – Fusão Nuclear: Hidrogênio em Hélio



e, de acordo com a idade presumida atualmente para o Sol, de $4,5 \times 10^9$ anos (4,5 bilhões de anos) ou seja $13,5 \times 10^{16}$ segundos, teriam nessa hipótese, sido aniquilados $48,6 \times 10^5$ átomos de hidrogênio, pois $(3,6 \times 10^{38}) \times (13,5 \times 10^{16}) = 48,6 \times 10^{54}$, que, em valor relativo, equivale a apenas 4% da massa total do Sol, uma vez que:

$$\frac{48,6 \times 10^{-54}}{1,2 \times 10^{57}} = 0,04 = 4\%$$

Os números apresentados correspondem a uma transformação, por aniquilação de matéria (hidrogênio), de massa em energia, de quase *quatro milhões de toneladas por segundo*, com a fusão de 600 milhões de toneladas de hidrogênio em 596 milhões de toneladas de hélio, e isto, em cada segundo!

Finalmente, em cada segundo de sua existência como estrela, foram liberadas ($E = mc^2$):

$$\begin{aligned}
 E &= (4 \times 10^9) \text{kg} \times (3 \times 10^8)^2 \text{m/s} = \\
 &= 36 \times 10^{25} \text{joules}
 \end{aligned}$$

o que perfaz, para fixar as idéias, uma potência de 36×10^{22} quilowatts, potência equivalente a $1,83 \times 10^{12}$ (quase 2 trilhões) de vezes o potencial total das bacias hidrográficas do Brasil ($1,97 \times 10^{11}$ quilowatts).

A transição entre a proto-estrela e a estrela ou, em termos energéticos, entre a contração de Helmholtz e a fusão termonuclear, se efetua por seqüências que, dependendo da massa original, podem levar de dez milhões de anos para massas inferiores à do Sol (cerca de meia massa solar) a 10 mil anos, para massas quinze vezes maiores que a do Sol. A figura 8

ilustra as diversas transições seguidas pelas proto-estrelas para atingirem a seqüência principal do diagrama HR e emergir como estrelas.

PROTO-ESTRELAS: CARACTERIZAÇÃO

A progressiva contração de parte da nuvem de gás e poeira até a proto-estrela, de acordo com a sugestão do astrônomo mexicano A. Poveda, faz com que a pré-estrela permaneça envolvida em uma nuvem residual, obscurecendo a fase de alta luminosidade, a fase de Hayashi, dificultando sua descoberta. O fluxo de energia irradiada pela proto-estrela irá, no entanto, alcançar o envoltório ga-

roso, energizando os grãos de poeira, elevando suas temperaturas a algumas dezenas ou mesmo a centenas de graus celsius. Nessa temperatura, os próprios grãos passam a emitir radiação na faixa espectral do infra-vermelho (Lei de Wien), podendo ser detectada por coletores deste tipo de radiação. Assim sucedeu, e o satélite artificial norte-americano IRAS (I-infra; R-vermelho – *red* em inglês; A-artificial; S-satélite) conseguiu identificar várias regiões onde podem ser encontradas proto-estrelas. O impacto da radiação (pressão de radiação) pode, por sua vez, provocar o afastamento progressivo dos grãos, revelando a proto-estrela à observação astronômica da Terra

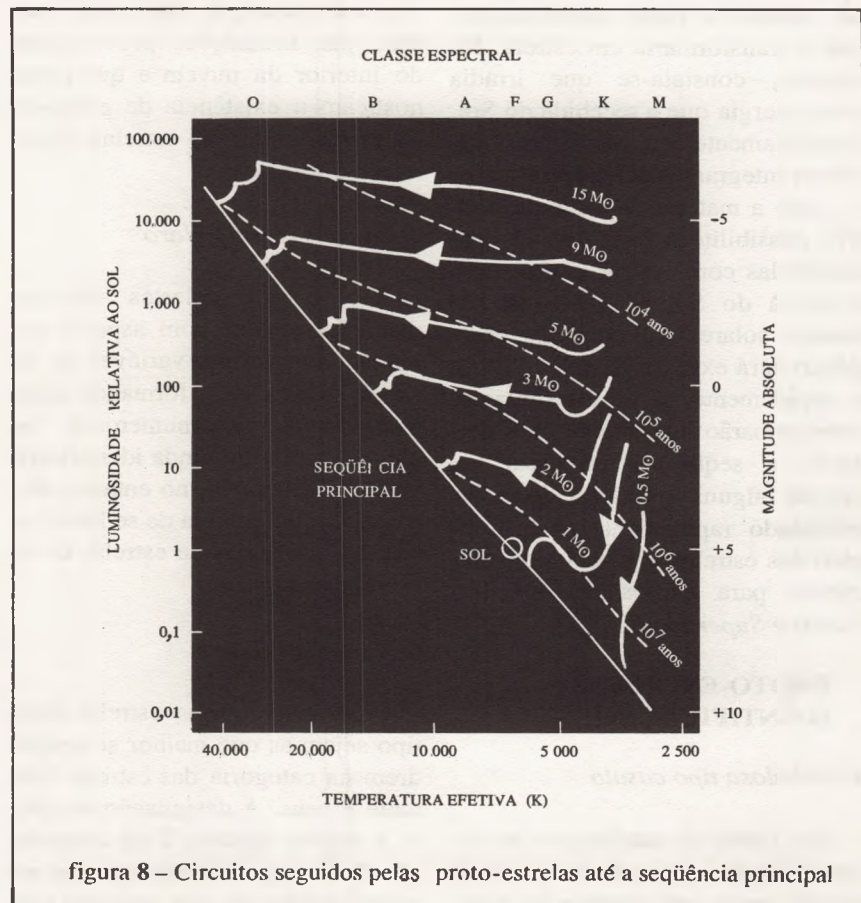


figura 8 – Circuitos seguidos pelas proto-estrelas até a seqüência principal

ou, mais facilmente, do espaço.

Foi criada em 1967 a denominação poética de *nebulosa de tipo casulo* para designar a proto-estrela envolta em nuvem de gás e poeira, como a lagarta que, dentro de seu casulo, irá se transformar em borboleta. Como foi assinalado, é possível detectá-la na faixa do infravermelho, compreendendo um comprimento de onda entre 1 a 2 micrômetros ($1\mu\text{m}$ a $2\mu\text{m}$).

Caso a matéria da nuvem primitiva não permita senão a formação de uma proto-estrela com massa inferior à do Sol, não haverá a reação termonuclear, e o corpo celeste originado constituirá uma *anã negra*, irradiando pouquíssima energia.

No sistema solar, o planeta Júpiter (o maior de todos), com massa mil vezes inferior à do Sol, é um corpo celeste *quase estelar*, mas cuja temperatura interna não se aproximou do valor mínimo capaz de detonar a fusão termonuclear, que o transformaria em estrela. No entanto, constata-se que irradia mais energia que a recebida do Sol, contrariamente ao verificado nos outros integrantes do sistema solar.

Caso a matéria da nuvem primitiva possibilite a formação de proto-estrelas com massas muito superiores à do Sol (entre 50 a 100 massas solares), o consumo energético será excessivamente elevado e, rapidamente, as proto-estrelas se transformarão em estrelas que deixarão a seqüência principal em apenas alguns milhares de anos, evoluindo rapidamente para a região das estrelas gigantes, com tendência para explosões: serão as *Novas e Supernovas*.

PROTO-ESTRELAS: IDENTIFICAÇÃO

a) *Nebulosa tipo casulo*

Em 1966, os astrônomos americanos Frank Low e Bruce J. Smith identificaram, por observação infra-

vermelha, no corpo celeste de aparência estelar *R Monocerotis* a primeira possível nebulosa tipo casulo. A estrela R da constelação do Monoceros (ou Unicórnio) se encontra a 2 282 anos-luz da Terra. A pequena fração de luz visível, também detectada, parece provir da nebulosa, com cerca de 200 UA¹⁵ de diâmetro que a envolve e que absorve a maior parte da luz emitida pela estrela.

b) *Masers*

Masers em astronomia são nuvens pequenas, mas densas de gás e poeira, que irradiam fortemente no infravermelho e no domínio da radioastronomia. Não emitem radiação visível (de $0,4\mu$ a $0,7\mu$). Seus diâmetros são comparáveis aos do sistema solar e os *masers* são ricos em grãos de poeira e moléculas (H_2O e OH). As análises das emissões da faixa da radioastronomia implicam *excitação* molecular, causada por irradiações provenientes do interior da nuvem e que prognosticam a existência de proto-estrelas ou, então, de estrelas recentemente formadas.

c) *Objetos Herbig-Haro*

São corpos celestes relativamente pequenos, com aspecto nebuloso fortemente variável e, na maioria dos casos, formando aglomerados não muito numerosos. Nenhuma estrela foi ainda identificada nestes objetos que, no entanto, têm a curiosa preferência de se localizarem nas cercanias de estrelas do tipo *R Monocerotis*.

d) *Estrelas T Tauri*

Presume-se que as estrelas deste tipo sejam as que melhor se enquadrem na categoria das estrelas bastante jovens. A designação se refere à estrela variável T da constelação do Touro. São encontradas em várias regiões do céu, mas têm pre-

ferência pela região do Touro e do Orion. Historicamente, foram pela primeira vez identificadas como grupo pelo astrônomo alemão K. Himpel (1933-1934). O trabalho foi apenas divulgado na Alemanha. Há fortes evidências de sua estreita vinculação às nebulosas tipo casulo. Tudo leva a crer que sejam estrelas recém-formadas, já desvinculadas da nuvem residual de gás e poeira. São associadas a aglomerados galácticos e demonstram instabilidades nas emissões energéticas, especialmente nas radiações infravermelhas, características das nebulosas tipo casulo. Apresentam grande velocidade de rotação para seus tipos espectrais. As idades presumíveis se distribuem entre 100 000 a 1 000 000 de anos. A *T Tauri GW Orionis* (constelação do Orion) parece ser bem mais recente: apenas 20 000 anos de idade!

e) *T Tauri e Aglomerados Galácticos*

Foi identificada uma estreita associação entre as estrelas T Tauri e os aglomerados galácticos (os aglomerados de estrelas jovens). No aglomerado NCG 2264, na constelação do Monoceros, onde se acha vestígio de nebulosa tipo casulo, se encontram várias estrelas T Tauri. Quando dispostas no diagrama HR, localizam-se à direita da seqüência principal, na região das proto-estrelas e suas idades se distribuem entre 3 e 10 milhões de anos.

f) *Glóbulos Escuros nas Nebulosas Difusas*

A análise das fotografias das nebulosas difusas mostra nitidamente glóbulos escuros, sinais indeléveis da presença de estrelas recém-criadas, bem como restos de poeira e gás que não se contraíram e não formaram proto-estrelas. Observam-se, igualmente, extensas manchas escuras e nuvens de gás extremamente brilhantes provocadas

pela excitação de suas moléculas e átomos pelas radiações de curto comprimento de onda de estrelas O, B ou A, em suas cercanias. Registros de radiação infra-vermelha bem como gases em expansão têm sido obtidos e verificados. Tudo converge para que essas grandes nuvens sejam efetivamente berçários de estrelas recém-formadas, emergentes de suas proto-estrelas, os ventres fecundos das progenitoras: as nebulosas difusas tão frequentes em nossa Galáxia.

Proto-estrelas: Pesquisas Atuais

A identificação definitiva das proto-estrelas é extremamente importante para a compreensão dos modelos físico-matemáticos idealizados para seguir as pegadas da evolução estelar. Coletores de radiação dos mais variados tipos vêm sendo acoplados aos telescópios, em especial os relativos às emissões infra-vermelhas e às ondas do domínio da radioastronomia. Satélites artificiais, como o IRAS, vêm sendo projetados e o SIRTIF (Space InfraRed Telescope Facility) irão certamente identificar, em futuro próximo, várias proto-estrelas em nossa Galáxia.

PROTO-ESTRELAS E SUAS DESCOBERTAS

No dizer de Fred Hoyle, um dos maiores astrônomos e cosmólogos contemporâneos, há uma circunstância infeliz que vem adiando a efetiva descoberta das proto-estrelas: suas formações, inexoravelmente, ocorrem no interior de regiões de alta densidade, que mascaram e dificultam, por excessiva absorção de radiação, suas presenças no universo. Mesmo assim, com persistências e equipamentos cada vez mais sofisticados, as proto-estrelas se revelarão, da mesma forma

que o feto se torna perceptível na ultrassonografia, através de toda a barreira natural do líquido amniótico e do próprio corpo materno que o acalenta.

Luiz Eduardo da Silva Machado é professor titular e docente livre de astronomia do Instituto de Geociências e Diretor do Observatório do Valongo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Notas

1. Para efeito de comparação, o diâmetro da Lua Cheia é de aproximadamente 0,5° (meio grau); portanto, o deslocamento descoberto por Hiparco equivale a aproximadamente quatro diâmetros lunares.
2. Um ano-luz é a distância percorrida pela luz em um ano, equivalente a $9,46 \times 10^{12}$ km.
3. Aparelho que decompõe a luz e a registra em filme fotográfico, permitindo assim o estudo da composição química da fonte.
4. A magnitude aparente é uma escala logarítmica que representa o brilho de um objeto celeste visto da Terra. Quanto menor for o valor numérico da magnitude, maior será o brilho do objeto. O Sol possui a menor magnitude aparente conhecida; portanto, é o objeto mais brilhante do céu.
5. UA é unidade astronômica. É a distância média entre a Terra e o Sol, o que equivale a 150 milhões de km, aproximadamente.

Referências Bibliográficas

- ALLEN, David A. *Infra-red - The New Astronomy*. Inglaterra. Biddles, 1975.
- BERRY, Arthur. *A short history of Astronomy - From ancient times through the nineteenth century*. Nova York, Dover, 1961.
- HARTMANN, William K. *Astronomy: the cosmic journey*. California, Wadsworth, Dover, 1981.
- JASTROW, R. e THOMPSON, Malcolm. *Astronomy: Fundamentals and Frontiers*. Nova York, John Wiley & Sons, 1982.
- KOESTLER, Arthur. *Os sonâmbulos*, trad. Alberto Denis. São Paulo, Ibrasa, 1961.
- MILTON, Simon. *The Cambridge Encyclopedia of Astronomy*. Nova York, Crown, 1977.

Resumen

Proto estrellas: la genética estelar

Los hombres, muchas veces, sacan conclusiones basándose únicamente en el sentido común. El gran problema de la ciencia es que este criterio se ha mostrado bastante equivocado; un buen ejem-

plo es el de las estrellas fijas. El firmamento es inmutable para cada uno de los hombres, pero el flujo del tiempo le reveló, a la humanidad, que las estrellas tienen movimiento, conclusión válida para todo el universo, pues éste también se mueve.

El universo se mueve espacial y temporalmente, por lo tanto la evolución es el fenómeno, tal vez, más presente en el existir del mundo. Las estrellas que brillan en nuestros cielos y en nuestras mentes surgen de objetos preexistentes y, en un momento dado, se encuentran en un limbo - la proto-estrella - la que va a pasar por transmutaciones internas determinadas por la genética estelar

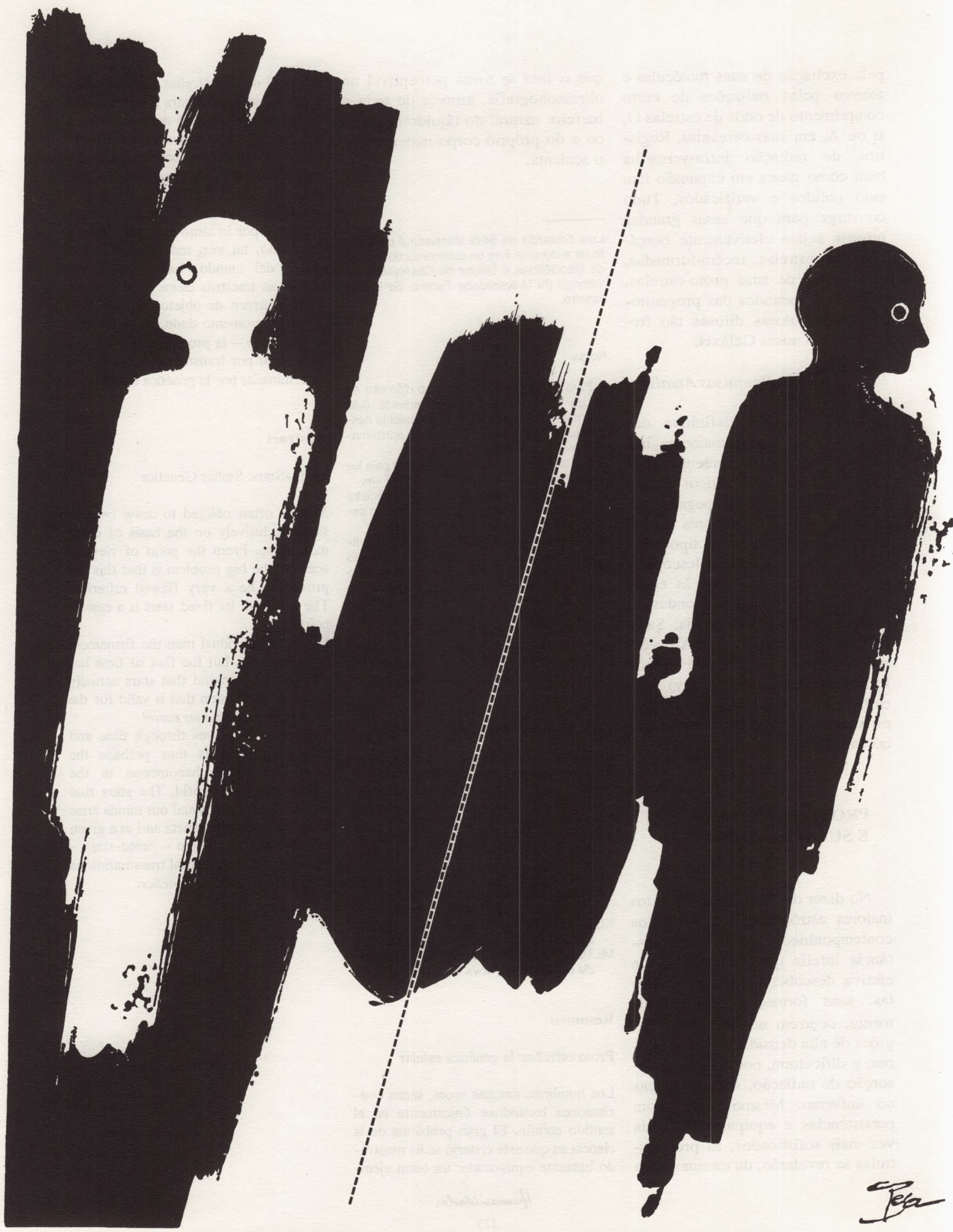
Abstract

Proto-Stars: Stellar Genetics

Man is often obliged to draw conclusions exclusively on the basis of common sense. From the point of view of science, the big problem is that this has proved to be a very flawed criterion. The sky with its fixed stars is a case in point.

For each individual man the firmament is unchanging, but the flux of time has revealed to mankind that stars actually move. A conclusion that is valid for the whole universe: *it does move!*

The universe moves through time and space; evolution is thus perhaps the most ubiquitous phenomenon in the existence of the world. The stars that shine in our heavens and our minds arise from pre-existent objects and at a given moment are in a limbo - proto-stars - and will undergo internal transmutations determined by *stellar genetics*.



Pea

Eros e Tanatos

Naham Armony

Em diversos aspectos da vida humana, verificamos a existência de um equilíbrio entre as mais diferentes forças. Neste artigo, analisa-se a interação entre duas das mais instigantes pulsões humanas: a de vida e a de morte.

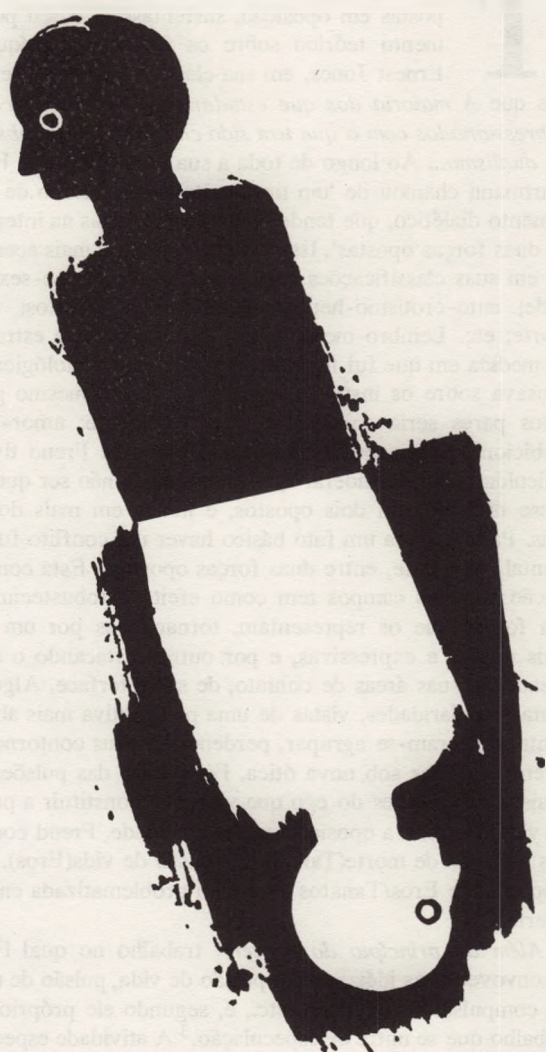
Freud sempre necessitou de duas forças que, postas em oposição, sustentassem o seu pensamento teórico sobre os fenômenos psíquicos.

Ernest Jones, em sua clássica biografia, revela-nos que *A maioria dos que estudaram com Freud ficaram impressionados com o que tem sido chamado de seu obstinado dualismo...* Ao longo de toda a sua obra, há o que Heinz Hartmann chamou de 'um tipo muito característico de pensamento dialético, que tende a basear as teorias na interação de duas forças opostas'. Isso naturalmente era mais acentuado em suas classificações básicas: amor-fome; ego-sexualidade; auto-erotismo-heteroerotismo; Eros-Tanatos; vida-morte; etc. Lembro-me de como isso me parecia estranho, na medida em que fui formado em uma escola biológica que pensava sobre os instintos no plural. Mas, o mesmo gosto pelos pares seria encontrado constantemente: amor-ódio, exibicionismo-escopofilia, etc. É como se Freud tivesse dificuldade em considerar qualquer tema a não ser que pudesse dividi-lo em dois opostos, e nunca em mais do que dois. Para ele, era um fato básico haver um conflito fundamental, na mente, entre duas forças opostas.¹ Esta concentração em dois campos tem como efeito o robustecimento das forças que os representam, tornando-as por um lado mais nítidas e expressivas, e por outro destacando o sombreado de suas áreas de contato, de sua interface. Algumas destas bipolaridades, vistas de uma perspectiva mais abrangente, deixaram-se agrupar, perdendo os seus contornos ao serem pensadas sob nova ótica. Foi o caso das pulsões sexuais e das pulsões do ego que vieram a constituir a pulsão de vida. Perdida a oposição ego-sexualidade, Freud contrapôs a pulsão de morte (Tanatos) à pulsão de vida (Eros). Esta bipolaridade Eros/Tanatos será aqui problematizada em sua interface.

*Além do princípio do prazer,*² trabalho no qual Freud desenvolveu suas idéias sobre pulsão de vida, pulsão de morte, compulsão à repetição, etc., é, segundo ele próprio, um trabalho que se nutre de especulação.³ A atividade especulativa difere por sua natureza da atividade raciocinante. Ela permite-nos a suprema ousadia de avançar por espaços desconhecidos, liberando novas formas de pensamento e sensibilidade. Enquanto a Razão nos mantém atados ao conceito – abstração das realidades estéticas –, o Pensamento nos fornece idéias que estão fora do senso comum. Eros/Tanatos, produtos do Pensamento e não da Razão, são idéias e não conceitos.⁴

Existe, sem dúvida, um parentesco destas idéias com as idéias platônicas. Delas diferem por não se pretenderem reguladoras nem modelares. Enquanto na filosofia platônica idéias são essências perfeitas e exatas subsumindo contingências inexatas, as idéias freudianas serão aqui tratadas como essências anexatas subsistemas, idéias-sentido. Como tais, são idéias nômades o que as torna adequadas ao turbilhão mutativo e paradoxal do devir. É este nomadismo que nos permitirá, neste momento, arrancar as idéias da região do Pensamento levando-as, com as inevitáveis modificações de passagem, para o plano da sensibilidade, onde poderemos criar uma base experiencial inicialmente convencional e, logo após, transcendental, que nos introduzirá nos vãos especulativos de Freud.

Humanidades



Consideremos, pois, uma situação muito simples. Um homem acaba de acordar. Sobre este tema façamos duas idealizações: na primeira nosso herói já lembra esperto, ativo, com disposição para a luta, pensando alegremente nos desafios que terá de enfrentar durante o dia, nas situações novas com as quais irá se defrontar; esta expectativa ataca-o, fá-lo sentir-se vivo, capaz, potente; ele crê na sua inteligência e inventividade para dar conta do inesperado que certamente surgirá. Sente-se forte e, portanto, capaz de tirar prazer do ato de lutar. Regozija-se com a expectativa de enfrentar situações novas como oportunidade de utilizar os seus poderes e capacidades; anseia pelos estímulos que a vida traz, pois isto fá-lo-á sentir a voluptuosidade do movimento, um movimento em si já jubiloso, mas que ainda mais se torna na experiência de transformação, criatividade e potência. Neste levantar-se para a luta, nosso herói encontra adversários e aliados, amigos e inimigos, simpatias e antipatias, amor e ódio, formando uma malha de relações que o inclui necessariamente em uma comunidade mais ampla. Estamos diante de Eros, a pulsão de vida a tecer sua rede, unindo células in-

dividuais em corpos maiores numa atividade sem fim. Eros, de corpo escancarado para os estímulos, incluindo-os em sua matéria, em perene transmutação. Eros-hólons, organizações individuais que se reúnem em organismos maiores sem perder sua individualidade. Eros, a raiz das complexificações, das sínteses, dos agrupamentos. Eros, idéia que atravessa as várias possibilidades de manifestação da matéria/energia dando sentido a uma gama variada de acontecimentos, desde aqueles promovidos pelas forças de atração da matéria inanimada (força da gravidade, forças eletromagnéticas, etc.) até aqueles dependentes de sentimentos humanos gregários, tais como o amor, a sexualidade, o carinho, etc.

Na outra variante, nosso personagem lembra vagarosamente, espreguiça-se languidamente, maldiz a necessidade de ter de se levantar, pois preferiria ficar gozando a modorra em que se encontra. Seu desejo é de relaxamento, de ausência de preocupação; nada de atividade e lutas; elas o incomodam, cansam, amedrontam, fazem-no quase sofrer. Seu desejo é ser esquecido pela vida, pelo mundo e pelos homens para poder continuar gozando daquele maravilhoso nirvana, por onde não passa nem leve aragem de agitação. Se pudesse passaria o resto de sua vida em repouso naquela cama, naquela modorra, naquele paraíso despido de movimento, de preocupações. Horroriza-se diante de qualquer tentativa de se lhe levar algum problema, alguma situação dúbia, optativa, que exija resoluções. Estamos diante de Tanatos, a pulsão de morte. Pensamos então em uma individualidade fusionada com a absoluta imobilidade do todo da natureza-mater, penetrada e transportada pelas trepidações do cosmos, dissolvido no universo; um indivíduo desativado, apassivado, entregue, desindividualizado. Estamos diante de paz, tranquilidade, morte, indiferenciação, nirvana. A natureza inerte chama-o e desintegra-o em seu corpo magno-magnífico. Os braços acalentadores da mulher amada tranquilizam-no, trazendo-lhe confortos calmosos. Tanatos, pulsão de morte, a grande igualadora e pacificadora, a desintegradora que conduz à indiferenciação. Tanatos que, mais que repulsão, é entropia, tendência ao apagamento de todas as diferenças.

Pensadas a partir da sensibilidade, pulsão de vida e pulsão de morte apresentam semelhanças e diferenças. Semelhança na tendência à integração no Todo e diferença na forma de realização da integração; na pulsão de vida cada elemento conserva sua individualidade, e na pulsão de morte perdem-se os limites diferenciadores das individualidades. Esta característica que têm as pulsões de impelir o organismo para a integração no Todo é um aspecto fundamental do que Freud chama de 'compulsão à repetição'. Esta expressão, inicialmente um conceito abstrato da clínica, ganha aqui o fórum de uma idéia diretamente vinculada à idéia de pulsão. No pensamento freudiano a Totalidade é a condição originária; a pulsão ao perseguir o Todo estaria buscando recuperar/repetir um estado primevo; por isto mesmo Freud considera as pulsões conservadoras. Se o leitor reler minha descrição inicial de pulsão de vida dificilmente a considerará conservadora. Portanto, não nos é suficiente o plano da sensibilidade para alcançar a idealização freudiana de pulsão, já que ela não esclarece a característica conservadora que possui. Mas, assentados neste primeiro plano, estamos agora em

melhores condições de acompanhar Freud em suas articulações especulativas.

As idéias de pulsão de morte, pulsão de vida, compulsão à repetição tomaram forma nos últimos anos da guerra e nos primeiros do pós-guerra de 1914-1918 – a Primeira Grande Guerra Mundial. Freud, já na casa dos sessenta, sofrendo de achaques e doenças da velhice, com confortável reconhecimento internacional, e com o ímpeto juvenil arrefecido, precisou enfrentar os sofrimentos inerentes à situação de guerra: preocupação com os filhos que estavam na frente de batalha, decepção com a humanidade que se entregava a uma orgia de agressividade e destruição, privações materiais, etc.; também uma grave e fatal doença de um grande amigo era-lhe extremamente penosa.⁵ A energia e vitalidade de Freud declinavam, deixando aparecer seu desejo de tranqüilidade, sossego, paz.⁶ Na clínica defrontava-se com a frequente impossibilidade dos pacientes superarem a *compulsão à repetição*, reproduzindo, na relação com o analista, um mesmo comportamento, não importando quão inútil fosse e o quanto fizesse sofrer a cada vez que ocorresse. A primeira abordagem do fenômeno derivou da percepção de que o que não era rememorado na análise era repetido na relação com o analista; daí Freud estabeleceu que a compulsão à repetição articulava-se com a repressão e que bastaria fazer retornar a lembrança reprimida (com seu acompanhante afetivo) ao sistema pré-consciente/consciente para superá-la.⁷ Como esta esperança só precariamente se cumpriu, Freud, ainda que mantendo o plano fenomenal de compreensão-explicação, enveredou por caminhos imaginativos-ideativos. Iniciemos pelas suas especulações sobre experiências biológicas realizadas com organismos unicelulares. Citando Freud: “As experiências com os protistas já demonstram que a conjugação, isto é, a coalescência de dois indivíduos que se separam logo após sem que qualquer divisão celular subsequente ocorra, tem efeito fortalecedor e rejuvenescedor sobre ambos. Nas gerações posteriores, não mostram sinais de degeneração e parecem aptos a opor resistência mais prolongada aos efeitos prejudiciais de seu próprio metabolismo. Essa observação isolada pode, penso eu, ser tomada como típica do efeito produzido também pela união sexual. Mas, como é que a coalescência de duas células apenas ligeiramente diferentes pode ocasionar essa renovação da vida? O experimento que substitui a conjugação dos protozoários pela aplicação de estímulos químicos ou mesmo mecânicos (cf. Lipschutz, 1914) permite-nos dar o que é, indubitavelmente, uma resposta conclusiva a essa pergunta. O resultado é ocasionado pelo influxo de novas quantidades de estímulo. Isto condiz bem com a hipótese de que os processos vitais do indivíduo levam, por razões internas, a uma abolição das tensões psíquicas, isto é, à morte, ao passo que a união com a substância viva de um indivíduo diferente aumenta essas tensões, introduzindo o que pode ser descrito como novas diferenças vitais que devem então ser vividas.”⁸

Se neste momento imobilizarmos o fluxo de seu pensamento, a pulsão de morte aparecerá, filosoficamente, como Ser Subsistente, enquanto que para Eros ficará reservado um papel accidental-contingente. É neste ponto que se insere sua famosa afirmação de que as pulsões de autoconservação,

guardiões da vida, são também laços da morte, o que significa que todo organismo almeja morrer, porém à sua própria maneira. Mas, a biologia é um mero porto de decolagem da ideação freudiana. Não fora assim, Freud ter-se-ia detido na contradição existente entre imortalidade celular e pulsão de morte. Justamente não o faz por não estar pensando biologicamente; Freud transcende os fatos e interpretações biológicas realizando o que se pode chamar de uma metabiologia, uma especulação que se vale da biologia, porém ultrapassando-a. Da mesma maneira, o que se segue não será uma cosmogonia, mas uma metacosmogonia.

Nos tempos imemoriais havia uma matéria inanimada contínua.⁹ Forças cósmicas agindo sobre esta matéria dividiram-na, individualizaram-na e deram-lhe vida. Era, porém, uma vida muito precária que logo retornava ao imaginário (pulsão de morte). Só aos poucos foi-se fixando na matéria aquilo que pode ser chamado de pulsão de vida, uma tendência a manter e ampliar a vida adquirida. Esta pulsão de vida, de início tão frágil, acaba, qual Frankenstein filosófico, por se afirmar diante da pulsão de morte, deixando de ser mero acidente para ganhar o estatuto de Ser Subsistente, igualando-se à pulsão de morte. Mantém-se, porém, a ligação de origem. Assim como Eva, formada por uma costela de Adão, fica a ele indissolivelmente ligada, assim a pulsão de vida, nascida da pulsão de morte, não mais se liberta desta origem. Não é por acaso que estamos penetrando na área mítica; é nesta região que a intuição de Freud, abandonando os suportes materiais, cósmicos e biológicos, exprime uma arcaica aspiração. Freud vale-se do mito dos seres comple-

**Eros, a pulsão de vida, tece sua rede,
unindo células individuais em corpos
maiores, em uma atividade sem fim.**

tos/incompletos, contado por Aristófanes em *O Banquete* de Platão, para revelar a íntima união/pulsão de morte/pulsão de vida; inicialmente, três eram os gêneros existentes: o primeiro constituído por duas partes masculinas, o segundo por duas femininas, e o terceiro por uma parte masculina e outra feminina. Eram, porém, seres muito presunçosos “de uma força e de um vigor terríveis”¹⁰ e que se voltaram contra os Deuses tentando destronar Zeus. Como castigo foram cortados, divididos em duas metades. “Por conseguinte, desde que a nossa natureza se mutilou em duas, ansiava cada um por sua própria metade e a ela se unia, e envolvendo-se com as mãos e enlaçando-se um ao outro, no ardor de se confundirem, morriam de fome e de inércia em geral, por nada quererem fazer longe um do outro... É então de há tanto tempo que o amor de um pelo outro está implantado nos homens, restaurador da nossa antiga natureza, em sua tentativa de fazer um só de dois e de curar a natureza humana... A ninguém, com efeito, pareceria que se trata de união sexual, e que é porventura disso que um gosta da companhia do outro assim com tanto interesse; ao contrário, que uma coisa quer

a alma de cada um, é evidente... Se diante deles surgisse Hefesto e com seus instrumentos lhes perguntasse: Que é que quereis, ó homens, ter um do outro?, e se, diante do seu embaraço, de novo lhes perguntasse: Porventura é isso que desejais, ficardes no mesmo lugar o mais possível um do outro de modo que nem de noite nem de dia vos separeis um do outro? Pois se é isso que desejais, quero fundir-vos e forjar-vos numa mesma pessoa, de modo que de dois vos torneis um só e, enquanto viverdes, como uma só pessoa, possais viver ambos em comum, e depois que morrerdes, lá no Hades, em vez de dois ser um só, mortos os dois numa morte comum; mas vede se é isso o vosso amor e se vos contentais se conseguirdes isso. Depois de ouvir essas palavras, sabemos que nem um só diria que não, ou demonstraria querer outra coisa, mas simplesmente pensaria ter ouvido o que há muito estava desejando, sim, unir-se e confundir-se com o amado e de dois ficarem um só. O motivo disso é que nossa antiga natureza era assim e nós éramos um todo; e, portanto, ao desejo e procura do todo se dá o nome de amor”.¹¹

Até aqui percorremos com Freud o seguinte caminho: na metabiologia – pulsão de vida tributária da pulsão de morte; na metacosmogonia – pulsão de vida independente da pulsão de morte; no mito – pulsão de vida mesclada à pulsão de morte. Em suas considerações finais de “Além do princípio do prazer”, Freud reúne o cosmogônico, o biológico e o mítico-psicológico em um mesmo movimento do devir: “Seguiremos a sugestão que nos foi oferecida pelo poeta-filósofo e aventurar-nos-emos pela hipótese de que a substância viva, por ocasião de sua animação, foi dividida em pequenas partículas, que desde então se esforçaram por reunir-se através dos instintos sexuais? De que esses instintos, nos quais a afinidade química da matéria inanimada persistiu, gradualmente conseguiram, à medida que evoluíram pelo reino dos protistas, sobrepujar as dificuldades colocadas no caminho desse esforço por um ambiente carregado de estímulos perigosos, estímulos que os compeliram a formar uma camada cortical protetora? De que esses fragmentos estilizados de substância viva atingiram dessa maneira uma condição multicelular e finalmente transferiram o instinto de reunião, sob a forma mais altamente concentrada, para as células germinais?”.¹² Se a substância inanimada ao se transformar em viva foi estilizada em pequenas individualidades, se essas pequenas individualidades se transformaram em organismos complexos transferindo o ‘instinto de reunião’ (Eros ou pulsão de vida) para as células germinais, e se pulsão de vida contida agora nas células germinais busca recuperar a Totalidade primeva, então pulsão de vida e pulsão de morte são duas idéias intimamente imbricadas que, neste momento, se miscigenam. Assim, Freud engloba, em uma só visada do vir-a-ser, a morte e a vida, o animado e o inanimado, o cosmogônico, o biológico e o psicológico. Pulsão de vida e pulsão de morte revelam-se idéias nômades subsistentes, podendo pois sustentar uma pequena fábula, versão moderna de mitos ancestrais de completude/incompletude:¹³ quando somos muito jovens esperamos encontrar no par amoroso o nosso complemento, ‘a outra metade da maçã’. De decepção em decepção aprendemos não existir, na vida real, este encaixe perfeito; o desejo, porém, permanece em

nossa fantasia inconsciente. Continuamos procurando no parceiro a tranquilidade, o relaxamento, a igualdade, e encontramos a diferença, o estimulante, o espicaçante. Procuramos a paz, o nirvana, a ‘morte’, e encontramos o estímulo, o conflito, a vida. Na clínica psicanalítica deparamo-nos com a mesma espécie de comportamento, a mesma busca de paz, completude, nirvana. O analisando insiste em conseguir estados de fusão, simbiose, complementação, nos quais analisado/analisando seriam um único ser; espera assim poder dar aquele suspiro de alívio de quem, liberto das tensões da vida, encontrou o paraíso. O analista, porém, a partir de sua alteridade, quebra a expectativa do analisando introduzindo na relação a tensão, o conflito, a vida. A reiterada repetição destes desencontros acaba por reprimir os aspectos ligados à pulsão de morte, só (aparentemente) subsistindo a pulsão de vida. Aqui cabe a descrição da pulsão de vida do início deste artigo. A solidariedade sistêmica sugerida por Freud em “Além do Princípio do Prazer” leva-nos a encontrar o mesmo fenômeno em outras esferas, além da psicológica: a matéria viva ter-se-ia em certo momento independentizado do corpo somático e entrado em conflito com ele. É preciso, porém, ultrapassar o plano do fenômeno para alcançar, através da ideação, uma mais fundamental interface das pulsões de vida com as pulsões de morte; teremos assim melhores instrumentos para darmos um mais adequado sentido aos acontecimentos do cotidiano. Na vida, como na terapia psicanalítica, negar-se a simbiose a quem dela necessita é lançá-lo precocemente numa alteridade esmagadora que poderá destruí-lo. Por outro lado, manter indevidamente uma situação simbiótica com quem clama por individuação é uma forma de matá-lo em vida, arruinando suas possibilidades de se abrir para o mundo, para novos estímulos. Podemos ainda reconhecer situações de alternância e de coexistência simbiose/individuação. Uma periódica realização fantasmática de união simbiótica, de perda de limites, de união com a Totalidade é revigorada para quem consegue atingi-la como duas faces de uma moeda em constante rodopio, sem que jamais pudéssemos distinguir uma da outra, a não ser, artificialmente, interrompendo o fluxo do tempo.

As idéias de pulsão de morte, pulsão de vida, compulsão à repetição, tomaram forma nos últimos anos da guerra e nos primeiros do pós-guerra de 1914-1918.

Embora Freud não seja explícito quanto a esta questão, os ziguezagues de seu pensamento levam-nos a pensar que para ele a pulsão de morte precede a pulsão de vida. Nesta perspectiva, a pulsão de vida está sempre sendo reabsorvida pela pulsão de morte e sempre se independentizando dela; neste processo, a pulsão de vida ao se independentizar arrasta consigo turvações da pulsão de morte, partilhando ao mesmo tempo com ela o seu halo. Há muitos anos atrás assisti a uma instigante peça teatral, de cujo nome infelizmente não me lembro. Tratava-se de um grupo que, perseguido, refu-

gia-se em uma casa. Todos mantêm a perspectiva de uma volta à vida, exceto um, que enlouquece. Terminado o período de perseguição, as pessoas saem para recompor sua vida, salvo o que enlouqueceu. Este permanece recluso e exerce a sua liberdade balançando-se numa gangorra infantil levada por ele aos pontos pendulares extremos; os ciclos oscilatórios são realizados com uma expressão de felicidade e beatitude máximas, não isenta, porém, de desespero. Lá está sua prisão e sua liberdade, sua vida e sua morte. O próprio movimento da gangorra inclui um tempo morto, parado, que,

Nos tempos imemoriais havia uma matéria inanimada contínua. Forças cósmicas agindo sobre esta matéria dividiram-na e deram-lhe vida.

paradoxalmente, faz desaparecer a morte. Neste tempo absoluto não há morte nem vida; na eternidade do imobilismo estão contidas vida e morte. Em contraste, seus companheiros ao saírem da reclusão e dirigirem-se para a vida encaminham-se também para a morte: o tempo absoluto agora movimentava-se e a morte se faz presente a cada passo dado em direção à vida. Caminha-se para a vida e para a morte.

Vida e morte se entrelaçam, e realizam o louco balé do devir, onde mal se distinguem os dançarinos nos seus incessantes rodopios e nas suas incessantes trocas.

Nahman Armony é médico, membro psicanalista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, professor do Curso de Pós-Graduação em Psicanálise (CEPCOP) da Universidade de Santa Úrsula, com dois livros e vários artigos publicados

Notas

1. Jones, E. (1953). *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, vol. 2, 1989, p. 417.
2. Freud, S. (1920). *Além do princípio do prazer*. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
3. "O que se segue é especulação, amiúde forçada, que o leitor tomará em consideração ou porá de lado, de acordo com sua predileção individual. É mais uma tentativa de acompanhar uma idéia sistematicamente, só por curiosidade de ver até onde ela levará". Freud, S. *Além do princípio do prazer*, p. 39.
4. "...é impossível perseguir uma idéia desse tipo exceto pela combinação repetida de material concreto com o que é puramente especulativo e, assim, amplamente divergente da observação empírica". Ibid, p. 80.
5. Jones, no livro biográfico de Freud, já citado, escreve: "Freud ficara gostando de Von Freund de maneira especial, de modo que sua morte constituiu um pesado golpe pessoal; segundo Freud, essa morte foi um fator importante no seu envelhecimento." (*vida e obra de Sigmund Freud*, vol. 3, p. 36.)

6. Ilustrei este estado de espírito de Freud com duas cartas escritas em 1917. A primeira para a noiva de Ferenczi: "Tenho, ocasionalmente, períodos de desgosto pela vida e de alívio diante do pensamento de que há um fim para esta dura existência." A segunda para Karl Abraham: "Tenho trabalhado muito, sinto-me esgotado e estou começando a achar o mundo repelentemente abominável. A superstição de que minha vida deve chegar a um termo em fevereiro de 1918 com frequência me parece uma idéia inteiramente propícia. Às vezes tenho de lutar muito para recuperar o domínio de mim mesmo." Estas duas cartas poderão ser encontradas no livro já citado de Ernest Jones, no vol. 2, p. 200.
7. Ver Sigmund Freud: *Recordar, Repetir e Elaborar*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora.
8. Freud, S. (1920). *Além do princípio do prazer*. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVIII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976, p. 75-76.
9. Ibid, p. 56 e p. 79.
10. Platão. *O Banquete*. Editora Difel, 1986, p. 126-7.
11. Freud, S. (1920). *Além do princípio do prazer*. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVIII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976, p. 128-132.
12. Ibid, p. 79.
13. Ibid, nota de pé de página da p. 78.

Resumen

Eros y Tanatos

En diversos aspectos de la vida humana, verificamos la existencia de un equilibrio entre las más diferentes fuerzas. En este artículo se analiza la interacción entre las dos pulsiones más instigantes del ser humano: la de la vida y la de la muerte.

Abstract

Eros/Thanatos

The existence of an equilibrium between the most varied forces can be detected in different facets of human life. This article analyzes the interaction between two of the most intriguing human urges: for life and for death.

As Fronteiras da Psique consciente / inconsciente

Vicente de Paulo C. Saldanha

Quem, em algum momento da vida, não se viu fazendo alguma coisa objetiva e vivenciando, subjetivamente, outra coisa muito diferente?

Quem, em algum momento, ao estar dirigindo seu carro, ou estando no ônibus, ou no metrô, a caminho do seu trabalho, da sua escola, não vivenciou situações – através da imaginação – que certamente no plano objetivo jamais realizaria?

Eu mesmo, outro dia, quando ia para o trabalho, dirigindo meu carro, cruzando esquinas, atravessando semáforos, fui tomado por uma imaginação, a qual me colocava como um cavaleiro que partia para uma batalha, para uma grande aventura. Estava como um cavaleiro prateado, daqueles da época medieval. Portava uma estrela em tom vermelho, na altura do peito.

Pensei: Sou um homem simples do cotidiano de uma cidade grande, onde as pessoas se cruzam impessoalmente. Eu estava ali e ao mesmo tempo lá, vivendo tal aventura do passado, num momento do presente.

O que será que ocorreu comigo naquele momento? Será que enlouqueci?

*‘Ab exterioribus ad interiora, Ab inferioribus ad superiora.’
(Do externo para o interno, do inferior ao superior).
Santo Agostinho, Enarratio.*

Será que verdadeiramente estava são? Por que fui dois a um só tempo? Dois momentos diferentes se superpuseram na minha psique.

Na verdade eu havia dançado num feixe de emoções. Havia participado, sem me dar conta, involuntariamente, desta imaginação, de uma dança emocional.

Dançar emocionalmente lembra-me o deus Dioniso e o seu *enthusiasmos*¹, a sua dança orgiástica que embevece. Dioniso com sua dança simboliza a fronteira consciente/inconsciente na nossa geografia psíquica.

No livro *L’homme à la découverte de son âme*, Jung diz que: *Pelo menos a metade de nossa vida psíquica tem nosso ser noturno por teatro; e do mesmo modo que a consciência estende, suas ramificações até às nossas noites, o incons-*

ciente também emerge em nossa vida diurna. Ninguém duvida da importância da vida consciente e de suas experiências. Por que então duvidar do significado dos desenvolvimentos inconscientes? Eles são também nossa vida; neles ela palpita tanto, se não mais, do que em nossa existência diurna; e, às vezes, são mais perigosos, ou mais salutares, que esta.

É sobre este tema *Fronteiras* que tentarei abordar uma das fronteiras mais sutis, entre tantas, que existem na nossa vida: a fronteira psíquica – consciente/inconsciente, segundo o ponto de vista da Escola de Psicologia Analítica de C. G. Jung.

É no campo desta fronteira que ocorrem momentos em que vivenciamos a zona limítrofe entre a sanidade e a loucura, e é o deus Dioniso que simboliza esta zona.

James Hillman, analista jungueano, no seu livro *O mito da análise*, frisa que *“nem todo dionisíaco é louco, nem tudo que é chamado louco é insano. A loucura do entusiasmo ritual deve ser claramente distinguida da enfermidade e da alienação. Esta loucura, segundo Platão, é benéfica e até mesmo admirável”*.



Ilustração RESA

Limitar-me-ei, no entanto, a falar, sinteticamente, sobre o consciente e o inconsciente.

C. G. Jung alerta-nos que vivemos entre dois mundos de percepções diferentes: de fora, através das sensações; de dentro, através das imagens.

É fato que existem valores mais altos que a vontade do EU aos quais precisamos nos submeter. A psique inconsciente trabalha, muitas vezes, lado a lado com a consciência, chegando mesmo, em muitas ocasiões, a assumir o controle sobre o consciente.

Muitas coisas passam por nós durante nosso estado de vigília. Nossas sensações captam tal como um radar muitas destas coisas. Então sentimo-nos seguros apoiados, certos de que estamos aqui, firmes, senhores de nós mesmos. Mas outras coisas, pouco conhecidas, se aproximam como um silencioso gato que se enrosca em nossas pernas. O inconsciente age, faz-se presente, elaborando fantasias tão ricas em símbolos e imagens plenos de significados que acaba nos envolvendo, possuindo a nossa psique consciente, submetendo a nossa atenção por um lapso de tempo. É uma onda emocional, tal qual aquela que

tomou conta de mim a caminho do trabalho. Onda emocional que parece não fazer sentido, de imediato, mas que afeta nossas atitudes.

Se formos cuidadosos, atentos, humanos conosco, descobriremos muito do significado deste momento.

Na verdade, o momento da vivência do desconhecido nos leva a pensar, a intuir, que somos mais do que o Eu que imaginamos conhecer.

A psicologia, como ciência, relaciona-se, num primeiro plano, com a consciência; a seguir, ela trata dos produtos que chamamos psique inconsciente, que não pode ser diretamente explorada por estar a um nível menos evidente, ao qual não temos acesso de imediato.

Diz Jung, no seu livro *Fundamentos da psicologia analítica*:

A consciência é um dado peculiar, um fenômeno intermitente. Um quinto, um terço, ou talvez metade da vida humana se desenrola em condições inconscientes. Nossa primeira infância também se desenvolve a esse nível. Mas é no inconsciente que mergulhamos todas as noites, e apenas em fases entre o dormir e o despertar é que temos uma consciência mais ou menos clara, e, em certo

sentido, bastante questionável quanto a sua clareza.

Jung compara a psique a um vasto oceano – o inconsciente –, no qual emerge uma pequena ilha – a consciência. Tanto nos sonhos, como nos mitos e contos de fadas, a psique consciente é freqüentemente simbolizada por uma ilha.

Jung releva a importância da consciência como atributo humano insubstituível. Ele a compara a uma vela acesa numa noite tempestuosa: sua luz é intermitente, frágil, de contornos imprecisos. Sem ela, no entanto, megalhamos na escuridão total.

A consciência, segundo Jung, emerge, através da raça humana, da imensa psique inconsciente, vagarosamente. Emerge e se desenvolve a partir da matéria-prima do inconsciente. Emerge dos estratos mais profundos da psique: do inconsciente coletivo.

Mas voltemos para a área da consciência. Ela é um produto da percepção e nos dá orientação no mundo externo.

Um dado importante a salientar sobre a consciência é o de que não há conteúdo consciente que não tenha o ego como ponto de referência. Isto

Na verdade, o momento da vivência, do desconhecido nos leva a pensar, a intuir, que somos mais do que o Eu que imaginamos conhecer.

equivale a dizer que todo e qualquer conteúdo provindo do inconsciente (já reprimido ou emergente primariamente) que não se confrontar com o ego e não for assimilado por ele não atingirá a consciência. Assim, podemos dizer que, segundo a psicologia analítica, a consciência é a relação de conteúdos psíquicos inconscientes com o ego. Em se tratando de ego, este é um dado complexo formado primeiramente por uma percepção geral do nosso corpo e existência e, posteriormente, pelos registros de nossa memória. O ego é o centro do consciente e possui uma poderosa força magnética tal como a de um ímã que atrai os conteúdos do inconsciente, daquela região obscura e desconhecida.

Falemos, agora, a respeito desta outra fronteira da nossa psique: o inconsciente.

Na psicologia analítica o inconsciente compreende o inconsciente pessoal – camadas mais superficiais do inconsciente composta de conteúdo de caráter individual, tais como desejos não realizados ou a serem realizados, material reprimido, impressões indesejáveis e outros tantos, volto a dizer, que tangem aspectos estritamente individuais; e o inconsciente coletivo – correspondendo às camadas mais profundas da psique inconsciente, aos fundamentos estruturais da psique, comuns a todos os homens. Estas camadas são compostas de conteúdos impessoais, não pertencentes a uma determinada psique individual, mas, sim, a toda a psique humana, coletiva.

Jung percebeu que o inconsciente fala por símbolos, não para nos confundir, mas, apenas, porque esse é seu idioma natural.

Em nossa época, a maioria das pessoas são acossadas, diariamente, pelos conteúdos do inconsciente, mas só se tornam conscientes deles quando enfrentam problemas com ele. Estamos tão distantes do nosso mundo inconsciente que só entramos em contato com ele, na maio-

ria das vezes, através do sofrimento psicológico.

Tanto Freud quanto Jung, histórica e cientificamente, redescobriram o inconsciente através da patologia psíquica e do sofrimento psicológico de pessoas cujo relacionamento entre os níveis consciente e inconsciente havia-se rompido.

C. G. Jung percebeu que o inconsciente não é um mero apêndice da consciência, um lugar ou depósito onde lembranças esquecidas, sentimentos ou vivências desagradáveis ficam reprimidos, ou mesmo, como o Mestre de Viena havia conceituado, como ‘um caldeirão em ebulição’, mas entendeu o inconsciente como a matriz, a fonte criativa de tudo o que evolui para o consciente. O ego nasceu do ventre do inconsciente. Jung mostrou que ambas as fronteiras da nossa psique, consciente e inconsciente, têm papéis importantes a desempenhar na homeostase da psique total – o *self*. Quando este equilíbrio não se faz, quando as demarcações das fronteiras não se conjugam, o desequilíbrio resulta em neuroses ou em distúrbios mais graves, chamados por A. Artaud de “estados inumeráveis e cada vez mais perigosos do ser”.

Sempre que tentamos ignorar a realidade do inconsciente, este se manifestará de forma patológica, através de sintomas psicossomáticos, compulsões, depressões, alucinações e delírios. Via de regra, conteúdos do inconsciente penetram no nível do consciente através das suas imagens simbólicas, expressas nos sonhos e na imaginação.

Tomemos como exemplo de tentativa de um conteúdo do inconsciente negligenciado se tornar consciente um sonho de uma jovem mulher, em análise, 26 anos de idade, com acentuado complexo paterno, tentando tomar consciência das figuras masculinas na sua vida de relações. Esta mulher, à qual chamarei R., passou a ter sonhos, inicialmente, com

aspectos agradáveis do seu *animus*². Mas no seu dia-a-dia, suas relações com as figuras masculinas, sua atitude crítica diante de acontecimentos, bem como uma exagerada avaliação racional destes não corroboravam com os sonhos. E nem a sua história pessoal anterior à análise mostrava relações com aspectos tão benfazejos do homem. Assim, à medida que a análise se aprofundava, através da análise de seus sonhos e dos questionamentos propostos, R. passou a trazer sonhos com o lado obscuro e terrível do aspecto masculino. Obviamente acentuaram-se as dificuldades com a figura masculina na sua vida cotidiana, e, particularmente, seu marido sofria muito com suas críticas apimentadas. Certo dia de sessão, no entanto, R. trouxe um sonho bastante revelador e terrível. Vejamos o sonho:

Estou em casa. É a minha casa. Dirijo-me para o meu quarto, cuja janela dá para a varanda que circunda a casa. Ao chegar à janela, para enorme espanto meu vejo um homem jovem, vestido de andrógios, enforcado. Ele estava morto. Olho mais atentamente para ele e então ele abre – arregala – os olhos. Arrepio-me toda e entendo que através de seu olhar ele me diz que entrará no quarto para estar comigo. Entro em pânico. O homem enforcado, como um morto-vivo, dirige-se à porta do meu quarto e força a entrada. Para sorte minha, meu marido C. está comigo, no quarto. Em pânico, peço sua ajuda, perguntando se ele não tem uma arma para eu matar aquele morto-vivo. C. somente segura a porta com força, barreirando-a com o peso do seu corpo. Tira de seu bolso um pequeno canivete e me oferece como arma. Fico muito irritada com C. e digo-lhe que aquele canivete de nada serve para me defender. Olho para o alto de um armário e vejo que lá se encontra um enorme serrote. Tomo-o nas mãos e digo: Agora, vou cortar este morto-vivo todo. Dirijo-me à porta e, ao

Não é surpresa que pessoas acordem em pânico de um sonho onde o inconsciente, com seu conteúdo, está em efervescência.

abri-la, o enforcado havia sumido. Acordei em pânico.

Não é para menos que pessoas acordem em pânico de um sonho deste, em que o inconsciente, com seus conteúdos, está a todo vapor, borbulhando, em efervescência. R. não seria exceção. Ela está diante de inúmeras fronteiras: fronteira de seu quarto; da janela de seu quarto; da varanda de sua casa; do enforcado; da vida e da morte; entre a sua consciência e o seu inconsciente. Em suma: ela está entre as fronteiras psíquicas. Lembra-me o poeta Jean Tardieu em seu livro *Les témoins invisibles*, onde escreve: *Para avançar eu me volto*

Sobre mim mesmo.

Ciclone pelo imóvel habitado.

Mas, no interior, mais fronteiras!

Convém lembrar que este sonho possui muito símbolos e que sua interpretação mais profunda está ligada a uma série de nove outros sonhos consecutivos com figuras masculinas. Farei uma sintética interpretação com o intuito de exemplificar, de forma significativa, o tema deste trabalho.

A própria autora do sonho ao comentá-lo diz que a tentativa de o enforcado entrar em seu quarto, mas de ser impedido, através de seu marido, e de ela mesma empunhar um serrote para matá-lo significa a sua "atitude defensiva e repressiva (consciência) ante as forças do inconsciente". É verdade, e faz muito sentido, pois o enforcado significa aquele conteúdo não-assimilado, não-integrado, não-vivido e reprimido, asfixiado, há tempo, por sua consciência, e que agora vem reclamar vida, conscientização, luz da consciência. Será necessário que R. estabeleça um encontro com este personagem; dialogue com ele; abra a porta e receba-o. Somente assim ela estará restabelecendo relação face a face com as fronteiras entre o seu consciente e o seu inconsciente. Estará estabelecendo uma dialética entre estes

dois mundos de percepções diferentes.

O filósofo francês Gaston Bachelard em seu livro *A poética do espaço* diz: *Uma dialética do interno e do externo vai repercutir numa dialética do aberto e do fechado.*

Como se vê, o consciente não é uma zona de contornos definidamente claros. É analógico, isto é, os dinamismos psíquicos são mais ou menos conscientes. Isso dá lugar a estruturas de consciência diferentes umas das outras. Por outro lado, o inconsciente aparece então como um vir-a-ser consciente.

Recorro, novamente, a Bachelard e à sua *A poética do espaço*: *A flor fica sempre na semente. Esta é uma imagem condensada de intimidade, pois estamos onde não estamos. Exterior e interior são as fronteiras solenes dos limites humanos.*

Vicente de Paulo C. Saldanha é psicólogo do Hospital Pinel, no Rio de Janeiro. É de linha junguiana, foi membro do Museu de Imagens do Inconsciente e possui diversos trabalhos publicados na área de psicologia.

Notas

1. *Enthusiasmōs*, do grego, entusiasmo; sair de si; ritual dionísaco de êxtase que coloca a pessoa fora de si; posseção divina onde se concretiza a comunhão com o deus Dionísio; psicologicamente, significa um mergulho nos processos do Inconsciente; estar possuído por conteúdos do Inconsciente, sem, contudo, perder a consciência.
2. *Animus* masculinidade Inconsciente, existente no psiquismo da mulher.

Bibliografia

1. BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
2. HILLMAN, James. *O mito da análise*. Tradução de Moura Telles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
3. HUMBERT, Elie G. *Jung*. Tradução de Ma-

rianne Ligeti. São Paulo: Summus, 1985.

4. JOHNSON, Robert A. *Inner Work*. New York: Harper e Row, Publishers, 1986.
5. JUNG, C. G. *Fundamentos da psicologia analítica*. Tradução de Araceli Elman. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
6. ———. *L'homme à la découverte de son âme*. Trad. Dr. R. Cahen. Paris: Ed. Payot, Petite Bibliothèque, 1966.
7. ———. *Memórias, sonhos e reflexões*. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976, 2ª ed.
8. SILVEIRA, Nise da. *Jung, vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

6. ———. *L'homme à la découverte de son âme*. Trad. Dr. R. Cahen. Paris: Ed. Payot, Petite Bibliothèque, 1966.

7. ———. *Memórias, sonhos e reflexões*. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976, 2ª ed.

Resumen

Las fronteras de lo síquico: consciente e inconsciente

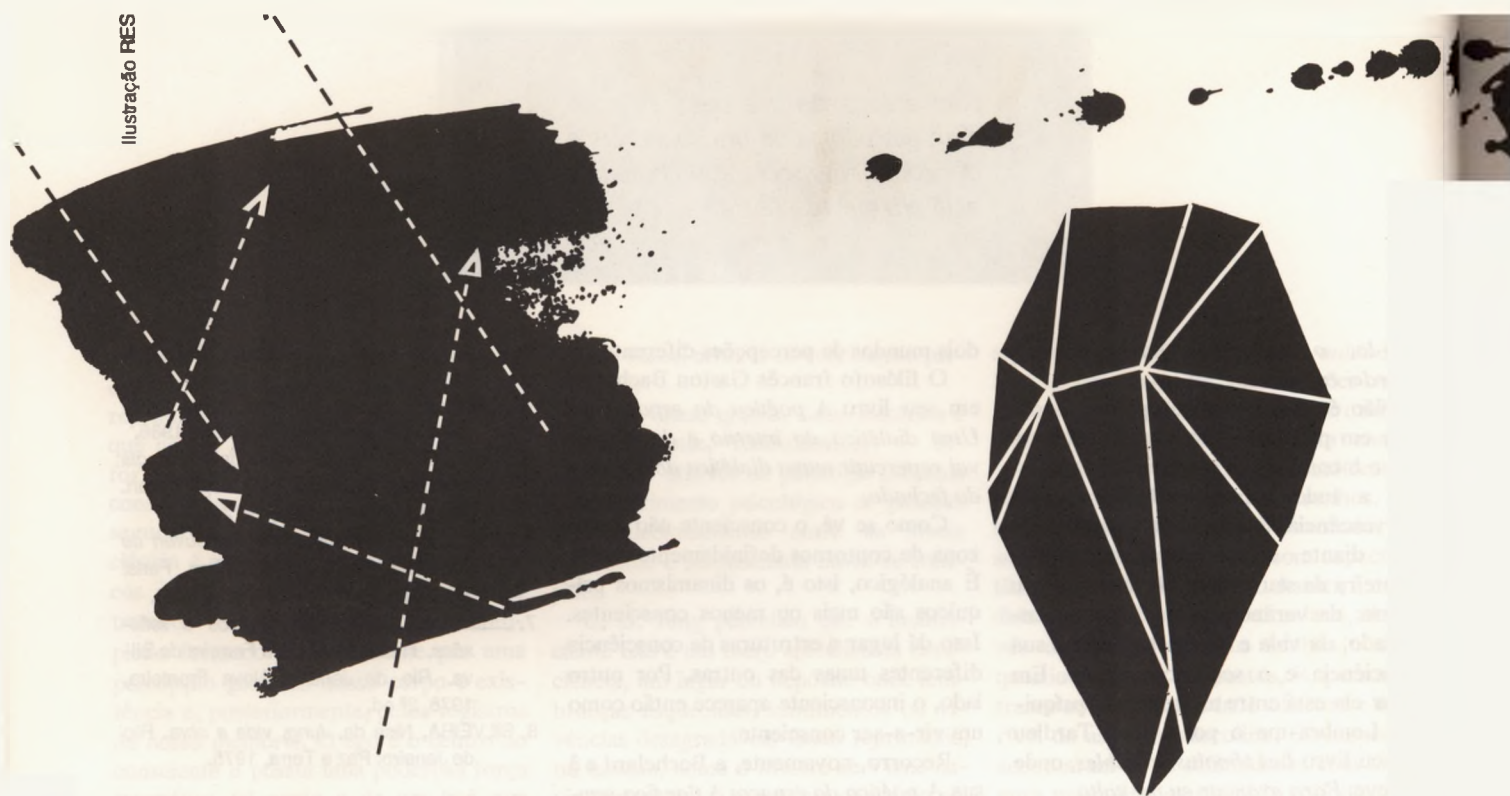
La mente reposa sobre los límites humanos. Salud mental y locura, consciencia e inconsciencia son fronteras, muchas veces, no bien delimitadas. Se conocen, solamente, porque ahí ocurren los momentos en que vivenciamos la zona limítrofe, que está simbolizada por el dios Dionisio.

Abstract

The Frontiers of the Conscious and Unconscious Psyche

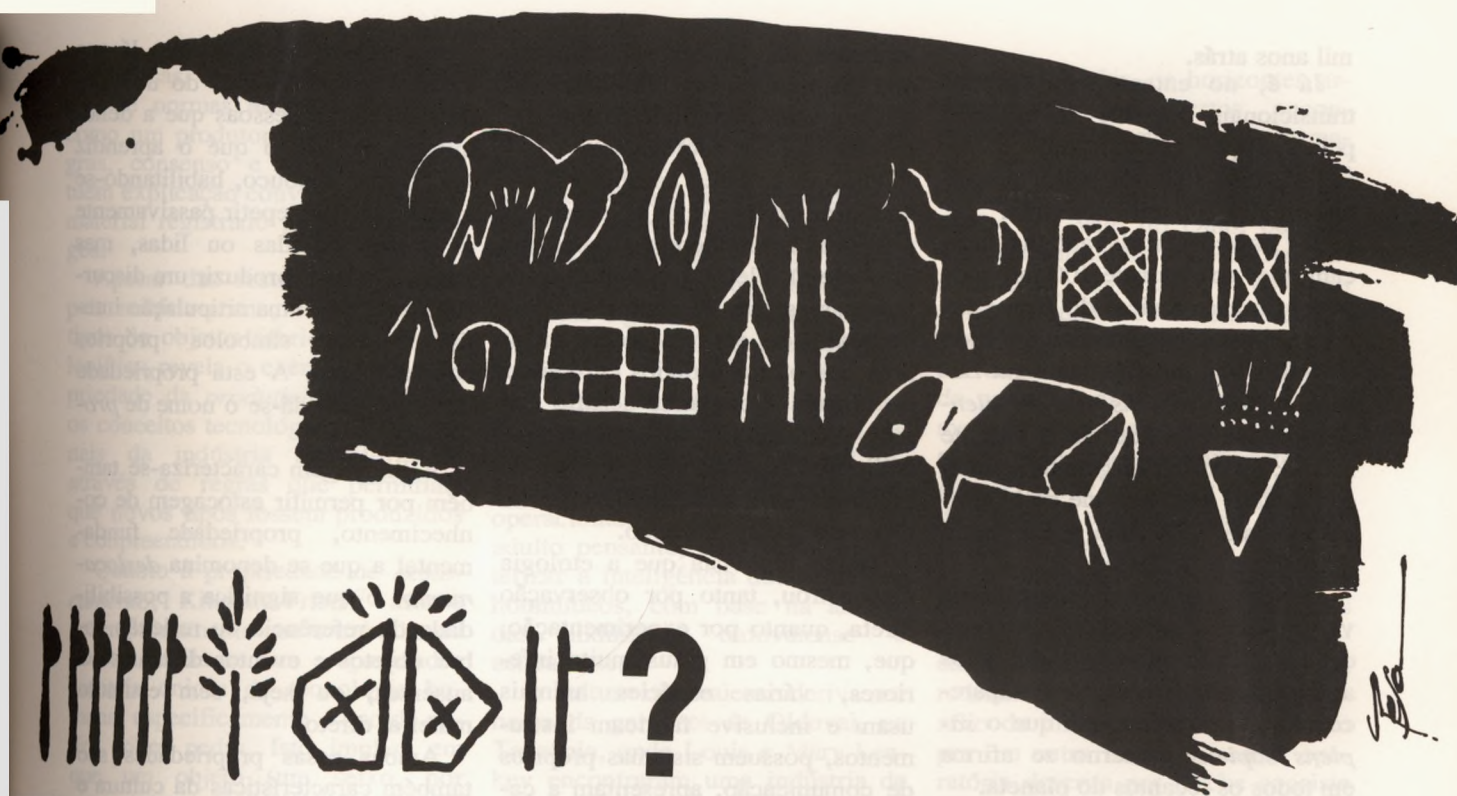
The mind maunders over human limits. Sanity and madness, the conscious and the unconscious are frontiers that are often poorly defined, even barely perceived. It is here that the moments in which we experience the twilight zone, symbolized by the god Dionysius, occur.

Ilustração RES



Existem fronteiras culturais separando os estágios da evolução humana?

Solange Caldarelli



Partindo-se da idéia de que a cultura humana é intrinsecamente ligada à linguagem falada e que esta possui propriedades específicas da capacidade cerebral do homem, revisam-se as interpretações modernas sobre a cultura material paleolítica, buscando evidenciar quando e onde essas propriedades se manifestam.

No processo de hominização, apesar de um grande número de controvérsias que não cabe discutir aqui, alguns estágios são ampla e indiscutivelmente aceitos. Da ordem dos primatas destaca-se, entre 5 e 4 milhões de anos atrás, a família hominídea, caracterizada principalmente pela postura bípede e por um comportamento sócio-sexual distinto dos demais primatas, o que implica uma disponibilidade da fêmea para acasalamento em qualquer época do ano, contrariamente às demais espécies zoológicas, nas quais as fêmeas possuem um período de cio definido¹.

Os primeiros hominídeos conhecidos são os australopithecíneos, surgidos na África há aproximadamente 4 milhões de anos. O *Australopithecus afarensis* é mais antigo deles e encontra-se, direta ou indiretamente, na origem dos demais representantes da família hominídea.

Entre 2,5 e 2 milhões de anos atrás, os australopithecíneos começam a dividir-se em linhagens dis-

tintas e, ao redor de 1,8 milhão de anos, aparecem os primeiros hominídeos com capacidade craniana superior à dos grandes símios. Como é também por volta desta época que se situam os primeiros objetos de pedra artificialmente lascados, alguns cientistas passaram a atribuí-los a esses fósseis com cérebro maior, que acreditavam já pertencer ao gênero *Homo*.

Descobertos a partir de 1960 na Tanzânia, Etiópia, Quênia e Transvaal, estes hominídeos foram chamados de *Homo habilis*, opinião que já começa a ser revista por alguns cientistas, com base em indícios de que o primeiro representante do gênero *Homo* seria realmente o *Homo erectus*, o qual vai aparecer mais tardiamente (há cerca de 1,5 milhão de anos) no cenário da evolução humana, também na África.

Durante aproximadamente 600 mil anos (1,5 milhão a 900 mil anos atrás), o *Homo erectus* vai-se espalhar por toda a África e atingir a Ásia, onde também se espalha, alcançando a Europa entre 500 e 400

mil anos atrás.

Já é, no entanto, sob formas transicionais que ele se expande pela Europa², prenunciando o *Homo sapiens*, que vai surgir apenas entre 120 e 100 mil anos atrás.

As datações mais antigas indicam que, ao redor de 100 mil anos atrás, formas arcaicas do *Homo sapiens* já eram encontradas em todo o Velho Mundo. Enquanto na Europa surge o *sapiens neandertalensis*, que se expande até o Oriente Médio, na África surgem os primeiros *sapiens sapiens*, que de lá atingem a Ásia e, da Ásia, a Europa, a Austrália e a América³.

O *Homo sapiens neandertalensis* vai-se reduzindo espacial e numericamente entre 40 e 30 mil anos atrás, quando finalmente desaparece, ao mesmo tempo em que o *sapiens sapiens* moderno se afirma em todos os recantos do planeta.

A questão que se pretende discutir no presente artigo é se, aos estágios biológicos da evolução humana, correspondem fronteiras culturais, ou seja, limites artificiais, a partir dos quais se está indubitavelmente em presença de um homem (*sensu latu*) distinto daquele que o precedeu.

Para abordar o tema, é preciso, antes de mais nada, localizar, entre as características comumente associadas à cultura, aquelas que sejam aplicáveis aos testemunhos materiais do homem moderno, de modo a ser possível testar a existência ou não de distinções culturais significativas entre os diversos estágios evolutivos do homem.

Para fins operacionais, a(s) característica(s) selecionada(s) precisa(m), na atualidade, ser aplicável(is) apenas aos seres humanos, não podendo ser compartilhada(s) com nenhum outro animal, mesmo que em grau inferior. Em suma, cultura tem de possuir um ou mais

atributos não somente biológicos, que distingam o homem qualitativa e não apenas quantitativamente das demais espécies zoológicas.

Discutir se este(s) atributo(s) encontra(m)-se presente(s) desde os primeiros homínidos e se, uma vez presente(s), ele(s) apresenta(m) diferenças, sejam de intensidade ou de qualidade, em relação aos membros dos outros estágios evolutivos do homem é o grande desafio que tem preocupado os antropólogos dedicados ao estudo do processo de hominização e suas implicações no processo de sapienização.

Tendo em vista que a etologia demonstrou, tanto por observação direta, quanto por experimentação, que, mesmo em graus muito inferiores, várias espécies animais usam e inclusive fabricam instrumentos, possuem sistemas próprios de comunicação, apresentam a capacidade de aprender e manipular símbolos e podem até mesmo chegar a identificar imagens⁴, nenhuma destas características pode ser utilizada satisfatoriamente como fundamento do conceito de cultura.

As características da cultura que

A linguagem caracteriza-se por permitir estocagem de conhecimento, o que possibilita a referência sem estímulo material direto.

parecem corresponder aos propósitos da problemática em questão são as que ela compartilha com a linguagem, sendo esta última considerada indissociável da primeira⁵. Linguagem, aqui, não é tomada como sinônimo de comunicação, mas no sentido restrito de linguagem articulada segundo regras definidas, o que é uma habilidade específica do homem.

Aprende-se a falar uma língua através da observação do uso que dela fazem as pessoas que a denominam. Porém, o que o aprendiz vai, pouco a pouco, habilitando-se a fazer, não é repetir passivamente as frases ouvidas ou lidas, mas compreender e produzir um discurso, através de uma articulação inteligível dos símbolos próprios àquela língua. A esta propriedade da linguagem dá-se o nome de *produtividade*.

A linguagem caracteriza-se também por permitir estocagem de conhecimento, propriedade fundamental a que se denomina *deslocamento*, o que significa a possibilidade de referência ou reflexão sobre objetos e eventos distantes ou ausentes, ou seja, sem estímulo material direto.

Ambas essas propriedades são também características da cultura e constituem aptidões específicas do homem.

A questão que se coloca, agora, é se estes atributos são verificáveis através das manifestações materiais da cultura, únicas a constarem do registro arqueológico.

Para Holloway⁶, é a evidência de formas arbitrárias impostas ao ambiente, perceptíveis mesmo em instrumentos de pedra rudimentares, que denota a relação entre produção de artefatos e linguagem. Na fabricação de um instrumento de pedra, o produto final tende a ser morfologicamente padronizado e sem relação icônica necessária com a matéria-prima original.

As tentativas motoras e as seleções perceptivas necessárias à produção de formas arbitrárias padronizadas implicam em regras explícitas, hierarquicamente organizadas, isto é, uma gramática. De acordo com o autor, a imitação é insuficiente para explicar o longo período de tempo e a ampla extensão geográfica das indústrias líticas



paleolíticas. Apenas a internalização de normas arbitrárias do *self* como um produtor, ou seja, de regras, consenso e sintaxe, constituem explicação convincente para o material registrado pelos arqueólogos.

Apesar das restrições impostas pela matéria-prima, a variedade de tipos de objetos fabricados no Paleolítico revela o exercício da propriedade da *produtividade*, já que os conceitos tecnológicos e funcionais da indústria articulavam-se através de regras que permitiam que novos tipos fossem produzidos e compreendidos.

Quanto à propriedade de *deslocamento*, Kitahara-Frisch⁷ afirma peremptoriamente que o trabalho da pedra baseia-se em capacidades mentais únicas da tecnologia humana, especificamente o uso de pedra sobre pedra. Isto implica em que um objeto (um seixo, por exemplo) tem de ser percebido como um implemento potencial para fazer um instrumento de um outro objeto, sem que nenhum benefício imediato resulte do primeiro estágio de fabricação do instrumento. Nenhuma tecnologia humana é possível sem confecção ou uso de instrumentos secundários. Portanto, tecnologia sempre implica em reflexão, já que o artesão precisa planejar sua atividade para atingir a finalidade desejada.

O número de operações técnicas que intervêm necessariamente entre a percepção e a seleção da pedra apropriada e seu uso como instrumento implicam um período de tempo muito prolongado de atividade dirigida para um fim distante, jamais observado durante a fabricação de instrumentos por outros primatas. Esta habilidade assemelha-se ao *deslocamento*, pois pressupõe a capacidade de interpor um prazo entre a percepção de um estímulo e a enunciação da mensagem por ele provocada.

Uma vez que se aceite a aplicabilidade das propriedades lingüísti-

cas e culturais de *produtividade* e *deslocamento* à tecnologia humana, o problema a ser discutido é *quando* o processo de fabricação de artefatos adquire características humanas (distintas do processo de fabricação realizado por outros animais) e se existem diferenças culturais significativas entre os estágios biológicos da evolução do homem.

A partir das idéias de Piaget sobre os estágios ontogenéticos da inteligência humana⁸, Wynn⁹ tomou as propriedades do raciocínio operacional, característico do adulto pensante, para tentar caracterizar a inteligência dos primeiros hominídeos, com base na análise das indústrias olduvaiense e acheulense.

A cultura olduvaiense deriva seu nome da garganta de Olduvai, na Tanzânia, onde Louis e Mary Leakey encontraram uma indústria de seixos lascados, numa camada geológica datada, pelo método do potássio-argônio, de 1.850.000 a 1.100.000 anos.

No mesmo nível, foram encontrados restos fossilizados de *Australopithecus robustus*, *Australopithecus boisei* e *Homo habilis*, nenhum deles diretamente associado aos artefatos líticos. Uma vez que, atualmente, por motivos que não comporta discutir aqui, ninguém aceita que o *Australopithecus robustus* tenha sido produtor de instrumentos de qualquer espécie, a questão que se coloca é a qual dos dois outros hominídeos se relaciona essa indústria, já que é possível que ambos tenham sido fabricantes de utensílios. Esta última idéia se reforçou com a descoberta de artefatos datados de 2,6 milhões de anos em Hadar e de 2,3 milhões de anos no vale do Omo, ambos na Etiópia, época em que ainda não se tem notícia da presença de *Homo habilis*.

A autoria dessas indústrias mais antigas também é bastante duvidosa. Segundo Roche¹⁰, embora o *Australopithecus afarensis* esteja pre-

sente em Hadar, os horizontes arqueológicos descobertos encontram-se na parte superior da formação geológica, na qual não foi encontrado nenhum vestígio de hominídeo. No vale do Omo, por sua vez, encontram-se tanto os *Australopithecus africanus*, *robustus* e *boisei*, quanto o *Homo habilis*.

Este quadro obscuro permanece até os níveis datados de 2 milhões de anos, a partir de onde os elementos se tornam mais precisos, tendo sido encontrados restos de *Homo habilis* em várias jazidas onde foram evidenciados também vestígios arqueológicos.

Os artefatos mais antigos são bem simples, consistindo em seixos ou pequenos blocos de rocha vulcânica, modificados apenas pela retirada de algumas lascas, com auxílio de um percutor, representado por um outro seixo. A cadeia operatória descrita por Roche consiste na retirada de uma primeira lasca, cujo negativo serve de plano de percussão para a segunda retirada e assim por diante. Os gestos, simples, são ordenados de modo elementar, com vistas à produção de um objeto com gume cortante (*chopper*).

A ação técnica exercida sobre a matéria é, portanto, organizada, repetida e transmitida de um indivíduo a outro. Apesar de simples, esta cadeia operatória, realizada com a ajuda de um instrumento intermediário (o percutor), não é reproduzida por nenhum outro primata superior.

Estes artefatos ainda apresentam um alto grau de dependência morfológica em relação à matéria-prima original e sua fabricação pode ser reproduzida meramente por processos imitativos. Portanto, embora haja fabricação de instrumentos, não há ainda evidência material de cultura, no sentido anteriormente exposto. O primeiro passo em sua direção, no entanto, já foi dado.

A partir de 2 milhões de anos, os achados se multiplicam, sendo o



conjunto industrial conhecido pelo nome de olduvaiense, o melhor caracterizado até o momento. E é com base na análise feita sobre os artefatos líticos encontrados nas camadas I e II da garganta de Olduvai que Wynn procurou verificar, como foi anteriormente mencionado, se sua manufatura exigiu raciocínio operacional.

A conclusão a que o autor chega é a de que o lascador olduvaiense, ao fazer um *chopper*, não tinha uma idéia clara do resultado final a ser obtido. Um lascamento por tentativa-e-erro seria suficiente, pois a mera retirada de lascas levaria a um resultado aceitável, mesmo não tendo sido precisamente antecipado. A única competência necessária era a de pares, ou seja, a retirada de uma lasca deveria ser feita ao menos em relação a uma outra, sendo a retirada de lascas aos pares responsável pela criação do gume característico dos *choppers*. Mesmo os instrumentos derivados do *chopper*, com várias retiradas, podiam ser feitos simplesmente retirando-se cada lasca em relação a uma anterior. O único conceito espacial necessário seria, portanto, o de proximidade, sendo cada retirada vizinha à outra. Um raciocínio pré-operacional no sentido piagetiano seria, portanto, tecnologicamente suficiente para a produção dos artefatos típicos da chamada *cultura olduvaiense*.

Consequentemente, mesmo que os instrumentos olduvaiense venham a ser atribuídos com segurança ao *Homo habilis*, suas características não são qualitativamente distintas dos artefatos mais antigos, atribuídos aos australopithecíneos, nenhuma evidência havendo, até o momento, que permita falar em fronteira cultural entre *Australopithecus* e *habilis*.

A indústria acheulense¹¹ associada claramente ao *Homo erectus*, proveniente do sítio arqueológico de Isimila (situado na Tanzânia), também foi analisada por Wynn,

com o mesmo objetivo e segundo os mesmos critérios.

A trajetória do *Homo erectus* pelo Velho Mundo, embora marcada por novos comportamentos e aquisições técnicas, é acompanhada por artefatos característicos, dentre os quais se destaca o biface (o qual só não se encontra presente no Extremo Oriente), que levaram os cientistas a agrupá-los sob o termo genérico de *cultura acheulense*.

O artefato do qual deriva o biface acheulense é um objeto alongado, com extremidade pontiaguda ou arredondada, espesso e com morfologia imprecisa. Rapidamente ele se afirma e sua morfologia se padroniza, adquirindo um contorno mais comumente ovalar, mas apresentando variações claras, que permitiram seu agrupamento em tipos: lanceolados, cordiformes, amigdalóides e triangulares.

Outro utensílio característico é a machadinha, a qual se apresenta como um objeto espesso, bifacialmente lascado, com gume transversal retilíneo. Roche comenta que a indústria sobre lascas, surgida no olduvaiense, vai-se desenvolver e diversificar, apresentando uma multiplicidade de instrumentos, tipologicamente definidos: raspados diversos, peças com reentrâncias, objetos denticulados, bicos, furadores, etc.

Sempre com base em Piaget, Wynn vai considerar, em sua análise, os tipos de operação espacial (relação todo-parte, deslocamento qualitativo, substituição espaço-temporal e simetria) e os atributos da geometria interna dos artefatos (topologia, geometria projetiva e geometria euclidiana).

Os resultados da análise demonstram que os bifaces acheulenses não poderiam ser obtidos através de tentativa-e-erro, exigindo operações infra-lógicas e lógico-matemáticas¹² para sua confecção. O artesão precisava antecipar mentalmente a forma final do objeto e sabia exatamente o que fazer

para atingi-la.

Os bifaces apresentam simetria bilateral de qualquer perspectiva (em plano, em perfil e em secção), não admitindo erros técnicos por parte do lascador e exigindo habilidade de realizar todas as operações espaciais acima mencionadas, o que requer conhecimentos práticos de geometria. Isto leva o autor a concluir que o raciocínio do *Homo erectus*, em termos de habilidade organizacional, era equivalente ao do homem moderno.

Mesmo sem falar de aquisições técnicas fundamentais, tais como a domesticação do fogo, que em alguns casos começa a ser posta em dúvida¹³, embora permanecendo como um aspecto crucial, devido à sua importância na adaptação do *Homo erectus* a ambientes frios, a indústria lítica por si só é um forte indício cultural da existência de uma fronteira entre os membros do gênero *Homo* e os hominídeos de gêneros distintos.

Os outros aspectos culturalmente conhecidos do período final do

A ação técnica exercida sobre a matéria é organizada, repetida e transmitida de um indivíduo a outro. Embora simples, não é reproduzida por nenhum outro primata.

Paleolítico inferior (estruturas habitacionais e domésticas rudimentares) não requerem raciocínio mais complexo do que o exigido para a indústria lítica e parecem relacionar-se com as formas transicionais *erectus-sapiens* e não o *erectus* propriamente dito.

A inovação técnica mais conhecida do estágio final do Paleolítico inferior também se refere à indústria lítica lascada, sendo conhecida como técnica Levallois¹⁴. Voltada para a obtenção de lascas que ser-



viriam de suporte para utensílios diversos, esta técnica implica numa pré-concepção morfológica da lasca, que depende de uma modelagem prévia do núcleo para sua obtenção. Embora esta seja indubitavelmente uma inovação técnica, as operações mentais requeridas são as mesmas exercidas pelo *Homo erectus* na confecção dos bifaces.

Surgida no Paleolítico inferior, a técnica Levallois vai alcançar o auge de sua popularidade no Paleolítico médio, com o *Homo sapiens neandertalensis*, tendo sido também empregada pelo *Homo sapiens sapiens*.

A indústria associada ao Homem de Neandertal, conhecida pelo nome de cultura musteriense¹⁵, compreende não apenas artefatos obtidos pela técnica Levallois, mas também bifaces feitos sobre blocos e uma variedade de instrumentos feitos sobre lasca. Teve uma considerável expansão geográfica, sendo encontrada em quase toda a Europa, no Sudoeste da Ásia e no Norte da África, por um período de tempo

A inovação mais conhecida do final do Paleolítico inferior, refere-se à indústria lítica lascada. Esta técnica implica em uma pré-concepção morfológica da lasca.

de aproximadamente 50 mil anos¹⁶.

Já não é mais a indústria lítica, no entanto, que vai apresentar facetas culturais notáveis, mas um tipo especial de ocorrência material: as sepulturas evidenciadas pelos arqueólogos em postes distintos da Europa e do Oriente Médio. Interpretadas como evidências de preocupações extramateriais por parte dos neandertais, essas sepulturas têm sido objeto de revisões críticas¹⁷, cujos argumentos têm encontrado severa e fundamentada oposi-

ção pela maioria dos cientistas¹⁸.

O problema fundamental, no entanto, parece situar-se num outro nível: o da linguagem falada e suas implicações culturais.

Apesar de a região do cérebro que comanda a linguagem (área de Broca) encontrar-se presente nos hominídeos ao menos desde o *Homo habilis*¹⁹, o que denota haver potencial para linguagem articulada desde essa época, restrições anatómicas impediam a realização plena desse potencial, que só vai poder ser exercido pelos pré-sapiens, entre 400 e 300 mil anos atrás²⁰.

Embora formas alternativas de linguagem, como gritos e gestos, possam ter existido, é amplamente aceito que a linguagem falada é um aspecto crucial da cultura humana, pois permite a articulação de conceitos de modo ilimitado, potencializando sua transmissão e a auto-reflexão.

Segundo Krantz²¹, apenas a linguagem falada pode explicar a rapidez com que ocorreu a transição *erectus-sapiens*, já que ela é o único traço cultural que preenche os requisitos de não poder ser compartilhado com o *Homo erectus*, poder ser difundido rapidamente (no espaço de tempo de uma geração) e representar um avanço tão significativo que fosse imediata e intensamente favorecido pela seleção natural.

Segundo este autor, a cultura material deveria refletir o impacto cultural causado por este novo fator. De acordo com vários cientistas, o impressionante avanço tecnológico observado desde o aparecimento do *Homo sapiens sapiens* seria o testemunho concreto da aplicação geometricamente crescente das propriedades lingüístico-culturais de *produtividade* e *deslocamento*, mencionados no início deste artigo.

Na Pré-História, este fato começa a ficar mais claro a partir de 40 mil anos atrás, no início do Paleolítico superior, com a diversificação

evidente dos produtos tecnológicos, formas cada vez mais complexas de organização do espaço e, principalmente, o surgimento das manifestações artísticas mobiliárias e parietais²².

O *Homo sapiens neandertalensis*, cujo aparelho fonador era anatomicamente limitado em relação ao *sapiens sapiens*, possibilitando uma gama mais restrita de expressões vocais²³, coincidentemente vai apresentar uma menor riqueza cultural, sendo o enterramento dos mortos seu aspecto material mais notável.

Mesmo que indiretamente, as evidências de uso de linguagem falada pelo Neandertal reforçam a idéia de um significado não meramente material para os sepultamentos, pois uma vez instalado o pensamento conceptual abstrato, este tende a se manifestar em todos os aspectos da vida cultural. Como diz Lévi-Strauss²⁴, o significado ou está em todas as coisas, ou não está em nada.

A relação entre a diversidade das manifestações culturais do Paleolítico superior com o aparecimento da linguagem tem sido posta em dúvida por alguns autores, devido ao lapso de tempo existente entre o aparecimento do *Homo sapiens* e a eclosão dessas manifestações culturais, em artigos que têm advogado a idéia de continuidade cultural entre o Paleolítico médio e superior²⁵. Esse ponto de vista tem sido contestado por cientistas partidários da existência de diferenças qualitativas entre a cultura do Paleolítico médio e superior, relacionadas tanto a diferenças anatómicas significativas (tais como o aperfeiçoamento do aparelho fonador e o aumento da capacidade cerebral), quanto a pressões sociais e demográficas crescentes²⁶.

Não entrando na polêmica da continuidade ou descontinuidade biológica e cultural entre o Paleolítico médio e o superior, é fato que quase ninguém nega que as mani-



festações pictóricas surgidas entre 40 e 30 mil anos atrás na África, Europa, Ásia e Austrália demonstram a existência de linguagem falada e pensamento abstrato desenvolvido, independentemente do significado simbólico que possam ter tido para as sociedades que as produziram²⁷.

De acordo com Davis²⁸, a confecção de imagens aparece tardiamente na história da evolução humana, por representar uma tecnologia altamente sofisticada, devendo ter-se originado da descoberta da capacidade representativa de linhas, marcas e manchas coloridas,

A confecção voluntária de marcas para representar objetos ou conceitos só ocorre com o surgimento do *Homo sapiens sapiens*.

o que exige apenas a percepção de identidades e semelhanças, já desenvolvidas com a fabricação de instrumentos. Da percepção final de identidades e semelhanças entre marcas e objetos, emerge a elaboração de marcas como representação de objetos e, finalmente, de marcas como representação de conceitos.

A percepção de semelhanças e identidades entre marcas e coisas parece ser uma habilidade exclusivamente humana e já é testemunhada entre os primeiros hominídeos. As pegadas de australopithecíneos encontradas em Laetoli (Tanzânia), deixadas há 3 milhões de anos, mostram que um indivíduo superpôs intencionalmente suas pegadas às de outro, o que demonstra uma percepção das pegadas enquanto marcas deixadas pelos pés.

A confecção voluntária de marcas para representar objetos ou conceitos, no entanto, só vai ocorrer, de modo incontestável, mais de 3 milhões de anos depois, com

o *Homo sapiens sapiens*²⁹.

Para Davidson & Noble³⁰, uma vez iniciada, a representação gráfica teve consequências cognitivas e sociais profundas, que não comporta discutir aqui. O que importa é que, além das evidências biológicas, são muitas as evidências culturais materiais de que a linguagem falada atingiu sua plenitude com o *Homo sapiens sapiens* e engendrou alterações culturais profundas. Sua relação com a cultura é tão intrínseca, que se pode dizer que também esta só se vai realizar plenamente a partir do momento em que a linguagem falada lhe é finalmente incorporada. Neste sentido, a linguagem falada plena representa a grande fronteira cultural a separar o *Homo sapiens sapiens* das demais espécies do gênero *Homo*.

É possível, portanto, concluir o artigo respondendo à sua questão inicial: sim, se se entender o termo fronteira não como uma linha definida no espaço e no tempo, mas como traço cultural não partilhado com as espécies precedentes, é possível falar de fronteiras culturais ao menos entre os três grandes estágios biológicos da evolução humana: australopithecíneos, *Homo erectus* e *Homo sapiens*. Estas fronteiras, não podendo ser representadas por linhas, devem ser visualizadas como campos, que foram sendo gradualmente ultrapassados.

Solange B. Caldarelli é Doutora em Ciências Humanas com estágios de aperfeiçoamento na França. Foi arqueóloga do Instituto de Pré-História da USP e pesquisadora do CNPq junto à Divisão de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi. Atualmente é conselheira científica do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás e consultora de empresas para estudos de impactos ambientais na área de arqueologia.

Agradecimentos

A autora agradece a Carlos Eduardo Caldarelli as críticas e sugestões.

Notas

1. Para uma explanação da importância adaptativa do comportamento sexual da fêmea humana, assim como para uma melhor descrição do processo de hominização, ver Walter Alves NEVES, 1988, Assim Caminhou a Humanidade, *Ciência Hoje*, 8 (42): 46-54.
2. Ver o mesmo artigo acima para uma discussão das características físicas dos fósseis humanos do Pleistoceno médio europeu.
3. Embora a origem única do *sapiens sapiens* seja a teoria adotada aqui, é importante esclarecer que alguns cientistas postulam a idéia de que os *sapiens sapiens* tenham surgido das formas transicionais do *Homo erectus* em outros pontos do Velho Mundo, sendo a África apenas a região em que este processo ocorreu mais cedo.
4. Maurice K. TEMERLIN, em *Lucy: Growing up human* (London, Souvenir Press, 1975), relata que sua chimpanzé Lucy, durante o estro, dava sinais de excitação ao folhear a revista *Playgirl*.
5. Para uma melhor compreensão da correlação entre os conceitos de cultura e de linguagem, ver o texto de Ward H. GOODE-NOUGH, 1971, Culture, Language and Society, *American Anthropologist*, 1971.
6. Ralph L. HOLLOWAY, Jr., 1969, Culture: A Human Domain, *Current Anthropology*, 10 (4): 395-412.
7. Jean KITAHARA-FRISCH, 1980, Symbolizing Technology as a Key to Human Evolution, in: M. L. FOSTER & S. H. BRANDES (Ed.), *Symbol as Sense*, New York, Academic Press, p. 211-223.
8. Para uma melhor compreensão dos níveis de pensamento exposto por Jean PIAGET, ver *A Epistemologia Genética* (tradução), Petrópolis, Vozes, 1972, em especial o capítulo 1º (A Formação dos Conhecimentos - Psicogênese).
9. Os resultados dos estudos feitos por Thomas WYNN para sua tese sobre a evolução do pensamento operacional entre os primeiros hominídeos (1977, Universidade de Illinois, Urbana), podem ser apreciados em três interessantes artigos, a saber: The intelligence of later Acheulean hominids, *Man*, 14: 371-91, 1979; The intelligence of olduwan hominids, *Journal of Human Evolution*, 10: 529-41, 1981 e Piaget, Stone



- tools and the evolution of human intelligence, *World Archaeology*, 17: 32-42, 1985.
10. Héliène ROCHE, 1986, Les débuts de l'aventure humaine, in: Jean GUILAINE (Org.), *La Préhistoire d'un Continent à l'Autre*, Paris, Larousse, p. 31-46.
 11. O termo acheulense deriva do sítio arqueológico de Saint-Acheul, na França, onde esta indústria foi pela primeira vez constatada.
 12. Ver PIAGET (op. cit.), cap. 1º, itens IV e V (1º e 2º níveis das operações concretas).
 13. Uma discussão sobre as evidências do uso do fogo no Paleolítico inferior pode ser vista em Steven P. JAMES, 1989, Hominid Use of Fire in the Lower and Middle Pleistocene, *Current Anthropology*, 30 (1): 1-26.
 14. O nome Levallois deriva do sítio onde a técnica foi descrita pela primeira vez (sítio Levallois-Perret, França).
 15. O nome musteriense deriva do sítio arqueológico de Le Moustier, França.
 16. Michel BARBAZA, 1986, Du Paléolithique Moyen à l'Épipaléolithique dans l'Ancien Monde, in Jean GUILAINE (org.), *La Préhistoire d'un Continent à l'Autre*, Paris, Larousse, p. 47-60.
 17. Ver, a propósito, Robert H. GARRET, The Evidence for Neanderthal Burial, *Current Anthropology*, 30 (2): 157-190, 1989.
 18. Ver os comentários sobre o artigo acima em *Current Anthropology*, 30 (2): 177-184 e 30 (3): 322-330, 1989.
 19. Conforme Dean FALK, 1983, Cerebral cortices of East African early hominids, *Science*, 221: 1072-74.
 20. A esse respeito, ver Walter Alves NEVES, 1989, A Origem da Fala, *Humanidades*, 21: 87.
 21. Grover S. KRANTZ, 1980, Sapienization and Speech, *Current Anthropology*, 21 (6): 773-792.
 22. Uma visão abrangente da arte pré-histórica é fornecida por Emmanuel ANATI, 1989, *Origini dell'Arte e della Concettualità*, Milan, Editoriale Jaca Book Spa.
 23. P. LIEBERMAN, 1984, *The biology and evolution of language*, Cambridge, Harvard University Press.
 24. C. LÉVI-STRAUSS (tradução), 1976, O Totemismo Hoje, *Os Pensadores*, São Paulo, 5: 95-187, Abril Cultural.
 25. Nesse sentido, ver CHASE & DIBBLE, 1987 Middle Paleolithic symbolism: a review of current evidence and interpretation, *Journal of Anthropological Archaeology*, 6: 263-96 e LINDLY & CLARK, 1990, Symbolism and Modern Human Origins, *Current Anthropology*, 31 (3): 233-61.
 26. Ver, em especial, os comentários ao artigo de LINDLY & CLARK, acima referido, feitos por Paul MELLARS, Erik TRINKAUS e Randall WHITE, em *Current Anthropology*, 3 (3): 245-46; 249-50 e 250-51, 1990.
 27. Para uma revisão das teorias interpretativas, assim como uma discussão das técnicas e motivos da arte rupestre paleolítica, ver Michel LORBLANCHET 1988, De l'Art Pariétal des Chasseurs de Rennes à l'Art Rupestre des Chasseurs de Cangouros, *L'Anthropologie*, 92 (1): 271-316.
 28. Whitney DAVIS, 1986, The Origins of Image Making, *Current Anthropology*, 27 (3): 193-215.
 29. Os exemplos apresentados por Alexander MARSHACK em Some Implications of the Paleolithic Symbolic Evidence for the Origins of Language (*Current Anthropology*, 17 (2): 275-282, 1976) sobre marcas intencionais em objetos elaborados por neandertais encontram pouca aceitação entre os cientistas.
 30. I. DAVIDSON & W. NOBLE, 1989, Traces of Depiction and Language, *Current Anthropology*, 30 (2): 125-155.

Resumen

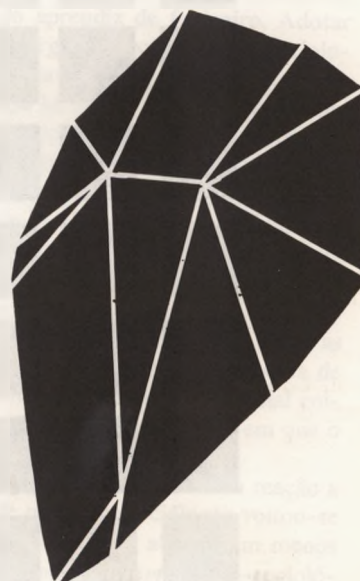
¿Existen fronteras culturales separando las fases de la evolución humana?

En este artículo se parte de la idea que la cultura humana está intrínsecamente ligada al lenguaje hablado y que éste posee propiedades específicas de la capacidad cerebral del hombre. Se revisan las interpretaciones modernas sobre la cultura material paleolítica, buscando explicitar cuándo y dónde esas propiedades se manifiestan.

Abstract

Are There Cultural Frontiers Marking Off the Stages of Human Evolution?

Taking as a starting point the idea that human culture is intrinsically linked to the spoken word and that spoken language contains properties peculiar to man's cerebral capacity, modern interpretations of palaeolithic material culture are reviewed in an attempt to pinpoint just when and where these properties manifest themselves.



Tentarei dar uma espiada pelas janelas da cidadela da ciência, para ver o que se encontra mais além de seus muros. Não da ciência em geral, mas da sociologia. E não de toda a sociologia, mas do que chamarei de "modo sociológico predominante de ver o mundo".

O texto a seguir é um tanto indisciplinado. Por momentos a frase termina na beira de um abismo, ou numa rua sem saída, sem conclusão aparente. Longe de se tratar de falhas na redação ou no raciocínio, elas refletem meu esforço por destruir na prática a imobilidade e segurança de um estilo moribundo de fazer ciência que, alinhavando logicamente palavras, conceitos e argumentos, pretende se apossar do real de maneira definitiva, concludente, eliminando o paradoxo, a contradição, o inacabamento, a inapreensibilidade completa do que nos rodeia. É como se se pretendesse, com o rigor lógico e o autoritarismo lingüístico, banir, exorcizando, o mistério da realidade de que fazemos parte.

Minha tentativa é a de me adentrar num estilo de fazer sociologia que, em nome de uma certa racionalidade científica, esmaga a multiplicidade do homem e de sua sociabilidade, condenando ao quintal do irrelevante – com as mais diversas argumentações – as dimensões humanas mais sutis, precisamente aquelas que nos constituem como *algo mais* que realidade quantificável, material, logicamente apreensível. Pensar nesse *algo mais*, naquilo especificamente humano, desperta em alguns cientistas atuais a santa ira que em outras épocas os inquisidores católicos sentiram frente às tentativas de explicar cientificamente a vida, o homem, o mundo. Se o anátema dos antigos inquisidores era exercido em defesa do monopólio da verdade e da explicação segundo as regras e o mundo do saber teológico, os novos donos do saber, os senhores da ciência, lançam suas condenações em defesa de algo que também querem único: não já alguma *verdade*, uma vez que a mentalidade sociológica dominante a descartou há tempos, por desconfiar que sob suas vestes viessem de contrabando os velhos demônios e deuses que a tanto custo se exorcizara.

A inquisição a que me refiro pretende, muito mais pobremente, ser o único saber tido como legítimo no contexto mais ou menos restrito da chamada *comunidade acadêmica*. A preocupação com uma verdade objetiva foi abandonada, pela suspeita de que ela poderia ter resquícios das velhas cosmologias, tão temidas como abominadas, do passado pré-científico da humanidade. A nova inquisição é inimiga do especificamente humano, desse *ser humano* que corta e recorta até transformá-lo em abstração ou, o que é mais comum, numa caricatura de homem pomposamente recoberta de pesados conceitos previstos pelo jargão *científico*. E, por incrível que possa parecer aos menos avisados, o brado de guerra desses defensores da cidadela cientificista frente às tentativas de recuperar a totalidade humana no contexto da ciência é... *Irracionalismo!*

A razão que se tornou irracional ao amputar do estudo do humano precisamente o que o constitui como tal – sua essência, seu ser em sentido próprio –, essa razão que se tornou seu oposto ao desprezar o lado não lógico, não predicável, intuitivo, da conduta e da consciência humana, essa razão irracionalizada se defende dos que não se resignam a uma sociologia reduzida a ciência de coisas (homens coisificados),

ameaçando com o estigma mais temido no interior das paredes da cidadela: *Irracionalismo!*

Esta acusação, capaz de acabar com muitas carreiras intelectuais, pende como uma espada de Dâmoqueles sobre a cabeça dos sociólogos mais sensíveis, menos bitolados no academicismo. Se quiseses ser um de nós – parece querer dizer – deverás deixar de lado todo calor humano, todo riso, todo sentimento, todo gesto ou palavra suspeitos de irracionalidade.

Irracional, na fala dominante, quer dizer: qualquer referência ao *ser* e, ainda mais, ao *Ser*. Em ambos os casos, quero me referir à realidade profunda do ser humano (e não meramente ao lado repetitivo de sua conduta – ações e reações explícitas, observáveis –, ao lado estruturado dessa mesma conduta – motivações, ideologias –, que é o que com mais facilidade costuma ficar na malha grossa da sociologia), bem como do existente *fora* dele (a continuidade entre o que costumamos chamar de *indivíduo* e isso que está *fora* do mesmo é postulado por algumas filosofias como a vedanta, certas cosmovisões como a descrita por Carlos Castañeda em *Uma estranha realidade* e, mais recentemente, por visões da nova física, tal como nos chegam nas obras de Jean-François Sharon, Fritjof Capra e G. Zukau).

O sociólogo que aspirar a ser respeitado como cientista deverá deixar as cores (as suas, bem como as dos outros por ele estudados) que não possam ser reduzidas ao cinza de uma teoria ou – na fala desta, o que é comum entre nós – ao menos a uma argumentação medianamente coerente com os autores, as *escolas* ou as modas do momento.

O aprendiz de sociólogo tem que se habituar a inibir sua sensibilidade para se tornar compreensível e aceitável pelos donos do saber consagrado na academia, já habituados a separar de seu ofício essas incômodas *coisas* chamadas intuições, emoções, sentimentos, criatividade, que tanto atrapalham a rotina sem surpresas da *produção* do saber, como gostam de se referir quando falam de seu ofício.

Aliás, o abandono das formas próprias de expressão representa outro passo imprescindível na iniciação do noviço: gestos, palavras, formas de pensar não-convencionais, e – como bem diz Feyerabend – o *humor*, deverão ser apagados do repertório expressivo do aprendiz de feiticeiro. Adotar em lugar da fala própria o jargão especializado, o sociológico que C. Wright Mills chamava *sociolinguagem*.

Entretanto, se a sociologia há de ser algo mais do que um discurso erudito, acadêmico, tecnocrático, intelectualista, de costas para uma realidade humana que cada vez mais parece definhar no sem sentido de uma vida meramente animal, coisificada, alienada, então se impõe uma parada para revisar o que estamos fazendo. Rever o sentido de uma prática científica e de um discurso que se nos apresentam como alheios a qualquer preocupação humana essencial.

A necessidade humana de *ser plenamente*, em todas as dimensões materiais, psíquicas e espirituais, foi deixada de lado pela sociologia dominante. Esta se ocupa do social coisificado, feito estruturas, processos, organizações, em que o homem em sua singularidade desaparece.

De uns anos para cá, provavelmente como uma reação a esta tendência, o interesse de parte dos sociólogos voltou-se para temáticas *micro* e perspectivas de abordagem menos *duras* que as prevalecentes no *main stream* teórico-sociológico.

Humanidades

gico (marxismo, estruturalismo, funcionalismo), tais como a etnometodologia, o interacionismo simbólico, perspectivas foucaultianas, certo marxismo pouco ortodoxo (A. Heller, E. Fromm, A. Serrano Caldeira, K. Kosik) e as linhas qualitativistas em geral.

Há, no bojo destas correntes alternativas, uma revalorização de certas formas de conhecimento que a prepotência cientificista banira para o lixão cognoscitivo: sobretudo o tão combatido *senso comum* e a arte – nunca de todo aceita na academia como forma de conhecimento *sério*. E, dos anos 1970 para cá, apareceram novas correntes como o *anarquismo cognoscitivo* de Paul Feyerabend, a *sociologia transcendental* de Ken Wilber, e o *holismo* de Capra (embora as aplicações deste na sociologia não sejam ainda conhecidas), em que se tenta apagar as fronteiras – tão rigidamente mantidas pelos positivismos de distinta cor – entre ciência e não ciência abrindo caminho para o desdisciplinamento do saber.

São sinais de que a cidadela não é mais reconhecida por muitos como o lugar exclusivo para a obtenção do saber. Entretanto, como se verá no texto a seguir, é precisamente na sociologia que as novas concepções de conhecimento mais resistência encontram.

É provável que haja nas páginas que seguem muito mais de declaração de intenções do que de trabalho efetivo na direção da realização do objetivo desejado, qual seja, a indicação dos traços de um novo paradigma sociológico, abrangente das dimensões humanas mais sutis, compreendendo dentro delas o transcendente.

Isto deverá, sem dúvida, impacientar a quem gostaria de ter em suas mãos algo mais do que um trabalho preliminar e exploratório como este. Entretanto, nada pode ser construído sem uma limpeza prévia de terreno. E é esse, sobretudo, meu propósito: tentar clarear para mim mesmo – bem como para quem quiser contribuir com seus pontos de vista – as possibilidades e dificuldades de uma sociologia comprometida com a tarefa de viver, isto é, uma sociologia que sirva não só para manipular os homens, mas para ajudá-los a viver com sentido e plenitude.

A GALERIA DOS PARADIGMAS: UMA PRIMEIRA ESPIADA POR SUAS JANELAS

Nos dias de hoje, o questionamento dos paradigmas científicos torna a chamar a atenção dos sociólogos, talvez com mais insistência do que na época em que foram formuladas as argumentações que hoje são retomadas¹.

É verdade que o debate renasce entre nós com poucas novidades com relação aos velhos – eternos? – temas de objetivismo/relativismo/racionalismo. Os ventos mas refrescantes vêm da filosofia, ou da antropologia e psicologia voltadas para o problema do ser e do conhecimento (antropologia cognitiva, psicologia transpessoal).

Em alguns redutos dentro – ou talvez deveria dizer *nas margens* – do edifício científico-sociológico se desenvolveram linhas de interpretação do homem e seus mundos (como a fenomenologia social de A. Schutz, o enfoque simmeliano dos personagens sociais, a abordagem de K. Kosik sobre o mundo da cultura e o conhecimento) em que uma forma alternativa de conhecimento é posta em prática, ou ao

menos anunciada como superada do intelectualismo racionalista.

Em um trabalho anterior desenvolvi embrionariamente a idéia que pretendo explorar um pouco mais abertamente neste texto: existem em alguns trabalhos de Marx, Weber e Durkheim trechos pouco lidos – aos quais a miopia do *establishment* acadêmico não soube descobrir-lhes o valor – em que os fundadores de nossa disciplina dão *insights* extremamente sugestivos acerca do papel da intuição, do acaso, ou da religião e da arte no conhecimento sobre o homem e a sociedade. E ainda mais: nesses parágrafos pouco lidos – e talvez seja este o motivo de sua omissão –, os clássicos da sociologia deixam transparecer visões do homem não demasiado de acordo com a pesada roupagem científica de que suas obras se revestem.

Mais adiante iremos dar uma passada rápida por esses trechos marginais que, à luz de nossa atual preocupação com as dimensões humanas e a transcendência, assumem novo interesse.

Irracional, na fala dominante, quer dizer: qualquer referência ao ser e, ainda mais, ao Ser.

Mas, sem nos darmos conta, nos afastamos da galeria dos paradigmas, enveredando por outros caminhos. Retornemos a nosso passeio. Parece bastante evidente que a atual discussão sobre os *paradigmas cognoscitivos* está obedecendo a um modismo que ameaça esvaziar seu conteúdo por força do uso indiscriminado e abusivo da expressão². Não obstante, podemos aproveitar esse modismo como pretexto para revisar alguns aspectos substantivos de nossa prática profissional³.

A idéia central que quero apresentar aqui é a de que a forma como desde a sociologia se olha o mundo tem consequências mais profundas sobre esse mundo que as comumente apontadas quando se discute “a responsabilidade social e política dos intelectuais”⁴, ou as “consequências sociais e políticas do conhecimento científico”⁵.

Não quero com isto dizer que as críticas ao uso da sociologia como ferramenta de dominação sejam irrelevantes para o que desejo desenvolver. Ao contrário, foi por ter tomado conhecimento e por ter sentido a justeza de boa parte dessas críticas⁶ que comecei a ganhar força em mim o desejo de alcançar algo que me parecia elas deixavam de lado: a desumanização implícita no modo corrente de fazer e pensar na sociologia. O pecado maior desta disciplina é o de ter contribuído para gerar e manter uma sociedade em que o homem é cada vez menos homem e cada vez mais um pedaço de homem⁷. Obedecendo a uma tendência congênita, a sociologia produz retratos conceituais, ou, se se quer imagens do homem e da sociedade, que *naturalizam* a alienação, o esvaziamento de sentido do ser humano concreto, o homem de carne e osso.

Na sociedade atual a verdade científica tem aceitação generalizada entre a maioria das pessoas, embora isso não signifique necessariamente que tenham compreendido cabal-

mente o conteúdo de proposições que aceitam como verdadeiras: "a Terra gira ao redor do Sol" é aceito como verdadeiro, embora a pessoa não saiba como ou por que isso ocorre, e nem tenha provas disso.

Outras verdades, oriundas de outras formas de conhecimento⁸, têm atualmente menos prestígio para as pessoas medianamente submetidas aos meios de educação e comunicação. O tipo de *retrato humano* produzido pela sociologia bem como a sociedade que ela legitima com seu discurso e sua prática têm fortes probabilidades de serem institucionalizados na prática⁹, legitimados, no sentido weberiano. Atribuo à sociologia forte responsabilidade na elaboração de um *retrato de homem* fragmentado (unilateralizado ora para o econômico, político, ou outra dimensão tida como preponderante), 'insetificado' (mostrado como resultante de processos cegos em que ele não intervém senão como produto final), reduzido a mero número (nas estatísticas sociais, que reproduzem a aglomeração anônima na sociedade)¹⁰.

Porque das características deste retrato pode ser rastreado, desde uma ótica marxista, seguindo as sugestões da hipótese da *determinação social* da consciência pelas condições da existência social¹¹, om as características que isto poderia assumir na moderna sociedade urbana, em termos de anonimato e alienação crescentes nas relações sociais, etc. Desde uma ótica weberiana poder-se-ia explorar a incidência da racionalização crescente, que imprime às relações dos homens entre si, bem como entre eles e a natureza, e às explicações de umas e outras um caráter predominantemente racional¹², entendido aqui *racional* como um âmbito que prescinde da intervenção de entidades sobrenaturais.

Não iremos explorar estas indicações. Tomaremos como ponto de partida uma existência humana alienada e fragmentada, no sentido antes dado a estes termos. Por que dizemos que certas visões do homem e do mundo elaboradas pelos sociólogos reforçam e aprofundam essas condições de existência? Para tentar responder a esta pergunta, é necessário que demos uma olhada ao olho que olha, isto é, o do sociólogo¹³.

A necessidade humana de ser plenamente, em todas as dimensões materiais, psíquicas e espirituais, foi deixada de lado pela sociologia dominante.

O conhecimento fragmentário fragmenta a percepção, e, ao mesmo tempo, é uma resultante da percepção fragmentada. Trata-se de uma dessas situações de circularidade que tanto detestam os amantes da clareza conceitual. O ovo ou a galinha? A reflexão não é banal, já que dela surge a pergunta sobre a possibilidade de um conhecimento multidimensional, integral, no seio de uma sociedade assentada sobre a fragmentação e a alienação como condição básica de existência. Em particular, isto é pertinente para a subsociedade ou subcultura dos sociólogos, cujo *ethos* profissional se caracteriza por forte divórcio entre teoria e vida (teoricismo), e entre

razão e não razão (racionalismo intelectualista).

Estas perguntas podem conduzir ao conhecido beco sem saída do determinismo das condições materiais de existência antes mencionado. Mas, sem ao menos tentar respondê-las, pode-se facilmente terminar em outro beco sem saída: o puro subjetivismo que abstrai o conhecimento das condições concretas em que ele acontece, construindo visões abstratas, alheias à realidade desse homem e dessa sociedade que se pretende conhecer.

O distanciamento da sociologia de matrizes valorativas (filosofia, religião, ética em geral), em nome de uma *objetividade* e ma "subordinação da imaginação aos fatos" (Comte), levou a que o objetivo da investigação, o homem e sua sociabilidade, ficasse esvaziado de seus conteúdos espirituais, afetivos, intuitivos. Essas dimensões, assimiladas a fontes de erro na percepção da realidade, deviam ser expurgadas do olho sociológico, nos diz Durkheim desde o momento em que sentamos nas carteiras do primeiro ano da faculdade de sociologia.

Estas características do conhecimento que se esperava da nascente ciência da sociedade certamente guardam correspondência com o processo de secularização geral da vida, do conhecimento e da cultura no fim da Idade Média, nos primórdios do capitalismo¹⁴.

O homem atual está sem raízes, como diz Martin Buber¹, cada vez mais naufragando em uma sensação de que sua vida carece de sentido. Já Durkheim detectara esse fenômeno, em seu estudo sobre a anomia na sociedade pós-feudal. Weber também alude a esse sem sentido a que a secularização e racionalização crescentes jogaram o homem moderno: um mundo sem deuses nem demônios, cada vez mais *morno* espiritualmente (ver *A ciência como vocação*).

Cabe esperar que a sociologia se constitua em um espelho capaz de devolver ao homem sua imagem inteira, um reflexo multidimensional de seu ser completo? Em outras palavras: pode a sociologia gerar um paradigma *holográfico*, para usar a terminologia de Ken Wilber?

A JANELA E A PAISAGEM

Uma olhadela aos pressupostos básicos da sociologia poderá ser interessante para tentar descobrir como o atual paradigma chegou a se constituir. Recorrentemente, desde seu nascimento, a sociologia buscou se afirmar como forma científica de conhecer a realidade social, adotando modelos explicativos e linguagem inspirados nas ciências *duras* (biologia, física, matemática)¹⁶, cujo *status* científico raras vezes era questionado.

Os pressupostos dessas ciências, a partir dos quais elas conhecem, podem ser expostos como segue: 1) Existe fora do sujeito cognoscente uma realidade independente dele, cujo conhecimento pode ser obtido da maneira mais exata possível, seguidos os procedimentos da ciência¹⁷. Este pressuposto, em sua versão mais radical, sustenta que o conhecimento científico diz como realmente é essa realidade externa; em sua versão mais modesta, diz-se que o conhecimento científico produz versões parciais e aproximadas do real, nunca coincidindo totalmente com este. Isto nos leva ao segundo pressuposto. 2) A cognoscibilidade limitada do

mundo: a ciência não procura construir quadros teóricos que contenham ou representem o real em sua totalidade, de maneira exaustiva. Pretende, isso sim, reproduzir conceitualmente o real com a maior verossimilhança possível, de acordo com o instrumental teórico e metodológico disponível. 3) A realidade se estrutura em níveis do mais simples ao mais complexo. 4) O existente se estrutura segundo leis. Este postulado é o que fundamenta as tentativas de conhecer mediante a formulação de generalizações. 5) Naturalismo: a explicação do acontecer se assenta na possibilidade de determinar relações causais verificáveis a partir da observação, com exclusão da ação ou interferência de entidades sobrenaturais.

Não é nosso propósito discutir em profundidade estes pressupostos, mas tão-somente indicar algumas das consequências derivadas de sua adoção pelo estilo sociológico dominante de ver e explicar o mundo, bem como do que continuarei chamando – se me permitirem – o *ethos* predominante em nosso meio profissional. Notadamente, quero enfatizar algumas características do olhar e da prática sociológicos: predomínio do racional (lógico, intelectual) sobre o não-racional (intuitivo, emocional); do quantitativo sobre o qualitativo; do regular, repetido, sobre o singular; do material sobre o espiritual. Isto tanto no nível gnoseológico quanto ontológico, ou seja, tanto no que diz respeito a atributos da realidade, quanto às características do conhecimento que se pode obter dessa realidade.

Essas formas de ver e explicar a realidade são perpetuadas, como bem sabemos, mediante a socialização dos novinhos e a ressocialização permanente dos praticantes da disciplina¹⁸.

Perceber regularidades, leis¹⁹, expressando-as de maneira clara e distinta, de forma não-contraditória, só é possível com referência a certas esferas da realidade²⁰, mas não à realidade como um todo. O que resulta difícil é mostrar ao devoto da ciência que sua perspectiva da realidade é apenas uma entre muitas, mas não necessariamente a melhor ou mais verdadeira²¹. O pluralismo gnoseológico não consta no ideário do cientificista.

A sociologia²² dominante se caracteriza também – ainda no fim deste século XX problemático e febril – pela defesa de um objetivismo mais duro que o vigente em algumas das ciências consideradas mais duras²³, como por exemplo a física, e de uma pretensão de certeza que faz pensar que o mundo social poderia um dia chegar a ser por completo apropriado pela ciência, como em algum momento acreditaria Comte, Durkheim e Popper.

O HOMEM COMPLETO DE MARX E O ALEIJADO DE NIETZSCHE

Marx escreveu, em um de seus Manuscritos de 1844, que o homem na sociedade capitalista alienara todos seus sentidos, todas suas formas de se apropriar do mundo, ao sentido de ter, à propriedade privada. “Cada uma de suas relações humanas com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, agir, amar –, em suma, todos os órgãos de sua individualidade são... em seu comportamento para com o objeto, a apropriação deste” (ver

nota 11). Todos os sentidos físicos e espirituais são alienados pela posse do objeto.

O pensamento marxista posterior, em suas versões mais arejadas – principalmente nos trabalhos de Erich Fromm –, recuperou este Marx cuja sensibilidade não somente não fora amputada pela pretensão de cientificidade mas, ao contrário, se tornara um ingrediente indispensável de sua captação da destruição do homem pelo capital. Em nome de que absurdo conceito de *objetividade* e *cientificidade* poderia alguém querer expurgar do texto marxiano esses brilhantes *insights* salpicados de citações de Shakespeare e Goethe, sem os quais sua análise da alienação se tornaria vazia?

Nestes escritos chamados de juventude, as metáforas, as citações de peças de teatro ou poemas são chamados em auxílio do pensamento para aprofundá-lo, ou, ainda mais, para dizer aquilo que só a arte pode dizer.

Que semelhança podemos descobrir entre esse homúnculo com seus sentidos alienados pelo capital e aquela outra figura humana também alienada, o *aleijado às avessas* que Nietzsche nos mostra em *Assim falava Zaratustra*? Este é um homem que é apenas um grande olho, ou uma grande orelha, ou algum outro órgão em demasia, e que está atrofiado em todas suas outras capacidades. Não poderíamos trazer ambos os retratos, o científico e o literário, o de Marx e o de Nietzsche, para nossa galeria de paradigmas? Não seriam ambos representativos de desenvolvimentos humanos unilaterais, em que o ser total está atrofiado, com exceção da capacidade, órgão, ou sentido hipertrofiado?

E não poderíamos acrescentar a estes dois retratos um terceiro, o do sociólogo diminuído em suas capacidades perceptivas e de ação, confinado num xadrez teorista e intelectualista, desumanizado?

SEGUINDO O RASTRO PARA TRÁS: COMTE

Em Augusto Comte encontramos, com traços tão marcantes que por vezes parecem caricaturas, a prefiguração do cientificismo posterior que pretende ter o monopólio da linguagem e da explicação válidos acerca do mundo humano-social. De fato, o fundador oficial de nossa disciplina pretende, com sua ciência positiva, subordinar a imaginação à observação, aos dados, que são apresentados como portadores de uma racionalidade implícita. A busca de causas, um ressaibo do passado teológico-feudal a superar, devia deixar passagem para a explicação, concebida como a remissão do singular às leis naturais que regem a marcha da civilização. A sociologia comteana não julga (aprova ou negando): constata o dado, remetendo-o para a ordem legal correspondente, que é *natural* = *racional* = *normal*.

Essa transposição de um conceito de racionalidade para a realidade é muito perigosa, uma vez que desqualifica de antemão qualquer crítica da ordem existente, bem como qualquer crítica dos enunciados científicos que exprimiriam esse existente. A razão se entroniza como autoridade máxima, a autoridade da ciência. E esta, por sua vez, não faz mais do que expressar o dado em sua *pura e simples objetividade*, sem ingerência valorativa.

Humanidades

A RAZÃO DURKHEIMIANA

Se em Comte a razão científica, objetiva, se quer única linguagem adequada para revelar o real tal como ele é, em Durkheim, um *comteano a desgosto* ²⁴, essa pretensão aparece ainda de maneira mais enfática e precisa, sem as roupagens ideológicas um tanto mirabolantes do fundador. O objeto da sociologia – diz Durkheim – é o *fato social*: uma ordem de fenômenos irredutíveis à realidade física ou psicológico-individual. São fenômenos *sui generis*, a demandarem uma ciência própria para seu estudo. O social, que até então fora objeto da reflexão filosófica, ideológica, psicológica, ou do senso comum, deveria entrar definitivamente sob o domínio da ciência. Para isso, a sociologia deveria caminhar para uma completa eliminação das noções sobre o social que não tivessem sido elaboradas de acordo com os procedimentos científicos. Daí a ruptura durkheimiana com as prenoções (noções elaboradas na prática social e para ela) e com o senso comum, que se soma à ruptura com as outras formas não científicas de reflexão sobre o social, já mencionadas.

O pecado maior da sociologia é o de ter contribuído para gerar e manter uma sociedade em que o homem é cada vez menos homem e cada vez mais pedaço de homem.

Ao explicitar seu pensamento sobre como deveria proceder a nova ciência, Durkheim traça com determinação aquilo que marcaria a ferro e fogo boa parte da sociologia posterior: o social deve ser estudado (a) como algo *externo aos indivíduos* (tanto aos observados como ao observador: dicotomia sujeito/objeto) ²⁵ e (b) deve ser abordado pelo lado em que se apresentar mais afastado de suas manifestações particulares (o genérico e o repetido privilegiados em detrimento do particular e singular). A sociologia durkheimiana quer apoiar sua objetividade em regras metodológicas precisas, que manteriam longe do terreno científico os sentimentos, os valores, as preferências. Ela procura *estender à conduta humana o racionalismo científico* que, ao reduzi-la a relações de causa e efeito, *permita formular regras de ação para o porvir*.

WEBER OU A DEUSA RAZÃO EM LUTA COM OS DEMÔNIOS

Em nossa rápida passagem pelos clássicos, chegamos a Max Weber. Com ele a razão sociológica alcançou seu desenvolvimento mais formalizado e minucioso, em termos de

precisão e articulação conceitual. Mas também deve ser creditada a Weber uma ousadia e criatividade no uso desse instrumental conceitual – demonstradas em seus estudos abrangentes sobre, por exemplo, as religiões e a magia – dificilmente encontráveis em outros sociólogos igualmente preocupados com o rigor lógico. Por outro lado, chama a atenção a arte deste cientista (o último sábio a reivindicar para si a denominação de sociólogo, como diz Horacio Gonzalez), que soube harmonizar rigor conceitual e riqueza empírica: seus tipos ideais não são abstrações descarnadas de realidade histórico-social, nem meras exemplificações empíricas de categorias teóricas. Quem não *reconhece*, por exemplo – embora Weber diga que o tipo ideal não é encontrável empiricamente – no tipo ideal de autoridade carismática, a figura de um Getúlio Vargas ou de um Perón? Quem não vê, dançando diante de seus olhos, o mago manipulando oferendas para atrair o favor das forças sobrenaturais? E não é um literato quem escreve, mas um cientista que soube trabalhar racionalmente sem esmagar a riqueza e a multidimensionalidade do real.

A razão weberiana penetrou em mundos humanos aparentemente impermeáveis ao conhecimento científico (magia, religião), mostrando que é necessário e possível utilizar, aperfeiçoar o instrumental conceitual, ou se se quer, a malha perceptiva do cientista, para acompanhar as nuances da realidade.

Finalmente, lembremos que Weber viveu em constante luta com os demônios que os tempos modernos pretendiam expulsar por completo da vida humana: sua razão conhecia os caminhos que a ligavam à intuição e, embora dedicasse mais ênfase à interpretação racional da ação social, não ignorava que esta era muito mais que razão. E como não sentir um estremecimento ao lermos o final de sua conferência pronunciada em 1918 – portanto quase no fim de sua vida –, em que o sábio alemão lembra que não é difícil atender às exigências do momento presente *se cada um descobrir e obedecer ao demônio que sustenta os fios de sua própria vida*.²⁶

Os *donos do saber* nas distintas áreas do conhecimento sociológico, sacramentados nas estruturas do poder e prestígio acadêmico, são os que determinam o que se deve investigar e publicar em seu respectivo *conto de caça*. O que é relevante e, conseqüentemente, o que é irrelevante, marginal, ou secundário. Eles controlam quem entra e quem sai da área, quem recebe e quem perde os auxílios financeiros. Quem participa e quem fica fora dos congressos. Quem ganha os concursos docentes e quem deverá continuar vegetando nas universidades periféricas. Quem publica nas revistas especializadas, e quem fica relegado – com muita sorte – a eventual resenhista ou comentador.

Esses *senhores da ciência* – cujas conexões com os grupos de poder na sociedade mais abrangente não é o caso de focalizar aqui²⁷ – traçam e retraçam a linha clara e distinta que separa o que é legitimamente investigável em sociologia, do banal, ridículo, ou que não merece ser investigado²⁸. E traçam também os limites entre o racional e o irracional ou, de uma maneira mais ampla, o não-racional.

O MAPA E O MUNDO

Sabe-se que não temos – salvo em circunstâncias excepcionais e fugazes – percepções puras do real. Elas ocorrem no marco de um corpo mais ou menos elaborado e consistente de interpretações que o indivíduo aprende a considerar como sensatas e plausíveis através dos mecanismos sociais de legitimação²⁹. Os antropólogos conhecem bem a enorme dispersão que se pode observar de cultura para cultura, quanto ao que é considerado *certo* ou *errado*, *bem* e *mal*, e coisas do gênero. O que resulta muito mais interessante, porém, é que a noção de *realidade*, que poderíamos ser levados a pensar que fosse comum para todo homem independente de cultura, manifesta também enorme variação segundo os diferentes contextos socio-culturais (o espaço, por exemplo, não tem as mesmas dimensões para todos os povos; o espectro cromático não define as mesmas cores para todos: há povos que não conhecem o *azul* como o conhecemos, mas o denotam como um certo *outro tipo de verde*).

O homem atual está sem raízes, cada vez mais naufragando em uma sensação de que sua vida carece de sentido.

Estas constatações levam a considerar com cautela as pretensões demasiado universais de formas de conhecimento como a ciência³⁰. No terreno específico da sociologia, a noção fenomenológica de *d'versos mundos*, que ganham existência de acordo com chaves cognoscitivas e tensões de consciência específicas, contribui para desmitificar o pretendido privilégio do mundo e visões científicas sobre os demais (mundo da música, do sonho, da fantasia, do trabalho, etc.)³¹. A própria noção de objetividade deve ser relativizada como produto de uma determinada prática social, que é a que define seus contornos e sua legitimidade, coisa que parecem olvidar seus mais ardorosos defensores.

CORTANDO E RECORTANDO

O real é, então, percebido mediante um recorte que estabelece o que vai ser interpretado como aspecto *com sentido* determinado: mesa, cadeira, casa, morte, etc. A ciência procede também de acordo com recortes que, como nos recorda Weber, dependem de posturas valorativas. Assim, haverá tantos recortes na infinidade do real quantas posturas valorativas dos sujeitos observadores.

Recortes são recortes. A atenção que focaliza leva a notar algo, mas ao mesmo tempo leva a ignorar outras coisas³². Algo que começa a ficar mais claro, até para os habitantes da

cidadela, é que tanto o que fica dentro como fora do campo observacional tem, pelo menos, *a mesma importância*³³.

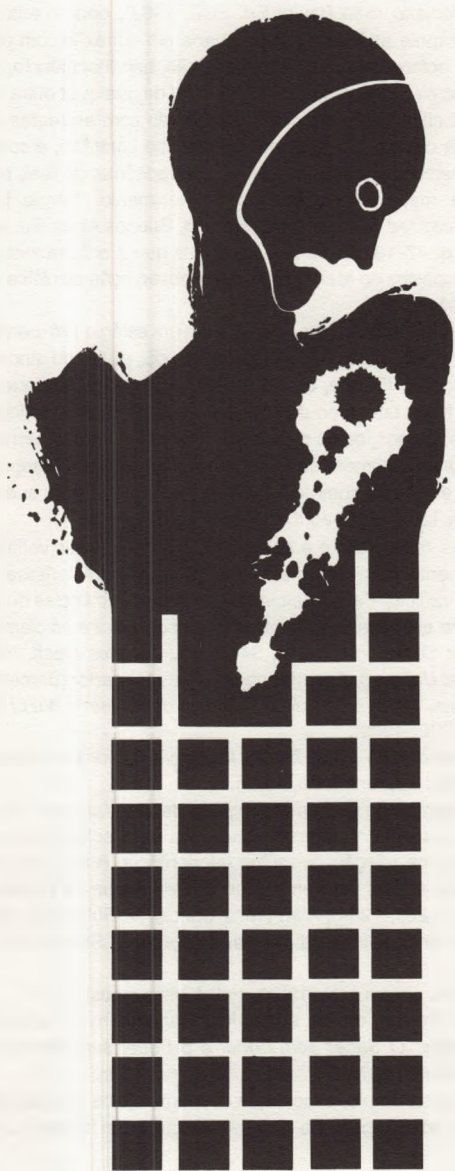
O conhecimento sociológico tem-se tornado um objeto em si mesmo, nos moldes do que Horkheimer e Adorno chamavam de *razão instrumental*, para o erudito ou o acadêmico que vivem de costas para seus semelhantes (e, diga-se, também para si mesmos). E é, na mentalidade do tecnocrata ou dos messias da conscientização – novos missionários – das massas oprimidas, uma ferramenta para conduzir a dinâmica social (as ações dos homens e mulheres) para o rumo *certo*. Os sociólogos – salvo honrosíssimas exceções – não se preocupam demasiado com o que chamam dispiçentemente de *questões éticas*³⁴.

A razão weberiana penetrou em mundos humanos aparentemente impermeáveis ao conhecimento científico (magia, religião), mostrando que é possível sutilar a malha perceptiva do cientista para acompanhar as nuances da realidade.

Não conseguem sequer sair da mentalidade de mercado em que situam seu pensar e seu agir, para remontar em direção a uma ética superior. O empreendimento da tarefa de pensar como um compromisso com os outros, com a verdade, com a justiça, com o pleno desenvolvimento do homem: eis o que deve se tornar cada vez mais um imperativo para nossa disciplina, se é que queremos que ela seja algo mais que uma ciência ao serviço da manipulação de nossos semelhantes³⁵.

E poderíamos nos perguntar, para concluir estas linhas, se hoje a sociologia que tão eficazmente contribuiu para desencantar o mundo³⁶, colaborando para transformar o transcendente em *um rumor de anjos*, para usar a feliz expressão de Berger³⁷, enfim, essa sociologia que foi tão eficiente para destruir mundos de fantasia e aparência em nome de uma certa concepção de verdade científica e razão, terá algo para dar a esse homem que se debate no sem-sentido das megalópoles modernas, massacrado nas garras de um sistema que viola sua mais recôndita intimidade e lhe arranca o melhor de si, seus melhores anos, sua força, sua criatividade, para vomitá-lo como um despojo quando já está exausto, robotizado, imbecilizado, aniquilado?

Terá a sociologia algo a oferecer a esse homem? Ou deveremos concluir que a sociologia é um caminho sem coração, uma a mais dentre as muitas formas como na sociedade atual o ser humano é usado e destruído em nome e em favor de algo sempre maior e mais valioso que ele mesmo, chama-se lucro, progresso, civilização, religião, ciência?



Rolando Lazarte é sociólogo, professor assistente do Mestrado e do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba. Mestre em sociologia pelo IUPERJ, ex-assistente de pesquisa de Guillermo O'Donnel no CEBRAP.

Notas

1. Refiro-me à questão dos paradigmas científicos e sua mudança, tal como Thomas Kuhn a apresentou in: *A Estrutura das Revoluções Científicas* (São Paulo: Ed. Perspectiva [1962] 1982). Uma discussão alternativa e em alguns pontos contraposta encontra-se in: Paul Feyerabend, *Against Method. Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge* London: NLB, 1975). (Há ed. brasileira pela Ed. Francisco Alves).
2. Umberto Eco se refere ao esvaziamento de significado produzido pelo uso abusivo dos conceitos ("fetichização dos conceitos," nas palavras do autor) in: *Apocalípticos e Integrados* (São Paulo: Ed. Perspectiva).
3. Uma formulação clássica sobre a prática científica sociológica em sua dupla face de docência e investigação pode encontrar-se em Max Weber in: *A Ciência como Vocação*. Ela nos interessa aqui porque nesse breve texto o autor põe a descoberto a luta interior que o acompanhou durante toda sua carreira intelectual: os antigos deuses e demônios em luta dramática contra uma racionalidade científica exigente como poucas. Esses deuses e demônios eram as antigas e grandes cosmovisões em nome das quais se vivia e se morria nos tempos anteriores ao predomínio da razão. Contudo — nos lembra Weber — eles sobreviveram nos misteriosos sussurros da intuição que nos diz coisas ao ouvido enquanto fumamos, sossegadamente, deitados no sofá de casa.
4. Martín Nikolaus, "Advertencias a la convención de la American Sociological Association," in: Alain Touraine, *Ciências Sociais: Ideologia y Realidad Nacional* (Buenos Aires: Ed. Tiempo Contemporáneo, 1974) p. 30.
5. Sebastião Vila Nova, *Ciências Sociais: Humanismo ou Técnica?* (Petrópolis: Ed. Vozes).
6. O esquecimento do dever ético de ajudar o homem é denunciado por Theodor Adorno e Max Horkheimer in: "La Idea de Sociología," in: *La Sociedad. Lecciones de Sociología* (Buenos Aires: Ed. Proteo, 1969), há ed. brasileira pela Ed. Cultrix. Ver tb. Max Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 19-52, e in: *Eclipse da Razão*. Os autores enfatizam a responsabilidade do tipo de racionalidade dominante em sociologia, no esvaziamento do homem na sociedade capitalista. Ainda sobre as implicações ético-existenciais envolvidas no fazer ciência, ver Edward Hall, *Más Allá de la Cultura* (Barcelona: Gustavo Gili Ed., 1976) e Edmund Leach, *Un Mundo en Explosión* (Barcelona: Ed. Anagrama, 1967).
7. O homem se torna um pedaço de homem quando desenvolve unilateralmente alguma de suas capacidades, deixando de lado as outras, que se atrofiaram. Isto aparece exemplificado de maneira dramática na metáfora do "aleijado às avessas," que Nietzsche nos apresenta in: *Assim Falava Zaratustra* (Rio de Janeiro: Edições e Publicações do Brasil, s.d.p.). Mais adiante analisamos esse texto. A alienação de todos os sentidos humanos pelo ter — que

- também discutimos mais adiante — é descrita por K. Marx in: "Dinheiro," *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Ensaios* (São Paulo: Ed. Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1985). Aqui nos interessa a fragmentação humana com essas duas conotações: desenvolvimento unilateral e conseqüente obliteração dos sentidos.
8. Ver Jürgen Habermas, "Ciência e Técnica como Ideologia," in: Walter Benjamin et al., *Textos Escolhidos* (São Paulo: Ed. Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1980) p. 313-343. Ver também Paul Feyerabend, ob. cit., especialmente sua crítica da "religião da ciência."
 9. Peter Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento* (Petrópolis: Ed. Vozes, 1973).
 10. Cf. Habermas, ob. cit.
 11. Sobre a relação consciência/existência, certo marxismo fácil costuma citar *ad nauseam* a seguinte frase de K. Marx e F. Engels (*A Ideologia Alemã. Feuerbach*, São Paulo: Ed. Hucitec, 1984): "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência." (p. 37). Com esta citação lapidar certos fundamentalistas marxistas pretendem convencer pessoas pouco avisadas de que a consciência humana não passa de algo assim como um espelho ou, ainda pior, um mero reflexo de condições materiais. Esquecem, em seu fervor, de ler no parágrafo seguinte, o alerta dos autores em cuja autoridade querem apoiar sua interpretação reducionista: "é necessário evitar fixar a sociedade como uma nova abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social por excelência." (Grifos meus).
 12. Max Weber, "La Ciencia como Vocación," in: H. H. Gerth e C. W. Mills, eds., *Ensayos de Sociología Contemporánea* (Madrid: Ed. Martínez Roca, 1972) p. 178 e ss.
 13. Paul Feyerabend, ob. cit.
 14. Robert Nesbet, *La Formación del Pensamiento Sociológico* (Buenos Aires: Ed. Amorrortu). Desde uma perspectiva filosófica, essa mudança de fronteiras significou uma queda dos marcos cosmológicos anteriormente provistos pela religião. Nas palavras de Martin Buber (*Qué es el Hombre?*, México DF: Fondo de Cultura Económica, 1949), "o homem perdeu sua casa," ficando sozinho em um mundo deserto, sem laços vitais significativos com seu entorno (p. 34-35 e 53). Em um contexto mais de nossos dias, podemos pensar nas reflexões de Alan Watts (*Tabú: O que não deixa você saber quem você é*, São Paulo: Editora Três, Ed. Especial de Planeta, n. 53, s.d.p.), principalmente o cap. "Informe reservado," sobre a separação do indivíduo e a realidade à sua volta.
 15. Martin Buber, *Que és et Hombre*, México. Fundo de Cultura Económica, 1949.
 16. Edmund Leach, ob. cit., p. 22; Fritjof Capra, *O Ponto de Mutação* (São Paulo: Ed. Cultrix, 1984) p. 63 e ss.; Mario Bunge, *La Investigación Científica: Su Estrategia y su Filosofía* (Barcelona: Ed. Ariel, 1973) p. 29; Theodor Adorno e Max Horkheimer, ob. cit. em nota (6), e Sebastião Vila Nova, ob. cit.
 17. Mario Bunge, ob. cit., p. 319-333.
 18. Ver Rolando Lazarte, "Considerações em torno do Conceito de Homem em Sociologia," Escola de Sociologia e Política de São Paulo, *Textos para Debates* (1984).
 19. Para M. Weber, "a determinação de tais regularidades (as leis do acontecer) não é, contudo, a meta, e sim o meio do conhecimento..." (M. Weber, "La Objetividad Cognoscitiva de la Ciencia Social y de la Política Social," in: *Ensayos sobre Metodología Sociológica*, Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1973, p. 57 e ss. Há diversas edições em português). A lei, para Weber, é um instrumento capaz de auxiliar o entendimento na hora de atribuir acento causal a uma determinada conexão entre acontecimentos. Mas "para o conhecimento dos fenômenos históricos em sua condição concreta, as leis mais gerais são também comumente as menos valiosas, porquanto são as mais vazias de conteúdo."
 20. Desta forma, ficaram fora do campo observacional da ciência: o sensível, o ético, o estético, os sentimentos, os motivos, a alma, a consciência, o espírito (F. Capra, ob. cit., p. 51). No caso particular da sociologia, ela expulsou do terreno científico a experiência humana enquanto tal (J.-P. Sartre, *Questão de Método*, São Paulo, Ed. DIFEL, 1979, p. 73 e ss.), cuja verdade estaria fora dela mesma, na teoria construída pela ciência (Karel Kosik, *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, p. 9-58). M. Weber, que escolheu a ação social racionalmente orientada com relação a fins como sendo a mais facilmente tratável sociologicamente, alertou no entanto que *isso não significava, de modo algum, atribuir à vida social como tal um caráter exclusiva ou sequer predominantemente racional* ("Conceptos Sociológicos Fundamentales," in: *Economía y Sociedad*, México DF: Fondo de Cultura Económica, 1946). Ver também a este respeito, Santiago Barbuy, *España do Encontro Humano* (São Paulo: Ed. ECE, 1982), onde o autor faz uma interessante análise da vida urbana em conexão com pares conceituais polares tais como razão/intuição, barulho/silêncio, etc.
 21. O catecismo cientificista entroniza por cima de qualquer outra descrição da realidade aquela obtida de acordo com as regras e os objetivos da ciência. Feyerabend propõe, ao contrário, a coexistência de versões (científicas ou não) contraditórias do real, como uma forma mais humanística de conhecimento. Sérgio Bagú (*Tiempo, Realidad Social y Conocimiento*, Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1973, p. 47-48, 61-63 e 71) sustenta que a própria exclusão de certos aspectos do real, do campo da observação científica, deve ser investigada.
 22. Para alguns, a sociologia se encontra em um estágio pré-paradigmático (Kuhn, ob. cit., p. 33; Vila Nova, ob. cit., p. 16) ou ainda pré ou protocientífico (Bunge, ob. cit., p. 44, 414 e 416). Isto quer dizer: não existiria um corpo de conhecimentos tido como válido por todos os sociólogos, ou ao menos pela maioria. Contudo, em geral estes cientistas assumem de uma ou outra forma, os pressupostos da ciência em geral, como a base sobre a qual realizam suas investigações. Isto justifica aqui a menção aos mesmos.
 23. Nas ciências físicas, como é de domínio público, tem-se verificado um afastamento cada vez maior das posturas características do objetivismo radical. Paradoxalmente, em fuga das ciências duras, essa postura encontra seus tenazes defensores entre os cientistas sociais. Ver Capra, ob. cit., p. 341 e ss., Jacques Rueff, *Visión Cuántica del Universo: Ensayo sobre el Poder Creador* (Barcelona: Ed. Sintagma, 1976) e G. Zukau, *A Dança dos Mestres Wu Li* (São Paulo: Ed. ECE, 1989).
 24. Esta expressão é de Irving Zeitlin, *Ideología y Teoría Sociológica* (Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1973).
 25. O conhecimento não é um mero registro de algo que está fora do sujeito cognoscente: é uma atividade, na qual sujeito/objeto se fundem em uma relação de mútua interferência. A respeito desta postura cognoscitiva, ver Ken Wilber (*La Conciencia sin Fronteras*, Barcelona: Kairós, 1984), Alan Watts, ob. cit., M. Buber (ob. cit., p. 17 e ss.) e Amílcar Herrera (*A Grande Jornada*, São Paulo: Ed. Brasiliense).
 26. M. Weber, ob. cit. em nota (12), p. 191. (Grifos meus)
 27. Ver Martin Nikolaus, ob. cit. e Maurício Tragtenberg (*A Delinquência Acadêmica: O Saber sem Poder e o Poder sem Saber*, São Paulo: Ed. Rumo, 1979).
 28. Pense-se, por exemplo, o lugar que ocupam hoje os estudos sobre o cotidiano, em comparação com o que ocupavam há dez ou vinte anos.
 29. Berger e Luckmann, ob. cit., Em outro contexto, mas com o mesmo sentido, Carlos Castañeda, *Una Realidad Aparte* (México DF:

Fondo de Cultura Económica, 1972. Há ed. brasileira pela Ed. Record) elabora o conceito de "reafirmasões do mundo que nos rodeia," como parte do processo de socialização, que consiste, como todos sabemos, em tornar uma criança *sócia* de um sistema de afirmações sensatas previamente existente.

30. A ciência é grossa, a vida é sutil, é por isso que interessa à literatura, diz – mais ou menos assim – Roland Barthes (*Aula*, São Paulo: Ed. Cultrix, 1980).
31. Ver por exemplo Alfred Schutz (*Fenomenologia e Relações Sociais*, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979) e suas concepções de *províncias de significado e realidades múltiplas*. K. Kosil, desde a perspectiva de um marxismo fenomenológico – se me permitirem esta expressão – desenvolve a concepção marxiana de *diversos mundos* apropriáveis pelo homem através dos sentidos. Lembremo-nos neste momento da crítica de Titus Burkhardt (*Ciência Moderna y Sabiduría Tradicional*, Madrid: Ed. Taurus, 1979, p. 20 e ss.) ao corte que a ciência opera entre o ser e o mundo à sua volta.
32. Bagwan Shree Rajneesh (*Meditação: A Arte do Êxtase*, São Paulo: Ed. Cultrix/Pensamento, 1984) desenvolve de maneira original e divertida, o conceito – bem conhecido pelos estudiosos da cognição humana – que nos leva a prestar atenção de maneira fragmentada. A. Watts, na obra citada, alude a este mesmo fenômeno.
33. Sobre o recorte científico e suas consequências para as pessoas, ver o livro mencionado de Buber, Ramón P. Muñoz Soler, "Crítica de las Ciencias del Hombre," in: *Antropología de Síntesis: Signos, Ritmos y Funciones del Hombre Planetario* (Buenos Aires: Ed. Depalma, 1984), e Erich Fromm, *Conceito Marxista do Homem* Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1983), além dos já mencionados livros de Bagnó, Vila Nova, Capra, e Sartre.
34. Em Weber, por exemplo, é explícita a postulação de uma distância entre a investigação sociológica e qualquer preocupação humana com o "significado" da vida ("La Ciencia Como Vocación," in: H. H. Gerth e C. W. Mills, ob. cit., p. 178 e ss. Há várias edições em português, se não me engano uma delas pela Ed. Abril). Isto mesmo se vê em E. Durkheim, *Las Reglas del Método Sociológico* (Buenos Aires: Ed. Schapire, 1953), Principalmente na Introdução, Prefácios e Cap. I.
35. M. Nikolaus, ob. cit.
36. Octávio Ianni, "O Encantamento do Mundo," *Religião e Sociedade*, 13, n. 1 (Março 1986) p. 20-22.
37. Peter Berger, *Um Rumor de Anjos: A Sociedade Moderna e a Redescoberta do Sobrenatural* (Petrópolis: Ed. Vozes [1969] 1973).

Resumen

Ser y ciencia

La forma dominante de pensar y practicar la sociología reproduce y reforma la alienación del hombre en la sociedad contemporánea, y lo amputa de sus dimensiones más sutiles. El cientificismo intelectualista y teoricista instalado en nuestra profesión marginaliza formas de conocimiento alternativas que podrían llegar a ser gérmenes de prácticas desalienadoras, colaborando para una vida humana más plena y feliz.

Abstract

Being and Science

The predominant paradigm for thinking and practising sociology reproduces and reshapes man's alienation in contemporary society and severs him from his more subtle dimensions. The intellectualizing, theorizing scientificism that has gripped our profession has squeezed out alternative forms of thinking that could engender de-alienating practices and help to foster a more fulfilling, happier life.

O DISCURSO DA PAIXÃO

Ana Maria Macedo Valença

A paixão é a única experiência humana capaz de levar o sujeito ao êxtase. A sociedade do capitalismo, marcada pelo culto explícito à mercadoria, tem silenciado a paixão. Trata-se, entretanto, de um silêncio imposto e repressivo, cujo efeito passa a ser o da cumplicidade. Dessa forma, a paixão se revigora no proibido e no reprimido, reafirmando seu espaço e se projetando na infinita capacidade humana de sonhar, desejar e de perseguir a euforia ontológica.

PAIXÃO E PAIXÕES

Este texto pretende abordar a paixão em um sentido restrito: o de 'força atrativa' que um sujeito pode receber de outro ou exercer sobre alguém. Nesta acepção, em que duas categorias se pressupõem – o eu e o outro –, a problemática passional se articula dinamicamente como um movimento que parte de um sujeito para transformar seu objeto, com o qual deseja entrar em consonância.

O mecanismo passional assim delimitado – interse-res – faz parte de um campo maior, ilimitado, que é o das afeições humanas. Estas constituem um universo que pode ser recortado.

O homem está sempre na convivência de um feixe de impulsos: o medo, a inveja, o ódio, o ciúme, a ambição, etc. Em sentido genérico, pode-se falar de paixões – termo que pode recobrir a esfera da totalidade de motivações intrínsecas que conduzem o indivíduo a determinadas rotas, componentes de um percurso de existência. Neste périplo, são todos embalados – do homem primitivo ao pós-moderno – por uma dinâmica que atrai e/ou retrai, que impele e/ou repele. E é da soma de todas as motivações, geralmente contraditórias e mutáveis, que nasce do homem a individuação do sujeito.

A atração excessiva, profunda e total entre seres é aspecto singular de um fenômeno psíquico mais am-

plo. Em sentido dilatado, a passionalidade pode existir em qualquer vertente na multiplicidade inerente à inserção do sujeito no social. Qualquer motivação forte, qualquer impulso mental que catalise o indivíduo, pode receber o rótulo de paixão. Em sentido amplo, portanto, pode-se estar apaixonado pela profissão por política, xadrez ou futebol.

Para Gérard Lebrun, em *Os sentidos da paixão*, esta "é sinônimo de tendência – e mesmo de uma tendência bastante forte e duradoura para dominar a vida mental". O fato é que a inclinação é intrínseca e termina não só por determinar um *modus vivendi* como também uma forma de se relacionar com o mundo.

É complexo o mecanismo mental de constituição das paixões que direcionam as pessoas. Como se trata de uma realidade não-monolítica e como se trata, sobretudo, de edificações subjetivas, não cabem explicações unicistas, dada a pluralidade das construções imaginárias.

A paixão interseres, dentro da intrincada engrenagem passional humana, é a que melhor traduz a complexidade do tema. Constitui o ponto mais alto de uma elaboração mental.

Entendida a polivalência do tema, é fácil dizer agora que é difícil escrever sobre o assunto. O ato de escrever pressupõe um saber objetivo e, decorrente disso, facilidade no dizer. Discorrer sobre a paixão,

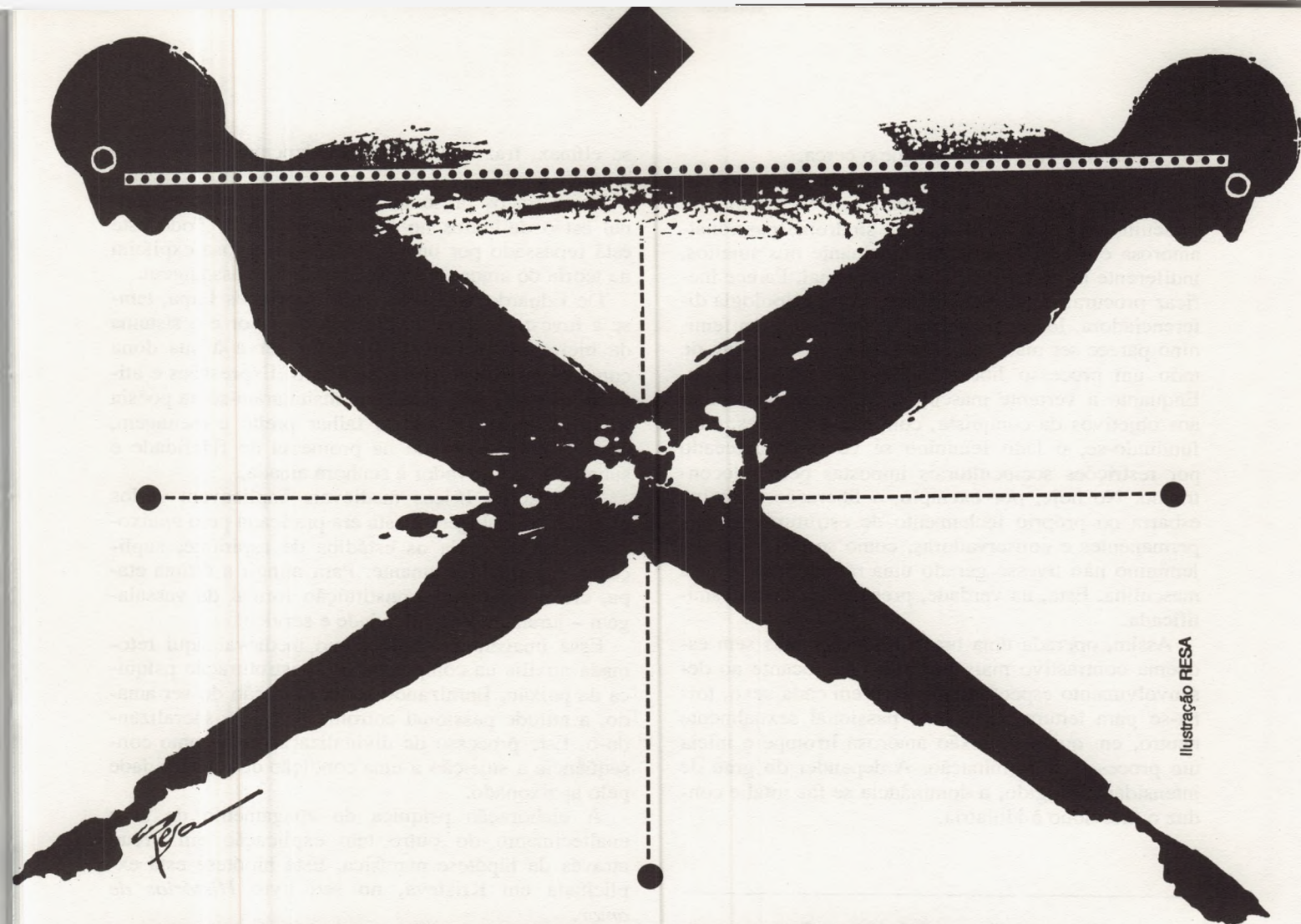


Ilustração RESA

ao contrário, é encontrar a dúvida, é arriscar-se, é entregar-se ao incomunicável. O discurso da paixão não é senão uma aventura, um desejo. A decodificação é tão-somente uma tentativa, e a possibilidade de uma semântica global se casa com o impossível.

Tudo o que já disseram filósofos, psicólogos e escritores em geral constitui um sistema de verdades. Tudo o que ainda não se disse encontra-se nos meandros da intimidade indecifrável, numa zona que permanece resistente aos instrumentos heurísticos da ciência. É da esfera do vivido que a paixão se irradia. E desta esfera sai este texto.

A paixão como tema atrai pela sua polissemia. Tão-somente da busca de uma vertente de significação nasce este texto, em que subjaz um narcisismo profundo, que é o da própria paixão, nele embutida.

Assim, da esfera íntima, parte a paixão deste discurso para o discurso de uma paixão, buscando, através da linguagem, a única forma possível de exumação.

A CONSTITUIÇÃO DA PAIXÃO

O eu e o outro – duas categorias básicas que se impõem e se entrelaçam na difícil decifração da ludicidade nas relações passionais. Um eu que se caracteriza pelo desejo intenso e total de entrar em conjugação com o outro eu, o qual, por vezes, se doa, ou,

por vezes, foge, ludicamente.

Um eu dominado por uma força interna busca vencer a força da disjunção e se transforma em um sujeito emissor produzindo signos. Signos que fazem parte de um repertório autônomo porque essencialmente vinculados ao tônus do desejo.

Um eu que já não consegue controlar os mecanismos cerebrais da vontade. Um eu cujo âmago está em completa disponibilidade – dominado e submetido, está entregue à força abissal da paixão.

Um eu que não se preparou nem se fortaleceu previamente, pois a paixão não marca hora: é imprevisível o que lhe determina a impossibilidade de ser buscada ou inventada.

Escapar à premeditação, fugir do previsível e não produzida pela vontade são marcas distintivas.

Por ser fortuita, circunstancial e acidental, a paixão amorosa irrompe sem índices antecipadores. Há o início do processo passional propriamente dito, seu avassalador desenvolvimento e seu fim. Ser finita dentro da infinita intensidade que a caracteriza, ao lado da imprevisibilidade, confere à paixão uma auréola esotérica.

Enigmáticamente, a passionalidade se constitui a partir da sua própria inevitabilidade.

Diante de tais especificidades, o sujeito acometido pelo fenômeno é provocado por um abalo na ordem instituída, por um desvio causado por um efeito de

estranhamento em relação ao que o cerca.

Não se apreendem aspectos diferenciais significativos concernentes a uma realização feminina ou masculina da passionalidade. A síndrome passional-amorosa é arquetipicamente semelhante nos sujeitos, indiferente à questão da diferença sexual. Parece ineficaz procurar o estabelecimento de uma tipologia diferenciadora. Ideologicamente, entretanto, o eu feminino parece ser mais suscetível ao fato, a despeito de todo um processo liberatório em desenvolvimento. Enquanto a vertente masculina da paixão se mescla aos objetivos da conquista, com ela, por vezes, confundindo-se, o lado feminino se vê ainda cerceado por restrições socioculturais impostas pelo falocentrismo. No hoje, por exemplo, a liberação feminina esbarra no próprio fechamento de estruturas sociais permanentes e conservadoras, como se o movimento feminino não tivesse gerado uma refração na cultura masculina. Esta, na verdade, precisa ainda ser desmitificada.

Assim, operada uma breve restrição, mas sem esquema contrastivo mais profundo no tocante ao desenvolvimento específico do tema em cada sexo, torna-se para leitura um sujeito passional sexualmente neutro, em quem a paixão amorosa irrompe e inicia um processo de dominação. A depender do grau de intensidade atingido, a dominância se faz total e conduz o indivíduo à idolatria.

No momento agônico, configura o desabamento da autonomia do sujeito. A paixão, neste clímax, traz a submissão evidenciada na disponibilidade total.

O desenvolvimento da situação passional é avassalador nos dois sentidos próprios desta palavra: não só por dominação como também e, em consequência disso, por redução à vassalagem.

A paixão é totalitária e, como tal, inexoravelmente alienante. Entendendo-se por alienação a marginalização pela ausência de identificação com os valores, pode-se dizer que a paixão amorosa fomenta uma alienação que lhe é peculiar: a da volta obstinada e obcecada para o outro. Em um ponto agudo da experiência, o eu tende a se vassalar na entronização do ser amado. Nesse momento agônico, configura-se o desabamento da autonomia do sujeito. A paixão, nes-

se clímax, traz a submissão evidenciada na disponibilidade total.

Esses traços presentes no comportamento passional estão definidos no lirismo provençal. Todo este está repassado por uma concepção amorosa explícita na teoria do amor cortês, cuja base é a vassalagem.

De Eduardo Wechsler, via Rodrigues Lapa, tem-se a investigação entre a teoria do amor e o sistema da hierarquia feudal. O trovador serve à sua dona como o vassalo serve ao suserano. Expressões e atitudes próprias do feudalismo insinuaram-se na poesia lírica medieval. Fazer ou talhar preto e menagem, por exemplo, consistia na promessa de fidelidade e submissão do trovador à senhora amada.

As relações líricas medievais implicavam vários graus de vassalagem e esta era praticada pelo apaixonado, que cumpria os estádios de aspirante, suplicante, namorado e amante. Para atingir a última etapa, era necessária a constituição formal da vassalagem – juramento de fidelidade e serviço.

Essa imagem do simbolismo medieval aqui retomada auxilia na compreensão da estruturação psíquica da paixão. Enraizando-se na elevação do ser amado, a atitude passional entroniza o outro, sacralizando-o. Este processo de divinalização traz como consequência a sujeição a uma condição de inferioridade pelo apaixonado.

A elaboração psíquica do apagamento de si e enaltecimento do outro tem explicação em Freud através da hipótese narcísica. Esta hipótese está explicitada em Kristeva, no seu livro *Histórias de amor*.

Tematizando explicitamente o amor, confluindo com que o presente texto nominaliza de paixão, diz Kristeva que o amor “reina entre as águas do narcisismo e da idealização. Sua Majestade o Ego projeta-se e se glorifica, ou então se faz em pedaços e se destrói, quando se mira num Outro idealizado: sublime, incomparável, tão digno (de mim?) quanto eu sou indigno dele e feito, contudo, para nossa união indivisível. Todos os discursos de amor trataram de narcisismo e se constituíram em códigos de valores positivos, ideais”.

Na visão freudiana, via Kristeva, a experiência amorosa é explicada como gratificação narcísica. Absorvendo-se na idolatria, um eu passa a ver e a buscar no outro tudo que não atinge em si e por si mesmo. E a construção é simples: de uma autonegação chega-se à divinização do outro e vice-versa. É no outro que estão as virtudes, é no outro que está o ideal a ser alcançado.

O movimento é tautológico. No outro, está a realização, no outro está a completude; enfim, no outro, está o próprio eu, pois é para o outro que se transporta a identidade.

esteio não é a certeza, mas a dúvida, não é a posse, mas o sonho. Só na vivência da experiência passional atinge-se a intensidade da obstinação na busca do outro. Na paixão, existe em um eu que não se apropriou do tu e vive da ludicidade ilusória do 'nós'.

A configuração de uma lógica da paixão é, então, extremamente singular. Enquanto vertigem do ser, a paixão promove o eclipse da razão convencional. Não se trata de considerar o fato como versão esquizofrênica ou psiquiátrica, mas de se examinar a constituição de um universo racional específico e autônomo, cujas leis são distintas e inflexíveis. A paixão constitui e organiza seu próprio sistema e por ele é regida. Nesse sentido, ressalta mais uma vez o fato de que a problemática passional se traduz também como um incessante conflito entre as leis afetivo-passionais e as estruturas racionais clássicas.

Emoção e razão têm sido, comumente, colocadas em contraponto. A ciência tem procurado decifrar o enigma da emoção humana. Recentes artigos jornalísticos trazem notícia de que novas descobertas a respeito do cérebro podem explicar o poder exercido pelas emoções sobre decisões racionais. Essas novas descobertas sugerem que certas reações emocionais ocorrem antes de o cérebro ter tempo para registrar a causa, o que significa dizer que a emoção antecede o pensamento.

A neurobiologia cognitiva, área que estuda as reações entre cérebro e vida psicológica, desafia o que diz a psicologia. Conforme esta última, as reações emocionais vêm depois dos pensamentos.

Como se vê, trata-se de duas posições antagônicas, mas unidas no desejo de situar e entender a força da emoção sobre o homem. Os novos estudos podem provar que fortes emoções, quando chegam ao pensamento racional, já suscitaram reações preliminares sem dar tempo ao cérebro de contê-las.

As emoções da paixão são hegemônicas sobre o sujeito. Elas estabelecem um processo de dominação e escapam ao controle. Pode, portanto, ocorrer paixão tanto em pessoas com elevado grau de desenvolvimento racional, como em outras que não o atingiram. Pode perfeitamente haver vítimas passionais com percepção crítica do fenômeno, mas por ele dominadas.

A paixão, ao se instalar, é vencedora, pois instala também sua própria lógica que, traduzida em simples palavras, corresponde à utopia humana de superar a insignificância do mundo, da vida e encontrar a felicidade.

O apaixonado, imerso nessa modelização, sabe e sente que a paixão constitui a única via possível de acesso ao êxtase, ao deslumbramento, à emoção em estado puro.

Nem boa, nem má, a paixão corresponde a um ci-

clo especialíssimo da vida: é a hora máxima da procura e do desejo primordial do outro em si. É a hora da adoção da linguagem do outro exercida na ardência do sonho de partilhar o diálogo da solidão. É a hora em que se percebe que tudo poderia ser diferente.

Polifônica, a paixão é um sistema prenhe de significados contraditórios. A hora da sua realização é seu apogeu e sua morte. Morte não dogmática, que signi-

**Absorvendo-se na idolatria,
um eu passa a ver e a buscar
no Outro tudo que não atinge
em si e por si mesmo.**

fica também um renascer. O momento real/ilusório da posse, inexoravelmente fugaz, traz a síntese, um ponto zero, intangível a qualquer forma de linguagem. É o brilho do instante espelhado e refletido nessa viagem lisérgica em que vida-morte-vida são indissociáveis – e adquirem outro significado.

Tentar vencer a mudez desse momento é encontrar a falácia da linguagem. O ponto zero significa a significância do silêncio.

Privilégio do sujeito e traço específico da condição humana, a paixão é o único caminho para a imersão do ser na globalidade do prazer/emoção. Divinizando o homem e concretizando o imaginário, a paixão, nesse momento da conjunção, descerra as cortinas do medo, do desejo e do sonho e recupera o sujeito. Nesse momento, ela é um renascimento.

Enquanto tal, a experiência é singular e intransferível. Enquanto epifania, é um saber incomunicável.

Seu significado ideológico é o de instaurar-se como negação das estruturas sociais opressivas. Sua práxis é libertária e casa-se com o deslocamento da ordem instituída. A paixão está fora da ordem social: ela é o ódio axiológico ao estabelecido.

Amoral e revolucionária, só a paixão é capaz de adular os valores impostos. Revolução íntima contra o mundo, contra a banalidade do cotidiano, ela institui um processo de significação para produzir um sentido para a vida. Como se fosse um grito saído do silêncio da revolta, o sentido da paixão se transmuta numa paixão pelo sentido. É a busca de uma semântica para o mundo esvaziado em que se é obrigado a permanecer.

A paixão se afirma como antítese desse vazio ontológico.

PAIXÃO, O AGORA E A RELAÇÃO

O fim do século já está nominalizado: é o pós-moderno. Do rótulo à definição, entretanto, vai um longo percurso.

Eclético, mistura de várias tendências e estilos, o período finesséculo se define como o indefinido. Do livro *O que é pós-moderno*, pode-se transcrever: "Ele não tem unidade; é aberto, plural e muda de aspecto se passarmos da tecnociência para as artes plásticas, da sociedade para a filosofia. Para dor dos corações dogmáticos, o pós-moderno por enquanto flutua no indecidível."

Como se trata de enfocar uma sociedade que é pós-moderna mas capitalista, pode-se apreender, na pluralidade, a predominância de um axiológico que não é outro senão o do fascínio pelo lucro de um lado, e o do consumo, por outro. Em prol destes objetivos, aperfeiçoam-se todas as técnicas de publicidade, invasoras e massificantes. Para possibilitar o consumo, porém, a única via é a propriedade do capital. Desse fascínio, está impregnado o homem pós-moderno.

Transferida para a esfera das relações afetivas, a sedução pela acumulação material gerou a constituição do modelo matrimonial. Esta forma de consórcio torna mais fácil a organização econômica para usufruto das benesses do sistema. Embora predominante, mas já abalado e vivendo da própria crise interna, o consórcio tem-se revelado ineficaz no tocante à realização afetiva das pessoas. O modelo instituído é, em sua essência, o modelo da antipaixão.

A ficção consegue ser mais verdadeira do que a realidade. Em *Bolor*, romance do português Augusto Abelaira, a crise afetivo-conjugal é desmascarada. Na realidade das relações sociais, a crise passa por um dado natural da instituição. Naquele romance, as personagens vivem e analisam o dissídio. Como se trata de um romance escrito em forma de diário não apenas por um personagem, tem-se na polivalência das vozes a possibilidade de confronto das visões.

O discurso das personagens em *Bolor* é marcado pela constatação do absurdo da convivência sem paixão. Eles escrevem em diário porque já não conseguem se falar e, diante de tal impossibilidade, constata a incompletude da relação: "Por que razão as conversas morrem entre nós, por que razão o convívio com meus amigos me dá uma plenitude que tu não me dás, por que razão ao conviver com eles me sinto feliz – e quando olho para ti, quando estou ao pé de ti, imediatamente sinto incompleta minha vida?"

Da literatura para a vida e vice-versa, a interrogação silenciada é a mesma: o que é a vida em comum, a dois, a partir do momento em que se compreende que já não se trata mais de uma necessidade íntima?

Essa ausência de razão vem declarada através das seguintes palavras: "quantas vezes me pergunto se há razões para vivermos juntos, se não será somente o hábito, a dificuldade material de nos separarmos, que nos força a viver na mesma casa (e visto que na mesma casa, na mesma cama?)"

Em *Bolor*, esse é o conflito central. Um momento em que se desmascara a relação e em que as personagens revelam já não se reconhecerem na estrutura em que vivem.

O romance em pauta tematiza a revelação íntima

Enquanto desejo absoluto do Outro, a paixão pode revestir-se de um aspecto. A agonia pura da constatação do impossível.

contra a insensatez de uma convivência tão real, que já não permite o sonho. Conforme o texto, "é impossível sonhar com a própria mulher, ela está demasiado próxima, é demasiado real, é até a realidade" [...] O depoimento da personagem feminina expressa o mesmo conflito: "Não se pode sonhar com um homem qualquer. Um marido é fácil, relativamente fácil, apesar de difícil. Mas um homem para sonhar e que veja em mim somente uma mulher para sonhar e que não exija mais de mim" [...]

As personagens desejam o sonho porque recusam o bolor daquela existência em que as palavras e os gestos são os signos da antipaixão. As palavras e os gestos gastaram-se e se dispersaram porque já não metaforizam o desejo, a busca, o sonho...

O espaço da paixão se edifica na negação do modelo presentificado e questionado no discurso do romance de Abelaira.

Antítese da relação consorciada e instituída, a paixão, por suas próprias leis, é a desmodelização, vale dizer, a força motivadora capaz de promover a desestabilização do instituído.

Negação do modelo predominante, antítese do sistema econômico vigente, a paixão exerce, no contexto da pós-modernidade, a função de ideologia contrária à ordem estabelecida. As leis da paixão não são as do mundo convencional. Ela se

instaura na proibição e na subversão dos valores dominantes.

Julia Kristeva afirma: "É por fundir-se com o exercício superegótico da lei que o casamento – instituição histórica e socialmente determinada – é a antinomia do amor." Seria possível a união com preservação da idealização amorosa, sem estabelecimento da autoridade, que estrangula o desejo?

**Na paixão, existe em um eu
que não se aproximou do tu e
vive da ludicidade ilusória do
nós.**

Talvez uma nova busca já tenha começado nas sociedades pós-modernas. Ao redor do modelo dominante, nascem novas modalidades de união. Conforme recentes reportagens jornalísticas, constata-se que se tenta, por um lado, explicar a crise do consórcio tradicional e por outro, decifrar o significado das novas relações que surgem. Atualmente, segundo Elza Berquió, "não se pode mais pensar em família no singular, tal o pluralismo de formas familiares e a variedade de novos arranjos".

Nesse sincretismo que caracteriza a pós-modernidade, quais as motivações presentes nas novas modalidades de relações que emergem? Que lugar ocupa a paixão interseções nesse novo contexto?

Conforme resultado de pesquisas, ainda não se chegou a uma síntese, mas registra-se o aumento das famílias monoparentais por um lado e preferência pela coabitação mais livre, sem os vínculos legais do passado.

Não há, portanto, definições precisas. Caminha-se em busca de uma nova forma de união mais livre, menos autoritária e sem a constituição dos opressivos vínculos materiais. É nesta evolução que a paixão ganha espaço. E este se consolida enquanto oposição à dominância de valores ou modelos.

Ao situarem o lugar do discurso amoroso na contemporaneidade, Barthes e Kristeva se completam. Nos *Fragmentos de um discurso amoroso* declara-se que "o discurso amoroso é hoje em dia de uma extrema solidão. Este discurso é talvez falado por milhares de pessoas (quem o sabe?), mas não é defendido por ninguém. Está completamente banido das linguagens circundantes: ignorado, desacreditado ou ridicularizado por elas, cortado não somente do poder,

mas também dos seus mecanismos (ciências, conhecimentos, artes)". Kristeva, por sua vez, admite que o amor, expulso e ausente dos sistemas sociais, tem seu lugar assegurado no divã do analista.

Dessa forma, pensar a paixão no contexto contemporâneo é encontrar o próprio anátema que a cerca. Por suas características, a paixão não se coaduna com os interesses do lucro, do consumo e da acumulação material.

Condená-la ao silêncio ou reservar-lhe o divã do analista como espaço para seu discurso é tentar vencê-la. E tentar vencê-la não é outra coisa senão afirmar a sua existência.

Como força inevitável, imprevisível e dominadora, a paixão assegura sua universalidade e seu caráter pancrônico. Embora condenada ao silêncio ou cercada pela maldição, a paixão continua sendo a única força capaz de desestabilizar o automatismo das relações sociais.

Narcísica ou não, a paixão é via de acesso à supe-

Divinizando o homem e concretizando o imaginário, a paixão, neste momento da conjunção, descerra as cortinas do medo, do desejo e do sonho e recupera o sujeito.

ração do solipsismo. É a hora em que o sujeito não se reconhece nas coisas materiais. É a hora em que se tem a percepção de que não se encontra a plenitude em si e por si. É a hora máxima da doação.

Cai o discurso da paixão no silêncio, mas só desse silêncio pode sair a linguagem da mudança.

CONCLUSÃO

Sem a pretensão de afirmações dogmáticas, aventurou-se este discurso na própria aventura da paixão. Ser o discurso da paixão não significou enaltecer ou destruir, apenas transpor para a linguagem o que estava no silêncio do desejo.

O desejo do discurso não é outro senão o próprio desejo da paixão. É a desenfreada busca do outro, presente no ato de escrever.

A escritura é um ato de paixão, cujo desejo é atingir o outro pela linguagem, e com ele entrar em consonância.

O discurso deseja o outro, o outro que o leia e que o ame, embora por um fugaz momento: o da leitura.

O ato de ler, momento dessa conjunção passional, é o encontro, é a cópula. É a hora em que se resgata a solidão da produção do discurso e deste propriamente.

Narcísica ou não, a paixão é o momento em que o sujeito não se reconhece nas coisas materiais. É a hora máxima da doação.

Diante da dificuldade inerente ao tema, este texto é tão-somente um esforço para distinguir um nível profundo da afetividade humana — a paixão — em que o próprio discurso está envolvido e com ele acasala-do.

Escrever sobre a paixão continua sendo ato experimental. Sempre será desejo de conhecimento, busca, utopia, sonho, nunca apropriação total, até porque se esbarra nos limites da linguagem.

Assim como desafia o mundo e os homens, a paixão desafia a linguagem. Há um momento em que ela é apenas o silêncio, o silêncio profundo do indizível. Com isso, conclui-se que o tema se fecha em seu enigma, mas se abre para o jogo, em que o próprio discurso está lançado.

Ana Maria Macêdo Valença é professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Sergipe. Coursou especialização em Teoria da Literatura na PUC/RS. Desenvolve seus trabalhos na área de literatura portuguesa. Está investigando o tema paixão na literatura. Recentemente publicou o ensaio *Amor e mudança*.

Referências Bibliográficas

1. ABELAIRA, Augusto. *Bolor*. 4ª ed. Amadora, Livraria Bertrand, 1978.
2. BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Lisboa: Edições 70, s.d., Coleção Signos, 17.
3. KRISTEVA, Julia. *Histórias de amor*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
4. LAPA, M. Rodrigues. *Lições de literatura portuguesa*. 8ª ed. Coimbra: Colmbra Editora, 1973.
5. LEBRUN, Gérard et alii. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras/Funarte, 1988.
6. SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense 1986. (Primeiros passos, 165).

Resumen

El discurso pasional

El texto aborda la inclinación entre los seres humanos. Presenta el fenómeno pasional como una fuerza interior basada en mecanismos complejos como el de la proyección narcisista, envolviendo la sacralización del tú y la inferiorización del yo. En un grado más alto de la experiencia pasional, el sujeto apasionado enaltece al ser amado y adopta actitudes de veneración y devoción.

Abstract

The Discourse of Passion

This text considers passion between beings. It presents the phenomenon of passion as an inner force based on complex mechanisms like narcissistic projection, involving the sacralization of the "you" and relegation of the "I". At a higher stage of passion experience, the impassioned individual enthrones his beloved, assuming attitudes of veneration and devotion.

REALIDADE: SER OU NÃO SER NADA

José Roberto Iglesias

A primeira reação é pensar: isso não é comigo, e simular que tudo está bem, que nossos sentidos nos mostram a *realidade* tal qual ela é, e que qualquer dúvida sobre sua existência é conversa de filósofos, pessoas que, precisamente por estarem pouco inseridas na realidade, e por ganharem salários baixos, vivem se questionando a respeito dela desde os tempos dos gregos. Sem se decidirem a modificar a realidade, alguns optaram por decretar que a realidade não existe, o que não deixa de ser confortável e, em todo caso, libera de maiores compromissos. Mas, nos tempos antigos em que físicos e metafísicos não tinham diferentes regulamentações profissionais (Aristóteles escreveu uma física que foi *best-seller* durante mil anos), os sábios não só acreditavam que a realidade existia, queriam explicar de que ela era feita: — água —, dizia Tales, — ar —, respondia Anaximandro, — água, ar, terra e fogo —, diziam os mais ortodoxos, — átomos —, sustentavam Epicuro e Demócrito.

Átomos, a idéia, mesmo que criticada no início por nomes de peso (como o próprio Aristóteles), acabou vingando. Hoje todo mundo acredita em átomos, mesmo que nunca tenha visto um, ou dois. Tudo é feito de átomos. Você leitor, eu autor, a folha da revista, a tinta,

o ar que está respirando, o gelo, o *whisky*, a sua mulher, até as notas de duzentos cruzeiros. E o que é um átomo afinal? Bem, para dizer a verdade, não é completamente certo dizer que ninguém nunca viu um; de fato, com as modernas técnicas de microscopia eletrônica é possível, mesmo que indiretamente, 'ver' um átomo em uma placa fotográfica. Há, porém, partículas menores ainda, algumas das quais completamente invisíveis porque a própria teoria prevê que as tais partículas, chamadas 'quarks', são inseparáveis, vivem sempre juntas compondo partículas maiores, estas sim detectáveis: prótons, nêutrons ou mésons.

Três quarks formam um próton, que é uma partícula de carga positiva e de massa relativamente grande, o núcleo do átomo mais leve, hidrogênio. Esses três quarks, mesmo sendo diferentes — há dois *up* e um *down*, há um vermelho, um azul e um verde —, não podem ser separados, não podem ser 'vistos' individualmente. Três quarks coloridos de forma tal que a soma das cores dá o branco. Três, o número cabalístico. Será que o misticismo invadiu a cabeça dos cientistas? Eles dizem que não, que a existência do quark foi prevista através de sofisticadas teorias matemáticas; porém, através de teore-

mas matemáticos, terminaram demonstrando matematicamente o dogma da Santíssima Trindade, três entes diferentes formando um único ser. Com a diferença de que, no caso da Trindade, é possível 'enxergar', se a gente acredita na Bíblia, alguns dos seus componentes separados: O Filho, Jesus, e o Espírito Santo, que às vezes anda revoando por aí feito pombo, e outras é uma chaminha na cabeça dos apóstolos.

E há outra diferença: a Santíssima Trindade é espiritual, eterna, imaterial. A religião, sabiamente, e para evitar discussões intermináveis e interpretações mirabolantes, coloca a Trindade fora do espaço-tempo convencional, este onde eu estou escrevendo e você está lendo.

Mas os quarks, coloridos e inseparáveis, estão aí, no nosso querido e nunca suficientemente louvado espaço tridimensional¹ e, a menos que você seja um hegeliano convicto, parece razoável supor que a matéria existe; e, portanto, os quarks existem. É claro que os quarks não são eternos como a Santíssima Trindade, mas existem desde a Explosão Primordial: o *Big-Bang* (veja box). Trata-se de uma teoria que cientistas que não gostam de eternidade criaram para dar uma origem (e talvez um fim) ao Universo.

Então, o *Big-Bang* aconteceu e

os quarks existem? Ou ambos são criações matemáticas relativamente sofisticadas que *descrevem* o que acontece no Universo? Não pense que a discussão é nova. Desde os tempos de Galileu os cardeais, de um lado, e os astrônomos, de outro, se perguntavam se a Terra girava *realmente* em torno do Sol, ou se tudo *acontecía como se* assim fosse, mesmo impossível de ser demonstrado. De fato, uma teoria científica pode ser elegante, original, e explicar razoavelmente alguns (ou muitos) fenômenos da natureza, mas pode não ter nada a ver com o que realmente acontece, se alguém *realmente* sabe o que *realmente* acontece. Por exemplo, voltando à teoria heliocêntrica, hoje com os satélites e as sondas espaciais temos evidência suficiente para acreditar que a Terra gira em torno do Sol e não o contrário. Mas, Galileu já acreditava ter essa evidência suficiente no século XVI, simplesmente observando as fases de Vênus e os satélites de Júpiter.

A outra questão, mais difícil, é se realmente acontece alguma coisa, ou seja, voltamos ao conceito, bem grego, de realidade. Há uma realidade? Há um mundo externo, com leis fixas e que podem ser conhecidas racionalmente? E para deixar de rodeios: há matéria? a matéria existe?

As respostas a essas perguntas não são tão óbvias como dizer quem ganhou o último Gre-nal. Precisamos de um certo consenso, ou de um certo senso comum, como diria Bronowski: o senso comum da ciência. De fato, seja por hábito, por deformação profissional ou por uma 'estrutura' inata do nosso cérebro – espaço e tempo podem ser referenciais internos de nossa mente, assim como as pautas do papel definem o sentido da escrita –, o fato é que para a maior parte de nós a realidade é uma realidade, ela existe independente de nós, que somos contingentes e podemos es-

tar aqui para observá-la ou não, mesmo que, é claro, preferamos estar. Não é só isso, acreditamos também que desde a origem do Universo as coisas aconteceram de *um* jeito, e não de muitos possíveis, ou de *todos* os possíveis jeitos. Talvez seja muita pretensão supor que, mesmo que não tivesse ninguém olhando, uma única história do Universo aconteceu (pelo menos para este nosso Universo), em vez de o tempo ir e voltar desatinado, até encontrar o caminho certo: o mundo como o nosso em que a força gravitacional decresce com o inverso do quadrado da distância. Talvez Deus seja como um economista que tenta diferentes planos universais até achar o Universo que dê certo e que, paradoxalmente, pa-

Há uma realidade? Há um mundo externo, com leis físicas e que podem ser conhecidas racionalmente? Há matéria? A matéria existe?

rece ser o Universo inflacionário.

Assim, o Universo evoluiu até hoje, domingo, 19 de novembro, um calor de rachar pavimento, e a matéria está aí, tudo está cheio de matéria, o ventilador com palhetas de plástico, o ar empurrado pelo ventilador, a televisão com imagens de Inter e Milan – as imagens são materiais? – e a minha mão escrevendo este texto guiada (?) por um emaranhado de neurônios materiais.

Vocês já se perguntaram por que os gregos tinham tanta preocupação em definir o que é a matéria e de que ela é composta? Qual é a origem dessa sua vontade de querer entender a extrema diversidade da matéria, que vai desde o queijo gruyère até um anel de platina? (Passando pela Luíza Brunet que, segundo alguns autores, é material e, segundo outros, divina.) É de

fato difícil responder a essas questões e desvendar a trama mais fina da matéria e, por consequência, do queijo gruyère.

O filósofo Tales, de Mileto, dizia que tudo era água, e os estudantes de filosofia do século XX sorriem ironicamente, e atribuem essa hipótese a uma fixação uterina de Tales. Ele, porém, tentava reduzir tudo a um único componente que, adotando diversas formas, gerava todo o material, e que, sendo fluido, enchia todo o espaço, já que para os gregos só existia uma coisa pior que o vácuo, o *nada*. Esse 'horror' ao vácuo atingiu eras mais modernas. No século passado se acreditava que o éter preenchia o vácuo, e, no fim do século XX, o vácuo já não tem nada de vácuo, ele tem estrutura, partículas e antipartículas, e pode até gerar um Universo a partir do *nada*. Convenhamos que é uma forma prática de 'encher' o Universo, mesmo que ainda não consiga explicar outra das angústias humanas. "O que é que há além do Universo?" Ou seja: "Dentro de que *coisa* está o Universo?", e "Qual é o tamanho dessa *coisa*?" Uma 'coisa' que, como dizia Giordano Bruno, e isso custou-lhe mais de uma queimadura, tem que ser infinita, caso contrário, onde termina a 'coisa', deve começar outra, tão enigmática quanto a primeira.

Mas, deixando as 'coisas' de Bruno e voltando às águas de Tales, passamos pela velha teoria dos quatro elementos fundamentais, água, ar, terra e fogo, e dos quatro princípios, quente, frio, úmido, seco, e as coisas já são menos simples que quando tudo era água. Mais tarde, Epicuro e Demócrito introduzem o conceito de átomo, que, por definição, não pode ser dividido, e sem contar outras partículas menores que são as que impressionam os sentidos, o olfato, a língua e os olhos.

O conceito de átomos, como o de roda, foi bem-sucedido, e mes-

aquela lá no canto, pele com capacidade de gerar cabelo porque vai para a cabeça, e aquela outra, pele, sem essa capacidade, porque vai para a palma da mão e ali, como você sabe, não crescem cabelos. Mas como *elas* sabem, hein? Um problema a mais para a ciência.

De fato, a ciência funciona razoavelmente bem, explica uma quantidade considerável de fenômenos, permite que vejamos o jogo Inter e Milan ao mesmo tempo que está sendo jogado (se você acredita que ele está sendo realmente jogado). Convenhamos, alguns jogos do Inter nosso, o de aqui, de Porto Alegre, colocam em perigo nosso conceito de realidade, eles não foram realmente jogados e se duvida até que tenham realmente acontecido. Mas, deixando de lado os jogos do Inter, a ciência funciona, temos antibióticos e comida congelada, videocassete e vacinas, temos automóveis a álcool, e não temos álcool, sabemos até qual é o vírus que provoca a AIDS, mesmo que não saibamos ainda, como eliminá-lo; sabemos que a água tem coliformes, e sabemos como eliminá-los, mas a Sociedade de Proteção aos Animais interferiu junto à Corsan para que sejam preservados. Enfim, a ciência nos dá uma quantidade incrível de certezas.

Enquanto, é claro, não voltemos às perguntas inquietantes, às perguntas dos gregos. Eles não queriam ver ao vivo Inter e Milan, ou tomar uma aspirina para a gripe; ou talvez por isso mesmo, porque não tinham televisão e passavam duas semanas tossindo quando gripados, faziam essas perguntas chatas: a origem e os limites do universo, o que é a vida, a matéria, por que os fênix se atraem, por que os corpos caem, o que é o eu, a consciência, a morte...?

Talvez um dia tenhamos algumas respostas, certamente nunca teremos todas elas, se não o mundo, sem seus mistérios, seria muito chato. Mas, certamente as respostas

não podem ser supersimplificações como 'tudo está no código genético', 'a evolução é fruto do acaso', 'o Universo começou do nada e tem quarenta bilhões de anos', 'as partículas se atraem porque trocam um fóton virtual'.

É preferível a dignidade de um Newton que, perguntado sobre a origem da força gravitacional, respondeu que não fazia hipóteses, e reconhecer que muitas vezes podemos descrever e até mudar a realidade, mas nunca esgotá-la.

E falando em não conhecer a realidade, mas isso já é o assunto do próximo artigo: "O que você não vê, não existe" (Merchandising para um fabricante de espelhos).

José Roberto Iglesias é Físico, escritor, professor da UFRGS.

Notas

1. Já pensou se o espaço fosse bidimensional? O aparelho digestivo nos dividiria em dois e teríamos um número limitadíssimo de posições amorosas. Em compensação, a construção civil seria bem mais barata.

Resumen

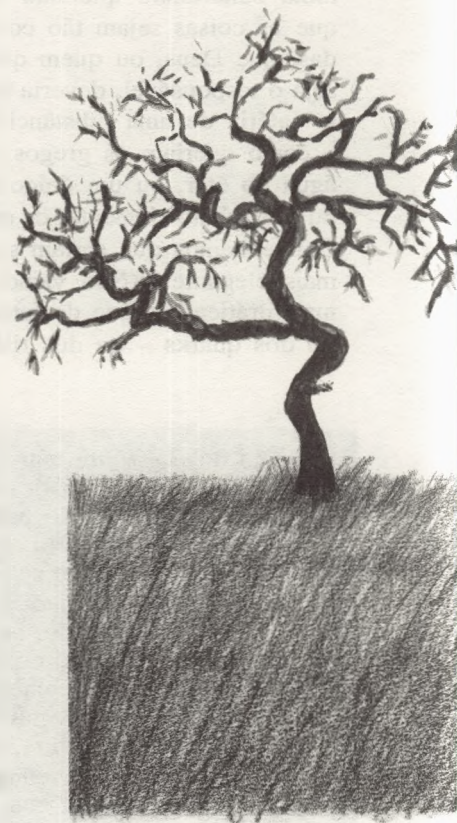
La realidad: ser o no ser... nada

La realidad es el conjunto de eventos por el cual el hombre busca actuar y comprender. No hay ninguna seguridad que consiga alcanzar sus objetivos. Sólo confiamos en que vamos a continuar... intentando.

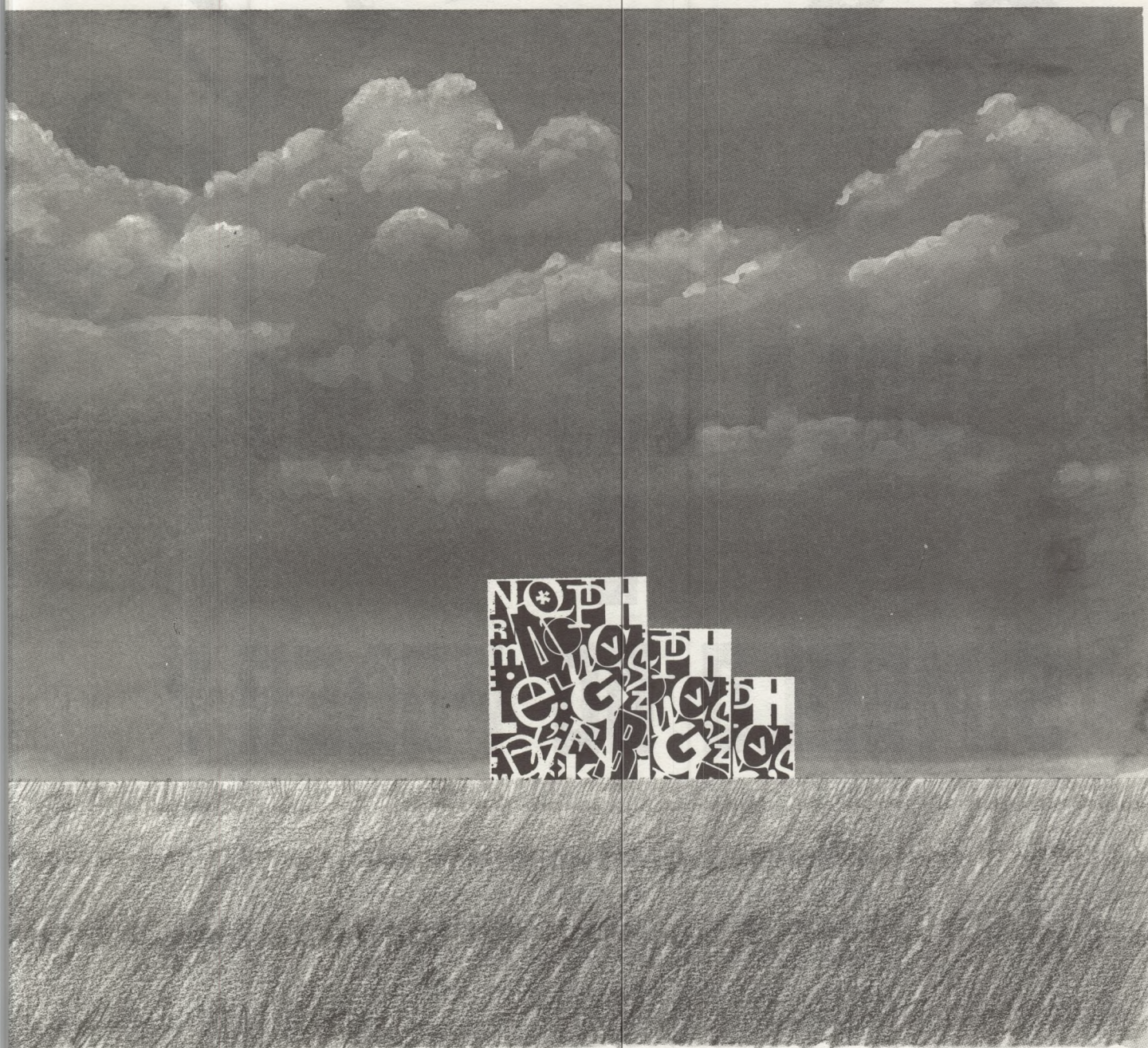
Abstract

Reality: To Be or Not To Be... Anything

Reality is the set of events with which man attempts to interact and which he strives to comprehend. There is no way of knowing if he will attain his objectives. What one can be sure of is that he will keep on... trying.



Humanidades



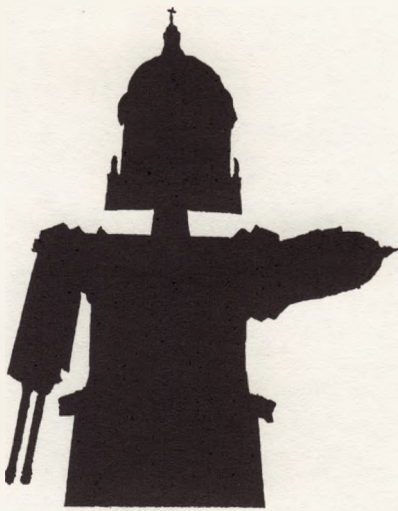
LAS CASAS 91

ARQUITETURA

ÍDOLO DAS IDEIAS E SÍMBOLO DO PODER ?

A arquitetura incorpora simbolicamente o poder. Exalta, consagra e atua didaticamente sobre seu tempo. Nazismo, fascismo, stalinismo e outros regimes autoritários hostilizaram projetos e criações da arquitetura moderna para adotar o neoclassicismo, uma forma vazia que se pode preencher com qualquer conteúdo em nome do estilo oficial. A ideologia assumida no discurso concreto das construções. Verdadeiras máscaras do poder.

Eduardo Diatahy de Menezes



Não me parece um mero acaso que o mito bíblico sobre a origem da diversidade das línguas tenha sido expresso numa metáfora arquitetônica: a construção da Torre de Babel, que parou justamente em virtude de um conflito comunicacional! Restou o símbolo. Tampouco parece casualidade o fato de Gilberto Freire – apoiando-se em Spengler (*A decadência do Ocidente*), para quem o tipo de habitação apresenta valor histórico-social superior ao da raça – ter escolhido como título de sua obra principal exatamente os dois símbolos arquitetônicos básicos do empreendimento colonial no Brasil – *Casa-grande & senzala* –, os quais conotam as relações de dominação e subordinação então vigentes¹. Marx utilizou uma metáfora arquitetônica para exprimir o seu modelo de formação social; ele que usava com frequência esse gênero de analogias e que, numa página célebre, demarcava a diferença fundamental do trabalho humano em face da atividade animal justamente contrapondo o labor da abelha ao do arquiteto². Desse modo, se a Torre de Babel é uma alegoria do desentendimento, por outro lado, a Torre Eiffel, o Cristo do Corcovado ou a Estátua da Liberdade constituem símbolos metonímicos de nações ou de intercâmbio entre povos. Em suma, esses e inúmeros outros exemplos revelam como a produção arquitetônica, na sua acepção mais ampla, representa, para além de sua função aparente e imediata, uma expressão fundamental da ação coletiva do homem no sentido de criar formas simbólicas e culturais (sistemas semióticos, portanto) que tendem a se perpetuar.

A SÓCIO-SEMIOLOGIA DA ARQUITETURA

Se o silêncio dos espaços infinitos do cosmo enchiam Pascal de espanto, por certo foi essa uma das razões que levaram as mitologias clássicas a povoarem esses mesmos espaços de figuras significantes, pois ao homem, animal criador de símbolos, é estranhável o vazio de sentido. Eis por que o deserto nos diz muito pouco do ponto de vista da cultura humana:

ele constitui, talvez, o único lugar da terra sem arquitetura. Pelas mesmas razões, no campo da arqueologia, são as formas arquiteturais e, mais genericamente, a cultura material, que compõem o principal suporte das reflexões sistemáticas sobre as sociedades humanas do passado remoto.

Desde períodos mais remotos, quando figuras reais eram sacralizadas e os deuses eram interpretados como reis, a arquitetura de palácios e templos possuía claras conotações de autoridade e poder.

Não insistirei no exame desses aspectos da problemática de que me ocupo aqui, pois já o fiz em outro trabalho³. Não me parece conveniente discutir e fundamentar a questão teórica de uma sócio-semiologia do 'signo arquitetônico' (compreender af o urbanismo, a arquitetura, o *design*, etc.) que estudei no texto anterior e que foi amplamente desenvolvida por ulteriores análises de outros autores⁴. Portanto, dou como suposto que, na perspectiva aqui adotada, o mundo dos objetos historicamente produzido pelos homens pertence também ao universo semiótico. Desse modo, é possível formular a hipótese geral de que todos os produtos culturais ou já são intrinsecamente investidos de sentido, ou podem ser legitimamente encarados como sistemas semióticos; por conseguinte, a arquitetura, como um desses componentes, é geralmente 'consumida' como fenômeno semiológico, sem prejuízo de sua inerente funcionalidade primária. Aliás, num ensaio pioneiro, Walter Benjamin já havia sublinhado agudamente esse caráter coletivo e simbólico da recepção da arquitetura: "Em todas as épocas, a arquitetura foi sempre o protótipo de uma obra de arte cuja fruição se dá na diversão e de modo coletivo. [...] Desde a pré-história, as construções têm acompanhado os homens. Muitas formas de arte foram geradas e, depois, desapareceram. A tragédia nasce com os gregos para extinguir-se com eles e para renascer muitos séculos depois; mas dela renascem apenas as regras. O poema épico, cuja origem reside na juventude dos povos, extingue-se na Europa com o Renascimento. A pintura de quadros é um fruto da Idade Média e nada garante que deva durar indefinidamente. Mas a necessidade que têm os homens de habitar é permanente. A arquitetura jamais conheceu paralisações. A sua história é mais longa do que a de qualquer outra arte e devemos levar em conta a sua influência, que é importante para qualquer tentativa de compreender a relação entre as massas e a obra de arte. Há duas maneiras de fruir uma construção: por meio do uso e mediante a percepção[...]" (1972:45).

Mas é sob um ângulo específico que pretendo examinar aqui as produções arquitetônicas: aquele de suas relações com a estrutura e os comportamentos políticos, ou, numa palavra, a arquitetura como ex-

pressão simbólica do poder. Tudo indica que a compreensão desse processo não deriva da natureza instrumental de tais produtos, de sua utilidade primária, mas, antes, de sua função segunda, a saber, o significado sociopolítico de tais construções e o seu caráter público, sem exclusão de outras de suas dimensões, como, por exemplo, os valores estéticos que elas veiculam. Por outro lado, a produção desse significado não depende apenas das atribuições que a seu respeito fornecem as elites culturais ou os grupos hegemônicos, pois ele se insere num quadro mais amplo de valores cultivados pelo imaginário coletivo: valores religiosos, nacionais, mitopoéticos, etc. Daí por que a maior parte do patrimônio legado pelo passado se constitui de obras religiosas e de monumentos públicos; em suma, de estruturas e ambientes que exprimem valores mais permanentes das coletividades. Enfim, tudo se passa numa dialética mais abrangente do tempo e do espaço, inerente aos fenômenos arquitetônicos, cuja função semiótica se expressa na imputação de historicidade ao ambiente ou espaço.

O ARQUITETO

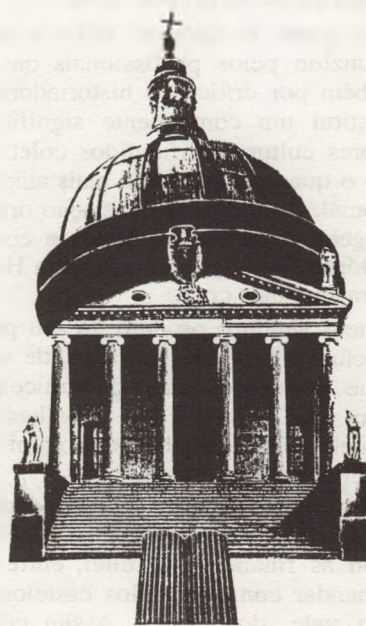
É UM HOMEM DE PODER

Se excluirmos determinadas formas coletivas de construção, desde os monumentos funerários e santuários megalíticos do Neolítico europeu, cujas significações permanecem parcialmente obscuras, até a arquitetura indígena no Brasil, que parece ser basicamente comunitária, como suas formas de vida e de autoridade, e até mesmo as diferentes modalidades de 'arquitetura sem arquiteto', como grande parte da tradição rural ou da habitação popular na periferia dos sistemas urbanos, autoconstruída em mutirões dos quais participam os futuros ocupantes, etc., não há como negar a tese sustentada por Poche, segundo a qual o produtor profissional da arquitetura *stricto sensu*, o arquiteto, tem permanecido ao longo de sua história o homem do monumento e, mais geralmente, da obra pública ou privada, porém de caráter espetacular ou prestigioso, isto é, não o homem de construção, mas de um certo tipo de construção. "Como o poeta da corte, o arquiteto vende emoção sob encomenda a um personagem, um agente social, cuja função requer que ele se pareça espetacularmente da emoção produzida por um terceiro. [...] o arquiteto nunca está tanto em seu lugar, o arquiteto nunca faz tanto [...] arquitetura do que quando está ligado a esta essência cuja mediação é o meio: o poder. Como o clérigo, o arquiteto é um homem de poder: a arquitetura é uma arte do poder" (1983:351). Obviamente, essa afirmação é antiga e o autor mesmo o reconhece. Só ela tem sido proposta sob a aparência de um fenômeno fortuito, de um acidente conjuntural. No entanto, o que é radicalmente novo em sua tese é o enunciado de seu caráter essencial.

Embora a tese geral seja dominante entre estudiosos da questão, não faltam os que defendem ser esse um fenômeno do passado, quando a arquitetura possuía vocação áulica por excelência e se exprimia por meio de templos, pirâmides, arcos triunfais, circos, mansões reais, torres, fortalezas, castelos e palácios, assim como também existem os que afirmam ser ela essencialmente uma forma abstrata de arte. Contudo, se examinarmos os milênios de sua história, constataremos com facilidade que, desde períodos mais remotos (Egito e Mesopotâmia, por exemplo), quando as figuras reais eram sacralizadas como deuses e os deuses eram interpretados como reis, a arquitetura de seus palácios e templos fundia num único simbolismo os aspectos reais e divinos, possuindo claramente conotações de autoridade e de poder, não só na imaginação das massas como também na dos soberanos; e essa sua influência, que atravessa o período medieval até a época renascentista e a barroca, vai-se deparar com o ressurgimento de seus valores propagandísticos e simbólicos na arquitetura de regimes políticos mais recentes⁵.

Quando, no final da guerra civil espanhola, Víctor D'Ors publicou o seu texto *Confesión de un arquitecto*, onde procurava traçar os rumos da arquitetura no novo regime político, ele o iniciava com estas palavras:

"Quando uma nova, tanto quanto velha, visão e concepção do mundo e da vida começam — pois está cabalmente no falangismo espanhol —, esta visão e esta concepção conquistam e penetram com suas geometrias e seus jugos todos os aspectos do Espírito. Numa palavra: para nova política, nova arquitetura."⁶ Ao que Xavier Sust acrescenta este comentário: "Na realidade, este era um velho lema que se havia invocado ao longo da história" (1978:7).



Humanidades

Assim, durante todo o período histórico da evolução das sociedades humanas tem predominado uma diferenciação, consoante a qual os grupos dominantes residem em geral em suntuosas e espaçosas moradias (castelos, palácios, mansões), ao passo que as camadas subalternas ocupam geralmente um espaço mínimo de habitação (tocas, choupanas, casebres, palhoças, casas populares). Noutros termos, a arquitetura, como outros aspectos da vida cultural, a despeito da possibilidade de representar uma intervenção inovadora e transformadora, tende a expressar com variantes as estruturas socioeconômicas e de poder dentro das quais se realiza: os grupos dominantes se apropriam do espaço, dos recursos e dos equipamentos de modo a definir as áreas de maior valor e utilidade no sistema vigente, enquanto que as camadas pobres ocupam precariamente as áreas periféricas ou marginais.

A arquitetura moderna, em geral, implica o suporte financeiro dos encargos públicos, o que acentua a sua dependência do poder político.

É essa, pois, uma situação bem antiga que se tem perpetuado consistentemente. Assim, com a emergência da civilização urbana e industrial – economia de mercado, novas tecnologias de produção e novos materiais, grandes concentrações demográficas, meios técnicos de comunicação coletiva, indústria cultural, etc. –, a arquitetura não podia deixar de assumir a fisionomia dominante de seu tempo. Recorde-se, aliás, que Marx, em *A ideologia alemã*, considerava a cidade como o lugar privilegiado da consciência de classe. Portanto, a grande arquitetura foi sempre elaborada por profissionais a serviço de uma elite (política, econômica, religiosa, etc.), ao contrário da construção verdadeiramente popular (rural ou urbana) que sempre foi tarefa do próprio povo.

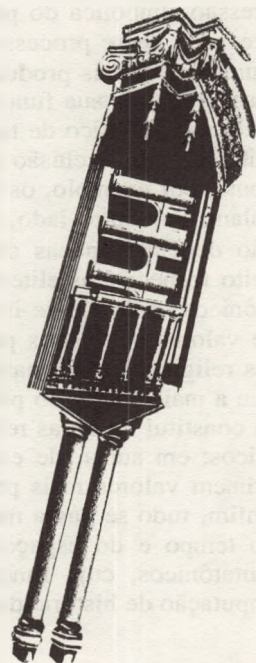
Em outra parte, o discurso sobre a arquitetura, produzido pelos profissionais da área, mas também por críticos e historiadores da arte, constitui um componente significativo dos valores culturais difundidos coletivamente e constituindo o quadro ideológico mais amplo de cada formação social. Tem sido essa relação orgânica que impulsiona geralmente os arquitetos a cortejarem o poder e a glória. Ou conforme afirmava Hannes Meyer em linguagem mais crua:

“O arquiteto vende o produto de seu próprio trabalho intelectual e depende, portanto, de seu cliente, mais do que possa depender o carneiro de sua clientela. Em sua qualidade de trabalhador intelectual, o arquiteto está submetido ao domínio da classe dirigente, muito mais do que um peão.”⁷

Com efeito, mesmo um gênio independente como Leonardo da Vinci pôs-se a serviço de Francisco I, que arruinou as finanças do reino, entre outras razões, por mandar construir belos castelos na Ilha de France e no vale do Loire. Assim como, mais

tarde, Luís XIV contará, para suas realizações monumentais (Versailles, etc.), com a ajuda solícita de inúmeros arquitetos, inclusive a de outro italiano famoso – Bernini –, o mesmo arquiteto que construirá na praça de São Pedro, em Roma, o mais imponente símbolo arquitetônico de um poder centralizador. E Bossuet, na sua qualidade de preceptor e cortesão, justificaria tais obras ao ensinar ao delfim que a munificência era uma virtude real. É bom não esquecer, além disso, que naquela época um dos sinais de prestígio dentro da profissão era o título de ‘arquiteto do rei’.

No entanto, Giedion assinala o fato de que a monumentalidade é uma necessidade de todos os tempos porque “surge da eterna exigência humana de criar símbolos para os seus atos e para o seu destino, para as suas convicções religiosas e sociais” (1959:31). Eis por que, ainda segundo ele, o desejo de monumentalidade é satisfeito por todos os regimes políticos. No meu entender, porém, essa universalização simplificadoramente oculta ou despreza aspectos diferenciais irretorquíveis. Caberia, portanto, distinguir a monumentalidade, que revela a profunda intuição histórica do espírito humano ao buscar exprimir o perfil específico de cada época e cultura, do *monumentalismo* anacrônico e obsoleto que acompanha com monótona regularidade a produção arquitetônica de regimes políticos autoritários e centralizadores. De fato, parte significativa da arquitetura (especialmente a de iniciativa governamental) do período fascista na Itália e nazista na Alemanha é monumentalista e grandiloquente. Um exemplar típico dessas formas arquitetônicas é o edifício da chancelaria hitlerista que, em meio às suas múltiplas funções semióticas – mais evidente durante a vigência do regime –, infundia no cidadão comum que lhe penetrava o interior uma sensação de pequenez, de medo e de insegurança. Tudo se passa, nesse campo, como se os sistemas políticos autoritários procurassem livrar-se, mediante o seu monumentalismo arquitetônico, do sentimento de culpa proveniente da ilegitimidade de seu poder e de seu exercício discricionário. Este ângulo da questão deriva da problemática mais fundamental das relações entre arquitetura e sociedade. E, por conseguinte, dos inevitáveis compromissos políticos dessa produção. Nesse sentido, o exame embora sumário de alguns casos contemporâneos é assaz esclarecedor.



STALINISMO VERSUS CRIAÇÕES INOVADORAS

O caso da União Soviética representou, entre 1918 e 1935, a ascensão, o apogeu e o esfacelamento de uma das mais brilhantes promessas arquitetônicas e urbanísticas de nosso século. A Revolução de 1917 havia criado um novo espaço político e a década de 1920 constituiu o período em que, através de toda a Europa, a 'nova arquitetura' (W. Gropius, Le Corbusier, Mies van der Rohe, etc.) se afirma e se expande, pretendendo não apenas mudar as formas, mas também transformar a cidade e reformular o modo de vida. Foi nesse momento fecundo que inúmeros profissionais progressistas desta área migraram para a URSS, porque viam ali a ocasião favorável para a realização de suas propostas.

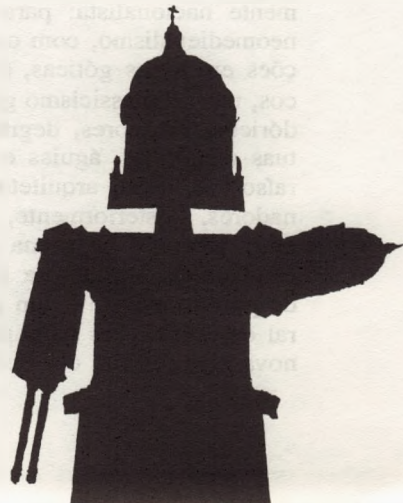
Num primeiro momento, entre 1918 e 1922, uma série de decretos cria as condições gerais: controle do solo, controle da propriedade fundiária e imobiliária, nenhuma cidade importante sem um plano urbanístico, etc. Rapidamente os novos projetos aparecem. Inegavelmente, porém, o período decisivo situa-se entre 1924 e 1932, incluindo-se em sua fase final dentro do primeiro plano quinquenal (1928-1933). Em 1925, um grupo de arquitetos funda a OSA (Ochestvo Sovremioneh-Arkhitectorov, ou seja, Associação dos Arquitetos Contemporâneos), que passa a editar no ano seguinte a revista *AC* (Arquitetura Contemporânea), um dos órgãos mais representativos do período. Os irmãos Vesnin e M. Guinzburg eram seus redatores. Os debates teóricos e políticos se intensificam. Em 1928, a OSA organiza em Moscou um debate, aberto por um informe de Guinzburg. Fixava-se um programa profundo e rigoroso em que a arquitetura era definida como um dos *condensadores sociais* (e culturais) que deveriam criar o quadro da sociedade socialista em construção e acelerar o seu advento influyendo sobre o próprio homem. Surgiram assim projetos e criações inovadores: a casa coletiva, o clube operário contendo os serviços excluídos daquela unidade residencial, novas instalações fabris e novos planos urbanísticos.

Os anos 30, todavia, trariam o refluxo dessas experiências à proporção que se instalava a ditadura stalinista. Um dos mais brilhantes dentre os jovens arquitetos da OSA, Leonidov, cujo melhor projeto, o Palácio da Cultura, de 1930, fora publicado pelo mundo em inúmeras revistas, é atacado pelos arquitetos rivais da VOPRA e renegado pelas autoridades, daí ter encerrado sua curta carreira com menos de trinta anos de idade. Os construtivistas são violentamente atacados pela União dos Arquitetos Proletários. A criação da Academia de Arquitetura, em 1934, e a definição de princípios do chamado *realismo socialista* correspondem aproximadamente ao res-

surgimento de uma arquitetura neoclássica, pseudogrega, pseudoflorentina ou pseudo-russa, que será dominante até por volta de 1955, orientada no sentido do monumentalismo e do fachadismo, que buscam glorificar e magnificar as realizações do regime. De fato, o país se enche de colunas, de arranha-céus escalonados e até as construções mais modestas revestem-se de decorações anacrônicas (Ver: Anatole KOPP, 1985). Em 1935, é aprovado o plano diretor de Moscou, contendo um bom zoneamento e muitas áreas verdes, porém prejudicado pelo formalismo acadêmico: desde a praça Vermelha até as colinas de Lênin, traça-se um eixo monumental de vinte quilômetros, semeado de praças e palácios imensos, terminando no imponente edifício da universidade. A edificação oficial passa a ser dirigida por velhos sobreviventes do antigo regime e por jovens oportunistas. O caso de A. V. Schoussev, arquiteto acadêmico, autor de obras ecléticas para o regime czarista, é assaz representativo dessa tendência: depois da simplicidade do Mausoléu de Lênin ele projeta o Teatro Meyerhold de Moscou (1932), sobrecarregado de decorações: aproxima-se dos funcionalistas russos e europeus no Palácio do Comissariado para a Agricultura (1933), mas retorna à sua linguagem neoclássica com o Hotel Mosiow (1935) e, em 1941, recebe muito significativamente o Prêmio Stalin por seu projeto para o Instituto Marx-Engels-Lênin, em Tiflis, cuja fachada está decorada com colossais colunas coríntias. A URSS apagou assim uma das mais extraordinárias e audaciosas investigações nesse terreno⁸.

O CONTROLE DA ARQUITETURA OFICIAL NAZISTA

O exemplo da Alemanha, sob certo sentido, parece ainda mais expressivo. De fato, desde o primeiro pós-guerra, a Alemanha havia sido, senão a pátria da arquitetura moderna, um dos países em que as novas tendências haviam recebido o maior influxo. Mas é bom que se diga: os arquitetos alemães produziram suas obras e intensificaram o debate cultural dentro de condições muito adversas — primeiro, a derrota; depois, a grave crise econômica; e, finalmente, a fase que vai do final da inflação (1924) até a ascensão de Hitler ao poder (1933), quando o nazismo retira aos mestres da arquitetura moderna a possibilidade de trabalhar e até de permanecer em sua pátria, impondo pela força o retorno a um neoclassicismo.

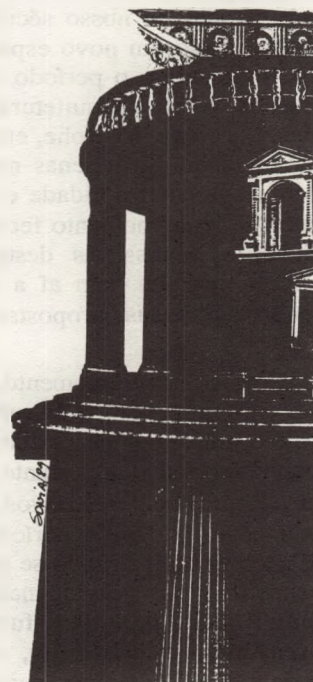


Humanidades

Inegavelmente uma das experiências mais fecundas da arquitetura contemporânea é representada pela Bauhaus, a importante escola de arquitetura e artes aplicadas (decoração, gráfica, fotografia, cenografia, uso de materiais, etc.), fundada por Walter Gropius em Weimar (1919). Ela representou importante papel no panorama da arte moderna, tanto pelos grandes artistas que nela trabalharam (Adolf Meyer, Paul Klee, Kandinski, Moholy-Nagy, etc.), quanto pela orientação pedagógica que procurou imprimir, unindo a capacidade criativa com a execução prática; como ainda pela difusão daquilo que Gropius denominava 'arquitetura internacional'. De algum modo, a história dessa escola representa uma síntese da situação alemã. As inovações por ela introduzidas contrariavam interesses, e os ataques que se fizeram constantes levaram Gropius a transferi-la, em 1925, para Dessau, em face de convite das autoridades locais. É aí que ele projeta a sua sede, que veio a transformar-se em centro de arquitetura moderna de todo o mundo, funcionando à base de uma comunidade internacional. Hannes Meyer, Marcel Breuer e outros jovens professores vieram juntar-se aos antigos. Mais tarde, dificuldades internas e externas levaram Gropius a abandonar a escola, passando a direção para Hannes Meyer (1928). Em 1932, quando os nazistas chegaram ao poder em Dessau, a Bauhaus se vê obrigada a migrar para Berlim. Um ano depois, com a nomeação de Hitler como Chanceler, Mies van der Rohe encerra definitivamente a brilhante experiência dessa instituição. Enquanto isso, os edifícios de Dessau passaram a servir, significativamente, de centro de treinamento para dirigentes políticos do novo regime. E a maioria de seus ex-professores viu-se na contingência de deixar o país, indo sobretudo para os EUA e a Inglaterra.

Ora, a arquitetura moderna em geral, por seu caráter inovador e pela amplitude de seus objetivos, implica, e isso era particularmente verdadeiro na Alemanha, o suporte financeiro dos encargos públicos, o que acentua a sua dependência do poder político. Obviamente, os arquitetos de tendência mais moderada conseguem sobreviver melhor. De todo modo, as exigências nazistas no caso iam-se explicitando cada vez mais e indicavam os rumos de uma arquitetura monumentalista, tradicional e estreitamente nacionalista: para os prédios residenciais, o neomedievalismo, com os telhados em ponta, inscrições em letras góticas, etc.; para os edifícios públicos, um neoclassicismo greco-germânico, com pilares dóricos, mármore, degraus, e, por toda parte, estátuas alegóricas, águias e cruzes gamadas. Era o paraíso dos velhos arquitetos, os quais ressurgem dominadores. Posteriormente, Albert Speer, jovem arquiteto, lança-se na arena política para conquistar o controle da arquitetura oficial. Dirige organizações do partido nazista e, em 1937, é nomeado diretor-geral de edificações na capital. Foi ele o construtor da nova chancelaria, em Berlim, e do pavilhão da Ale-

manha, na Exposição Universal de 1937, em Paris: significativamente situado face a face ao não menos imponente pavilhão soviético. Para Speer, a arquitetura constituía sobretudo um instrumento de poder. Enfim, cito mais um fato significativo: Albert Speer foi incluído entre os líderes nazistas no Julgamento de Nuremberg...⁹

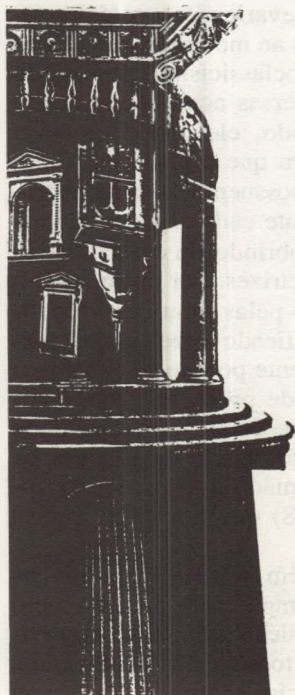


ARQUITETURA MODERNA E FASCISMO

Por várias razões, o exemplo da Itália não segue o mesmo perfil dos dois casos anteriores. Antes de mais nada, a arquitetura moderna não se inicia na Itália sob regime democrático, pois a ditadura fascista já se instalara quando este movimento aí apareceu. Por outro lado, o fascismo italiano exerce uma pressão menor sobre a cultura e sobre a atividade arquitetônica. Isso permitiu até que muitos arquitetos italianos apresentassem este movimento como 'estilo fascista', numa primeira fase. Todavia, ao longo de lento processo, o fascismo termina também por impedir o desenvolvimento da arquitetura moderna e a impor pela força o retorno ao neoclassicismo, com a mesma regularidade que os demais regimes autoritários contemporâneos.

Não cabe resumir aqui as diversas fases desse processo¹⁰. Mencionarei, pois, somente alguns fatos ilustrativos. Desse modo, na Itália saída da Primeira Guerra Mundial, observa-se que as atividades culturais oscilam entre a negação de toda regra vigente e um renovado desejo de regularidade; noutros termos, trata-se do velho debate entre o tradicionalismo historicista e os movimentos de vanguarda. Inspirado nas teses do movi-

mento internacional, surge em 1926 o Grupo 7, que defende a racionalidade da nova arquitetura, porém com os traços da tradição italiana. Suas realizações revelam que não se trata de mera utilização formal dos princípios defendidos pela arquitetura moderna. Em 1928, realiza-se a primeira Exposição de Arquitetura Racional, e a polêmica se intensifica até o



ponto de transformar-se em batalha quando da realização da segunda Exposição (1931), na galeria de P. M. Bardi. Este, com a publicação de seu *Informe a Mussolini sobre Arquitetura*, imprime uma significação política ao debate, declarando que a arquitetura tradicionalista pertence ao velho mundo burguês, enquanto que a nova poderia expressar os ideais revolucionários do fascismo. Os jovens, organizados nos quadros do MIAR (Movimento Italiano per l'Architettura Razionale), proclamam objetivo semelhante (cf.: ZEVI, 1955: 651). A reação logo se manifesta: o Sindicato Nacional de Arquitetos retira o seu apoio à exposição, promove uma organização contrária e, em nome das glórias arquitetônicas do passado, expressa a sua condenação. Progressivamente, os membros do MIAR passam a integrar o outro grupo. E os pontos de vista antagônicos procuram acobertar-se com declarações de lealdade ao regime.

Em 1932, um grupo de jovens arquitetos (Achieri, Capponi, Foschini, Michelucci, Pagano, Ponti e Rapisardi) é chamado por Piacentini para colaborar na construção da nova cidade universitária de Roma. Giuseppe Pagano projeta o Instituto de Física, considerado o primeiro edifício italiano realmente moderno. No ano seguinte, a polêmica em torno da arquitetura moderna se aguçava com o projeto da estação

ferroviária de Florença (Michelucci e seu grupo). Mesmo assim, o movimento ganha vigência, mediante porém o mero formalismo da linguagem racional. Paralelamente, a reação cresce. Diante dessa situação confusa, a principal sustentação do movimento moderno é o trabalho desenvolvido por E. Persico como redator e co-diretor de *Casabella*, de 1930 a 1936. Após a sua morte em 1936, a arquitetura italiana enfrenta dificuldades políticas cada vez maiores. Pagano tenta ainda manter a relação com o mundo oficial e colabora outra vez com Piacentini no plano da EUR (Exposição Universal de Roma), em 1937. No final, os princípios monumentalistas e retóricos se impõem. Pagano protesta e publica em *Casabella* os projetos rejeitados. Mas o conformismo neoclássico se instala eficazmente. Pagano se torna antifascista e, com sua habitual coerência, passa ao combate frontal, até ser preso e deportado para a Alemanha, vindo a falecer no campo de extermínio de Mauthausen (Áustria), no ano de 1945.

O REGIME DE VARGAS E O PERÍODO PÓS-64

Em relação ao caso do Brasil, há dois períodos particularmente significativos que permitiriam melhor explorar as relações entre arquitetura e poder: o período de Vargas, sobretudo na montagem de sua fase ditatorial; e o regime autoritário que emergiu do golpe de 1964, com a tutela dos militares. Todavia, por existir razoável número de monografias específicas a respeito de momentos ou de regiões da produção arquitetônica no Brasil, não dispomos de nenhum estudo analítico de conjunto e muito menos sobre os dois períodos aqui mencionados. Portanto, longe de qualquer pretensão a um exame sistemático da questão, tomarei apenas alguns exemplos que sirvam para ilustrar essa problemática em nosso caso.

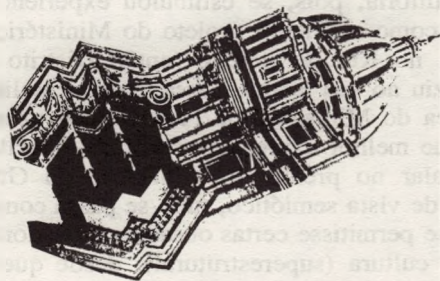
O regime de Vargas, tanto em seu momento revolucionário (1930) quanto particularmente em seu longo período ditatorial, não chegou aparentemente a obstaculizar as múltiplas tendências inovadoras da arquitetura brasileira, mostrando antes uma feição contraditória, pois, se estimulou experiências avançadas como o célebre projeto do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), produziu ao seu lado a massa monumentalista e neoclássica do Ministério da Fazenda, talvez a construção que melhor expressa a sua face autoritária, para não falar no prédio do Ministério da Guerra. Do ponto de vista semiótico, tudo se passa como se o regime se permitisse certas ousadias inovadoras no plano da cultura (superestrutural), desde que ficassem claramente definidas as bases do seu poder econômico e político. Como quer que seja, boa parte da arquitetura pública desse período seguiria o padrão de relação entre arquitetura e sistema político não-democrático.

Humanidades

Por sua vez o período pós-64 não parece fugir à regra geral: produziu, por exemplo, algumas figuras no plano arquitetônico original de Brasília e se notabilizou pela construção de obras gigantescas, como convém a regimes desse gênero, e tudo isso dentro do quadro ideológico do projeto geopolítico do 'Brasil, potência mundial'. Em Fortaleza, para particularizar mais na ilustração, as estruturas arquitetônicas de maior tendência monumentalista do período são os edifícios de bancos estatais (Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil e Banco Central) e o da Secretaria da Receita Federal, inegavelmente o mais imponente e, portanto, de maior simbolismo do poder. Outro

O regime de Vargas não chegou aparentemente a obstaculizar as múltiplas tendências inovadoras da arquitetura brasileira, pois estimulou experiências avançadas como o célebre projeto do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro.

exemplo que merece ser citado como expressão desse estilo é o conjunto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mas é preciso que se diga que essa modalidade de arquitetura não foi o apanágio do Estado autoritário *per se*, já que no setor de suas alianças empresariais não seria difícil mencionar exemplos significativos. Aponto apenas um caso para não mais alongar este texto: o edifício central do grupo Moinho Santista, em São Paulo, que talvez represente a melhor simbolização arquitetônica de um estilo fascista no setor privado.



CONTROLAR CADA ASPECTO DA VIDA

Mas que reflexão final é possível fazer a partir desses casos sumariamente examinados aqui?

Comentando a evidente recorrência dos exemplos soviético, alemão e italiano, Benevolo (1974: 631-3) indaga sobre as razões que levariam tais regimes totalitários a se tornarem hostis ao movimento moderno e a acabarem por adotar o neoclassicismo como estilo oficial. Após repassar as diversas acusações feitas à nova arquitetura desse período, ele próprio avança uma resposta quando assevera que o fascismo, o nazismo e o regime stalinista possuem a mesma necessidade de controlar estritamente cada aspecto da vida e dos costumes nacionais, cobrindo de certas formalidades suas mudanças de diretrizes. Por outro lado, o repertório neoclássico, gasto pelas contínuas repetições, perdeu qualquer significado ideológico, passando a ser apreciado justamente porque se converteu numa forma vazia que se pode preencher com qualquer conteúdo. Pessoalmente, estou convencido de que o debate continua aberto, por isso gostaria de trazer para a discussão a opinião emitida por Nietzsche algum tempo antes (1888) que tais experiências históricas se dessem:

“Os homens poderosos têm sempre inspirado os arquitetos: o arquiteto é sempre influenciado pelo poder. O orgulho, a vitória alcançada sobre a gravidade, a ambição do poder, todos estes sentimentos têm de se inscrever no edifício: a arquitetura é uma espécie de eloquência do poder, a qual se manifesta nas formas, ora mansa e convincente, ora dando apenas ordens. O apogeu do sentimento do poder e da segurança encontra expressão adequada num estilo *grandioso*. O poder que não precisa já demonstrar que muito pode, que desdenha de agradar, que não dá resposta, que não tem testemunhas, que vive das críticas que lhe são feitas, ainda que de tal não tenha consciência, que se funda em si mesmo, que é fatal, que é uma lei entre outras leis, é um tal poder que se manifesta num estilo grandioso.”¹¹

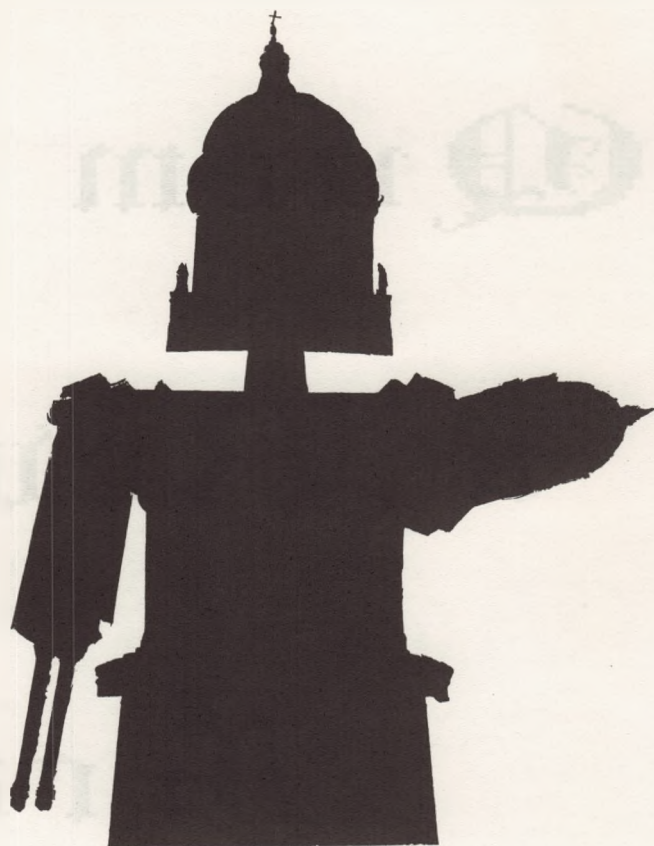
Este trabalho foi realizado com o apoio de uma bolsa, na categoria de pesquisador I-A, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho “A Questão Cultural: Caminhos da Antropologia Urbana”, durante a 15ª Reunião Brasileira de Antropologia (ABA), de 23 a 26 de março de 1986, em Curitiba.

Eduardo Diatahy B. de Menezes é professor titular do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Doutor em sociologia do conhecimento pela Université de Tours (França), é editor da Revista de Ciências Sociais (UFC) e autor de vários livros e inúmeros artigos em periódicos especializados.

Notas e Referências Bibliográficas

1. Talvez seja significativo sublinhar ainda que os dois termos que compõem o título desta obra aparecem unidos pelo sinal que identifica firmas comerciais, etc.
2. "Uma aranha realiza operações que se assemelham àquelas do tecelão, e a abelha confunde, pela estrutura de seus alvéolos de cera, o talento de muito arquiteto. Mas o que distingue desde o início o pior arquiteto (e que faz a sua superioridade) da abelha mais habilidosa é que ele constrói o seu alvéolo na sua cabeça antes de construí-lo na colméia. O resultado a que chega o trabalho pre-existe idealmente na imaginação do trabalhador. Não é que ele opere apenas uma mudança de forma nas matérias naturais; ele af realiza ao mesmo tempo o seu próprio fim, de cuja consciência é possuidor, o qual determina como lei o seu modo de ação e ao qual deve subordinar a sua vontade." (Cf.: MARX, Karl: *Le Capital*, Livre 1er, chap. VII, in: *Oeuvres* - Économie, t. I, Paris: Gallimard, 1972, p. 728 - "Biblioth. de la Pléiade").
3. Cf.: MENEZES, Eduardo Diatary B. de (1978).
4. Cf.: COELHO NETO (1979), GREIMAS (1976), POCHE (1983), THORNBERG (1977), ZEITOU (1979), etc.
5. Cf.: ELSÉN, Albert E.: "La arquitectura de la autoridad", in: SUST (1978:13).
6. *Apud* SUST: *op. cit.*, p. 7.
7. Cf.: MEYER, Hannes (1972: 131). É interessante lembrar que mesmo uma experiência inovadora como a Bauhaus não comportou a posição crítica e mais avançada de H. Meyer: de fato, em 1930, Meyer deixa a Bauhaus e, juntamente com outros arquitetos europeus, vai trabalhar na URSS, onde via a possibilidade real de concretizar a nova arquitetura. Mas ele abandonaria a União Soviética depois, em virtude de suas dificuldades com o stalinismo.
8. A esse respeito, V.: KOPP, Anatole: *Ville et révolution; architecture et urbanisme soviétiques des années vingt*, Paris: Anthropos, 1967; e ainda: BENEVOLO, Leonardo (1974, especialmente o cap. XVI).
9. Cf.: BENEVOLO (1974, *passim*). No seu bem elaborado ensaio "Arquitectura nazi" (in: SUST, 1978: 71-114), Barbara Miller Lane discorda parcialmente dessa síntese da arquitetura nazista, acentuando as suas manifestações contraditórias e sustentando que sua significação ideológica provinha muito mais dos pronunciamentos oficiais dos líderes nazistas e da intensidade da propaganda política que a rodeava. Em reforço ao seu argumento, ela lembra ainda que em todos os países europeus, assim como nos EUA, os anos 30 foram testemunha de um ressurgimento do interesse por estilos monumentais, sob formas neoclássicas modificadas. No entanto, essa referência à cronologia sem conteúdo histórico-político enfraquece o argumento e, portanto, omite o fato de que as tendências nazi-fascistas se difundiram amplamente pela Europa e alhures; por outro lado, os EUA, além de buscarem então uma saída para a depressão, tornavam-se cada vez mais, no plano externo, um Estado imperial, apesar de sua democracia liberal no plano interno.
10. Para maiores detalhes, V.: ZEVI, Bruno (1955).
11. NIETZSCHE, Friedrich: *O crepúsculo dos ídolos*. Lisboa: Presença 1971, p. 91-2.



Resumen

Arquitectura. ¿Ídolo de las ideas y símbolo del poder?

La arquitectura incorpora simbólicamente el poder. Exalta, consagra y actúa didácticamente sobre su tiempo. Nazismo, fascismo, stalinismo y otros regímenes autoritarios hostilizaron proyectos y creaciones en la arquitectura moderna para adoptar el neoclasicismo, una forma vacía que se puede llenar con cualquier contenido en nombre del estilo oficial. Es la ideología asumida en el discurso concreto de las construcciones, verdaderas máscaras del poder.

Abstract

Architecture: Idol of Ideas and Symbol of Power?

Architecture symbolically incorporates power. It exalts, consecrates, and acts didactically upon its time. Nazism, fascism, stalinism and other authoritarian regimes have been hostile to the designs and creations of modern architecture, preferring to adopt neo-classicism, an empty form that can be filled out with any content in the name of the official style. This is ideology assumed in the concrete discourse of buildings. Veritable masks of power.

Quem fez

a Revolução

Francesa ?

Uma revolução é feita por homens, em nome de idéias. Podemos verificar, neste texto, como os personagens atuaram neste palco e como seus atos vieram a criar um novo teatro onde o ator principal foi Napoleão.

**Estevão de
Rezende Martins**

Quem foram os homens que, à frente dos acontecimentos de 1789 a 1799, na Assembleia Constituinte (9.7.1789), na Convenção (21.9.1792) ou no Diretório (23.9.1795), operaram a transformação da França e, por extensão, do mundo moderno? Aventuroiros ou burgueses, carreiristas ou mártires de sua causa, muitos perdem a vida ou a liberdade. Os que sobrevivem às tormentas acabam por ajeitar-se convenientemente às conseqüências. Muitos

militantes, protagonistas em diversas fases da revolução, são atores na sombra, nomes perdidos nos movimentos da 'consciência revolucionária', cujas explosões lideram e canalizam, como fundamento da revolução. A irrupção das massas como agentes, mesmo indiretos, das transformações políticas, é talvez a inovação maior da Revolução Francesa.

Para entendermos melhor, podemos reunir os atores desse ponto de partida decisivo para o Estado moderno em três grupos interdependentes: ao centro, os



Ilustração RESA

dirigentes mais conhecidos, deputados nos Estados Gerais (1788-89) e nas assembleias constituinte e legislativa, membros da Convenção Nacional e da administração organizada pelo Diretório (1795-99). Esse grupo, relativamente pequeno, é reforçado, no interior do país, pelos novos titulares das administrações locais ou regionais. O conjunto dos eleitos constitui-se, assim, numa elite nova e original, engendrada pela Revolução, que lidera. A elite política apóia-se, contudo, no militantismo dos membros dos muitos clubes ou sociedades populares que constituem o segundo

grupo. A radicalização da Revolução fez surgir, ainda, nas assembleias distritais, os comitês de vigilância ou exércitos revolucionários, os *sans-culottes*, modelo do militante revolucionário do ano II (1794). O fim do Terror e a reação termidoriana em 1794 forçaram-nos a recuar ou a refugiar-se na clandestinidade, sob o efeito de um duplo fenômeno de cansaço e de repressão.

A Revolução não teria sido possível, no entanto, sem a intervenção maciça e quase imediata das classes populares urbanas e rurais na vida pública: temos, nelas, o terceiro grupo de atores. As

grandes 'jornadas parisienses' protagonizadas sobretudo pelos artesãos dos subúrbios da capital marcam o ritmo dos acontecimentos, até a primavera de 1795¹. Em seguida, as *jacqueries* (pequenas sublevações de rua), que vinham ocorrendo desde julho de 1789, por ocasião do Grande Medo, precipitam a abolição dos privilégios feudais. Esses movimentos populares, que se estendem rapidamente, são uma luta incessante por um abastecimento (viveres) barato e possuem lógica própria, fora da revolução política da cúpula, a que servem, contudo.

A LIDERANÇA REVOLUCIONÁRIA

Começemos pelo primeiro grupo. Os deputados eleitos em 1789, responsáveis pelo essencial da obra revolucionária até 1791, em múltiplos aspectos são mais homens da continuidade do que da ruptura. A metade deles mantém um papel político ou administrativo importante após 1799. Mais ainda, esses homens, que fundam um novo Estado, já haviam sido fiéis servidores do Estado que derrubam².

Diversos outros deputados, provenientes de funções públicas do Antigo Regime, tiram proveito, a longo prazo, da Revolução que fizeram e à qual sobrevivem. Eles estão presentes, anos a fio, nas assembleias e instituições posteriores. Aliás, em sua maioria eram eles costumeiros ocupantes de cargos da administração estatal. É pois esse mundo tradicional de homens da lei, titulares dos encargos e benefícios, que fomenta a Revolução. Constituindo menos de 2% da população do país, representam, em 1789, mais de 70% dos deputados do Terceiro Estado nos Estados Gerais. Com quarenta anos de idade, em média, provêm, em sua maioria, de cidades mais ou menos pequenas da metade norte da França. A única coisa em comum a esses deputados leigos, advogados ou negociantes, funcionários ou militares, é o fato de pertencerem, todos, à França do Antigo Regime, àquele universo de comercialização de ofícios e de feudalidade que ajudaram a derrubar³. Detentores vitais dos cargos da justiça, das finanças ou da administração, titulares de direitos senhoriais, acabarão por dar cabo, por razões ideológicas, de um sistema de que hauriam benefícios.

Além dos homens de lei, a Revolução é liderada por um razoável número de aristocratas. Lembremo-nos de que foram os nobres parlamentares que promoveram a agitação pré-revolucionária de 1787-88. No outono de 1788, a famosa Sociedade dos Trinta mobiliza a opinião pública contra os detentores de privilégios: ela compreende mais de 90% de nobres – uns vinte grandes senhores que, embora pertencentes ao topo hierárquico da antiga sociedade, assumem a liderança de uma revolução que se quer burguesa! Seu descontentamento se ori-

gina nas contradições próprias ao sistema político da estrutura monárquica. Hostis à centralização imposta pelo governo de Luís XVI e à sua burocracia, que os prejudicam, revoltam-se contra a modernização, apoiando os opositores até 1789.



Sociedade dos Trinta inclui nove duques, dos quais cinco são pares do reino e grandes senhores patriotas. Ao lado deles, jovens veteranos da guerra da América (como La Fayette, por exemplo) que procuram, nos episódios revolucionários, tanto vingar-se das intrigas de Maria Antonieta e de seus favoritos ou das reformas militares do rei, quanto colocar em prática as idéias das Luzes. Responsáveis pelas forças armadas francesas ao longo da década de 1770, os condes de Ségur e de Saint-Germain haviam desagradado a elite nobre, de nomeação recente, que as dirigia. Muitos desses aristocratas frustrados figuram entre os deputados da nobreza nos Estados Gerais. Eles integram uma importante minoria liberal que, no seio da segunda ordem, combate a maioria conservadora. A composição da bancada da nobreza confere à aristocracia cortesã, aliás, uma representação desproporcional: com 127 deputados de um total de 285, as famílias da Corte – que constituem menos de 2% da nobreza francesa – se avocam 45% da respectiva representação nos Estados Gerais.

Instalados em Paris, mas com seus redutos no norte e no centro do país, esses nobres da Corte acabam eleitos por todo o país. Os militares obtêm também estrondoso sucesso e são oito vezes mais numerosos que a nobreza, nos Estados Gerais. Enfim, mesmo se encontramos grandes aristocratas reacionários e pequenos nobres liberais, a regra segue a proporção inversa. Na nobreza, grande ou pequena, os deputados são tanto mais liberais quanto jovens, cosmopolitas, citadinos e intelectualizados. Os mais ou menos cem deputados nobres que copilotam a Revolução aparecem sobretudo como jovens citadinos cultos, o que facilita o relacionamento com os colegas burgueses. Seu papel na Constituinte ofusca mesmo o da bancada do aparentemente liberal Duque de Orléans, proprietário do Palais-Royal, em cujos jardins os ímpetus furiosos do partido patriota são amplificadas.

Entre os duzentos deputados pertencentes à maçonaria – ou seja, menos de 20% da Assembleia – contam-se 79 nobres; é justamente a nobreza a ordem mais ‘maçônica’ dos Estados Gerais. Metade desses deputados decide-se favoravelmente à Revolução. Quanto ao clero, seus 303 deputados dividem-se, em partes mais ou menos equivalentes, entre defensores da fusão das ordens e opositores a ela. O papel político dos cerca de 150 eclesiásticos liberais acaba sendo muito menos importante na futura assembleia constituinte do que o dos nobres⁴.

Entre os duzentos deputados pertencentes à Maçonaria, contam-se 79 nobres; é justamente a nobreza a ordem mais “maçônica” dos Estados Gerais.

Após a dissolução da Constituinte, em 30 de setembro de 1791, instala-se a nova assembleia legislativa, composta de novos membros, quase todos figuras já anteriormente conhecidas e ativas na administração departamental. Embora em média de comportamento moderado, os deputados demonstram decidida fidelidade à Revolução. É o fechamento da Assembleia, um ano depois, após longo período de graves convulsões, que deixa livre o campo aos homens da Convenção. Esses convencionais encarnam uma segunda Revolução, muito mais burguesa do que a primeira. Do clero restam cerca de 50 membros de uma igreja constitucional intimamente dependente do novo poder. Da nobreza, um punhado de arrivistas, que se precipitam à extrema esquerda. Quase a metade dos deputados de 1792 é constituída de juristas; logo depois vêm os intelectuais e, bem distanciados, homens de negócios ou ricos proprietários rurais. Os juristas, contudo, já se enquadram nas padronizações decorrentes das ‘rotinas revolucionárias’ das assembleias locais (departamentais).



Os convencionais são mais jovens que os membros da assembléia constituinte (41% nasceram na década de 1750) e dividem-se por linhas políticas radicalmente opostas: a Gironda e a Montanha. É extremamente difícil determinar, com precisão, a composição desses dois agrupamentos, que excluíam os deputados ditos da 'Planície' (*Plaine*) ou do 'Pantanal' (*Marais*). Qual era, então, a composição da Convenção? Nos extremos de uma massa centrista de peso (cerca de 500 deputados), encontramos, à direita, uma Gironda reduzida a meros 50 membros e, à esquerda, uma Montanha reunindo um total estimado de mais ou menos 150 deputados, com mais outros 50 considerados como 'mais à esquerda'⁵.

Aureolados pela reputação de serem respeitáveis revolucionários, os montanistas incluem os irmãos Robespierre e Saint-Just, por exemplo. Muitos deles integram o governo do ano II (1794/95). Os 'mais à esquerda' reúnem Paul Barras, Danton, Camille Desmoulins, Marat, homens menos firmes e de convicções, com frequência, duvidosas. São deputados bem mais ligados aos meios urbanos do que seus colegas, provenientes de profissões jurídicas e intelectuais ou da geração de 1750.

Como as lideranças desses três grupos se combatiam e decimavam sem quartel, pouco sobrou dos eleitos de 1792 na Convenção termidoriana (1794)⁶, cujos integrantes governaram a França até 1799 (18 Brumário): restaram os mais rurais, os menos intelectuais, os mais idosos. Fato revelador: esses mesmos deputados tranqüilos ordenaram, em 1795, a retirada dos restos mortais de Marat do Panteão, já que o incendiário revolucionário passara a ser visto como o protótipo de uma espécie de patriotismo exagerado, radical, estribado numa atividade de imprensa intensiva, poder novo e urbano, que pareceu dominar o país durante algum tempo entre 1792 e 1794. Os resultados da eleição para o Diretório (1795-99) modificam ainda mais a composição do grupo dirigente da Revolução, dividido, doravante, entre um centro governamental, uma esquerda neojacobinista e uma direita cripto-monarquista.

A DISSEMINAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

A Revolução criara, no entanto, uma nova classe política, ligada a questões locais, composta sobretudo de juristas. Em certas cidades de porte médio (Amiens, Nancy, Bordeaux e Toulouse), contudo, os conselhos municipais incluem negociantes e pequenos industriais (cerca de 40%, na maioria das cidades), artesãos e comerciantes (20%). Esta evolução indica um processo de democratização da política local, instaurado pela Revolução, que se mantém ao longo de suas diferentes fases, por causa da renovação do pessoal a ser eleito. Esse processo envolve sobretudo a geração de jovens cidadãos recém-chegada à idade de assumir responsabilidades. Durante o 'rito de passagem' em que a Revolução se transformou, pessoas com iniciativa, frequentemente de origem minoritária ou forasteira (relativamente aos grupos tradicionalmente dominantes nas respectivas cidades), tomam o lugar dos antigos líderes, favorecidos pelas reviravoltas políticas.

Dirigida por uma elite que pensa sobretudo em seu próprio futuro, em sua própria carreira, a Revolução se nutre da fé e do ardor de homens que acabam nunca saindo do anonimato. A mobilização de militantes dá-se graças à instalação de uma ampla rede de clubes jacobinos entre 1789 e 1794. As associações do interior, mais ou menos filiadas à de Paris, formam-se a partir de outras sociedades locais, previamente existentes: lojas maçônicas, sociedades filantrópicas ou oculistas, salões literários. Elas revelam a súbita politização do quotidiano francês, em que as origens 'patrióticas' (entendida 'pátria', inicialmente, como a localidade de origem de cada grupo e seus respectivos interesses) se sobrepuseram ao modelo da capital parisiense. Longínquos predecessores dos 'partidos' políticos de mais tarde, essas associações constituem uma etapa original, cada vez mais democrática, da sociabilidade francesa no final do século XVIII. Entre junho e setembro de 1790 surgem 150 clubes, novecentos no ano seguinte. As novas autoridades revolucionárias e os eleitores patriotas fomentam o estabelecimento desses clubes e certos municípios têm mais de um. Em cidades importantes como Lyon, Aix-en-Provence

ou Clermont-Ferrand, as sociedades mais populares duplicam os clubes jacobinos 'oficiais'. Deparamo-nos aqui com o segundo grupo de atores da grande reviravolta revolucionária⁷.

Quando da tentativa de fuga de Luís XVI, em 1791, os clubes jacobinos superaram a crise deflagrada pelo cisma dos *feuillants*, moderados que preferem a manutenção da monarquia constitucional. A escalada militar por causa da guerra de 1792 reativa o ardor revolucionário. De fevereiro a abril de 1792 os guardas nacionais de Marselha eliminam, por ordem das autoridades jacobinas, os 'contra-revolucionários' das redondezas (Aix, Arles e Avignon). Deflagra-se, assim, um verdadeiro massacre, que atinge todo o sudeste francês. Já no ano anterior os clubes jacobinos locais haviam-se consolidado e estabilizado (ou seja, fixado nas diversas localidades), enquanto que os da Vendéia (sudeste francês) continuavam como 'ambulantes', indo de vilarejo em vilarejo. Mobilizados por um apelo do *Anais Patrióticos*, jornal parisiense de Jean-Baptiste Carra, muito popular, os jacobinos do interior incrementam as reuniões regionais⁸.



A troca de cartas entre as associações de várias outras cidades e o clube parisiense dá aos jacobinos a chance de participarem da queda da monarquia, a 10 de agosto de 1792 (sublevação popular, tomada das Tulherias, decisão de eleger uma convenção, etc.). Em diversos departamentos do interior, grupos de militantes, reunidos em comitês centrais, dedicam-se, com afinco, à constituição de novas agremiações. Como decorrência dos conflitos com as facções mais conservadoras, os 'moderados' deixam os clubes. Ao final de 1792 já se nota, contudo, desânimo e o refluxo dos militantes, causados pela radicalização revolucionária, agravada pelas dissensões de cúpula entre girondinos e montanistas. A crise da primavera de 1793 (invasão estrangeira, guerra civil na Vendéia), todavia, relança o militantismo, sobretudo com a campanha de recrutamento de trezentos mil soldados. Os montanistas, encarregados do recrutamento, consolidam também a adesão política do interior à causa, pelo menos até a grave crise aberta, logo em seguida, pela eliminação da Gironda.

O exemplo de Estrasburgo é bastante significativo da evolução ideológica dos militantes revolucionários ao longo desse período decisivo. Os primeiros jacobinos, antes do episódio da fuga do rei, eram negociantes, profissionais liberais e oficiais do exército. Eles se radicalizam durante o verão de 1791, sob a pressão de recém-chegados à cidade, pouco integrados à mentalidade local, de tendência tradicionalmente conservadora. Professores ou negociantes, esses novos imigrantes afluem à cidade alsaciana para defender a causa revolucionária.

Oficiais, intelectuais ou padres, outros apóstolos da liberdade, muitos provenientes do exterior, vêm reforçar os jacobinos estraburgueses em face do perigo que corre a pátria. Eles difundem uma ideologia democrática e radical, hostil, por razões morais, aos ricos, e, por razões políticas, à Corte e aos emigrados. Favoráveis à guerra, atacam os moderados da prefeitura, fruto da primeira geração revolucionária, liberados por Friedrich de Dietrich, primeiro prefeito constitucional de Estrasburgo, famoso mineralogista, que acabará guilhotinado em 1793. Com o apoio decisivo dos dirigentes parisienses, os radicais resistem às tentativas oficiais de controle e aproveitam-se da jornada de 10 de agosto de 1792 para afastar seus rivais.

Dentre esses *sans-culottes* que multiplicavam grupos militantes, Albert Soboul estudou especialmente os da capital, artesãos e boticários, cuja participação emprestou um caráter mais popular a uma revolução burguesa. O igualitarismo desses cidadãos volta-se mais contra os excessos da grande propriedade do que contra o princípio genérico da propriedade em si. Hostis ao desenvolvimento do capitalismo e partidários da pequena produção independente, os 'exaltados' colocam a violência do Terror a serviço de suas reivindicações econômicas imediatas e, antes de mais nada, a serviço do direito à subsistência. A obsessão da traição e a concepção da delação como primeiro dever cívico (*loi des Suspects*) são características de sua mentalidade⁹.

É possível falar, então, de uma mudança de mentalidades em 1793/94 (ano II)? É certo que o movimento *sans-cu-*

lotte, em nome do princípio da promoção dos desfavorecidos, impõe a Paris a disseminação generalizada de um novo modo de vestir e de falar. Associado à ditadura jacobina, ele opera a destruição dos símbolos do Antigo Regime e a construção de uma nova consciência cívica. Os corifeus dessa transformação da vida quotidiana pela nova política esquecem, no entanto, seu caráter frágil, acidental e passageiro. Fruto de uma mentalidade de complô e de boatos, seu predomínio é o reino da credulidade e da delação: eles divinizam seus escrúpulos, em palavras e em atos, a guilhotina e seus efeitos salutareis.

**Os bandos populares
parisienses almejam,
antes de mais nada,
comida barata.**

Utópico e irrealizável, o sonho *sans-culotte* é o de uma França "isolada e separada de todas as nações escravas e corrompidas", nas palavras de Richard Cobb¹⁰; todas suas partes deveriam "unir-se e formar um bloco impenetrável". Tal atitude leva à consolidação de um novo nacionalismo e de uma centralização até hoje marcante na vida pública francesa. O segredo da psicologia do militante revolucionário do ano II está, sem dúvida, na busca de uma mentalidade de combate, associada a uma situação de crise, circunstâncias que, em princípio, revelam seu caráter transitório.

O tempo da Revolução, inicialmente tempo da exceção e do provisório, dá aos *sans-culottes* urbanos a ocasião de conhecer as alegrias da economia dirigida¹¹, da des cristianização¹² e da repressão dos opositores, nos comitês de vigilância ou nos exércitos revolucionários. Desde a primavera de 1794, porém, com a burocratização e a retomada do controle pela ditadura jacobina do mo-

vimento popular, começa o tempo das decepções e do desânimo. Após Termidor, os *sans-culottes* pagam caro a efêmera associação com um Terror que não solucionou seus problemas, sobretudo econômicos. Eles quiseram a guilhotina para obter pão, derramaram sangue para vencer a fome, preconizaram a violência para não precisar mais ter medo de ficar sem o que comer. A esse respeito, existe um mal-entendido básico entre eles e os dirigentes montanistas, obcecados pela vitória militar e pela instauração do reino moral da virtude.

Em Lyon, montanistas e *sans-culottes* não conseguem convencer um operariado preocupado com o desemprego e com a crise industrial. Em 1793, muitos canutos¹³ desconfiam da agitação revolucionária que afugentou os ricos, reduzindo drasticamente a oferta de empregos. Os líderes jacobinos são vistos como déspotas arrogantes a serem eliminados. Essa é a razão pela qual a revolução burguesa de 2 de maio de 1793 é apoiada pelos diversos setores populares. E mesmo se a maioria dos operários da seda, cuja luta contra os comerciantes vinha de há quase cinquenta anos, apoia o partido da Convenção, a vitória deste não lhe traz as vantagens esperadas. As novas autoridades tratam os lioneses como colonos de segunda categoria e a participação dos operários da seda nos abusos do Terror lhes vale uma reputação execrável, sem compensações imediatas.

No campo, os *sans-culottes*, bem menos representados e menos ativos, não se identificam ao proletariado rural. Essa nova elite revolucionária se opõe à antiga, composta dos camponeses mais ricos, criticando-lhe tanto os privilégios econômicos e sociais quanto os compromissos políticos com a contra-revolução. Durante a Revolução, a 'república nas cidades' identifica-se à militância facciosa, extremamente minoritária e sempre dominada por ávidos dignitários que acertam velhas contas pessoais e reforçam seus poderes ao sabor dos acontecimentos. À violência crua do período terrorista sucedem, contudo, hábeis manipulações eleitorais, que prolongam, assim, práticas características do Antigo Regime, facilitadas doravante pelos novos recursos da descentralização administrativa.

Humanidades

Nos clubes e jornais neojacobinos das cidades, os *sans-culottes* são, com frequência, numerosos e devotados à ideologia republicana e democrática. O ideal de um governo 'popular' continua despertando simpatias até às vésperas da manobra napoleônica de 18 Brumário (1799), apesar da repressão anti-Terror, em Paris, desde o ano III (1794/95). Essa oposição de esquerda, na clandestinidade desde então, sofre grandes baixas com a deportação em massa decretada pelo Consulado em 1801. Os militantes jacobinos não teriam obtido, porém, ao longo do decênio 1789-1799, sua preeminência, se não tivessem conseguido mobilizar a massa popular, embora esta estivesse mais preocupada com o pão nosso de cada dia do que com a atualidade política.

O POVO REVOLUCIONÁRIO

É esse 'povo' que constitui o terceiro grupo de atores de 1789. São os bandos populares parisienses, sob o comando jacobino, que sustentam a Revolução contra o complô aristocrático de 1789, forçam a derrubada da monarquia e dos girondinos em 1792-93 e acabam por ceder sob o peso da reação burguesa de 1795. Esses grupos não são formados, como se poderia imaginar, de uma espécie de ralé desorientada. Ao contrário, artesãos, varejistas e manufatureiros la-deiam grande número de burgueses. Esses insurretos de subúrbio têm domicílio fixo, trabalho regular e posição social reconhecida. Sua violência, episódica e de fundo político, nada tem de doentia. Eles se levantam contra a ordem estabelecida para apoiar o combate político da fração da elite social que goza, momentaneamente, de sua simpatia. O que almejam, todavia, é antes de mais nada, comida barata. Na fase da Revolução, como durante o Antigo Regime, anteriormente, e, depois na Restauração (até 1848), essa inquietação popular é o motivo decisivo das revoltas. As massas revoltosas parisienses exprimem, por conseguinte, a experiência material imediata do meio popular. As decisões de agir são tomadas espontaneamente, em meio a inflamados debates no bar, na esquina, na oficina ou na feira, transformando repentinamente dóceis cidadãos em ameaçadores adversários da autoridade. Esses primeiros revolucio-

nários são, antes de mais nada, consumidores angustiados, o que continuam sendo, ao longo de toda a Revolução, cujo ritmo vertiginoso jamais teria sido alcançado sem as sublevações iniciais: protestos contra a carestia, ataques às repartições públicas, manifestações contra o *dfzimo* (imposto feudal) ou contra o regime senhorial.

**Utópico e irrealizável,
o sonho sans-culotte é o
de uma França isolada
e separada de todas as
nações escravas e cor-
rompidas.**

R. Cobb

Os primeiros anos da Revolução transcorrem, pois, sob o influxo de um forte movimento popular articulado, de forma extremamente complexa, com as lutas políticas oficiais. A 2 de agosto de 1789, por exemplo, no auge do Grande Medo, na cidade de Saint-Denis, importante centro de referência monárquica, ao norte de Paris, centenas de pessoas assediam a prefeitura e obrigam as autoridades a baixar o preço do pão; a multidão enfurecida invade a casa de um dos vice-prefeitos e massacram-no a facadas. É esse o ambiente explosivo em que está mergulhada a França às vésperas da abolição dos privilégios nobiliárquicos e da proclamação dos direitos do homem e do cidadão. Em nome do respeito da vida popular, massas irrefreadas e histéricas se insurgem contra qualquer tipo de autoridade. Na Picardia, região do norte da França, a recusa de pagar impostos, entre 1789 e 1791, é acompanhada de agressões contra os fiscais: passa-se da revolta espontânea à pressão política organizada, por efeito da ação de agitadores intencionais, como Baubeuf, por exemplo, originário da região.



movimento popular de protesto contra a carestia e contra os 'atravessadores' provoca em Paris aglomerações e violências contra comerciantes, pasmos de ver a Revolução, que haviam sustentado, voltar-se contra eles. Na capital, a 22 de fevereiro de 1793, as mulheres apostrofam os jacobinos, acusando-os de cumplicidade com os 'atravessadores'. No dia seguinte, as lavadeiras queixam-se à Convenção por causa do preço exorbitante do sabão; outras mulheres exigem dela o tabelamento do preço dos gêneros de primeira necessidade. Nos dias subsequentes, as quitandas de bairro são pilhadas por bandos de empregados domésticos, pequenos comerciantes e artesãos, incentivados por militantes revolucionários. Com o agravamento da crise de abastecimento, as revoltas de rua se intensificam. Seu papel na Revolução é importante, na medida em que suas motivações, fundamentalmente econômicas, só se articulam com as políticas de forma indireta e quase acidental. No sudeste francês, por exemplo, a violência revolucionária decorre, em primeiro lugar, da crise de abastecimento e da instabilidade do mercado de trabalho. As classes populares atravessam a forte agitação do período sob o signo da precariedade material. As massas populares, como ator político, no caso, são sustentáculos de movimentos poderosos mas contraditórios e efêmeros. Aproveitando-se da falência do Estado centralizado, elas buscam alcançar, de início, objetivos materiais, em meio a uma agitação política que envolve sobretudo as elites, distantes das preocupações populares. Quando se dá a conscientização dessa distância, com respeito ao Antigo Regime, à Convenção ou ao Terror, monta uma gigantesca maré que faz refluir a Revolução, cedendo lugar a uma ampla decepção e abrindo o espaço tão habilmente ocupado por Napoleão, popular herói militar.

Estevão de Rezende Martins é professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Assessor Legislativo do Senado Federal.

Humanidades

PERÍODO REPUBLICANO

Convenção

21 de setembro de 1792: a Convenção decreta a abolição da monarquia.

Setembro de 1792 a maio de 1793: violentas lutas, na própria Assembléia, entre Girondinos (Vergniaud) e Montanistas (Danton, Robespierre, Marat). Processo, condenação à morte e execução do rei (janeiro de 1793).

Jornada de 2 de junho de 1793: a Comuna Revolucionária de Paris sitia a Convenção e obriga-a a decretar a prisão de 29 deputados girondinos: a Gironda é decapitada. Começa a ditadura da Montanha, com o governo do Terror: prisão e execução em massa dos 'suspeitos'.

Março-abril de 1794: Robespierre se desfaz de seus rivais por meio de execuções sumárias (liquidação de Hébert e de Danton, e de seus seguidores). Ditadura de fato, durante quatro meses, de Robespierre.

Jornadas de 9 e 10 termidor (27 e 28 de julho de 1794): derrubada de Robespierre por uma coalizão de certos terroristas com os moderados (Planície, Pantanal): execução de Robespierre e de seus adeptos (Couthon, Saint-Just, etc.).

Julho de 1794-outubro de 1795: 'Reação termidoriana' – governo dos moderados, fim do ciclo do Terror.

Jornada do 13 vendemiário (5 de outubro de 1795): setores monarquistas tentam um golpe contra a Convenção, que fracassa diante da reação comandada por Barras, que entrega o controle militar a um jovem herói de guerra, o general Bonaparte.

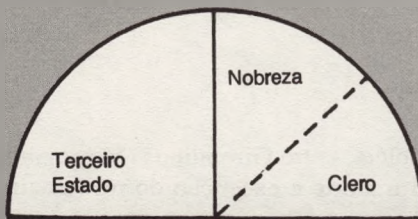
Diretório

Outubro de 1795 a novembro de 1799: governo republicano, instituído pela Constituição do ano III, obra dos termidorianos, e dominado pelo mesmo pessoal político da Convenção pós-termidoriana. Governo constantemente pressionado e ameaçado pelos revolucionários jacobinos e pelos monarquistas, se mantém através de sucessivos golpes de estado.

Golpe de estado de 18 e 19 Brumário (9 e 10 de novembro de 1799): impossibilitado de governar pelo mero recurso à legislação e afogado em inúmeras dificuldades financeiras, o Diretório acaba vítima de golpe de estado liderado por Bonaparte, com base em complot organizado por um dos Diretores, Siéyès. Aureolado por suas glórias militares, Bonaparte reverte o golpe em benefício próprio, pela instauração do Consulado.

PRINCIPAIS FASES DA REVOLUÇÃO FRANCESA

1
Reunião dos Estados Gerais
5 de maio de 1789



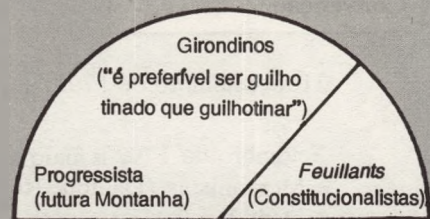
A França é sinceramente monarquista, mas exige reformas. A oposição do rei provocará o surgimento da Assembleia Constituinte.

2
Assembleia Constituinte
27 de junho de 1789



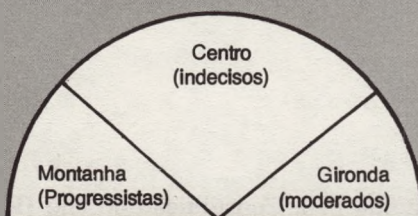
A França ainda é monarquista. Não se fala em república. A traição de Luís XVI (fuga para Varennes) e a emigração aceleram a gestação da ideia republicana na França, com a Assembleia Legislativa.

3
Assembleia legislativa
30 de setembro de 1791



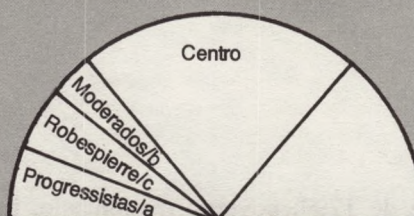
Progressos da ideia republicana. O rei tenta governar com os constitucionalistas e, em seguida, com os girondinos. Revolução de 10 de agosto; queda da monarquia. A república é proclamada pela Convenção.

4
Convenção
21 de setembro de 1792 a 2 de junho de 1793



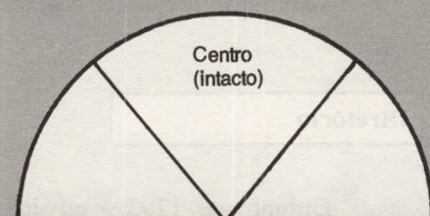
Com a Convenção, ocorrem as lutas fratricidas entre os republicanos, divididos em três partidos. Com o apoio do Centro, a Montanha aniquila a Gironda.

5
Convenção
2 de junho de 1793 a 27 de julho de 1794



Ainda com o suporte do Centro, fragmentação e desaparecimento da Montanha:
a) os hebertistas;
b) os dantonistas;
c) os robspieristas.
O centro sobrevive, intacto.

6
Convenção
27 de julho de 1794 a 26 de outubro de 1795



Instalação do Diretório (outubro de 1795 a novembro de 1799) que, pressionado tanto pelos monarquistas quanto pelos revolucionários (jacobinos), só se mantém por sucessivos golpes de Estado. Por fim, Bonaparte tomará o poder por um golpe em benefício próprio (18 Brumário, 9.11.1799).

ESQUEMA DA EVOLUÇÃO DOS PARTIDOS DURANTE A REVOLUÇÃO

Agradecimento

Registre-se aqui o agradecimento ao Grupo de Trabalho sobre a Revolução, equipe de estudos e pesquisas por mim dirigida, na Universidade de Brasília, durante os anos letivos 1987-89, integrada por Andréa Gonçalves Moreira, Marcelo Barroso Lacombe, Marcos Magalhães Aguiar e Renato Lopes Leite; os trabalhos deste grupo contaram com o apoio do CNPq e do PAP/UnB.

Notas e Referências Bibliográficas

1. Cf. Jacques Solé: *La révolution en questions*. Paris: Seuil, 1988.
Albert Mathiez: *La vie chère et le mouvement social sous la Terreur*. Paris: Payot, 1973, vol. I.
Cathérine Marand-Fouquet: *La femme au temps de la Révolution*. Paris: Stock, 1989.
Alan Forrest: *La Révolution Française et les pauvres* (trad. do inglês). Paris: Perrin, 1986.
2. Cf. Lynn Hunt: *Politics, culture and class in the French Revolution*. Berkeley: Univ. of California Press, 1984.
Claude e Anne Manceron: *La Révolution Française, dictionnaire biographique*. Paris: Renaudot, 1989.
Roger Caratini: *Dictionnaire des Personnages de la Révolution*. Paris: Préaux-Clercs, 1988.
Archives Nationales: *Séries F⁷ AF III, O³ e BB¹* (cerca de 200.000 fichas dos 'emigrados') e D (Comitês das assembleias de 1789 a 1810), edit. por M. Robinet, 1842, 2 v.
3. Cf. J. Tulard, J.F. Fayard, A. Fierro: *Histoire et dictionnaire de la Révolution Française, 1789-99*. Paris: Laffont, 1987.
Michel Vovelle (org.): *L'État de la France pendant la Révolution (1789-1799)*. Paris: La Découverte, 1988.
4. Cf. Timothy Tackett: *La Révolution, l'Église, la France* (tr. do inglês). Paris: Le Cerf, 1986.
5. Cf. Patrice Higonnet: "The Social and Cultural Antecedents of Revolutionary Discontinuity: Montagnards and Girondins", in: *English Historical Review*, 101 (1985), 513-544.
6. Cf. Françoise Brunet: *1794: Thermidor, la chute de Robespierre*. Paris: Complexe, 1989.
7. Cf. Lucien Jamme: *e discours jacobin et la démocratie*. Paris: Fayard, 1989.
8. Cf. Jean-Paul Bertrand: *C'était dans le journal pendant la Révolution*. Paris: Perrin, 1988.
9. Cf. Jacques Solé: "Les acteurs de la Révolution", in: *L'Histoire* 113 (1988), 10-18, esp. p. 14.
François Lebrun: "La logique de la Terreur", *ibid.*, p. 36.
10. Cf. *Les Armées révolutionnaires: instrument de la Terreur dans les Départements, avril 1793/fin de l'an II*. La Haye: Mouton, 1961-63, 2 v.
11. Cf. Jean-Michel Servet: *Idées économiques sous la Révolution 1789-1794*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989.
12. Cf. Michel Vovelle: *1793, la Révolution contre l'Église. De la Raison à l'Être Suprême*. Paris: Complexe, 1988.
Convém recordar que M. Vovelle, titular da cátedra de História da Revolução Francesa na Universidade de Paris I - Sorbonne, na qual sucedeu a A. Soboul, dirige o Instituto de História da Revolução Francesa e é o principal historiador 'de mentalidade' que trabalha, hoje, sobre o fenômeno religioso e a Revolução Francesa (*Piété baroque et déchristianisation*, 1973; *Les Métamorphoses de la fête en Provence*, 1975; *Réligion et Révolution*, 1976; *La Mentalité révolutionnaire*, 2ª ed., 1988; *Révolution, mode d'emploi*, 1989; *La Révolution en Provence*, 1989; e inúmeros artigos, prefácios e introduções em revistas e livros especializados).
13. Canuto(s) de *canut(s)*, nome que se dava aos operários fiandeiros de seda da região de Lyon, por causa do fuso (*canne*) em que se enrolava o fio de seda.

Resumen

¿Quién hizo la Revolución Francesa?

El mundo moderno sufrió transformaciones como consecuencia de la Revolución Francesa. Una revolución se hace con hombres, en nombre de ideas. Se puede verificar, en este texto, cómo los personajes actuaron en este palco y cómo sus actos llegaron a crear uno nuevo, donde el actor principal fue Napoleón.

Abstract

Who Made the French Revolution?

The modern world has undergone transformations that are rooted in the French Revolution. A revolution made by men in the name of ideals. This text shows how the characters on this stage acted and how they came to set the scene that cast Napoleon in the main role.

Graciliano Ramos e os militares

Graciliano Ramos, como de modo geral toda a intelectualidade brasileira, confunde-se no estudo da ação dos militares durante o Estado Novo. Vê os militares como mentores da Nação, dominando o aparelho do Estado, dirigindo tudo e todos, inclusive a burguesia, até mesmo, o ditador Getúlio Vargas.

Carlos Alberto dos Santos Abel

Os problemas sociopolíticos arrostados pela sociedade em que viveu Graciliano Ramos refletem-se no seu juízo acerca dos militares.

Os militares carregam o peso de uma profunda má vontade por parte de nosso escritor. Seja militar capitalista ou comunista, de direita ou de esquerda. Coloque-se onde quiser. Lá estará o olho mau de Graciliano, perquirindo-os dentro ou fora dos quartéis, fardados ou à paisana.

Os militares aparecem na escrita de Graciliano presos ao sistema dominante, servindo-o ou desservindo-o. Uns na oposição que pode ser apenas situacionista, quer dizer, uma oposição que quer somente ser situação, mas sem interesse na mudança do modelo político-econômico-social; outros numa oposição radical, que quer a revolução social, uma oposição marxista, comunista. Em ambos os casos, Mestre Graça¹ não nos dá um retrato favorável do militar no seu todo, como entidade e mesmo como pessoa humana. Apesar de haver exceções que confirmam a regra – militares elogiados por sua escrita... entretanto o elogio aparece ainda que o indivíduo seja um militar.

Em *Infância*, no capítulo dedicado ao policial José da Luz estuda o comportamento dos homens fardados:

Provavelmente esses homens se comportavam assim por vingança. Tinham, nos duros tempos de paisanos, sofrido repelões e desaforos, dormindo na cadeia sem motivo, agüentado nos calos saltos de reiúnas, zinco no lombo. Vestindo o uniforme, eram insolentes e agressi-

vos, apagavam as humilhações antigas infligindo outros infelizes. Bebiam cachaça, malandravam, torvos, importantes, vagarosos, e o desmazelo – cinto frouxo, quepe de banda, topete ameaçador – dava-lhes consideração. Arredios, obliques, promoviam sambas e furdunços em casas de palha, onde as violências passavam despercebidas e ninguém se queixava².

Em *Memórias do Cárcere*, Graciliano, preso em 1936, ao chegar ao 20º Batalhão em Maceió, relembra os acontecimentos de 1930, quando fora aprisionado por um piquete de Agildo Barata.

Chegamos ao quartel do 20º Batalhão. Estivera ali em 1930, envolvera-me estupidamente numa conspiração besta com um coronel, um major e um comandante de polícia, e vinte e quatro horas depois achava-me preso e só. Dezesseis cretinos de um piquete de Agildo Barata haviam fingido querer fuzilar-me. Um dos soldadinhos que me acompanhavam chorava como um desgraçado. Parecera-me então que a demagogia tenentista, aquele palavrorio chocho, nos meteria no atoleiro. Ali estava o reultado: ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusões, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações. O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz³.



DESENHO DE CÂNDIDO PORTINARI

A visão de uma sentinela, vigiando-o, desencadeia em Graciliano mais uma diátribe:

E ali estava com sentinela à vista. Para quê? Não era mais simples trancarem a porta? Aquele dispêndio inútil de energia corroborava o desfavorável juízo que eu formara da inteligência militar⁴.

Graciliano, na sua visão dos militares, chega ao extremo de julgar Getúlio Vargas, um civil, um prisioneiro dos militares.

Compara o seu mundo ao dos militares, e, com um senso de justiça preciso, censura-se por suas idéias preconcebidas:

Na verdade me achava num mundo bem estranho. Um quartel. Não podia arrogar-me inteira ignorância dos quartéis, mas até então eles me haviam surgido nas relações com o exterior, esforçando-se por adotar os modos e a linguagem que usávamos lá fora. Aparecia-me de chofer interiormente, indefinido, com seu rígido simbolismo, um quadro de valores que me era impossível recusar, aceitar, compreender ao menos. Tinha-me livrado em poucos meses do serviço militar, numa linha de tiro, sem nenhum patriotismo, apenas interessado na ginástica. Habituei-me cedo a considerar o exército uma inutilidade. Pior: uma organização maléfica. Lembrava-me dos conquistadores antigos, brutos, bandidos, associava-os aos generais modernos, bons homens, excelentes pais de família, em todo o caso brutos e bandidos teóricos, mergulhados numa burocracia heróica e dispendiosa. Mais tarde, numa prefeitura da roça, percebera que os melhores trabalhadores, os mais eficazes, tinham sido soldados – e aquele ninho de parasitas se revelara incongruente. Uma idéia preconcebida, rigorosa, esbarrava com a observação. Nada mais besta que as generalizações precipitadas. A antipatia que os militares me inspiravam com certeza provinha de nos separarmos. Eu achava as fórmulas deles, os horríveis lugares-comuns, paradas, botões, ordens do dia e toques de corneta uma chatice arrepiadora; se algum deles atentasse nas minhas ocupações, provavelmente as julgaria bem mesquinhas⁵.

O capitão Mata, companheiro de desdita de Graciliano Ramos, a propósito dos olhares rancorosos que os militares carcereiros enviavam para os dois presos, concluiu que os 'milicos' eram integralistas. E daí vêm à mente do escri-

tor uma série de inferências acerca dos militares e seu modo de vida e comportamento. As observações do preso, acobertadas por um juízo de valor que pretende ser objetivo e distanciado, são de terrível tragicidade:

Eram possivelmente integralistas aqueles viventes miúdos, de rostos inexpressivos, quase microcéfalos. Esse caso me insinuou, a respeito da disciplina militar, uma opinião, talvez falsa, que ainda hoje conservo. Nela o rigor é superficial, imagino. Indispensável estarem os sapatos cuidadosamente engraxados, os fuzis brilhantes à custa de lixa e azeite, os colarinhos mais ou menos limpos, todos os botões metidos nas casas, os espinhaços tesos. As pernas direitas devem mover-se simultaneamente, depois as pernas esquerdas, e nenhum dedo se afasta dos outros na continência. É preciso olhar vinte passos em frente, e os passos, em conformidade com a marcha, têm o mesmo número de centímetros. Certo há outros deveres, mas desse gênero, tendentes à mecanização do recruta. Decoradas certas fórmulas, aprendidos os movimentos indispensáveis, pode o soldado esquecer obrigações, até princípios morais aprendidos na vida civil. O essencial é ter aparência impecável. Desapareceu-lhe o cinturão? Falta grave, embora ele em vão remexa os miolos para saber como a desgraçada correia se sumiu. É obrigado a apresentar-se com ela na formatura. Com ela ou com outra qualquer. Nesse ponto convém desapertar, isto é, agarrar o cinturão do vizinho, que, sendo inábil, será punido, pois maior defeito do soldado é ser besta. Desenvolvem-se a dissimulação, a hipocrisia, um servilismo que às vezes oculta desprezo ao superior, se este se revela incapaz de notar a fraude ou tacitamente lhe oferece convivência⁶.

Quando trata de Luís Carlos Prestes, não vê o militar, o capitão revoltoso, enxerga nele "o guerrilheiro teimoso em prestígio e lenda"⁷. Elogia a Coluna Prestes, invocando o testemunho de seu tio Abílio:

Meu tio Abílio, matuto rude, proprietário de caminhões no alto sertão de Pernambuco, estivera uns dias a serviço dos revoltosos, lá para as bandas de Mariana. Assistira a combates, caíra numa emboscada, fugira precipitadamente, levando alguns defuntos no carro. Abílio me havia falado com ardor na disciplina, na ordem, no espírito de justiça que observara no bando foragido⁸.

Graciliano, na sua visão dos militares, chega ao extremo de julgar Getúlio Vargas, o maquiavélico ditador, mas civil, um prisioneiro dos generais: "... o Presidente da República era um prisioneiro como nós; puxavam-lhe os cordões e ele se mexia, titere, paisano movido por generais"⁹.

Considerar o ditador estadonovista um 'titere' nas mãos dos generais, dos militares, não é um julgamento crítico justo nem para os homens fardados nem, principalmente, para o tortuoso gaúcho.

O contato diário no cárcere leva-o a implicar até com a gíria dos 'milicos':

Além disso não havia jeito de habituar-me à gíria dos rapazes que ainda viviam com um pé na caserna e juntavam peças de roupas civis e fardamentos. Referindo-se a "cérebro", falavam em "crânio". E tiravam daí um verbo estapafúrdio, "craniar", equivalente a "estudar". Apareciam-me em grupos, atentos, rabiscando pedaços de papel, "craniando" assuntos obscuros em debates cochichados. Às vezes se elevava do burburinho uma aprovação enérgica: - "Batatal. Craniou batatalmente". Essa linguagem feria-me os ouvidos e afastava-me dos militares¹⁰.

Não perdoa nada aos militares, e, em sua crítica acerba, mas sempre oportuna, não esquece nem a prosódia, que quer ser diferente da civil:

José da Luz abria muito o 'e' de 'serviço', prosódia que depois ouvi confirmada em várias terras. Em geral os militares inferiores arrastam a voz na primeira sílaba de 'serviço' quando se referem às ocupações da caserna, que deste modo se distinguem das civis e ordinárias, sem vogal modificada¹¹.

Um dia, estourou uma briga próxima ao escritor na Casa de Correção. Simplesmente, afastava-se, quando os litigantes aproximavam-se dele e de sua leitura. Depois de terminada a peleja, Graciliano foi interpelado pelo capitão José Brasil:

- Você tem sangue de barata, homem, veio dizer-me José Brasil.

- Por quê?

- Ora por quê! Num barulho como este, fica sentado, lendo, nem levanta a cabeça. Que diabo! Você não tem nervos.

- Pois sim! Vou lá meter-me em questão de soldados? Vocês se entendem. Arranham-se, trocam murros, quinze minutos depois estão amigos. E voltam-se contra os paisanos. Sou neutro. Arranjem-se.

O capitão arregalou o olho vivo, com espanto. Em seguida soltou uma gargalhada:

- Ótimo. É isso mesmo. Foi a opinião mais sensata que já ouvi a nosso respeito¹².

Até politicamente, coloca-se contra os militares na militância partidária, mesmo aqueles que comungavam dos seus ideais. Dentro daquela honestidade sertaneja, não fala por meias palavras. Hoje também simpatizantes do comunismo reconhecem que o enquadramento do PCB pelos militares foi nefasto para a condução do movimento socialista no Brasil.

A presença ruidosa dos militares perturbava o sossego dos homens de pensamento, e não quadra aos operários¹³.

Tinham sido eliminados do exército, mas ainda vestiam farda, guardavam hábitos da caserna; eram assíduos na ginástica, não se tinham eximido à hierarquia e à disciplina; deram-me a impressão de olhar os paisanos com desdém, julgá-los fracos e imóveis: o espírito de casta permanecia¹⁴.

GRACILIANO EM UMA
DE SUAS ÚLTIMAS
FOTOGRAFIAS



Graciliano traz-nos do fundo das suas reminiscências, do fundo de sua revolta, a figura do general que o ameaçara de fuzilamento nas *Memórias do Cárcere*. Conhecemos o fato. Lemos o romance. Não obstante, essa alusão revelada pelo escritor é tão hermética, tão particular, que nenhuma leitura seria capaz de ver por trás das sombras do soldado amarelo aquela do general.

Graciliano, em *Memórias do Cárcere*, não deu nome ao general. *Vidas Secas* não personaliza o 'soldado amarelo'. No entanto, as duas figuras eram uma só no espírito do criador.

Para o major Graça²⁰, o grande aliado do Estado corruptor era a burguesia opressora. Via-a com olhos pessimistas. Segundo ele, havia uma simbiose da burguesia e dos burocratas – a classe dirigente civil, poderosa, mas dirigida pelos militares – os mentores da Nação. Esse desvio da ótica graciliana, esse julgamento falho, é uma característica do brasileiro da classe média, do operariado e do camponato, em todas as épocas. Graciliano não conseguiu ultrapassar o seu passionalismo antimilitarista e não percebeu que os militares (e os burocratas) servem a qualquer sistema estabelecido, seja ele capitalista ou socialista: invadindo o Afeganistão, o Panamá ou a Usina de Volta Redonda! Sem olhar para os lados, firmes naquilo que lhes foi ensinado desde a puberdade, desde os bancos dos colégios militares, como o cumprimento do dever, sabendo, mais do que os paisanos, que a sua sobrevivência como instituição só é possível enquanto a disciplina for férrea e cega: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo!"

Graciliano Ramos, o genial romancista, o maravilhoso contista, o grande biógrafo, não conseguiu escapar de suas idiossincrasias e ver que, no Estado Novo, os militares estavam sendo tutelados por aquele sistema inflexível e atrasado, garantindo os burgueses, os verdadeiros mentores deste nosso Brasil.

Os militares são servos, e não senhores, de qualquer sistema estruturado, ordenado e mandatário!

Carlos Alberto dos Santos Abel é Doutor em Letras Vernáculas (Literatura Brasileira) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendendo a tese: *Graciliano Ramos – cidadão – cidadão e artista*; professor de Literatura Brasileira, em exercício; Coronel da Reserva Remunerada do Exército.

Notas e Referências Bibliográficas

1. Ramos, Clara. *Mestre Graciliano – confirmação humana de uma obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 35.
Graciliano Ramos tomou-se Mestre Graça aos dezoito anos, em 1910, quando, em Palmeira dos Índios, iniciou sua carreira de mestre-escola que durou até 1932, com algumas interrupções.
2. Ramos, Graciliano. *Infância*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 97.

3. ———. *Memórias do Cárcere – I*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979, p. 49-50.
4. Idem, p. 51.
5. Idem, p. 63-64.
6. Idem, p. 76.
7. Idem, p. 80.
8. Ibidem.
9. Idem, p. 285.
10. ———. *Memórias do Cárcere – II*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979, p. 219.
11. Ramos, Graciliano, op. cit. acima nota 2, p. 97-98.
12. ———. op. cit. acima nota 10, p. 302-303.
13. ———. op. cit. acima nota 3, p. 312.
14. Idem, p. 307-308.
15. ———. *Viagem*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 32.
16. ———. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981. Carta nº 88.
17. ———. op. cit. acima nota 3, p. 92.
18. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1983.
19. Ramos, Ricardo, sel. *Graciliano Ramos – histórias agrestes*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.
20. Ramos, Clara, op. cit. acima nota 1, p. 187.
A patente de major foi-lhe conferida pelos companheiros de mocidade, José Lins do Rego, Santa Rosa, Aurélio Buarque e Valdemar Cavalcanti. (Não deixa de ser irônico esse apelido para quem tanto desprezava os militares.)
Aos 37 anos, o escritor também já era chamado de Velho Graça.

Resumen

Graciliano Ramos y los militares

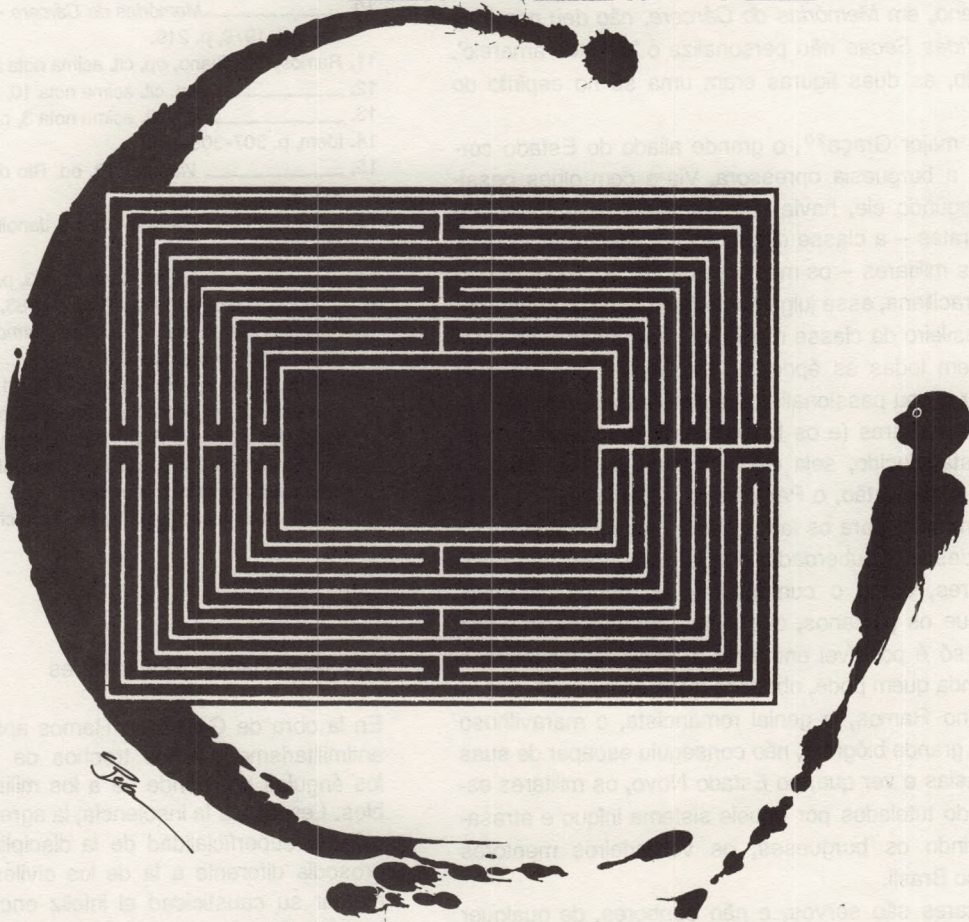
En la obra de Graciliano Ramos aparece caracterizado un antimilitarismo. Ciertos trechos de los textos demuestran los ángulos por donde ve a los militares, todos desfavorables. Les critica la insolencia, la agresividad, la mala educación, la superficialidad de la disciplina militar, la jerga y la prosodia diferente a la de los civiles. Contribuyó para aumentar su causticidad el infeliz encuentro con el General Newton Cavalcante, un torturador y asesino, según Prestes. Después de haber estudiado los textos, vemos que las conclusiones del escritor están equivocadas, pues partieron de ideas preconcebidas.

Abstract

Graciliano Ramos and the Military

At the outset, Graciliano Ramos' antimilitarism is characterized. The ensuing extracts from his writings highlight the different angles from which the writer viewed the military – all of them unfavourable! He lambastes their insolence, aggressiveness, bad manners, the superficial quality of military discipline, their lingo and traits of speech, that differ from those of civilians. His lashing sarcasm was heightened by his unfortunate encounter with General Newton Cavalcante whom the Communist leader Prestes denounced as a torturer and assassin. After reading his texts, it is clear that his conclusions about the military could only be misguided as they were founded on preconceived ideas.

OS DESCAMINHOS DO ENSINO:



ALGUMAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Ilustração RESA

A docência, nos cursos de mestrado, consiste em oferta de disciplinas psicopedagógicas, que, aparentemente, estariam complementando estudos desenvolvidos na graduação e/ou habilitando o mestre para o exercício do magistério.

A prática comumente adotada como recurso para a capacitação docente é a de delegar aos mestrandos a responsabilidade para dar aulas, seja como auxiliares de ensino ou monitores, em disciplinas da graduação/pós-graduação.

LEDA B
BARRERO

Essa prática, pelo que se sabe, não se configura dentro de um projeto e nem inclui a reflexão, a avaliação e o acompanhamento dessas atividades, de forma a contribuir para melhorias e mudanças na evolução político-pedagógica na estrutura e funcionamento dos citados cursos.

Em síntese, a pós-graduação oferece apenas modelos estereotipados de prática docente, tradicional, com ênfase em seminários.

Quando ocorre algo inovador e sig-

nificativo, salvo exceções, deve-se a iniciativas pessoais, isoladas, de alguns professores.

Nas famosas avaliações da CAPES, presume-se que essa dimensão da formação dos futuros professores universitários não tenha relevância, uma vez que não tem proporcionado questionamentos e impulsionado mudanças nos redirecionamentos dos programas e currículos ou na criação de novas ofertas. Conclui-se, dessa forma, que o círculo vicioso da *mesmice* encontra-se estabelecido no meio acadêmico e não estimula projetos de estudos e pesquisas sobre o tema.

O agravante, nessa situação, é que, após a concessão de títulos e diplomas considerados essenciais para o acesso e ascensão na carreira docente, raramente os professores colocam-se disponíveis para programas de aperfeiçoamento, nessa área, uma vez que estão pretensamente capacitados para dar aulas. Além do mais, esses cursos e programas não têm reconhecimento e *status* no meio universitário.

A supervalorização de títulos, da pesquisa e de referenciais teóricos adotados nas ciências exatas tem predominado, como critérios de verdade, para avaliação e valorização da produção acadêmica, gerando sérias consequências em relação ao processo da construção do conhecimento.

O que é mais surpreendente nas instituições do ensino superior, que têm compromisso com a evolução e disseminação do conhecimento, é o furtar-se à incorporação, no seu cotidiano, de recursos e instrumentos, legados pelas ciências sociais, para a leitura da realidade e sua conseqüente transformação.

No vislumbre do século XXI, o meio acadêmico, paradoxalmente, refuta o inconsciente freudiano (quem diria!), pois isso implica ter que rever-se.

A Universidade, cognominada como produtora do saber, recusa-se, no seu dia-a-dia, a aceitar a existência de processos inconscientes que determinam e provocam modificação em nós mesmos e em nosso contexto.

Aceitar, às vezes, que não falamos por nós mesmos, mas que expressamos um acontecer que nos excede, que somos porta-vozes de uma situação grupal, que estamos vivendo um papel grupalmente determinado pressupõe uma modificação da percepção de si mesmo.

Parece, nesses casos, desconhecer-se que pelo reconhecimento de nossas fragilidades conhecemos nossa força, e pela negação e escamoteamento das mesmas mais nos fragilizamos.

Mergulhar no desconhecido é a maior aventura, desde que adequadamente instrumentados, senão pode vira suicídio. Há que instrumentar-se, sim. Ninguém vai a Marte de asa delta e nem se navega grandes distâncias sem técnica e recursos mínimos e indispensáveis.

Não é fácil destruir os erros um a um, porque eles estão coordenados.

Existem muitos mitos e falácias em relação ao desvelamento do oculto. Indiscutivelmente, o que não conhecemos evoca fantasias persecutórias e ameaçadoras. Muito há que se desmitificar e desmistificar sobre as contribuições das ciências sociais, principalmente da psicologia, no esclarecimento da relação sujeito-mundo.

Articular manifesto e latente. Descobrir nexos e relações, estabelecer relações causais, isso consiste na própria superação da consciência ingênua, a primeira forma de conhecimento que surge dos primeiros contatos com o objeto do conhecimento. Implica conhecer as relações sociais que permanecem ocultas num sistema social de representações ou ideologia, e como se configuram para o sujeito, para o grupo, nas relações sociais, nas instituições, e tende a encobrir a dialética entre sujeito e mundo (sujeito x sujeito, mundo interno – mundo externo, relações sociais-grupo familiar, relações sociais-instituições).

Outra questão básica que precisa ser enfatizada devido às suas conseqüências, enquanto geradora de frustração e imobilização, diz respeito ao fato de não termos possibilidade, dentro do sistema tradicional de ensino, de nos reconectarmos com nossa própria experiência, como pessoas únicas que somos e fazedoras de nosso próprio caminhar.

O estarmos no mundo, na maioria das vezes, restringe-se a termos que assumir papéis imprimidos por nossas matrizes primárias de aprendizagem ou determinados pelas exigências de nosso contexto sociocultural.

Lamentavelmente, no processo vigente do aprender e do ensinar somos despojados de nossas vivências históricas, levando-nos ao empobrecimento e à deterioração de nossa identidade e de nossa capacidade criativa.

Continuamos, contudo, a repetir essa barbárie com nossos alunos, quando idealizamos o certo e fazemos somente perguntas que, aprioristicamente, já sabemos as respostas.

Não nos interessamos em compreender por que nossos alunos não compreendem. Admitimos o erro apenas como equívoco, não vamos além, admitindo-o como o grau de consciência possível em determinado tempo e espaço. Nossa tendência é a de permanecermos na superficialidade de um processo que exige profundidade e reflexão. A ciência parece uma meta fugidia quando salmos de nossas especialidades e modelos.

Nosso ensino preocupa-se com produtos acabados, assépticos e inodoros. Na verdade, com isso, temos estimulado a fraude e deslocamos o tempo do saber para o amanhã. Estamos sempre dizendo que preparamos para o futuro enquanto colocamos ênfase nos mecanismos de controle e na eficácia das provas.

A deficiência da formação dos professores também deve-se, em parte, à tendência de se cultuar a fragmentação, que na realidade pretende ocultar a complexidade da visão humana separando o sujeito do meio social.

Durante anos, as ciências pretensiosamente negaram o homem total, fragmentando-o em sua estrutura, destruindo sua identidade, considerando a mente como um compartimento.

Paralelamente a isso, a lógica-formal constituiu-se como o único caminho viável para o pensar, dito científico. Hoje, a escola é produto dessa mesma lógica, que foi construída de forma fragmentada e distorcendo o processo do pensamento.

O primeiro passo, pois, para a descoberta de outros caminhos é reconhecer o *não saber*, é admitir a carência, e isso implica renunciar às fantasias onipotentes e ao mesmo tempo ter disposições de tolerância para conviver com as diferenças do outro.

Para podermos pensar, temos que admitir e tolerar certa ansiedade, que é produzida ao abandonarmos certas normas de segurança conhecidas. O medo de pensar é o medo de tolerar um momento necessário da aprendizagem, que é o de confundir-se, e na dialética das contradições desocultar o fazer, o sentir e o pensar de forma a ir incorporando estas dimensões integralmente.

Gaston Bachelard, no seu livro *A formação do espírito científico*, demonstra intensa curiosidade pelo processo implícito do aprender, qual seja, de como os cientistas são levados à defesa de suas hipóteses e à comprovação das mesmas. Ele perscruta os cientistas instigadoramente.

Quais são as vossas tentativas, os vossos ensaios, os vossos erros? Quais são as motivações que vos levaram a mudar de opinião? Por que razão vocês se exprimem tão sucintamente, quando falam das condições psicológicas de uma nova investigação? Transmitam-nos, sobretudo, as vossas idéias soltas, as vossas contradições, as vossas idéias fixas, as vossas afirmações não confirmadas...

Nossa proposta de trabalho pretende desenvolver investigações, nessa linha, para que possamos responder a Bachelard e a nós mesmos como ocorre esse fantástico processo do aprender a aprender, da descoberta, e então teremos muito mais a ensinar.

A psicologia avançou muito no campo clínico, porém o descompasso entre a área clínica e educacional é imenso. O atraso da psicologia na área educacional é chocante, sobretudo no âmbito da educação superior.

As pesquisas mostram que a capacitação docente tem se restringido ao ensino de metodologias para áreas específicas.

As propostas tendem a colocar em prática determinadas teorias pedagógicas desenvolvidas por técnicos de educação. A situação permanece estática, pois não tem evoluído para uma conceitualização dessas práticas, de modo a que forneçam subsídios para a reflexão de práticas particulares e específicas de cada docente e de cada disciplina.

A universalização crescente de teorias pedagógicas, particularmente de estratégias didáticas, tem causado inúmeras distorções e prejuízos, levando-se em conta a complexidade de variáveis que incidem sobre o processo ensino-aprendizagem.

Um outro mal-entendido frequente é pensar que a ação, o experimento, permitirá que o que está fora se internalize, isto é, pretende-se mudar uma cultura academicista por outra experimentalista, sem localizar o processo de ensino/aprendizagem como uma dialética que se desenvolve em níveis de contradições sucessivas. Os pares de contrários, universais, presentes no processo ensino-aprendizagem, constatados por Pichon-Rivière (sujeito-grupo, sujeito-contexto, velho-novo, implícito-explicito, projeto-resistência), precisam ser desocultados para permitir que o essencial do processo, que não está no sujeito epistêmico (que aprende) nem no objeto a aprender, mas no desenvolvimento da relação entre ambos, seja compreendido e colabore para transformar a realidade e o próprio sujeito.

Não é fácil destruir os erros um a um, porque eles estão coordenados. O espírito científico só pode ser construído destruindo-se o espírito não-científico.

Mergulhar no desconhecido é a maior aventura, desde que adequadamente instrumentados, senão pode virar suicídio. Ninguém vai a Marte de asa delta!

Precisamos, pois, fazer ciência desvelando o nosso cotidiano educacional/institucional para entendermos o que está subentendido.

Antigamente, quando um estudante tinha problemas de aprendizagem era chamado de burro e, simplesmente, responsabilizado por seu fracasso. Agora, a argumentação comum é a de que os alunos não demonstram condições necessárias para aquisição do conhecimento num nível mais avançado, devido a falhas oriundas do 2º grau. Aplique-se isso também do 2º grau para o 1º grau. Vítimas e culpados são identificados, e o sistema perverso continua.

Outros apontam que, no meio universitário, existem muitos professores que não gostam de dar aulas e lamentam que a universidade tenha alunos que os impedem de se dedicarem integralmente à pesquisa, considerada como mais estimulante e compensatória financeiramente (remunerações paralelas através de convênios).

Essas atitudes podem até corresponder à realidade, mas podem estar expressando inconformismo, perplexidade e confusão, exatamente num momento em que no meio estudantil começa a existir uma luta político-reivindicatória de participação na gestão educacional, levando os professores a lidar com uma realidade profundamente dinâmica e conflituosa.

Por outro lado, muitos professores queixam-se da apatia e do comodismo dos alunos. A autoridade instituída pelas regras de funcionamento da relação professor-aluno (explícitos-implícitos) não deve ser atribuída a uma pedagogia autoritária em razão de que na prática o professor é um ditador. Essas relações de dependência já foram estabelecidas, precocemente, no início da situação de aprendizagem, daí a dificuldade de romper-se com determinados padrões. A pedagogia da "transmissão" continua sendo adotada e enfatiza o lugar do saber a ser transmitido unidirecionalmente.

A aprendizagem no grupo, com os pares, não é estimulada; é praticamente inexistente.

Enfim, a prática docente tradicional vem reproduzindo-se, e o que é mais grave, vem sendo expandida para o ensino de massa.

Os estudantes, por sua vez, têm consciência das estratégias de sobrevivência que utilizam como subterfúgios aos instrumentos de poder a que são submetidos; são as "manhas do oprimido", diz Paulo Freire. Sabem que o pacto da mediocridade é selado por eles, porém, ao vislumbrarem a possibilidade de mudança e de pautarem-se por critérios adequados que não os desqualifiquem como anônimos, são capazes de mudanças reais e radicais, pois estão sedentos de significado e de esperança.

O ser humano tem peculiaridades e diferenças na abordagem do objeto do conhecimento, e isso, lamentavelmente, tem sido desconsiderado no processo ensino-aprendizagem.

O mito do bom aluno que aprende porque estuda e, portanto, todos deveriam fazer o mesmo, é um argumento simplista que justifica qualquer tipo de ensino.

Essas considerações dizem da necessidade dos professores universitários buscarem recursos que lhes permitam compreender os fenômenos pessoais-sociais que permeiam sua prática docente.

Cada vez mais, o mundo contemporâneo evidencia a necessidade de estudos interdisciplinares e multidisciplinares para integração do conhecimento; dessa maneira, o estar em grupo, o produzir em grupo, partilhar experiências, incorporar novas visões e paradigmas constituem-se como desafios atuais, que irão concorrer para ampliação de nossa consciência e de nossa percepção.

O professor necessita aprender sobre como aprender em grupo, no próprio grupo, pois esta tem sido e será sua realidade de trabalho.

Precisamos avançar nesse caminho difícil, mas, possível, correndo riscos e assumindo, de forma coerente, um discurso velho, que enfim pode se fazer novo: *que o professor ensina e aprende.*

Leda Breitenbach Barreiro e Professora assistente do Departamento de Teoria e Fundamentos da Universidade de Brasília. Exerceu por dez anos atividade na área de Psicologia.

Referências Bibliográficas

1. Pichon-Rivière, E. *O processo grupal*. Martins Fontes, 3ª ed. brasileira, 1988.
2. Bleger, José. *Temas de psicologia - Entrevistas e Grupos*. Martins Fontes, 2ª ed. brasileira, 1985.
3. Quiroga, P. Ana. *Enfoques y perspectivas en psicología social*. Ediciones cinco, 2ª ed., 1987.
4. Pavlovsky, Frydlewsky, Kesselman. *As cenas temidas de um coordenador de grupo*.
5. Bachelard, Gaston. *Filosofia do novo espírito científico*.
6. Rogers, Carl. *Liberdade para aprender*. Interlivros.
7. Lembo, J. M. Por que falham os professores. EPU.
8. Jaitin, Rosa. Diagnósticos e abordagens terapêuticas no campo da Psicologia Educacional (apostila).
9. Quiroga, Ana P. Matrizes de aprendizagem (apostila).
10. Quiroga, Ana P. e Racedo, Josefina. *Crítica de la vida cotidiana*. Ediciones cinco, 1988.
11. Jaitin, Rosa. Projeto de pesquisa - Efectos psicológicos da massividade en ensino - aprendizagem del Ciclo Superior.
12. Quiroga, Ana P. El concepto de grupo y los principios organizadores de la estructura grupal en el pensamiento de E. Pichon-Rivière. *Temas de Psicología Social* ano I, nº 1, 1977.
13. Lema, Vicente Zito. *Conversaciones con Enrique Pichon-Rivière*. Ediciones cinco, 3ª ed., 1986.
14. Buarque, Cristovam. É preciso cortar as amarras (artigo). *Cademo do Centro-Oeste*, UFG-UnB, ano I, nº 9, abril 1989.
15. Gayotto, M. L., Giffoni, V. L. e outros. Curso de formação do coordenador de grupo operativo Curso Básico - Int. à Psicologia Social - Instituto Pichon-Rivière (apostila).
16. Freire, Paulo - Quiroga, Ana e outros. O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière. Org. Instituto Pichon-Rivière de São Paulo. Ed. Vozes, 2ª ed., 1989.
17. Bricchetto, Oscar S. Didactica como estratégia para el aprendizaje grupal. *Revista - Temas de Psicología*.
18. Reymundo, Oscar. La vida cotidiana en la escuela. *Temas de Psicología Social*, nº 4.

Resumen

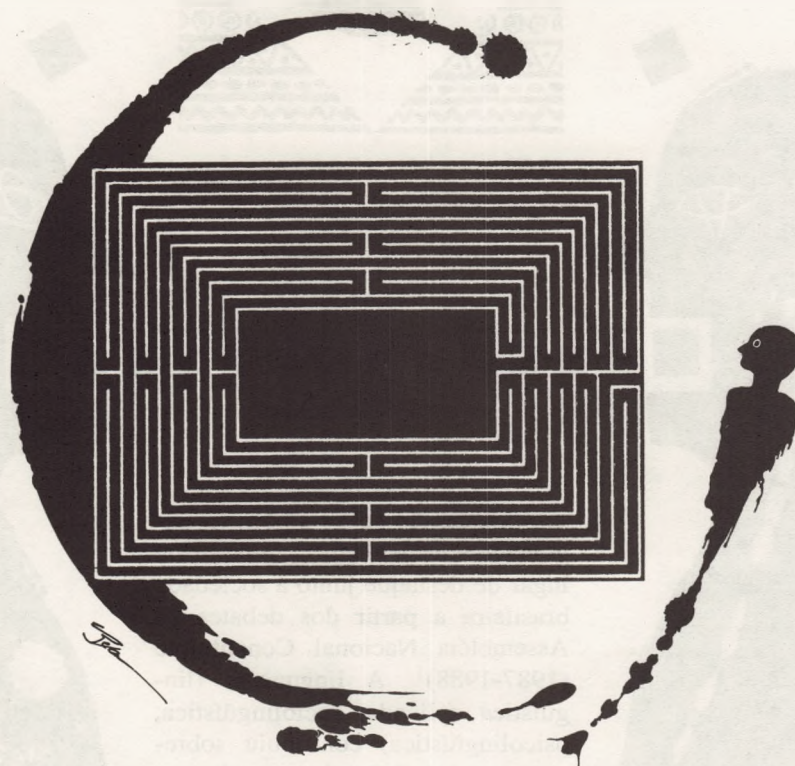
El olvido de la enseñanza Algunas causas y consecuencias

El área de la enseñanza ha sido despreciada en las universidades, a pesar de haberla incluida en los discursos sobre la libertad. Es difícil encontrar espacios para la discusión o adopción de políticas innovadoras en ese campo. Al discutir el tema, pretendemos provocar un debate que puede ser esclarecedor.

Abstract

Education Gone Adrift Some Causes and Consequences

The field of education has been neglected at university despite being on the tongues of those who propound liberation. Space is hardly ever set aside for discussing or adopting innovative policies in this field. By discussing the issue, it is hoped a debate may be raised which way provide us with some insight.



A Política Linguístico Educativa no Brasil

Pós-Constituinte

Maria Jandyrá Cunha



A discussão sobre a política linguístico-educativa conquistou lugar de destaque junto à sociedade brasileira a partir dos debates da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)¹. A linguagem (lingüística aplicada, sociolingüística, psicolingüística) contribuiu sobremaneira na determinação de um novo momento epistemológico.

Nos textos constitucionais de 1946 e 1967² havia prescrição da língua nacional no ensino primário, sem quaisquer esclarecimentos do que viesse a ser essa *língua nacional*. Uma vez que a língua, como prática discursiva, é um aspecto constitutivo da identidade étnica (Gumperz, 1982), confundir língua nacional com língua oficial era não admitir a existência das cerca de 170 línguas indígenas oficiais faladas no Brasil. Acima de tudo, significava ignorar a identidade étnica dos duzentos povos indígenas brasileiros que – embora tenham sido uma população de 5 000 000 no século XVI – estão hoje reduzidos a aproximadamente 200 000 pessoas, ou seja, apenas 0,14% da população total do país (Bortoni, 1989).

As diretrizes e bases da educação nacional estão ainda baseadas nos artigos em vigor da Lei 4.024/61, de 20-12-61, e na regulamentação do ensino de 1º e 2º graus, estabelecida pela Lei 5.692/71, de 11-08-71. De acordo com essa legislação, a língua portuguesa falada no Brasil continua como suporte único ao ensino de 1º e 2º graus³. Todas as outras línguas, brasileiras e estrangeiras, continuam ignoradas.

Houve, anteriormente, na Constituição de 1934, uma menção ao estudo das línguas estrangeiras, embora já com o conflito público/privado instaurado: *o ensino, nos estabelecimentos particulares, (será) ministrado no idioma pátrio, salvo o das línguas estrangeiras* (grifo nosso)⁴.

A nova Carta Constitucional de 1988 corrige essa distorção. O novo texto reza que *o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem* (grifo nosso)⁵.

É exatamente na feitura do texto da Lei, permeada por um novo discurso sociopolítico, que se detecta

um momento epistemológico distinto neste final da década de oitenta. Há a aceitação da importância das ciências linguísticas na abordagem de problemas centrais da sociedade brasileira, tais como o da constituição e reprodução de identidades socioculturais, especialmente em contextos de conflitos interculturais como o dos povos indígenas.

Os princípios norteadores do novo momento modificam substancialmente a política linguística no Brasil, começando pela própria conceitualização de *língua nacional*. Ao regulamentar o português como a língua na qual *o ensino fundamental regular será ministrado*, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas línguas



maternas e processos próprios de aprendizagem, caracterizou-se o que vem a ser a língua oficial do país, sem incorrer no erro de julgá-la o único *idioma pátrio*.

O respeito ao uso das cerca de cento e setenta línguas indígenas faladas em território nacional⁶ deveu-se, junto com a acirrada batalha que indigenistas travaram lado a lado com os próprios índios, à fundamentação científica que linguistas, antropólogos, sociólogos, pedagogos, ecologistas e demais pesquisadores ligados aos grupos indígenas brasileiros puderam disseminar entre os constituintes.

Tal fundamentação transformava, inclusive, o conceito de educação escolar, consolidando-a como um espaço democrático a todos os

brasileiros. Isso garantiria o rompimento com a discriminação que historicamente tem atingido não só os grupos indígenas mas todos os grupos sociais minoritários em um país pluriétnico e plurilíngüe como o Brasil⁷.

O sistema educacional não pode ser concebido apenas como um conjunto de práticas pedagógicas. É necessário que seja visto como uma das várias dimensões da cultura do país. Ele deve ser o espaço onde se permita a recriação e a transmissão de um conjunto de saberes, técnicas e valores históricos socialmente produzidos.

As especificidades culturais que caracterizam e constituem os diferentes grupos sociais, muitos deles portadores e produtos de culturas originais, valiosas na composição da cultura brasileira, deveriam ser evidenciadas, referidas e fortalecidas pelo sistema educacional.

Embora seja reconhecidamente moderno, nosso texto constitucional não manteve para outras minorias étnicas o mesmo princípio de garantia e respeito às comunidades indígenas. As aproximadamente trinta línguas de origens européia, asiática e africana faladas no Brasil não foram contempladas. Por carência de pesquisa científica, essas línguas estão a descoberto e assim se mantiveram na Lei, visto a ausência de mobilização por parte de grupos e entidades que representassem as minorias étnicas falantes desses idiomas. As situações social, demográfica e linguística dessas minorias permanecem quase desconhecidas. O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em suas publicações dos censos demográficos, tem insuficientemente mostrado a população estrangeira residente em território brasileiro. Os dados dizem respeito apenas ao número populacional, sexo e distribuição por regiões e unidades da federação. Não há pesquisas linguísticas que apontem a difusão ou deslocamento linguístico entre os imigrantes.

Humanidades

Ora, a ordenação jurídica não é neutra. A liberdade de alguém, vista individualmente – sem enfoque filosófico ou ideológico –, é uma relação de possibilidade de realizar algo se não houver impedimento de outrem. Os que defendem a liberdade acima da igualdade defendem o princípio de que a natureza e os méritos são desiguais. Os que defendem a preferência da igualdade sobre a liberdade baseiam-se no fato de que as diferenças são históricas e sociais e que, inclusive, acentuam as diferenças individuais (Faleiros, 1988).

Durante os debates constituintes a batalha pela conquista da identidade fez-se clara. Foi explícita a luta dos grupos minoritários contra o projeto dos dominadores que os subordinam a interesses hegemônicos, tornando-os inferiorizados diante de si mesmos. Ser estranho a si mesmo é resultado e condição para a articulada dominação ideológica e política através da qual há o enfraquecimento das coletividades reivindicatórias. Há também o esmagamento sutil conseguido através da inferiorização, da repressão dirigida, do divisionismo. Obviamente, o que não há é o questionamento da ordem hegemônica. Ao contrário, há até uma identificação com ela. O exemplo que melhor ilustra esse fenômeno é o índio brasileiro, que tradicionalmente tem sofrido a pressão da sociedade envolvente. Exatamente por essa razão, foram os índios, sem sombra de dúvidas, aqueles dentre os grupos sociais minoritários os que mais souberam pressionar os legisladores em busca de seus direitos.

A arma mais pungente para o abafamento político-social das minorias étnicas brasileiras tem sido a negação de suas línguas maternas. Preconceituosamente, no texto da Lei sempre se assumiu que apenas um idioma fosse falado em todo

o território nacional: o português. Tal estratificação se refletiu na política cultural que limitou a plena realização e revitalização da identidade dos grupos existentes no país, tanto do ponto de vista lingüístico como do educacional. No caso dos povos indígenas brasileiros, isso resultou na destruição – lenta mas decisiva – de uma grande parte de seu patrimônio cultural. Paralelamente, e até como consequência, o índio foi obrigado a deixar suas terras para a exploração dos latifundiários, mineradores, imobiliários e, até, garimpeiros⁸.

Um processo educativo definido e assumido precisa refletir uma atitude de respeito e co-participa-



O sistema educacional não pode ser concebido apenas como um conjunto de práticas pedagógicas. É necessário que seja visto como uma das várias dimensões da cultura do país.

ção nos valores, costumes e expressões culturais (entre os quais a língua) dos diversos grupos étnicos que compõem a unidade. Mas é justamente essa unidade que o Estado crê ameaçada politicamente. O conflito reside na descrença da manutenção da unidade política com a democratização lingüística. Seria factível, dentro de um projeto de formação de estados nacionais, conciliar a construção de uma identidade nacional com a preservação da diversidade lingüística e cultural? (Hamel, 1984).

Durante os atuais debates da nova Lei de Diretrizes e Bases, esse conflito estende-se ao ensino das línguas estrangeiras no ensino regular brasileiro. A errônea posição de querer fortalecer o estudo da língua portuguesa através da supressão das línguas estrangeiras nos ensinos fundamental e médio – posição essa assumida em muitos dos anteprojetos que tramitam no Congresso Nacional – desvia da rota correta a discussão⁹. Esse nacionalismo pode ser empobrecedor. Ao invés de libertar, o monolinguísmo acadêmico pode subjugar, escravizar.

Para os defensores do discurso da simetria lingüístico-educacional, a paulatina homogeneização da cultura na sociedade brasileira – influenciada sobremaneira pela importação anglo-americana – faz com que o ensino das línguas estrangeiras (principalmente o da língua inglesa) seja visto com temor. Esse discurso é respaldado pelo exemplo francês que teve na Lei Bas¹⁰ um incentivo para a restauração do idioma de Molière, Proust, Balzac e tantos outros grandes textos da literatura universal. Porém, aqui e agora, a situação é distinta. Não se trata de evitar estrangeirismos (principalmente anglicismos) em textos oficiais e públicos, visando à preservação do idioma português falado no Brasil. Trata-se do estabelecimento das di-

retrizes e bases da política educacional do país, que se mal traçadas podem vir a condenar o alunato brasileiro a um obscurantismo acadêmico.

Muitos dos interlocutores do monolingüismo no ensino regular escondem nas entrelinhas de seu discurso uma intenção social e economicamente elitista (Cunha, 1989). O artigo 7º da Resolução 8, do Conselho Federal de Educação (CFE), de 07/10/71, que recomenda que “em Comunicação e Expressão, a título de acréscimo, se inclua uma Língua Estrangeira Moderna, quando tenha o estabelecimento condições de ministrá-la com eficiência (grifo nosso).” Essa Resolução¹¹ instituiu claramente um impedimento econômico para o aprendizado de línguas estrangeiras.

A partir da Resolução 8/71, duas perguntas se fazem necessárias. A primeira diz respeito ao cumprimento às exigências da Lei. Em um país onde o currículo fundamental é negligenciado, como colocar mais uma matéria a título de acréscimo?

Segunda pergunta que se coloca refere-se aos critérios – não revelados pelo Conselho Federal de Educação em sua Resolução – que qualificariam os estabelecimentos portadores das condições para *ministrar as línguas estrangeiras com eficiência*¹². Não estaria assim aberto um debate maior sobre a dicotomia público/privado na educação?¹³.

A controvérsia sobre a política do ensino das línguas – brasileiras e estrangeiras – a ser regulamentada pela nova Lei de Diretrizes e Bases abre em direção nova o estudo sobre a educação nacional. Nessa investigação há um recorte histórico importante a ser feito: o período atual de elaboração, tramitação e aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases que regulamentará a Seção I, *Da Educação*, do Capítulo

Reconhece-se, hoje, ser necessário priorizar um projeto de educação universal e de qualidade, sob o risco de não se viabilizarem quaisquer outras mudanças.



III da recente Constituição Brasileira. Este é o período que circunscreverá a direção anterior desenhada a partir do Estado Novo, atravessada pelos debates e implantação da LDB de 1961 e retocada pelas reformas do Ensino Superior em 1968 e do 1º e 2º graus em 1971.

Neste momento tomam vulto os debates sobre os temas educacionais, inclusive aqueles concernentes à política lingüística. São debates que envolvem um número expressivo de entidades comprometidas na transposição dos obstáculos às mudanças sociais, econômicas e políticas reclamadas pela nação desde os debates da Constituinte. Reconhece-se hoje ser necessário

priorizar um projeto de educação universal e de qualidade, sob o risco de não se viabilizarem quaisquer outras mudanças.

Do recorte histórico advém naturalmente o corte epistemológico que se traduz na análise do discurso dos legisladores, dos representantes de órgãos oficiais e dos delegados das entidades interessadas em influir nas diretrizes educacionais do país. Caracteriza-se, inclusive, no texto final da Lei que será votada pelos congressistas.

O desafio deste estudo não é a conceituação de educação como fenômeno histórico, passível de uma investigação que parta de um conjunto de conhecimentos provenientes das ciências sociais. O estímulo é lingüístico.

Aceita como a mensagem do processo comunicativo da sociedade, a Lei passa a ser um instrumento significativo para a interação da cidadania. Uma vez que a liberdade de um indivíduo pode escravizar a coletividade, a Lei deve ser a proteção de todos. Ela não deve ser acatada por mera submissão ou simples temor, porém respeitada pelo entendimento de sua real função. E é exatamente por isso que ela deve ser democrática. A Lei de Diretrizes e Bases precisa ser democratizada, só assim ela será respeitada.

Conhecendo-se as condições de instauração da comunicação, cabe a identificação e definição de quem seja o emissor legítimo da mensagem da LDB. Sobre seu destinatário legítimo não pairam dúvidas: é a sociedade brasileira.

Maria Jandyra Cunha é professora do Departamento de Línguas e Tradução da Universidade de Brasília e está atualmente fazendo o acompanhamento da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases no Congresso Nacional.

Humanidades

1. A Assembléia Nacional Constituinte foi convocada por ato do primeiro presidente civil depois do governo militar que se estendeu de 1964 a 1985. O ato convocatório de José Sarney foi assinado a 28/6/1985 e previa o funcionamento da Constituinte a partir de 01/02/1987.
2. Alguns historiadores consideram a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a 8ª constituição. Entretanto, na visão de muitos juristas, apenas seis outras constituições (1824, 1891, 1934, 1946 e 1967) a precederam, sendo a última elaborada pelo ministro da Justiça Carlos Medeiros Silva já durante o governo militar. Para essa constituição de 1967 não se convocou uma Assembléia Nacional Constituinte, procedimento histórico observado nas vezes anteriores. Essa Constituição trazia as necessidades da ordem estabelecida a partir do movimento militar de 1964, tais como eleições indiretas para o cargo de presidente da República. O texto estendia ainda ao presidente a iniciativa de projetos de emenda à própria Constituição. Entretanto, ela foi praticamente revogada pelo Ato Institucional nº 5, de 13/12/68, decretado pelo então presidente, general Costa e Silva. Tal ato dava ao chefe do governo poderes para cassar mandatos, suspender direitos e legislar em substituição ao Congresso após decretar-lhe o recesso. O AI-5 deu sequência a uma série de atos institucionais e complementares que passaram a constituir o núcleo da legislação autoritária do governo militar. A chamada "Constituição de 1969" em vigor até 1988, em verdade, era a Emenda Constitucional Nº 1, outorgada pela junta militar que assumiu o poder por ocasião da morte do presidente Costa e Silva, em 17/8/67. Ela é considerada como ilegal por violar o próprio AI-5, inconstitucional por violar a Constituição de 1967, e ilegítima porque não ouviu o povo, fonte de onde deve emanar o poder.
3. A terminologia 1ª e 2ª graus, utilizada pela alda vigente Lei de Diretrizes e Bases, refere-se ao que mais apropriadamente o novo texto constitucional denomina de ensinamentos *fundamental e médio* (Capítulo III, *Da Educação, Cultura e Desporto*).
4. (Artigo 150, Parágrafo Único).
5. (Art. 209, Parágrafo 2º).
6. Para um estudo mais detalhado sobre as línguas indígenas brasileiras, ver Rodrigues, 1986.
7. Ver o depoimento de Marina Villas-Boas à Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, no dia 17/07/87.
8. A questão dos garimpeiros em terras lano-mami, largamente divulgada pela imprensa nacional e estrangeira, despertou uma acirrada polêmica doméstica no Brasil. Há entre os defensores da retirada dos garimpeiros das terras indígenas aqueles que verdadeiramente se preocupam com o futuro dos índios, mas há também nesse

mesmo grupo outros que o fazem por mero arrivismo acadêmico, sobrevivência profissional ou promoção pessoal. Na oposição à saída dos garimpeiros há um jogo de interesses econômicos e políticos, mas há também lideranças indígenas, inclusive lano-mami, que defendem seu direito de serem ouvidos, conforme o assegurado na Constituição (Artigo 231, 3, VIII) (Ver Yanomami, D., *Que fiquem os garimpeiros*. Veja, 24/01/1990, p. 94).

9. A respeito ler os seguintes trabalhos: (a) Pinheiro, M. F. S., "O populismo na escola", (*O Estado de São Paulo*, 16/09/89, p. 2); e (b) Cunha, M. J., "O anteprojeto de LDB da ANDES e o ensino de línguas estrangeiras". (*Anais do IX Encontro de Professores Universitários de Língua Inglesa*. Natal: UFRN, 1989.)
10. A lei Bas, de autoria do Senador Pierre Bas, foi promulgada em 1975 e obrigava os órgãos públicos, os ministérios, as escolas, os meios de comunicação de massa e as universidades a suprimir dos textos e do



uso diário palavras estrangeiras, quaisquer que fossem, sem discriminação.

11. A Resolução 8/71, do CFE, fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1ª e 2ª graus, definindo-lhes objetivos e amplitudes. Essa Resolução acompanhou o Parecer 853, de 12/11/71, que interpretou, na jurisdição administrativa, os artigos que permaneceram em vigor da Lei 4.024, de 20/12/61, e a Lei Nº 5.692, de 11/08/71. A Lei 4.024/61 fixou as diretrizes e bases da educação nacional, enquanto que a Lei 5.692/71 fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1ª e 2ª graus.
12. Ver Cunha, M. J., "Estudo de caso: a retirada da língua inglesa do currículo do Instituto Natural do Desenvolvimento Infantil". *Revista Letras*, 1º sem./90, Campinas: PUC-CAMP.
13. Ver Pinheiro, M. F. S., "O Público e o privado na educação na nova Constituição Brasileira", in: *Humanidades* 20, Ano VI, 1989, Brasília: Editora UnB.

Referências Bibliográficas

- BALEEIRO, Aliomar. *A Constituição de 1891*. Brasília: Centro de Ensino à Distância, 1987.
- BALEEIRO, Aliomar & BARBOSA LIMA SOBRINHO. *A Constituição de 1946*. Brasília: Centro de Ensino à Distância, 1987.
- BORTONI, Stella Maris. "The sociolinguistic situation of the Brazilian Indians: the bilingualism of the Terena", in: CERRARA, Kathleen et alii (eds.), *Procedures in the 16th Annual Conference in New Ways of Analysing Variations: linguistic shift and contact*. 1989.
- BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1988.
- . *Assembléia Nacional Constituinte. Atas das Comissões*. Ano I, 96, 17 jul. 1987.
- CUNHA, Maria Jandyrá. "O anteprojeto de LDB da ANDES e o ensino de línguas estrangeiras". *Anais do IX Encontro de Professores Universitários de Língua Inglesa*. Natal: UFRN, 1989 (a).
- . "A língua presa do elitismo". *O Estado de São Paulo*, p. 2, 30 ago. 1989.
- . "Estudo de caso: a retirada da língua inglesa do currículo do Instituto Natural do Desenvolvimento Infantil". *Revista Letras*, Campinas: PUC-CAMP, 1º sem./90.
- FALEIROS, Vicente. P.. "Liberdade e igualdade numa sociedade plural", in: BASTOS, V. L. e MOREIRA DA COSTA, T. (orgs.) *Constituinte: questões polêmicas*. CADERNO CEAC/UNB, ano 1, nº 2, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1988.
- GUMPERZ, John. *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HAMEL, Rainer E.. "Interaction through language", in *International Social Science Journal*. Vol. XXXVI, nº 1, 1984.
- NOGUEIRA, Octacíano. *A Constituição de 1824*. Brasília: Centro de Estudos à Distância, 1987.
- PINHEIRO, Maria Francisca S. "O público e o privado na educação na nova Constituição Brasileira", in: *Humanidades* 20, ano VI, 1989, Brasília: Editora UnB.
- . "O populismo na escola". *O Estado de São Paulo*, 16 set. 1989, p. 2.
- POLETTI, Ronaldo. *A Constituição de 1934*. Brasília: Centro de Estudos à Distância, 1987.
- PORTO, Walter Costa (coord.). *As Constituições do Brasil: a Constituição de 1824*. Brasília: Programa Nacional de Desburocratização (PRNO)/ Fundação Projeto Rondon-MINTER, 1986.
- RODRIGUES, ARYON D.. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- YANOMAMI, David. "Que fiquem os garimpeiros". *Veja*, 24/01/90.

Resumen

La política lingüístico-educacional en el Brasil después de la Asamblea Nacional Constituyente

La discusión sobre la política lingüístico-educacional conquistó un lugar destacado en la sociedad brasileña, a partir de los debates de la Asamblea Nacional Constituyente de 1987. En este trabajo, se analizan las relaciones con las casi treinta lenguas de origen europeo, asiático y africano, habladas en el Brasil, que no fueron contempladas en el texto constitucional.



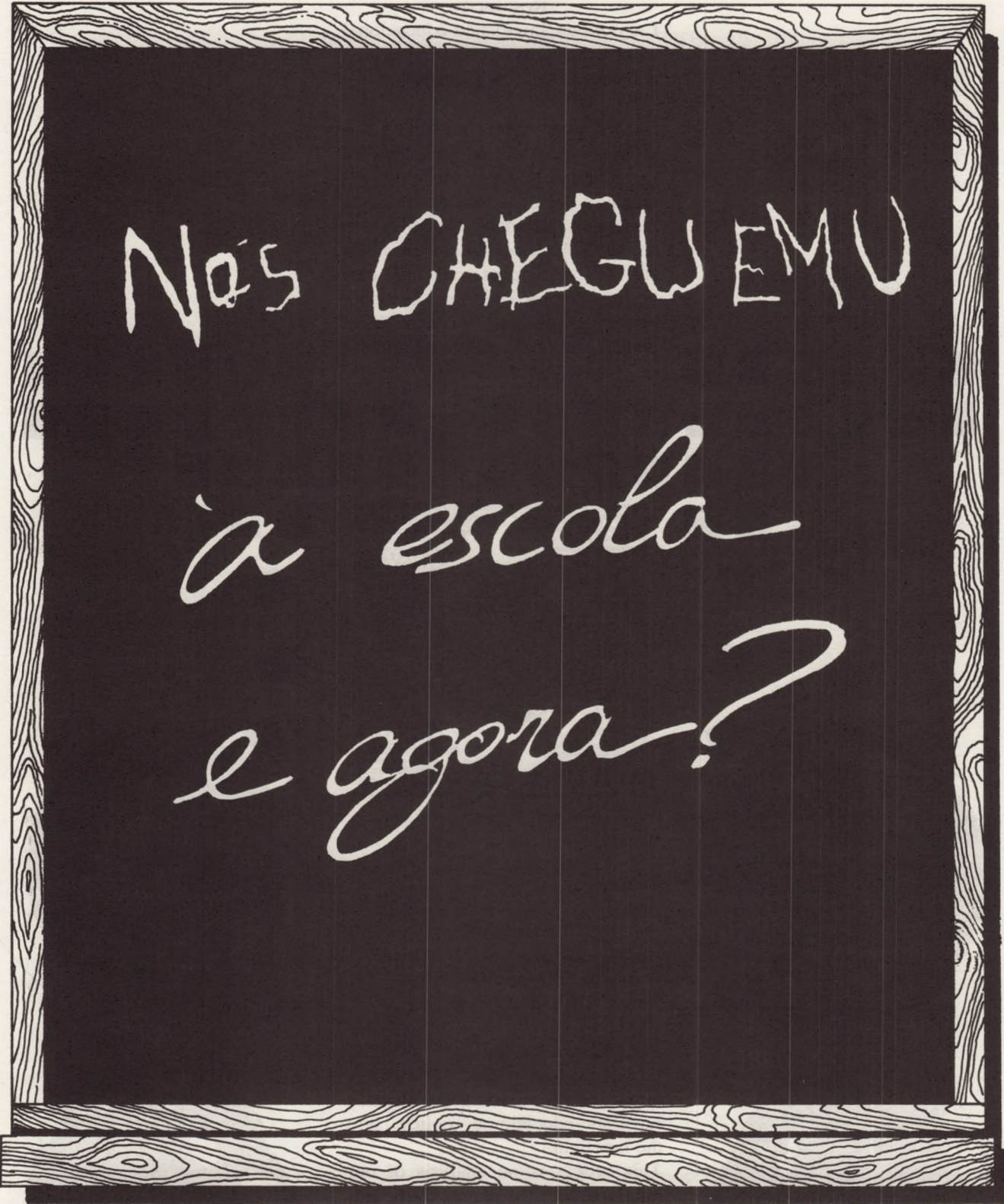
Abstract

Brazil's Linguistic-Educational Policy in the Wake of the New Constitution

The debates during the 1987 National Constitutional Assembly thrust the discussion about Brazil's linguistic-educational policy into the limelight.

This article is an analysis of our relations with the almost thirty languages of European, Asiatic and African origin that are spoken in Brazil and which have not been contemplated by the text of the new Constitution.



A blackboard with a wooden frame. The text is written in white on the black surface. The top line is in a blocky, hand-drawn font, and the bottom two lines are in a cursive script.

Nós CHEGUEMU

a escola
e agora?

Stella Maris Bortoni

Qualquer posição que coloque, ou pareça colocar, em risco a pureza e a propriedade do idioma pátrio, será sempre recebida com perplexidade e com veemente resistência.

Existem muitas formas de se dizer a mesma coisa. Esta é uma análise deste processo.

Quando o professor Paulo Freire foi indicado Secretário da Educação de São Paulo fez uma declaração que causou estranheza: a de que as professoras não devem criticar ou reprimir um aluno que fale coisas como 'nós chegemu'.

Qualquer posição que coloque ou pareça colocar em risco a pureza e a propriedade do idioma pátrio será sempre recebida no mínimo com perplexidade, quando não com veemente resistência. É interessante constatar que nas sociedades modernas os valores culturais associados à norma lingüística de prestígio, considerada correta, apropriada e bela, são ainda mais arraigados e persistentes que outros de natureza ética, moral e estética.

O prestígio do português culto, padronizado nas gramáticas e dicionários e cultivado na literatura e nos mais diversos domínios institucionais da sociedade, não se restringe, como seria de esperar, aos grupos de seus usuários; ao contrário, perpassa todos os segmentos sociais. Varia apenas a sua manifestação, em função do acesso diferenciado que esses grupos têm às normas que funcionam como um quadro referencial da correção e propriedade lingüística. O cidadão erudito aprecia a língua culta, que por sinal é o seu meio natural de comunicação, mas o trabalhador braçal, a empregada doméstica, os milhões de analfabetos também o fazem. Demonstram igualmente um sentimento positivo em relação à 'boa linguagem', à linguagem daqueles que têm estudo. Uma evidência disso é que as lideranças políticas das nossas classes trabalhadoras se esmeram em falar um português escoreito, em suas aparições públicas, no que nem sempre têm total sucesso em virtude de sua aculturação no âmbito das variedades populares. O prestígio associado ao português-padrão é sem dúvida um valor cultural muito arraigado, herança colonial consolidada nos nossos cinco séculos de existência como nação. Podemos questioná-lo, desmistificá-lo, demonstrando sua relatividade e seus efeitos perversos na perpetuação das desigualdades sociais, mas negá-lo, não há como.

O comportamento lingüístico é um indicador claro da estratificação social. Os grupos sociais são diferenciados pelo uso da língua. Em sociedades com histórica distribuição desigual de renda (entre as quais o Brasil pode ser considerado paradigmático), as diferenças lingüísticas são acentuadas e tendem a se perpetuar. Pode-se afirmar que a distribuição injusta de bens culturais, principalmente das formas valorizadas de falar, é paralela à distribuição ínsqua de bens materiais e de oportunidades.

No Brasil, as diferenças lingüísticas socialmente condicionadas não são seriamente levadas em conta na escola, que não está sequer preparada para lidar com elas. A escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante; tudo que se afasta deste código é defeituoso e deve ser eliminado. O ensino sistemático da língua é de fato uma atividade impositiva. Para alguns estudiosos há mesmo uma incompatibilidade entre uma democracia pluralista e a padronização lingüística. Isto fica mais evidente em países plurilíngües, onde os falantes de línguas minoritárias têm de aprender e usar, em muitos domínios, a língua majoritária. Mas nesses países, os grupos étnicos minoritários têm feito valer seus direitos e as escolas desenvolvido métodos de ensino bilíngüe ou bidialetal, comprometidos com o respeito e a preservação das características lingüístico-culturais desses grupos.

Se a padronização é impositiva, não deixa de ser também necessária. Ela está na base de todo Estado moderno, independentemente de regime político, na formação do seu aparato institucional burocrático, bem como no desenvolvimento do acervo tecnológico e científico. Pesquisas na área de planejamento lingüístico mostram que existe uma correlação positiva entre o grau de padronização lingüística de uma país e seu estágio de modernização. O problema não parece estar pois na existência de um código-padrão, mas no acesso restrito que grandes segmentos da população têm a ele.

Humanidades

No caso brasileiro, o ensino da língua culta à grande parcela da população que tem como língua materna — do lar e da vizinhança — variedades populares da língua, tem pelo menos duas consequências desastrosas: não são respeitados os antecedentes culturais e lingüísticos do educando, o que contribui para desenvolver nele um sentimento de insegurança, nem lhe é ensinada de forma eficiente a língua-padrão.

Estudiosos que se detêm diante deste grave problema costumam adotar duas posições opostas. Alguns, mesmo sem o perceber, aderem à chamada ideologia do vácuo, segundo a qual certos grupos sociais não seriam portadores de qualquer cultura significativa. Para estes toda linguagem, e conseqüentemente a cultura, das crianças de classes populares tem de ser substituída pela língua da cultura institucionalizada. No outro extremo estão aqueles que vêem no próprio código a causa de todos os males. Propõem que este seja substituído por uma variedade lingüística popular, esquecendo-se de que para cumprir as funções de norma-padrão essa variedade teria de passar por um processo inevitável de codificação. Se a primeira posição peca por um etnocentrismo destituído de qualquer base científica, a segunda peca pela ingenuidade.

Diante de todos esses dilemas, como fica a escola?

A escola não pode ignorar as diferenças sociolingüísticas. Os professores, e por meio destes os alunos, têm de estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa. E mais, que estas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando-lhe a credibilidade e o poder de persuasão; outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades. Há que se ter em conta ainda que essas rea-

ções dependem das circunstâncias que cercam a interação. Os alunos que chegam à escola falando 'nós chegemu', 'abrido' e 'ele drome', por exemplo, têm de ser respeitados e valorizadas suas peculiaridades lingüístico-culturais, mas eles têm o direito inalienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões. Não se lhes pode sonegar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já estreitas, da ascensão social. O caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante.

Estas medidas não devem ser adiadas. A questão lingüístico-educacional tem de ser mais discutida, e sua importância para a implantação de um estado democrático redimensionada. Esperamos que a Secretaria de Educação de São Paulo possa dar um passo decisivo nessa direção.

Stella Maris Bortoni é professora adjunta de Lingüística e Língua Portuguesa na Universidade de Brasília. É mestre e Ph.D em Lingüística e é autora, entre outros, do livro *The Urbanization of Rural Dialect Speakers*, Cambridge University press, 1985, 265 p.

Resumen

¿“Nosotros llegamos” a la escuela, y ahora?

Cualquier posición que coloque o parezca colocar en riesgo la pureza y las propiedades del idioma patrio será recibida siempre con perplejidad y con vehemente resistencia. Existen muchas formas de decir lo mismo. Este trabajo es un análisis de este proceso.

Abstract

“Weev arrived” at school. What next?

Any stance that threatens, or seems to jeopardize the purity and propriety of the national language will always be met with perplexity and vehement rebuffing. There are many ways of saying the same thing. This article is an analysis of this process.

Humanidades

IN MEMORIAM

BETH LOBO (*1944 + 1991)

Beth Lobo estava muito longe de casa naquela manhã de 15 de março. Saíra de João Pessoa para proferir uma palestra em Campina Grande – onde nunca chegou. Sempre teve medo de automóveis, e era em um deles que seguia em sua última viagem, para a qual partiu sem se despedir. Mesmo longe da família e dos amigos de São Paulo, sentia-se em casa transitando entre a universidade, a militância feminista e as mulheres sindicalistas da Paraíba.

Quando a conheci, recém-retornada ao país após a anistia, vinha de Paris cheia de esperanças na bagagem. Da nossa longa amizade, permeada de cumplicidade e carinho, aqueles foram momentos marcantes de descoberta e aprendizado. Beth trazia uma tese de doutorado sobre o golpe militar de 1964, que fazia parte do esforço da nossa geração para entender e superar a frustração de velhos sonhos e projetos, gestando novas alternativas para o país. Trazia uma rica experiência de militância política – que lhe custara a prisão, o exílio e a dor de presenciar outros golpes militares como o do Chile, de onde foi obrigada pelas circunstâncias a retornar à Europa. Trazia o duro aprendizado de rever as certezas da esquerda, e uma experiência – nova ainda para as mulheres brasileiras – de prática feminista, que dividiu com as companheiras e companheiros que reencontrou e com os que conheceu por aqui. Trazia sobretudo uma gana e uma lucidez que iluminavam todos os que tiveram o privilégio de sua convivência.

Beth estava à vontade em ambientes tão diversos quanto o das mulheres da periferia e as seletas platéias universitárias da Associação Nacional de Pós-Graduação e Ciências Sociais (ANPOCS) – e mesmo no interior do diálogo, nem sempre fácil, entre a militância do PT. Em todas estas ocasiões, era capaz de aliar a doçura e a mansidão à firmeza e à contundência dos argumentos. Entre suas muitas virtudes, estava a de nunca ter perdido a capacidade de se indignar: contra a violência cotidiana do trânsito ou a violência impune da UDR, por exemplo, sintomas de uma situação brasileira que ela considerava intolerável.

Era possível reconhecer, desde o começo, que estávamos diante de uma pessoa rara em nosso acanhado ambiente político e intelectual: alguém capaz de associar a vida pessoal à militância e à atividade profissional. Capaz de construir as pontes necessárias para integrar estas diferentes frentes de trabalho, exigindo o partido, os movimentos sociais e, sobretudo, a vida universitária ilhada entre seus muros. Apesar disto, Beth teve dificuldades em conseguir trabalho ao retornar ao país.

No final dos anos 70 e início dos 80, viajamos juntas em muitas direções – mas, regularmente às sextas-feiras, pelas estradas que ligam São Paulo a Piracicaba para ministrar aulas no programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Depois, em outras companhias, as estradas iam em direção ao campus da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), em Marília, onde Beth trabalhou por algum tempo. Somente anos depois de voltar ao Brasil ela teve a chance de abrir mão das viagens semanais, prestando concurso para ingresso no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Em meio a tantos candidatos e apesar de um crônico nervosismo diante deste tipo de situação, Beth confirmou seu brilhantismo, sendo aprovada entre os primeiros lugares.

Ela certamente foi uma presença muito especial no ambiente universitário, sobretudo diante do tradicionalismo circunspecto de uma das maiores universidades deste país. A Universidade de São Paulo (USP) propiciou-lhe a oportunidade de manter um vínculo mais permanente e uma presença mais constante na instituição universitária, na qual ela investiu sua inesgotável energia com o mesmo empenho que caracterizava sua presença nos movimentos e no partido, em um momento em que a vida acadêmica já estava contaminada pelo descrédito e pelo individualismo. Beth deu aulas com prazer, orientou teses com um cuidado fora do comum, organizou seminários, abriu novas áreas temáticas para a reflexão de seus colegas na sociologia e atuou também nas tarefas de organização e coordenação do programa de pós-graduação na sua área.

Ao invés da fossilização da “teoria sociológica”, Beth encontrou-se com a história para produzir textos exemplares. Sua biografia de Emma Goldman – cujo subtítulo “a vida como revolução” também se poderia aplicar à autora – é o mais tocante exemplo desta capacidade de unir as margens, integrando as dimensões da experiência e do conhecimento em um texto primoroso. Nele, os amigos mais chegados podem reconhecer a identidade entre biógrafa e biografada, e reencontra a amiga nas páginas que escreveu sobre Emma. Foi sobretudo por esta rara qualidade de seu trabalho que ela foi convidada a integrar o programa de pós-graduação em História Social do Trabalho da Universidade de Campinas (UNICAMP).

A leitura de seus muitos textos, em boa parte ainda inéditos, revela porque ela sentia-se em casa em sua última viagem à Paraíba. Lá, a maior parte de seu tempo foi dedicada à continuidade de uma pesquisa iniciada no ABC paulista, entrevistando agora sindicalistas de um outro setor: as militantes sindicais do campo brasileiro, que figuram muitas vezes nas listas de “marcados para morrer”, divulgadas em tom de denúncia (quase sempre inútil) pela Comissão Pastoral da Terra. Era o caso de Maria da Penha Nascimento Silva, líder do Sindicato Rural de Alagoa Grande, falecida no mesmo acidente de automóvel cujas circunstâncias ainda exigem uma investigação cuidadosa. Posso avaliar com que emoção Beth ouviu seus relatos e incorporou-os à sua bagagem.

Era com mulheres assim que ela viajava naquela manhã pelas estradas da Paraíba, com uma alegria maior que o medo. Beth morreu como viveu, fazendo seu trabalho de construir pontes. Na sua mala, que voltou sozinha da Paraíba, nos deixou um trabalho a ser retomado e uma perspectiva de renovação da política e da vida acadêmica. Legou-nos, com a própria vida, uma lição de integridade pessoal e profissional da qual este país (pobre país) anda tão necessitado.

Maria Clementina Pereira Cunha
é professora do Departamento de História da UNICAMP

AMPLIANDO A IGUALDADE DE ACESSO

A LDB e a Educação a Distância

Finalmente, através do projeto de LDB da Câmara dos Deputados, abre-se caminho para a democratização de acesso ao conhecimento através da educação aberta e a distância.

A professora Maria Rosa (UnB) tece alguns comentários sobre o tema.

A Comissão de Educação, Cultura e Desportos da Câmara dos Deputados aprovou, em julho de 1990, após dois anos de estudos e discussões, proposta de Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Foram ouvidos entidades, educadores e especialistas bem como foram realizados seminários e debates em inúmeras localidades do país.

Este processo foi acompanhado, de forma permanente, pelo *Fórum Nacional da Defesa da Escola Pública*, formado pelas entidades da área educacional dentre as quais a CNTE, Ande, Andes, Anped, Cedes, Une, Ubes, Fasubra, Consed, Undine, Crub e SBPC.

O projeto de LDB ainda terá que ser votado no Plenário da Câmara de onde será encaminhado ao Senado, onde, após eventuais emendas e aprovação será enviado, finalmente, à sanção presidencial.

Paralelamente a este processo a Comissão de Educação do Senado também tem discutido um projeto de LDB, a partir de três projetos apresentados pelos senadores Jorge K. Bornhausen, Mário Maia e Antônio Luiz Maya sendo relator o Sen. Marco Maciel.

O regimento determina que o projeto que entrar em primeiro lugar em Plenário terá prioridade na votação.

A proposta de LDB da Câmara, em que pese não ter podido avançar conquistas contemporâneas fundamentais como o *horário integral na escola básica*, a *laicidade do ensino público* e a *obrigatoriedade do ensino médio* (sem contar a destinação de verbas públicas apenas à escola pública, dependente da revisão constitucional de 1993), representa avanço considerável em termos de princípios, gestão democrática, avaliação do processo educacional, formação e carreira do professor e concepção do sistema de educação básica o qual inclui a educação infantil, fundamental e média além da própria metodologia participativa. Ainda a observar que a concepção do sistema de educação média especializada (técnico-profissional) está tímida, aquém das exigências da época atual, bem como não está claramente explicitada no Projeto a idéia de *continuidade educativa*, ou seja, o conceito de um sistema educacional que responda à necessidade sócio-econômica do indivíduo e da sociedade, na etapa da revolução científico-tecnológica, de ter disponível oferta educacional ao longo da vida.

No que concerne à ampliação e democratização do acesso dos adultos ao sistema educacional (seja a nível da educação básica, superior ou educação continuada), o projeto introduz a modalidade de educação aberta e a distância. Temos assim os artigos 91 a 93 no capítulo XVI e referências em vários outros ao longo do texto.

A educação aberta e a distância significa, por um lado, democratização de oportunidades educacionais e, por outro, filosofia de ensino centrada no aluno, na qual este escolhe onde, como, quando e o quê estudar, isto graças às inovações tecnológicas e às contribuições recentes das teorias de aprendizagem.

No ensino superior encontramos práticas de cursos a distância já no século passado (Universidade de Londres, Wisconsin, Queen's/Ontário).

Em 1930 a URSS introduz esta modalidade que hoje constitui preceito constitucional (Art. 45) assim como a China (1952) e todos os países do leste europeu. Por pressão sindical o governo inglês cria a Open University em 1969 que será paradigma metodológico para a abertura da universidade, em escala mundial, a partir dos anos 70: Télé-Université (Canadá, 1972), Universidad Estatal a Distancia (Espanha, 1972), Fern Universität (RFA, 1974), Universidade de Havana e UNAM do México (1979), Sukothai University (Tailândia), Indira Gandhi Open University (Índia, 1985), Universidade de Paris I e II (1985), Universidade Aberta (Portugal, 1988), etc.

No Brasil, as universidades públicas não se têm aparelhado para ampliar a oferta educacional através do ensino aberto. Neste sentido é salutar que o projeto da LDB da Câmara dos Deputados contemple o assunto.

Desta forma, o cap. XVI, já referido, preceitua a oferta de programas de educação a distância, subordinada aos órgãos normativos, sendo que na educação infantil e fundamental o ensino a distância terá função apenas complementar e no ensino superior sua oferta ficará restrita às Universidades ou a Instituição pública criada para este fim.

O art. 91 conceitua a educação a distância como modalidade de ensino centrada no estudante, não havendo referência à dimensão da educação aberta como livre acesso ao conhecimento independentemente da escolaridade prévia.

O art. 92 define as normas para produção, controle e avaliação dos programas de educação a distância. Define ainda a não discriminação dos diplomas, sobre os conteúdos curriculares que serão os mesmos ministrados no ensino regular e sobre a avaliação da aprendizagem a qual deverá contar com professores habilitados. O art. 93 dispõe sobre o uso dos meios de comunicação de massa nos programas de educação a distância.

A seguir, elencamos os principais artigos que se reportam, de forma direta ou indireta à educação aberta e a distância: art. 6º (formas alternativas de acesso, independentemente de escolarização anterior); art. 23, inc. X (reconhecimento de processos educativos extra-escolares); inc. XI (inovações educacionais); inc. XII (reconhecimento de formas de educação a distância); art. 26 (metodologias e estratégias alternativas); art. 41 (possibilidades pedagógicas dos meios de comunicação de massa, informática e das novas tecnologias educacionais), art. 52 (metodologias que estimulam a iniciativa do aluno) art. 62, inc. I (licença paga de estudo para o trabalhador matriculado em programas de educação a distância), inc. II (condições para recepção de programas de teleeducação nos locais de trabalho); art. 95 (política de aperfeiçoamento do professor através da educação a distância); art. 100 (liberação do tempo do professor, para estudo, na própria escola, em cursos a distância).

Entendemos que a introdução destes dispositivos referentes à educação aberta e a distância constituem um avanço na medida em que permitirão ampliar a oferta educacional aos adultos, inclusive na esfera do ensino superior. Esta oferta que deverá ser garantida com altos padrões de qualidade e gratuita na universidade pública permitirá o acesso àqueles que, por diferentes razões não podem se beneficiar do ensino superior convencional.

Devido à pouca experiência brasileira sobretudo na área do ensino superior a distância e à falta de acúmulo de discussão sobre o assunto, consideramos necessário aprofundar os debates que possam levar a um aprimoramento da proposta no sentido da modalidade de educação aberta e a distância ser efetivamente parte integrante do avanço educacional no país.

Isto porque a sociedade baseada no conhecimento começa a ser uma realidade, o que implica necessidades crescentes em matéria de formação profissional, de educação de base aos adultos, de aperfeiçoamento humanístico e de reciclagem tecnológica.

Maria Rosa Abreu de Magalhães
Universidade de Brasília.

CEAD LANÇA

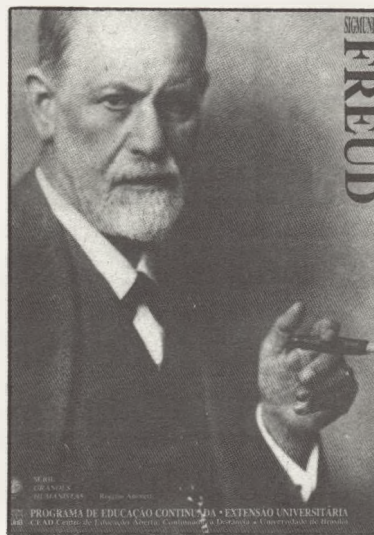
FREUD PENSAMENTO E AÇÃO

Segundo Elício Pontes, diretor do Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância afirma que Freud: pensamento e ação não se destina especificamente aos psicólogos, ou às pessoas da área da Psicologia. "A idéia em lançar este curso segue a filosofia da educação a distância que é de ampliar o acesso ao conhecimento", diz. Desta forma – prossegue Elício – todos os interessados poderão fazer este curso a distância, pois a linguagem é simples e a forma de apresentação visa facilitar o entendimento do assunto que é apresentado.

Outros cursos que dão sequência à série Grandes Humanistas encontram-se em fase final de produção e serão oferecidos à população em 1991: Rousseau, Marx e Engels, Thomas Morus e Gramsci.

O Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância da Universidade de Brasília lançou em agosto o curso Freud: pensamento e ação. O curso dá início à série Grandes Humanistas, voltada para a difusão das idéias das pessoas que contribuíram para o progresso social nas esferas da ciência, da tecnologia, das artes e da filosofia.

O curso trata das contribuições psicanalíticas que, nas próprias palavras de Freud, foram as mais importantes que ele legou à humanidade: o estudo do inconsciente, da repressão e resistência, da sexualidade e do complexo de Édipo. São 147 páginas que abrangem seis capítulos, além de glossário.



"O desenvolvimento cultural imposto à humanidade é fator que torna inevitáveis as restrições e repressões ao instinto sexual, sendo exigidos sacrifícios maiores ou menores, de acordo com a constituição individual. O desenvolvimento quase nunca é conseguido de modo suave e podem ocorrer distúrbios (quer por causa da constituição individual ou por acidentes sexuais prematuros) que deixam atrás de si uma disposição a futuras neuroses. Tais disposições podem permanecer inofensivas se a vida do adulto progride de modo satisfatório e tranqüilo, mas podem tornar-se patogênicas se as condições de vida madura proíbem a satisfação da libido ou exigem gravemente sua repressão".

Texto de Freud: pensamento e ação

notas

RÁDIO ABERTA

Universidade Aberta é o nome do programa de rádio que apresentará o trabalho desenvolvido pelos setores do ensino público ligados à área da educação aberta a distância. O programa, cuja responsabilidade estará a cargo do Setor de Divulgação do CEAD, será apresentado pela Rádio Cultura FM (100,9), em dia e horário a serem definidos. O programa depende da assinatura de convênio entre a Universidade de Brasília e Rádio Cultura, em fase final de entendimentos sobre os detalhes de operacionalização.

GRADUAÇÃO (I)

O Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância deu início a estudos que venham possibilitar a oferta de ensino a distância em nível de graduação universitária. Para alcançar esta meta, o CEAD desenvolve um plano de ação que contempla, inicialmente, três pontos vitais para o êxito da iniciativa reestruturação do próprio CEAD; maior participação dos órgãos da Universidade de Brasília com a proposta de Educação Aberta; e obtenção de recursos para financiamento.

GRADUAÇÃO (II)

O estudo preliminar que deu origem à elaboração do plano de ação para oferecer ensino a distância em nível de graduação universitária foi decorrente de três passos. O primeiro passo consistiu no amadurecimento do CEAD no ensino a distância em nível de extensão, um trabalho que vem sendo realizado desde 1985. Dentre outros cursos oferecidos à população a partir de 85 destaca-se Constituição & Constituinte. Elaborado em 86, no período pré-constituinte, o curso contou com grande participação popular (97% dos inscritos concluíram o curso).

GRADUAÇÃO (III)

O segundo passo que deu origem à elaboração do plano de ação para oferecer ensino a distância em nível de graduação universitária foi a participação de técnicos do CEAD em diversos seminários e cursos, tanto nacionais como internacionais, voltados para a troca de experiência; e, por último, o terceiro passo foi o conhecimento compartilhado em consultorias.

GRADUAÇÃO (IV)

A última consultoria foi realizada pelo professor Arturo Bonegas, da Universidade Nacional Aberta da Venezuela (UNA). A UNA é uma universidade exclusivamente a distância, oferecendo educação aberta desde 1977 desenvolvendo cursos de extensão, graduação e pós-graduação. Pelos cálculos otimistas do professor Bonegas, a UNB poderia oferecer algum curso de graduação a distância a partir do próximo ano. O CEAD continuará oferecendo, igualmente, cursos a distância em nível de extensão.

MUNHOZ, Dêrcio Garcia. **Economia Aplicada: Técnicas de pesquisa e análise econômica.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1990.

A experiência de quinze anos do autor como professor responsável pela cadeira de Técnicas de Pesquisa em Economia, na Universidade de Brasília, resultou em uma obra indispensável para aqueles que se dedicam à pesquisa, ao acompanhamento da conjuntura econômica e à preparação de documentos de análise econômica.

Com uma linguagem muito clara e precisa, ele indica métodos e técnicas fundamentais para o trabalho do pesquisador e do analista da área econômica. Ao detectar que uma das grandes dificuldades dos estudantes no desenvolvimento de trabalho de investigação empírica na área de economia se localizava na superação da etapa inicial, na qual se deveria definir o que fazer, por que fazer e como fazer, o autor delineou uma sequência lógica de tarefas que devem nortear uma investigação científica para viabilizar as conclusões. Assim, desde os primeiros momentos, o trabalho de pesquisa requer definições claras para que o pesquisador tenha uma visão ampla e abrangente de todas as variáveis que deve analisar ao longo das diferentes etapas da investigação.

Os caminhos da investigação são inúmeros e a capacitação à pesquisa garante a atuação do indivíduo dentro de sociedades dinâmicas. Para que essa atuação se efetive é necessário um arsenal de informações e o domínio dos instrumentos de análise. Tornase, assim, de extrema importância o exercício da análise de fenômenos econômicos; que levará o profissional a entender o comportamento dos agentes econômicos dentro de uma determinada realidade econômica ou social. Esse

exercício começa pela seleção do tema, fixação de objetivos, estabelecimento da amplitude da investigação e seleção preliminar da literatura. Então, surge o projeto de pesquisa que explicitará o que se pretende investigar, por que meios e sob que condições. Isso deve proporcionar uma visão global e clara do que se pretende fazer, como fazer e em que tempo. Para não correr o risco de elaborar um trabalho redundante é vital a coleta e análise minuciosa de informações, o que também determinará os contornos definitivos da investigação. Toma-se, portanto, necessária uma avaliação preliminar dos textos, sua classificação segundo algumas características comuns e a identificação de trechos cuja transcrição possa vir a ser conveniente para a fase de elaboração do relatório. Tendo em vista a possibilidade de divergências entre diferentes elementos, nem sempre perceptíveis por ocasião do levantamento dos dados, é conveniente submeter as informações estatísticas a um exame crítico e a testes de coerência, visando avaliar desde logo a qualidade das informações coletadas para evitar análises e conclusões eventualmente distorcidas.

Isso pode levar à busca de outras informações para dirimir dúvidas advindas por ocasião do exame dos dados coletados. No exame crítico e nos testes de coerência das informações obtidas frequentemente recorre-se a medidas de quantificação. Portanto, é necessário proceder a algum tratamento estatístico dos dados disponíveis quer para eliminar componentes que dificultem a sua comparabilidade, quer quando se pretenda interpretar determinados comportamentos a partir da observação do que ocorra com outros fenômenos a eles relacionados.

Mas seguir as diferentes etapas no decorrer do processo de investigação significa inicialmente sistematizar as tarefas, manter

disposição para enfrentá-las e submeter-se a um certo grau de disciplina a fim de garantir a fidelidade aos objetivos visados. Para isso, torna-se indispensável um novo esforço de organização do material colhido e trabalhado, pois as conclusões não frutificam do abstrato. Ou seja, é o momento de analisar dados e informações com o objetivo de interpretá-los, gerando conclusões parciais que se integrem e se harmonizem dentro da meta de chegar-se a conclusões globais.

Surge então o relatório da pesquisa, que para atingir seus objetivos necessita estar bem estruturado e com um determinado estilo de redação. Nesse momento, o pesquisador deve conseguir fazer uma revisão final com uma postura bastante crítica de seu trabalho para avaliar a necessidade de ajustes ou complementos que dêem a forma definitiva do documento.

Até aqui o autor cuida de descrever as diferentes etapas do conjunto de técnicas de pesquisa. No último capítulo transmite algumas sugestões e recomendações visando à preparação de documentos de análise econômica para aqueles que têm a responsabilidade de acompanhar a evolução setorial ou global da economia, e a partir daí preparar periodicamente documentos de análise retrospectiva, acompanhados de uma visão prospectiva.

Cinco apêndices completam o trabalho de orientação para a análise e pesquisa na área de Economia.

REGINA MARQUES foi chefe de Editoração da Editora da Universidade de Brasília.

MALDI Meireles, Denise – **Guardiões da Fronteira: Rio Guaporé, Século XVIII.** Editora Vozes, Petrópolis, 1989.

Acompanhando através da história colonial a configuração do território brasileiro, observa-se que, ao lado de áreas de ocupação virtualmente incontestadas, outras se mantiveram como áreas de litígio durante séculos. Se a celebração de acordos de paz entre as potências coloniais representava a definição de fronteiras entre projetos expansionistas antagônicos, para os grupos indígenas estabelecidos nas regiões pacificadas ela trouxe a paz da morte, da decadência, da extinção. Em todo o *hinterland* amazônico, os vestígios dessa luta pelo território, bem como seu impacto sobre as populações indígenas, foram sendo, lenta e silenciosamente, encobertos pela selva. Assim como foram sendo encobertos os vestígios materiais, foi encoberta também a memória histórica.

Nas últimas décadas, a ocupação em larga medida predatória da Amazônia produz como que uma refronteirização dessa região, e com isso alguns vestígios materiais daquela luta vêm sendo revelados ou resgatados, como é o caso do Forte Príncipe da Beira. Mas, no decorrer desse período, realizou-se também outra modalidade de trabalho: o trabalho intelectual de redescobrir a história e os grupos humanos que dela participaram. É nesse esforço de produção intelectual que se inscreve o livro de Denise Maldí Meireles, *Guardiões da Fronteira*, voltado para a reconstrução da memória através de uma abordagem etno-histórica das missões jesuítas no vale do Guaporé.

São muitos os estudos sobre as missões jesuítas, mas, ao contrário da tendência mais recorrente de concentrar a atenção naquelas do Paraguai ou do rio Uruguai, a autora enfocou seu

estudo numa parte da Amazônia ainda pouco trabalhada pela perspectiva etno-histórica. Maldini Meireles apresenta um cuidadoso levantamento das características básicas dos vários grupos indígenas preexistentes ou migrados para aquela região, formadores da população missionária: os Mojos, Itonama, Baure, Guarayo, Siriono, Txapakura, etc... Para tanto, baseia-se nos dados estatísticos disponíveis, assim como em documentação histórica e relatos de viajantes. São também abordadas as próprias missões: seu papel na região, sua organização interna, bem como suas relações com os representantes de Suas Majestades Fidelíssimas e dos Reis Católicos. A decadência da área, bem ilustrada pela história do Forte Príncipe da Beira, também é objeto da atenção da autora.

Guardiões da Fronteira constitui uma obra que deve fazer parte do acervo de todos aqueles que têm interesse pela área do rio Guaporé e seus grupos indígenas, pelas missões jesuíticas, ou pela história das fronteiras do Brasil.

ELLEN F. WOORTMANN é antropóloga e professora da Universidade de Brasília.

BUARQUE, Cristovam. *A Desordem do Progresso – O Fim da Era dos Economistas e a Construção do Futuro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, 186 pp.

"A tarefa não é contemplar o que nunca foi contemplado, mas pensar como ainda não se pensou sobre o que todo mundo tem diante dos olhos".

Se uma frase pudesse resumir o sentido de um livro, creio que a da epígrafe, de Schopenhauer, poderia bem sintetizar o trabalho mais recente de Cristovam Buarque.

Mais uma vez o pensamento interdisciplinar do ex-Reitor da UnB procura desvendar o real, isto é, aquilo que temos diante dos olhos, desentranhando a sua racionalidade e pondo a descoberto a lógica implícita de princípios que representam fragmentos de diferentes concepções de mundo. A rigor, uma leitura paradigmática e desideologizadora que não se detém em face de obstáculos subliminares postos pelo universo cultural de *renças* não refletidas.

Não surpreende, aliás, que o economista Buarque se apresente desde logo como o escritor de anteriores crônicas surrealistas ("A Ressurreição do General Sanchez", "Astrícia" e "A Eleição do Ditador") e num *mergulho no Brasil*, decifre a cena cotidiana, já não comédia, mas *ragédia humana*. *A ficção, neste caso, é, necessariamente, ponto de partida para uma descrição verdadeira do real* e explicação, simultaneamente, de uma objetividade surrealista construída à base de uma realidade paradoxal.

É própria do autor esta combinação de estilos, espécie de auto-experimentação e processo de conhecimento. A partir da economia, articulando múltiplas expressões fundamentais, transita filosoficamente para novas regiões epistemológicas, alargando fronteiras paradigmáticas que designam as matrizes cognitivas de nosso tempo.

Afinal, que mal há nisto? Não deriva a discussão fundamental da filosofia – a problemática do Ser – de uma proposição recuperada de um fragmento de poema atribuído a Parmênides? A despeito da formulação sociológica de Galtung, não intuiu Anne Philipe que a estatística de mortalidade infantil (*Au Brésil, trois cent mille enfants, chaque année meurent de faim*) é uma inverossímil a expressão poética (*Un homme qu'on appelle le plus grand criminel de l'histoire, sans prendre le temps de*

manger ni de dormir, fusille un enfant toutes les deux minutes pendant trois cent soixante-cinq jours..., Anne Philipe, Spirale, Paris, Gallimard, Coll. Folio, 1971, pp. 45 a 48), mas não a violência da estrutura?

Com efeito, na companhia de pensadores de transição, conforme se vê em suas notas bibliográficas, Buarque tem a consciência das interações que toda atividade intelectual experimenta com a História e com os condicionamentos que decorrem das contradições da estrutura social. Isto, que é a característica da sua reflexão e da prática intelectual que exercitou em sua gestão à frente da UnB, está presente neste livro. Para além da disciplina, quantificação e especialização dos fenômenos que a experiência ordenada produz, a tônica de seus esforços é a possibilidade de aprofundar a abordagem interdisciplinar que busca refletir o real sem suprimir-lhe as contradições, acentuando, antes, os ângulos de entrosamento dos seus diferentes aspectos na totalidade.

O fio diretor dos nove ensaios do livro é a consciência da crise. Antes de tudo, crise de paradigmas: científicos, sociais, culturais, morais, políticos e existenciais. Porém, numa conjuntura de transição para novos modos de produção de conhecimento, uma crise de crescimento. Pois, se é perceptível a limitação da matriz tradicional – a neutralidade e objetividade científicas e a separação entre o homem e a natureza – à base da qual as relações sociais são postas e se reconstituem, a verificação mais evidente é a de esgotamento do paradigma elementar dessas relações, constitutivas do processo civilizatório: o progresso.

Trata-se, como diz Buarque, de empreender *uma revisão dos objetivos da modernidade* capaz de *subordinar a economia a objetivos sociais* (p. 74). Desde esta perspectiva, a análise dos mode-

los de desenvolvimento pressupõe, e esta é a sua proposta, uma etapa superior de racionalidade sensibilizada por novos valores constitutivos de uma ética reguladora da intervenção humana, tanto como prática intelectual, quanto como práxis social.

"O princípio – diz Buarque (p. 35) – é de que o processo civilizatório se baseia na busca da constante ampliação do horizonte de liberdade da humanidade, com três componentes: 1. conquista de crescente tempo livre, simultaneamente à ampliação do patrimônio material à disposição da sociedade; 2. uso do tempo livre para atividades vinculadas à promoção de um patrimônio diversificado e crescentemente ampliado; 3. distribuição do tempo livre entre os homens do presente e entre as gerações, mantendo de forma permanente o potencial produtivo da natureza, vista também como parte do patrimônio cultural da civilização".

A proposta contém o que Buarque denomina de *lógica ecológica*, síntese de saberes básicos que explicitem os valores que servirão de premissas para o princípio de ampliação do horizonte de liberdade, que formulem uma racionalidade para a produção dos objetivos dos homens e que subordinem o universo dos homens e seus produtos à permanência de um equilíbrio do meio ambiente (p. 35).

A reivindicação de critérios éticos é tanto mais sugestiva numa conjuntura de crise paradigmática, não apenas para cumprir função reguladora a nível científico como para atribuir alternativas políticas ao nível da ação. Não há nisto nenhuma aporia ou impasse insolúvel, exceto para o modo de pensar idealista que, na análise de problemas superestruturais – políticos, morais – deixa intocadas as contradições fundamentais dos modelos sociais, revalidando, assim, as estruturas assentes. Não é

Humanidades

este, certamente, o modo de pensar de Cristovam Buarque.

Portanto, quando Buarque toma categorias como utopia para explicitar critérios está dialogando com interlocutores que se comunicam pelo estalão de novas cartas cognitivas. Atento à crise paradigmática, um destes interlocutores Boaventura de Sousa Santos, de Coimbra, vai dizer: *não há meio científico de prever para onde vamos, pelo que a utopia é constitutiva de qualquer pensamento de transformação social*. Buarque sabe, com Boaventura, que para o ser autenticamente, a utopia tem de assentar numa análise cuidadosa e realista das condições presentes. Não há, em consequência, perda de substância analítica na adoção de uma noção como a de tempo livre, se se particulariza ou se se determina a sua aplicação. A questão fundamental é não manejar idéias e princípios como conceitos univalentes no seu teor abstrato.

É assim que, um outro interlocutor Roberto Lyra Filho (coincidentemente, autor de um trabalho denominado *Desordem e Processo*, no qual define o Direito também pela liberdade e não pela coação) vai fortalecer o diapasão da análise dialética de Buarque sobre o *poder da tecnologia*, num mundo de *constante socialização dos riscos produzidos pela ciência e pela tecnologia, sem uma correspondente socialização das decisões, ou dos benefícios* (p. 108). Diz Lyra Filho, para quem, numa sociedade dividida em classes, o lazer serve melhor aos que se reservam à exploração do trabalho alheio, que

o fenómeno social da tecnologia, precipitando mudanças nos procedimentos de produção e exigindo habilitações cada vez mais requintadas, na execução de suas tarefas, não liberta as massas despolitizadas; ele até as marginaliza,

pois reduz as disponibilidades de emprego, ao mesmo tempo que dificulta a disputa dos que restam — isto é, ao invés de lançar a maioria ao lazer, precipita-a no desemprego.

Não à toa, Buarque inclui entre os ensaios como fecho da coletânea, uma discussão sobre as forças da modernização. É uma chamada para o debate necessário sobre as esquerdas e as estratégias possíveis para o socialismo. Na verdade, uma alternativa socialista para o socialismo, em condições de *criar uma teoria com conceito de classe, com desejo de futuro, com valores específicos e reais, saída de dentro do real do qual faz parte a cultura sincrética do povo* (p. 159).

Finalmente, Cristovam Buarque estabelece, não propriamente com este trabalho, mas com o que ele designa por *aventura de pensar livremente*, um diálogo extremamente fecundo, com interlocutores presentes e ausentes, porém, associados num vivo empreendimento de trocas intelectuais. Um tipo de associação que resgata, como disse certa vez Roberto Lyra Filho (Revista *Direito e Avesso*), a velha noção de Escola: *na pesquisa e reflexão, há menos probabilidade do erro, quando empreendidas em trabalho de companheiros associados*.

Este livro é uma amostra eloquente do tipo de reflexão que está sendo dinamizada no seu círculo, em Brasília.

JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR é professor do Departamento de Direito e Coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da UnB.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e Ação: o PT e os rumos do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

A vitória recente de Violeta Chamorro nas eleições livres realizadas na Nicarágua redimensiona os problemas relativos ao processo de constituição de novas sociedades no contexto latino-americano. A derrota da Revolução Sandinista nas urnas é um alerta para aqueles que lutam pela realização da sociedade socialista no terceiro mundo.

O projeto político socialista, hoje, necessita de uma definição. Quais os parâmetros que devem nortear a solidificação de uma sociedade *sem explorados nem exploradores*?

Obviamente a existência de um plano teórico-prático não garante o êxito na tarefa. Porém, sua supressão (ou indefinição) conduz, em certa medida, a uma falibilidade constatável nos exemplos históricos disponíveis.

A quase vitória de Lula foi uma expressão do potencial *mudancista* existente na sociedade brasileira. O Partido dos Trabalhadores, dada a sua afirmação nas urnas e no cotidiano político da nação, vive agora o momento da definição: *Decida-me ou te devo-ro*. O enigma é: qual o perfil da proposta política de sociedade do Partido? É socialista? Que tipo de socialismo?

Marx sempre se recusou a oferecer uma receita de bolo para a cozinha do futuro. O projeto de sociedade deve ser fruto da sociedade que o empreenderá. *Pensamento e Ação: o PT e os rumos do socialismo*, de Florestan Fernandes, é uma contribuição rara e substantiva ao debate do presente (e do passado) para viabilizar um futuro nascido da vontade, da consciência, da necessidade... e do acaso.

Pensamento e Ação contém duas partes. Na primeira, "O Es-

paço Circunscrito", o autor reúne dezesseis artigos escritos para jornais e algumas questões de duas entrevistas em que abordava a Nova República e os movimentos de esquerda. O objetivo é compor o painel histórico-político que antecedeu a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e o seu momento específico. A segunda parte, "PT: promessa e utopia", é composta por alguns documentos da sua campanha eleitoral e escritos sobre a perspectiva do PT no panorama pós-eleitoral (1986); três entrevistas onde discute as relações entre um intelectual marxista, o PT e a transformação da sociedade brasileira. Complementam a segunda parte do livro um debate sobre "presidencialismo X parlamentarismo", um artigo teórico sobre a transformação do trabalho livre em categoria histórica e um ensaio sobre os dilemas políticos atuais.

Apesar da heterogeneidade dos temas dos artigos é possível localizar o fio condutor do pensamento do autor. As análises da primeira e segunda partes integram-se no objetivo de compreender e criticar a realidade para concretizar o pensamento através da ação, seja parlamentar, seja publicista.

Nas palavras de Florestan, os artigos publicados nesta coletânea desenham, ao lado de seus últimos trabalhos ("Nova República?", "Que tipo de República?", "O Processo Constituinte", "A Constituição Inacabada"), o quadro da *existência das elites* dirigentes das classes dominantes à democracia e à reforma social. O significado dessa resistência reitera, para o autor, a convicção no *socialismo proletário* como sendo o único que traz consigo a solução dos dilemas do desenvolvimento desigual na periferia do mundo capitalista.

Para fundamentar sua proposta, Florestan desenvolve um raciocínio histórico abordando a

questão da democracia como um processo de revolução social, iniciada na época da Independência e caracterizado por fluxos e refluxos. O movimento ascendente ou descendente, em favor da democracia, expõe a natureza das forças sociais que sustentam a sociedade brasileira. S e é fato que as classes dominantes resistem à democratização, também o é que os partidos políticos no Brasil não conseguiram preencher uma função constitutiva na sociedade. Para Florestan, isto revela que a sociedade civil não possui uma base social democrática e que os partidos são órgãos de ratificação do poder e não de distribuição deste.

Diante da realidade nacional, Florestan acredita que o PT precisa partir de um marco próximo de zero para criar um espaço político a ser ocupado pelos trabalhadores. Sua filiação ao PT visa colaborar na definição deste enquanto um partido socialista. Faz questão de frisar que participa do partido na condição de *intelectual*, cuja tarefa é servir à classe trabalhadora.

Florestan considera que o PT possui um objetivo central: avançar e aprofundar a consciência da classe trabalhadora. Para isso deve cuidar em desmascarar a ordem social existente de difundir e defender o socialismo proletário.

O homem Florestan vê-se como um intelectual com pouca militância política. Durante a década de 1940, militou num partido clandestino ligado à IV Internacional, o PSR (Partido Socialista Revolucionário). Posteriormente, desligou-se desse partido e privilegiou a atividade acadêmica. Simpatizante e contribuinte do PT, foi convidado pelo Diretório Nacional, em 1985, para candidatar-se a deputado federal constituinte. Viu-se compelido a aceitar, como dever político e solidário ao partido em vias de ser ilegalizado. Hoje, advoga a necessidade de supera-

ção das intrigas e divergências do movimento socialista internacional e a constituição de um caminho diferente a partir das *alzes verdadeiramente clássicas do marxismo*.

Pode-se dizer que este livro é um passo firme no propósito de se constituir um debate marxista dentro e fora do PT. Cada tema revela um grau de análise da realidade brasileira antes compatível que surpreendente em relação ao autor. Florestan está construindo o que sempre se propôs: uma reflexão teórica da nossa realidade com padrões de análise próprios. A diferença agora está na origem do material de análise que além do *background* teórico inclui a prática política parlamentar.

A exposição teórica não exige apenas a crítica; necessita também diálogo com outras exposições. O desafio está lançado. Quem tiver olhos de ver... diga.

ELIANE VERAS SOARES é Mestranda do curso de pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

FERNANDES, Ana Maria. **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1990.

Construir ciência no Brasil é aventura, desafio, busca de um ideal; é o sonho de uma sociedade mais justa, mais equilibrada, crescendo em harmonia.

Escrever sobre a construção desta ciência significa não só realimentar a memória de todos que participaram desse gigantesco trabalho, mas também lançar luzes para os que têm a responsabilidade de dar continuidade a essa obra.

A autora apresenta, de forma clara, minuciosa e bem documentada, a história da relação entre os homens das ciências e os homens do Estado. Esta relação é analisada através do surgimento e evolução da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC), no período de 1948 a 1980. A defesa da ciência e dos cientistas contra o poder ilimitado do Estado foi o embrião dessa *Sociedade*. Seu papel é fomentar discussões que levem à tomada de consciência de que a aquisição de conhecimento científico nacional é fator indispensável para a superação do subdesenvolvimento.

A sequência rigorosa dos acontecimentos que constituem a história da SBPC tem, no ano de 1964, um delimitador da fronteira dos objetivos e papel dessa *Sociedade*. A repressão da comunidade científica foi um desafio que provocou uma atitude mais política, responsável e objetiva. Ciência pura ou tecnologia? O maior investimento na segunda teve a consequência prevista.

Desde então, a comunidade científica tomou-se mais crítica, mais exigente. Conscia de sua responsabilidade social exigia participação no processo de decisão dentro das agências patrocinadoras de ciência. Foi ouvida, mas não com a ênfase desejada.

Em 1970, a SBPC 'encontrou-se' com os cientistas da área de humanidades. Seu papel foi ampliado, sua independência acentuada, assim como seus limites científicos e profissionais. O aumento do orçamento federal para a ciência entusiasmou a comunidade científica, mas as vantagens e desvantagens foram levantadas a cada reunião. A SBPC transformou-se em *importante fórum de debate*. Enfraqueceram-se suas ligações com o Estado em favor de uma maior interação com a sociedade civil. Surgem, então, tentativas para redefinir seu papel como associação profissional e política,

ou voltar a defender a ciência e os cientistas.

Conclui a autora que, dadas as características do país e de sua comunidade científica, o fortalecimento da SBPC não assegurou soluções para os problemas da ciência e dos cientistas no Brasil, mas proporcionou uma visão mais clara da responsabilidade que é exigida pela sociedade civil daqueles que tiveram acesso ao conhecimento.

Leitura indispensável a todos que se interessam em conhecer a luta travada por nossos educadores e pesquisadores visando à inserção da ciência e da tecnologia no processo de superação do subdesenvolvimento e dependência.

REGINA MARQUES foi chefe de Editoração da Editora da Universidade de Brasília.

TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. **Os Metalúrgicos de Salvador: um Estudo da Ideologia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

A produção mais recente no campo das Ciências Sociais tem mostrado um renovado interesse pelos estudos sobre a consciência de classe e a ideologia operária. O livro de João Gabriel L. C. Teixeira, *Os Metalúrgicos de Salvador: Um Estudo de Ideologia Operária*, constitui um exemplo significativo desse esforço. Ele é o resultado de uma pesquisa exploratória, com base em estudos de caso realizados entre 1979 e 1980 em duas fábricas, pertencentes a grupos multinacionais do setor metalúrgico do Centro Industrial de Aratu, região metropolitana de Salvador, Bahia.

O desenvolvimento do trabalho baseou-se em uma metodologia de pesquisa que privilegiava as informações qualitativas. Nele o espaço do cotidiano, onde se desenvolvem e são contrapostas as manifestações elementares da consciência de classe, reveste-se de importância estratégica para a análise: a noção de experiência vivida tomou-se a chave para desvendar esse cotidiano. Por isso mesmo, os instrumentos convencionais (entrevistas e questionários) mostraram-se insuficientes, vez que as respostas dos trabalhadores encontravam-se carregadas das pré-noções e valores adotados pelas gerências.

Para fazer face a essa dificuldade o autor introduziu-se no espaço fabril como estagiário dos Departamentos de Recrutamento, Seleção e Treinamento, de modo a aproximar-se dos trabalhadores, compartilhando de perto o seu cotidiano. A coleta de dados ganhou, assim, um caráter essencialmente participativo, permitindo enriquecer a exploração do tema através de múltiplas perspectivas. O discurso operário assumiu o lugar central, dentre as várias fontes de dados. Em seu conteúdo estão "alojados" os elementos concretos da consciência de classe, nele transparecendo tanto as estruturas de dominação e controle, quanto as formas de resistência, a demonstrar que, apesar dos efeitos dos mecanismos de subordinação, os trabalhadores sempre expressam algum grau de consciência.

Considerando que a consciência de classe e a ideologia estão continuamente em formação e que tal processo não se desenrola apenas no âmbito fabril, o autor busca resgatar o sujeito na multiplicidade de suas vivências. Para tanto, (i) além de apresentar uma descrição das fábricas, suas localizações, a estrutura da força de trabalho, o processo e as condições internas de trabalho, situan-

do-as no contexto mais amplo do setor metalúrgico baiano, João Gabriel procura (ii) retratar as características fundamentais do sistema de emprego e de seus mecanismos de controle, além de (iii) enfatizar o passado dos trabalhadores e seus projetos de vida, bem como, (iv) a história do sindicato (submetido, então, a 15 anos de direção 'pelega') e a luta pela retomada da entidade através da oposição metalúrgica.

Como a pesquisa desenvolveu-se numa conjuntura marcada pelas históricas mobilizações dos trabalhadores do ABC paulista (1978-79), pela abertura política e pela realização de eleições gerais (1978), o autor procurou apreender a postura dos metalúrgicos baianos diante das possibilidades de ações coletivas, suas disposições político-partidárias, incluindo a questão da formação do Partido dos Trabalhadores. Assim, incluem-se novos elementos que tornariam possível uma investigação de cunho mais abrangente acerca da ideologia operária.

Para viabilizar a análise do material, de maneira a operar com seus dois conceitos básicos — ideologia e consciência de classe — o autor recorreu ao posicionamento teórico de W. Reich acerca dos dois tipos de consciência: a da liderança e a das massas. Para Reich, ainda que a consciência das massas não esteja completamente formada, ela não está totalmente ausente, podendo ser encontrada em elementos concretos; estes surgem no discurso nem sempre de forma 'pura', mas, uma vez inter-relacionados, podem exprimir a consciência. Apoiando-se nessas orientações, o autor procurou na fala dos trabalhadores os elementos concretos da consciência de classe, como a crítica às escalas salariais, o conhecimento da competição do mercado de trabalho, da noção de mais-valia, dentre outros. Tendo como objetivo construir um quadro múltiplo da

ideologia dos metalúrgicos de Salvador, e partindo dessa abordagem 'inclusiva', o livro busca responder algumas questões centrais, quais sejam: (i) em que medida as informações sobre as experiências fabris e extrafabris esclareceriam as tendências ideológicas do operariado (ii) como poderiam atuar as aspirações (iii) qual a visão sobre o sindicato e a posição diante das greves.

Contrapondo-se àqueles que acreditam na completa subordinação dos operários baianos e na inexistência de consciência de classe, João Gabriel Teixeira detecta, a partir de seus estudos de caso, vestígios de uma incipiente consciência, especialmente no segmento qualificado da mão-de-obra. É clara a relação traçada entre o nível de qualificação e a consciência adquirida, reproduzindo diferenças internas que apontam para uma segmentação das reivindicações operárias e, como decorrência disso, para possibilidades distintas de desenvolvimento da consciência de classe. No caso dos operários não-qualificados (os 'peões') e dos semiquualificados, a origem social na pobreza e no desemprego, o papel de arimo de família, a localização intermediária na estrutura ocupacional e a ausência de escolaridade contribuíram para o desenvolvimento de atitudes conformistas e de um sentimento de autonegação. Por outro lado, os operários qualificados se destacaram desse quadro de completa submissão, e revelaram conhecimento de sua importância profissional e de seu maior poder de barganha. Essa incipiente consciência, expressa no conjunto da categoria, teve o seu crescimento mais acelerado inibido pela notória fragilidade organizacional forjada ao longo de tantos anos de direção sindical assistencialista. No entanto, novas informações que relativizam esse quadro emergem das análises de Teixeira

acerca das respostas operárias com relação às greves do ABC paulista e às suas preferências eleitorais. De forma generalizada e surpreendente, o autor encontra uma alta disposição para a ação coletiva, um alto grau de solidariedade e uma firme oposição ao regime militar vigente, elementos que, sem dúvida, fortalecem a hipótese da existência de uma consciência, ao menos potencial.

O caráter inovador, dinâmico e múltiplo da pesquisa desenvolvida permitiu o acesso a esses 'achados', que contribuem decisivamente para enriquecer o debate em torno da ideologia operária da Bahia. O deslocamento do estudo para o espaço fabril, a revalorização do sujeito em construção e a predominância da metodologia qualitativa apoiada nos relatos orais são algumas características do trabalho de Teixeira que merecem destaque e o tornam uma leitura obrigatória para os que buscam a compreensão do perfil atual do operariado brasileiro, fortemente marcado por suas significativas especificidades regionais.

ANA MARIA TEIXEIRA e PAULA CRISTINA DA SILVA Assistentes de pesquisa do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

GUIA PARA OS AUTORES, ILUSTRADORES E ASSINANTES

CUPOM DE ASSINATURA	HUMANIDADES
---------------------	-------------

19

NOME _____

ENDEREÇO _____

BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE _____ UF _____

Sim, desejo assinar HUMANIDADES nas condições oferecidas.
Assinale nos quadros apresentados a opção correspondente

Forma de pagamento ☐ VALE POSTAL/
em anexo ☐ CARTÃO DE
CRÉDITO ☐ CHEQUE NOMINAL À EDITORA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/
em anexo

NOME DO CARTÃO

Nº DO CARTÃO DE CRÉDITO	VALIDADE	ASSINATURA

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - REVISTA HUMANIDADES - Campus Universitário Caixa Postal 153001 70910 Brasília - DF - Brasil

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099

--	--	--	--	--

ENDEREÇO

REMETENTE

COLE AQUI



Vídeo CPCE Feito em casa.



Melhor que enlatado.

Agora você encontra arte, música, dança, cultura, educação e muito mais de Brasília e do Brasil, abordados sob os mais diferentes pontos de vista, nos vídeos do CPCE.

São mais de 100 títulos à sua disposição – muitos premiados por sua qualidade – produzidos na forma de documentários, shows e ficção, entre outros.

Uma coletânea de alto nível, ideal para empresas, escolas, instituições ou até mesmo para presentear com bom gosto um cliente ou amigo.

Tudo com a seriedade que caracteriza os melhores trabalhos da Universidade de Brasília.

Saia do circuito dos enlatados, procure o CPCE, peça a relação dos títulos e adquira as obras que mais lhe interessarem.

Dá gosto ver o que é feito em casa...



CPCE

Centro de Produção Cultural e Educativa
Universidade de Brasília

Alguns títulos premiados à sua disposição:

- **Raça Negra** (Prêmio Tatu de Ouro)
Jornada de Cine e Vídeo da Bahia
- **Féssuas** (melhor roteiro e edição
- Festival do Maranhão)
- **O Som dos Cristais** (Vencedor da Concorrência FIAT)
- **Deixem viver os Yanomani** (Prêmio - FENAI/90)
- **Bumba - Seu Teodoro - Meu Boi**
(Festival Brasília de Vídeo-melhor documentário)
- **Guardiões da Floresta**
(Prêmio-Festival Brasília de Vídeo)
- **Rodoviária** (Melhor Vídeo-Júri Popular
Menção Honrosa - Troféu Macunaima,
Menção Honrosa - Prêmio Vídeo Escola e
- Festival Maranhão,
Prêmio Especial de vídeo reportagem)

ICC-Norte Módulo 5 UnB - 70900 Fax(061)2746783 Fones 3482398-3482765-3482531